

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

Die Volksdeutschen: Uma análise sobre o papel dos alemães étnicos nos discursos de Adolf Hitler de 1925 a 1939

Bruna Baliza dos Santos Doimo

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Die Volksdeutschen: Uma análise sobre o papel dos alemães étnicos nos discursos de Adolf Hitler de 1925 a 1939

Bruna Baliza dos Santos Doimo

Sob a orientação do Professor

Prof. Dr. Luís Edmundo de Souza Moraes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica/ RJ
12/2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D657d Doimo, Bruna Baliza dos Santos, 1993-
Die Volksdeutschen: Uma análise sobre o papel dos
alemães étnicos nos discursos de Adolf Hitler de 1925
a 1939 / Bruna Baliza dos Santos Doimo. - Rio de
Janeiro, 2019.
182 f.: il.

Orientador: Luís Edmundo de Souza Moraes.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, História, 2019.

1. alemães étnicos. 2. Adolf Hitler. 3. discurso
político. I. Moraes, Luís Edmundo de Souza , 1966-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. História III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO**

BRUNA BALIZA DOS SANTOS DOIMO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/12/2019

Banca Examinadora:



Doutor (a) LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES - UFRRJ
(Presidente e orientador)



Doutor (a) FABIO KOIFMAN – UFRRJ



MICHEL GHERMAN - UFRJ

Tudo que eu faço, tudo que eu sou é graças a ela! Sem seu apoio e sacrifícios diários, eu jamais chegaria aqui. Por isso, este trabalho, como qualquer outro que eu realize será sempre dedicado a ela. Ela que é a mulher mais forte, mais dedicada, mais guerreira, e com o coração mais bondoso que já conheci. Àquela que me deu a vida. Àquela que é minha vida. É tudo para e por você mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao final de todo ciclo acadêmico dois sentimentos se misturam e se transbordam em mim, a exaustão e a gratidão. A exaustão, aos poucos, se esvai nas semanas serenas que seguem após o final do processo de escrita. Mas a gratidão, essa fica eternamente.

Acima de tudo, eu sou sempre grata a Deus, e a fé que me guia nos momentos mais aflitivos, em especial naqueles em que os problemas parecem insolúveis.

Sou grata também minha família que com certeza é meu pilar. Gostaria de agradecer ao meu pai, Alexandre, que nunca poupou esforços para dar tudo o que precisei, não só durante esses anos de formação acadêmica, mas por toda a vida. Para minha irmã, a criatura que eu mais amei desde o dia em que conheci, e que nesse trabalho teve um papel essencial de me ajudar na coleta de fontes. Mesmo eu sendo uma “chefe” muito exploradora, ela conseguiu dar conta de uma parte importante do trabalho inicial junto comigo. Aos meus avós, Dyrce, Janete e Roberto, pelo amor mais terno de todos. Aos meus tios e madrinha, por todo amor e dedicação. E a minha prima e editora, Vivian, pela cumplicidade sem igual, pela ajuda em desvendar os mistérios do Word, e pelo conforto nos momentos de desespero.

Uma das coisas pela qual sou mais grata na minha vida é ser cercada por amigos incríveis. Meu primeiro agradecimento é a um amigo que nessa etapa inicial foi fundamental para que eu pudesse sonhar em entrar nessa nova jornada. Caio Sérgio, meu best, obrigado pela disponibilidade, por ler meu projeto, pelo menos 20 vezes, e estar sempre disposto a ajudar quando eu precisava. Para Mônica Meneses obrigado por ser sempre um nosso exemplo, que nos motivava a ir mais longe. Rayane Barreto, minha mais dedicada amiga, meu orgulho, obrigado não só por ser uma das pessoas mais leais que eu conheço, mas também por ser um exemplo de dedicação e uma profissional incrível.

Entre aqueles que não só me ajudaram a ingressar no mestrado, mas a acreditar que essa era uma possibilidade para mim, e que depois seguiram esse caminho comigo, Caio César, Thaís Almeida, Leonam Monteiro, Marcela Oliveira e, meu lindo beija-flor, Laura Motta, a vocês eu sou eternamente grata. Tudo começou com um grupo de pesquisa muito dedicado, que mesmo sofrendo com os textos de teoria, sempre dava um jeito de dar suporte e explicar as partes mais confusas aos mais perdidos, geralmente eu. Depois enfrentamos juntos um aflitivo processo de seleção, no qual eu sou muito grata pela paciência imensurável que vocês tiveram comigo, mesmo quando eu atormentava todo

mundo com meu nervosismo. Ao longo do processo, mesmo que nem sempre juntos, podemos contar sempre com o apoio uns dos outros. Muito obrigado por isso. Queria agradecer ainda a Thais Braga, uma amiga que eu tenho muito orgulho em dizer que fui sua veterana na graduação, e companheira de turma no mestrado, obrigado pelas tardes e noites incríveis de muita cantoria. Marcos Paulo meu companheiro de trabalho, apresentações, desesperos, mas também muitas risadas. Foi maravilhoso embarcar em um sonho novo com vocês. Vocês têm meu amor e minha eterna gratidão!

A você, Caio César, gostaria de agradecer também o cuidado, a parceria, as histórias, aventuras, dietas, e a alegria que foi dividir, mais uma vez, uma casa e uma vida com você. Obrigado por embarcar em todas as minhas ideias loucas, me apoiar e acreditar em mim sempre.

Não posso deixar de agradecer também a todos os meus amigos que entenderam as minhas ausências, e mesmo assim me apoiaram. Eles que dividiram alegrias e dramas comigo nesses últimos dois anos. As risadas e aventuras que renderam ótima histórias gostaria de agradecer a Felipe Armanda, Luísa Cordeiro, Carolina Mota, Fernanda Paes, Amanda Cardoso, Nayara Fernandes, Isabella Romeiro, Luiza Maia, Pamela Caroline, Fernando Bergara, Nathalia Pereira, Philipi Estevão, Talissa Mira, Larissa Dornelas e Juliana Wergles.

Há ainda aqueles amigos que, de uma forma ou outra, foram muito importantes nessa jornada, fosse com correções de texto, me dando apoio para não desanimar nesse árduo percurso ou até cobrando produtividade quando necessário. Assim, eu gostaria de expressar minha enorme gratidão a Jana Sampaio, que até título me ajudou a colocar no trabalho, além de sempre me cobrar produção e não me deixar esquecer os prazos. Julia Brilhante, a mais fiel companheira que poderia ter nesses dois anos, que além de tudo, ainda se disponibilizou a corrigir diversas vezes o meu texto, o que era sempre extremamente necessário. Uma companheira de vida e de trabalho que não poderia faltar nos meus agradecimentos é minha grande amiga Thaís Camargo, que me ajudou de todas as formas possíveis e imagináveis no decorrer desses anos de mestrado, fosse com correções, com as fontes, me acalmando e me incentivando na vida. Gabriel Machado obrigado por esses dois anos, não só me salvando em momentos de desespero com Word, mas também pela paciência. Tanto a sua paciência comigo e meus dramas diários, como a paciência que eu aprendi a ter lidando com você, e seu jeitinho peculiar.

Mas, com certeza, minha maior parceira acadêmica na realização dessa pesquisa foi Andressa Guimarães. Muito obrigado pelo cuidado dedicado a coleta do meu material,

além do compromisso e da paciência com tabelas cada vez maiores. Nunca antes na história existiu melhor assistente de pesquisa.

Gostaria de agradecer também a CAPES, que através da bolsa de pesquisa, foi essencial para que eu pudesse me dedicar integralmente a produzir esse trabalho. Nesse sentido, meu agradecimento vai para além da agência. Não posso deixar de agradecer ao governo, que enquanto liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, levou a cabo um projeto de educação pública inclusiva, o qual eu me beneficieei ao estudar em um colégio federal, que foi o primeiro da baixada fluminense (Colégio Pedro II), depois entrado na faculdade graças ao REUNI que expandiu a educação universitária, aumentando a quantidade de vagas- durante a graduação contei ainda com o apoio de bolsas de pesquisa dados também pelo governo através do CNPq-, e agora, por fim, sendo bolsista da CAPES. Que após essa longa jornada eu possa também contribuir para construção de um país no qual a educação pública de qualidade seja mais uma vez uma prioridade.

Por último, eu gostaria de agradecer ao meu orientador Luís Edmundo, que além de ser o professor que eu mais admiro, é também- entre aqueles que eu conheci na Rural- uma das pessoas pela qual nutro o maior carinho. Sua incrível habilidade de na mesma reunião me levar ao desespero, e no final me reascender a esperança, faz dele um orientador como nenhum outro. Obrigada pela paciência, que eu tenho plena consciência que eu testo diversas vezes. Obrigado pela sua generosidade e prestatividade, ao tentar a árdua (talvez impossível) missão de me ajudar a aprender alemão. Missão essa que claramente extrapola todas as funções esperadas de um orientador. Mas, isso não é problema para alguém que fica mais de cinco horas em uma reunião quando acha necessário, que mesmo com mil tarefas arruma tempo para comparecer na minha festa surpresa, que marca reuniões estrategicamente em lugares com boa comida, que vai muito além das suas funções e se sacrifica em prol de projetos de educação infantil. Dar uma boa aula, ser um historiador maravilhoso, ter uma oratória incrível são importantes características do meu orientador, mas, com certeza, o mais marcante, e o que me faz ter uma eterna admiração é o fato dele ter um coração maior do que o (enorme) campus da nossa Universidade. Obrigado por nunca desistir nessa jornada que já dura seis anos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

*This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil –
(CAPES) – Finance Code 001*

Resumo

Ao analisar os discursos de Adolf Hitler sobre os planos de política externa para Alemanha, antes mesmo da sua ascensão ao poder, vemos a centralidade de projetos de expansão territorial. Esses projetos, que começam a ser posto em prática em 1938, tinham dois objetivos, a necessidade de ampliar *espaço vital* para o crescimento da população, e de (re) anexar territórios e populações que, segundo a lógica dos Nacional Socialistas, eram *racionalmente alemães (Volksdeutechen)*, mas devido a acordos internacionais estavam fora das fronteiras do *Reich*. Nosso trabalho focará justamente nessa população. Todavia, não nos interessa aqui a política posta em prática pelos Nacional Socialistas, mas sim, como esse grupo é utilizado no discurso do líder nazista para justificar seus planos expansionistas. Desse modo, nos propomos a investigar, o papel desempenhado pelos “alemães étnicos” nos discursos de Hitler, de 1925, ano em que foi publicado seu livro *Minha Luta*, a 1939, período em que o último território foi anexado pela Alemanha antes da Guerra. Além disso, buscamos responder se os planos de política externa são os mesmos para todos os territórios e populações “alemães”, e se esses projetos se alteram ou não ao longo dos anos.

Palavras-chave: Adolf Hitler, Política externa, alemães étnicos

Abstract

Once analyzed Adolf Hitler's discourses about his foreign policy plans for Germany, even before his rise to power, we can realize the centrality of territorial expansion projects. These projects, which began to be implemented in 1938, had two main goals, the necessity to expand living space for population growth, and to (re) attach territories and populations that, according to the National Socialists logic, were racially German (*Volksdeutschen*), but due to international agreements were outside the *Reich's* borders. Our research will focus exactly on this population. However, we are not interested in the policy pursued by the National Socialists, but how this group appears in the Nazi leader's speech to justify his expansionist plans. To answer this question, we propose to investigate the role played by the “ethnic Germans” in Hitler's speeches from the year his book *Mein Kampf* was published, in 1925, until 1939, when the last territory was annexed by Germany before the War. In addition, we seek to answer whether foreign policy plans are the same for all “German” territories and populations, and whether or not these projects change over the years.

Key words: Adolf Hilter, foreign policy, ethnic germans

Sumário

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO UM- ADOLF HITLER: AS BASES DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO IDEÁRIO NAZISTA	32
1.1-Hitler	32
1.1.1 Hitler: gigantesco ou trivial?	32
1.1.2 A formação da <i>Weltanschauung</i> hitlerista.....	33
1.2- Consolidação doutrinaria	36
1.2.1 O movimento/partido/ a direita <i>völkisch</i>	37
1.2.2. A ascensão do racismo no século XIX	38
1.3- Hitler e a historiografia.....	43
CAPÍTULO DOIS- DA FORMAÇÃO DO ESTADO À REPÚBLICA DE WEIMAR: AS ANÁLISES DE HITLER SOBRE A POLÍTICA ALEMÃ.....	46
2.1- A construção do estado alemão: do sacro-império romano germânico à criação do estado-nação	47
2.1.1. A gênese da construção nacional:.....	47
2.1.2 A confederação Alemã:	52
2.1.3 A criação do estado-nacional Alemão	55
2.2- O <i>Reich</i> e a nacionalidade alemã para Hitler	57
2.2.1 A formação do Estado alemão	57
2.2.2 A cidadania alemã.....	60
2.2.3 A valorização dos alemães étnicos.....	61
2.3- A Alemanha após a primeira guerra	64
2.3.1 Os Tratados de Paz	64
2.3.2 Os alemães pela Europa após o fim da guerra.....	71
3.2.1- Os alemães como maioria étnica: o caso austríaco.....	72
2.4- Os Estados Europeus e a minoria étnica alemã.....	75
2.4.1 Na França	75
2.4.2 Na Itália	77
2.4.3 Na Tchecoslováquia	78
2.4.4 Na Polônia.....	80

2.4.5 O lugar dos <i>Volksdeutschen</i> nas políticas alemãs após a Guerra	81
2.5- O estado e o <i>Volksdeutschen</i> no prisma de Hitler no <i>MeinKampf</i>	83
2.5.1. Discutindo os tratados de paz	85
2.5.2. Reincorporação dos <i>Voklsdeutschen</i> :	87
CAPÍTULO 3: OS PRIMEIROS ANOS NO PODER E A MODERAÇÃO DOS DISCURSOS	93
3.1- Os primeiros passos como chanceler.....	94
3.1.1 A Europa e a violação coletiva de Versalhes	96
3.1.2 A saída da Liga.....	97
3.1.3 O problema das fronteiras no pós-guerra	102
3.2-O discurso pacifista em relação aos territórios.....	103
3.2.1 Sarre.....	104
3.2.2 Discursos para os Saarländer	104
3.2.3 O Plebiscito.....	106
3.2.4-Regiões da Fronteira Ocidental- Alsácia e a Lorena.....	111
3.3- Territórios que geraram conflito já nos primeiros anos de governo	112
3.3.1-Áustria	113
3.3.1.1 As relações entre Áustria e Alemanha nos primeiros anos do governo Nazista.....	113
3.3.1.2 A tentativa de golpe dos nazistas austríacos.....	114
3.3.2-Memel	121
3.4- Regiões “esquecidas” por Hitler no começo do governo.....	124
3.4.1 Danzig	124
3.4.2-Sudetenland.....	126
3.4.3 Tirol.....	129
CAPÍTULO QUATRO- OS PROJETOS EXPANSIONISTAS SÃO POSTOS EM PRÁTICA: OS <i>VOLKSDEUTSCHEN</i> NO CENTRO DA POLÍTICA DO <i>REICH</i>	132
4.1- As reivindicações pelo <i>Lebensraum</i>	132
4.2- <i>Anschluss</i>	136

4.3- Anexação dos Sudetos	147
4.3.1A anexação de todo território tcheco	159
4.4. - Os últimos territórios anexados	164
4.4.1 Memel.....	164
4.1.2 Danzig	167
4.5-O caso do Tyrol.....	171
CONCLUSÃO.....	175
BIBLIOGRAFIA	180
FONTE	183

Índice de Mapas

Mapa 1: Sacro Império Romano Germânico 1805.....	49
Mapa 2: <i>Reich</i> Alemão de 1871-1918.....	56
Mapa 3: Territórios perdidos pela Alemanha após o Tratado de Versalhes.....	66
Mapa 4: Colônias alemãs na África.....	67
Mapa 5: Dissolução da Áustria-Hungria	68
Mapa 6: Províncias da região de Trentino - Tirol do Sul, no norte da Itália.....	69
Mapa 7: zonas de ocupação militar e administrativas na Alemanha Ocidental no final de 1923	70
Mapa 8:povos alemães e eslavos na Europa em 1914 (NW)	72
Mapa 9: Mapa República Austríaca Alemã.....	74
Mapa 10: Grupos linguísticos na Tchecoslováquia, 1920-37.....	79
Mapa 11:Invasão da Tchecoslováquia.....	163

Índice de Imagens

Figura 1: Cartaz: “Mulheres alemãs protestam contra a ocupação do Reno por negros”	77
Figura 2: Pôster de propaganda pró-Alemanha	107
Figura 3: Cédula de votação de 13 de janeiro de 1935 sobre o destino político do Sarre	109
Figura 4: Cédula de votação do plebiscito sobre o <i>Anschluss</i> na Áustria	143
Figura 5: Pôster "Ein Volk, ein Reich, ein Führer". Ao lado, pôster "Ja"	144
Figura 6: Cartaz "Großdeutschland ...Ja"	144

Índice de Tabelas

Tabela 1: Plebiscito pela reintegração com a Alemanha	109
Tabela 2: Eleições Parlamentares 1929 Tchecoslováquia	127
Tabela 3: Eleição para a Câmara dos Deputados na Tchecoslováquia, em 1935.....	128

Lista de Abreviações

DNVP- Deutschnationale Volkspartei (Partido Nacional Popular Alemão)

DStP - Deutsche Staatspartei (Partido do Estado Alemão)

NSDAP- *Nationalsozialistische Deutsch Arbeiter Partei* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)

SA - *Sturmabteilung*(Divisão de Assalto)

SDP- Sudetendeutsche Partei (Partido Alemão dos Sudetos)

SS - *Shutzstaffen*(Esquadrão de Proteção)

VoMi- Volksdeutsche Mittelstelle (Escritório central de alemães étnicos)

Introdução

A política de expansão territorial ocupava um lugar importante no discurso dos líderes nazistas, mesmo antes da chegada do partido ao poder. Podemos encontrar as intenções expansionistas em diversos textos-base do partido nazista, como por exemplo no Programa de 25 pontos lançado em 1920, quando ainda era o Partido dos Trabalhadores Alemães (DAP). A proposta de expansão territorial está presente no terceiro ponto do programa, “Exigimos terra e território (colônias) para a manutenção do nosso povo e da liquidação da nossa população excedente.”¹Também podemos encontrar as pretensões da ampliação do território alemão em diversas passagens do livro *Mein Kampf* (Minha Luta) o qual foi escrito pelo líder do partido, Adolf Hitler.²

Em 1933, o partido chega ao governo na Alemanha e em 1938 esses projetos são colocados em prática com invasão à Áustria. Tal política possuía dois objetivos, a anexação de territórios, justificada pela necessidade de *espaço vital* (*Lebensraum*) para o desenvolvimento do povo alemão, e a reincorporação de territórios e suas populações que para eles seriam *racionalmente alemães*, mas que até aquele momento estavam fora das fronteiras do Estado alemão.³ Nosso trabalho se debruçará justamente nessa população “alemã”.

Esta pesquisa é fruto de um trabalho monográfico, que ao analisar os contornos do pensamento nacionalista de Adolf Hitler chegou à conclusão que para ele o Estado deveria manter uma *unidade racial*, pois só assim garantiria sua força. Hitler entendia que a nação alemã deveria ser composta apenas por aqueles tidos como *genuinamente*

¹ Ver Programa do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Fonte_3_0.pdf>.

² “Por conseguinte, a única possibilidade que a Alemanha tinha de uma política territorial sólida era adquirir um novo território na própria Europa. (...) deveria ser principalmente ao custo da Rússia, e mais uma vez o novo Império Alemão deveria ter começado em sua marcha ao longo da mesma estrada que anteriormente foi pisada pelos Cavaleiros Teutônicos, desta vez para adquirir solo para o arado alemão por meio da espada alemã e assim fornecer a nação com seu pão diário.” HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. Hurst and Blackett LTD, 1939, p.119

³STEINHART, Eric C. Introduction, *In: The Holocaust and the Germanization of Ukraine*. Cambridge University Press, 2015. P.01

alemães. Segundo ele, o genuíno *Volk*⁴ alemão era composto por *arianos*.⁵ O pensamento racial que fundamentava as teorias nazistas apontou para uma questão que não foi discutida nesta monografia: o problema do grupo dos “alemães raciais” no exterior, os *Volksdeutschen*,⁶ ou seja, indivíduos que seriam pertencentes à “raça ariana”, mas que por questões externas, como acordos políticos, encontravam-se fora das fronteiras do *Reich*.

Assim, este trabalho se norteia pelo seguinte problema: se há no discurso que envolve esses “alemães étnicos” uma linearidade ao longo dos anos, desde 1925 antes da chegada ao poder até 1939, quando são anexados os últimos territórios antes do início da Segunda Guerra. O que é fulcral neste trabalho não é a ação política posta em prática pelo regime nazista, mas sim, quais são os projetos pensados por Hitler envolvendo esse grupo e se estes se mantiveram os mesmos antes e depois da sua chegada ao poder e em quais medidas.

Para dar conta de tal problema, a proposta é analisar as obras, os discursos, os registros de conversas e as anotações deixadas por Adolf Hitler, pois ele foi o principal porta-voz das teorias e projetos do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) e ocupou uma posição crucial na tomada de decisão na política

⁴*Volk* é um termo de múltiplas traduções, sendo comumente definido como “Povo”, mas também pode ser encontrado com o sentido de “nação”. Segundo o historiador Luís Edmundo Moraes, é um conceito que “define pertencimento a um grupo de descendência [...] um conceito que expressa pertencimento por herança e pela partilha de determinados atributos considerados definidores do grupo.”. Ver MORAES, Luís Edmundo de Souza. Os Nacionalismos Alemães: do Liberalismo ao Nacionalismo Excludente. *In: A experiência nacional: identidades e conceitos de nação da África, Ásia, Europa e nas Américas*. LIMONIC, Flávio, MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.) - 1º ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

⁵Ariano era um termo nativo do vocabulário racista apropriado e utilizado pelos discursos do partido Nazista. O termo surgiu a partir de pesquisas sobre as sociedades orientais, especificamente a indiana. Friedrich Schlegel chegou à conclusão que um grupo foi o responsável pela produção do sânscrito, que na sua teoria foi a língua que deu origem a todas as línguas tanto do ocidente quanto do oriente. Tal teoria se mostrou errônea, porém, a ideia que todas as civilizações foram originárias de uma civilização primária despertou o interesse de muitos estudiosos do período. Muitos elementos foram atribuídos a esse grupo idealizado. Christian Lassen afirmou que eles possuíam as virtudes de uma Europa pré-burguesa, a ideia de honradez aristocrática. Joseph-Arthur Gobineau entendia que os arianos eram aqueles que deram origem à raça branca europeia. HERMAN, Arthur. Sobre os escombros, *In: A ideia de decadência na história ocidental*. Trad. Cynthia Azevedo e Paulo Soares, Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁶Se *Volk* é um termo que no discurso nacionalista aparece com uma conotação racial, podemos traduzir *Volksdeutschen* como “alemães raciais”. Em autores que abordam a questão, como Martin Kitchen, Shelley Baranowski, Eric Steinhart, Anna Maria Cienciala que foram lidos para a elaboração desse projeto, encontramos o termo “alemães étnicos”. O que devemos salientar é que se trata de um termo nativo do nacionalismo alemão, que fazia referência à população que era racialmente alemã, não importando o Estado de nascimento, mas encontrava-se fora da Alemanha. Ainda segundo Doris Bergen, se *Volksdeutschen* refere-se aos alemães fora do Reich, aqueles que são nascidos, ou já estão na Alemanha é dado a designação de *Reichsdeutschen*. Ver BERGEN, Doris L., Tenuousness and Tenacity: The Volksdeutschen of Eastern Europe, World War II, and the Holocaust In: *The Heimat Abroad*, Krista O’Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagan, University of Michigan Press, 2005, P. 268

externa alemã. Se fará uso também de documentos do governo – como comunicados, memorandos e obras produzidas pelo regime como propaganda doutrinária. Nesses materiais, além de definições e modelos para se pensar os *Volksdeutschen*, busca-se projetos de política externa sobre a questão da (re)anexação de territórios e populações alemães.

Percebe-se que a análise desse grupo é relevante, pois, como foi dito anteriormente e será mostrado mais adiante, ele serviu de justificativa para a expansão territorial alemã, em especial em direção ao leste europeu.⁷

Nesse sentido, pretende-se analisar documentos produzidos a partir de 1925 quando Hitler escreve seu livro, *Main Kampf*, até 1939 quando o último território é anexado antes da Segunda Guerra. Será observado o lugar desse grupo nos projetos políticos para o terceiro *Reich*, e se houve nuances em seu discurso em relação aos territórios e populações *eticamente alemães*. A hipótese inicial deste trabalho é que os “alemães étnicos” no exterior (*Volksdeutschen*) não foram tratados de forma homogênea e que o lugar que estes ocupavam no discurso nazista, aqui representado pelo seu líder, se alterou de acordo com as demandas políticas.

A fim de compreender quais os contornos desse grupo, os “alemães étnicos”, deve-se situá-lo seu lugar de construção: os discursos nacionalistas alemães.⁸ Desde suas primeiras manifestações, no começo do século XIX até o governo nazista, há consideráveis transformações desses “nacionalismos”. Aponta-se sua origem no século XIX, pois é quando se vê movimentos com pretensões políticas, que vão analisar o Estado e o lugar desse na teoria nacional. Porém, há um elemento que pode ser visto como pedra angular entre essas correntes; a ideia de *Volk*.

Volk é um termo chave para se pensar no nacionalismo propagado principalmente por grupos de extrema direita, que defendiam uma Nação baseada em uma comunidade racial (*Volksgemeinschaft*). Esse pertencimento se pautava em dois elementos que estavam inseparavelmente relacionados, um de caráter biológico e outro cultural.

O fator biológico-racial se manifesta em “características físicas, intelectuais e psicológicas típicas do ‘ser alemão’.”⁹ Quando se fala de fator biológico-racial, refere-se

⁷BERGEN, Doris L., *Tenuousness and Tenacity: The Volksdeutschen of Eastern Europe, World War II, and the Holocaust* In: *The Heimat Abroad*. Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, University of Michigan Press, 2005, P. 267

⁸ “não se pode [...] deixar de lado a ideia de que observar o fenômeno nacionalista na Alemanha é observar campos políticos diversos significando que ‘nacionalismo alemão’ deve ser declinado no plural.” Ver MORAES, 2017, P.279

⁹MORAES, op. cit., 2017, P.282

a uma concepção amplamente difundida no século XIX na Europa, o racismo. Devemos pontuar que não nos referimos aqui à ideia de que a humanidade estava dividida em grupos distintos, e que entre esses grupos havia uma hierarquia, no topo estavam os indivíduos superiores e na base aquelas espécies inferiores, pois esta noção tem uma origem imemorial na experiência humana. Tal lógica justificava a subjugação de um grupo por outro pautada na ideia de superioridade. O fenômeno ao qual mencionamos é um fruto da modernidade. Como explicou Zygmunt Bauman, o racismo se apresenta como um produto da modernidade, pois, “como concepção de mundo e, mais importante, como instrumento mais efetivo de prática política, o racismo é impensável sem o avanço da ciência moderna, das tecnologias modernas e das formas modernas de poder estatal.”¹⁰ Michael Wieviorka, em “O Racismo: uma introdução”, nos aponta para diversas facetas do racismo, a que se destaca aqui é o racismo científico. Nele as “raças” são associadas “a atributos biológicos e naturais e atributos culturais”, e assim, essas podiam “ser objeto de teorização científica.”¹¹ Deve-se também atentar a relação sobre o tema das raças a partir da ascensão das nações. Não que o racismo seja uma expressão exacerbada de nacionalismo, pelo contrário, Hannah Arendt mostrou que muitas vezes este pode “destruir a estrutura política da nação”. Arendt argumentava que o racismo como doutrina de Estado é posto em prática só na Alemanha, todavia, as ideias propagadas por este encontravam simpatizantes em todos os países. Assim, afirma a autora, “o racismo não era arma nova nem secreta, embora nunca antes houvesse sido usada com tão meticulosa coerência”.¹²

O pertencimento ao *Volk* se pautava ainda na questão cultural (*Kultur*). O conceito de *Kultur* é extremamente denso e, sendo assim, não é uma tarefa simples tentar formular uma tradução. Pois, ao atribuí-lo a uma palavra, como cultura, por exemplo, acaba-se por esvaziar suas peculiaridades. *Kultur* muitas vezes encontra-se associada a ideia de civilização, não podendo ser esgotada também por este conceito. Segundo o sociólogo alemão Norbert Elias,

Kultur dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos[...] Kultur reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas

¹⁰BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e holocausto. Zahar, 1998, p.83.

¹¹WIEVIORKA, Michel; PEREIRA, Miguel Serras. **O Racismo: Uma Introdução**, trad., FanyKon. São Paulo: Perspectiva, 2007.

¹²ARENDRT, Hannah. As Origens do Totalitarismo. Editora Companhia das Letras, 2013, p.188.

fronteiras, tanto no sentido político como espiritual e repetidas vezes perguntar a si mesma: ‘Qual é, realmente, nossa identidade?’.¹³

Segundo ele, o termo é central para a definição do “que era realmente o alemão[...]”, no século XX.¹⁴ E, segundo Moraes, no caso alemão, a língua tem um papel central.¹⁵

Essas ideias estão situadas em um campo mais amplo de nacionalismos em que o pertencimento à nação é definido a partir de critérios dito étnicos e não cívicos ou voluntarista.¹⁶ O que marca esse pertencimento é a raça, que por sua vez, é definida pela natureza. As características raciais seriam transmitidas pelo sangue. Discorrer sobre essa questão é central para que possamos compreender a lógica por trás política nazista, em relação aos chamados “alemães étnicos”.¹⁷

Após a redefinição das fronteiras dos Estados nacionais depois da Primeira Guerra Mundial era comum encontra-se populações com distintas identidades étnicas em um mesmo território. Anna M. Cienciala apontou que após as novas divisões havia cerca de um milhão de alemães que ficaram em territórios poloneses e dois milhões de poloneses em território alemão.¹⁸ Essa população de origem germânica, *Volksdeutsche*, foi uma das principais justificativa usada pelo governo Nazista para a invasão de territórios no leste europeu.¹⁹

¹³ELIAS, Norbert. Da Sociogênese dos Conceitos de "Civilização" e "Cultura" In: O processo civilizador, Trad. Edmund Jephcott, Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994, p.25.

¹⁴ELIAS, Norbert. Da Sociogênese dos Conceitos de "Civilização" e "Cultura" In: O processo civilizador, Trad. Edmund Jephcott, Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994, p.25.

¹⁵MORAES, L.E.S., Racismo e Higiene Racial no Nacional-Socialismo: Recusa da Modernidade?. In: Tradições e Modernidades. AARÃO, D.R., MATTOS, H., OLIVEIRA, J.P., MORAES, L.E.S., RIDENTI, M.(org) Rio de Janeiro, Editora FVG, 2010.

¹⁶ Uma nação seria derivada da vontade do grupo de se manter unido como um povo, nas palavras de Ernest Renan “A existência de uma nação é [...] um plebiscito de todos os dias”. Com isso, o autor quer dizer que o que constitui e mantém uma Nação unida é a solidariedade entre seus membros, ao entenderem que possuem um passado em comum e expressam cotidianamente seu desejo de se manterem unidos. Segundo Özkirimli, voluntarismo é uma das formas de se designar o nacionalismo cívico. Ver RENAN, Ernest. O que é uma nação. Revista Aulas: Unicamp, São Paulo, v. 4, 1997. P.19. e ÖZKIRIMLI, op. cit., 2005, p.22

¹⁷A própria forma de se compreender cidadania e os direitos dos cidadãos para o Nacional Socialismo está ligada a questões raciais, como pode-se observar no quarto ponto do programa de 25 pontos do partido, “Somente aqueles que são nossos compatriotas podem se tornar cidadãos. Somente aqueles que têm sangue alemão, independentemente de credo, podem ser nossos compatriotas. Daí nenhum judeu pode ser um compatriota”. Disponível em < <http://www.historyplace.com/worldwar2/riseofhitler/25points.htm>>. Acesso em 20 de set. 2016

¹⁸ Ainda segundo a autora, a Alemanha nunca aceitou perder seus territórios orientais, e mais do que uma questão de união do seu “povo”, estavam por trás questões econômicas. Do ponto de vista étnico, suas reivindicações eram válidas apenas em relação à região de Danzig, uma vez que em Posen, a grande maioria era de origem polonesa. CIENCIALA, Anna M., **Poland and the Western Powers 1938-1939: A Study in the Independence of Eastern and Western Europe**. Londres: Routledge & Kegan Paul, Toronto: University of Toronto Press, 1968. P.02

¹⁹ BERGEN, op. cit., 2005, p.267

Eric Steinhart afirma que esse elemento está presente em muitos discursos pangermanistas, e durante a República Weimar já assumiu um papel de destaque,²⁰ pois para muitos no governo esta população era a chave para a reconquista de territórios perdidos após a Grande Guerra. Rainer Münz afirma que no período entre guerras o governo e as elites alemãs elaboraram duas estratégias possíveis para lidar com a questão da “diáspora étnica alemã”. A primeira seria revisar as fronteiras objetivando a incorporação de regiões com grande contingente de “alemães étnicos”. A segunda seria o reassentamento de “alemães étnicos” em regiões historicamente ocupadas por alemães. Foi apenas durante o governo nazista, especificamente a partir de 1938-39, que essas duas medidas foram postas em prática, com a anexação da Áustria, partes da Boêmia e Morávia, Danzig e Polônia ocidental, e a “transferência” de 625.000 - 650.000 ‘alemães étnicos’ vivendo fora territórios anexados ou ocupados pela Alemanha em 1938-39”.²¹

Hitler, antes mesmo de tomar o poder, já afirmava que seus planos para a política externa incluíam “revogação” do Tratado de Versalhes, com a reconquista dos territórios perdidos no oriente.²² Ao mesmo tempo, o fato de que grupos alemães, após os Tratados no pós-guerra, ficarem de fora das fronteiras do *Reich* forneceu a Hitler um pretexto para invadir países leste europeu. Bergen afirma assim, que esse grupo foi essencial para constituir a “Nova ordem” que os nazistas pretendiam instalar na Europa.²³

Para lidar com essa questão o governo de Hitler criou um escritório específico para gerir os assuntos referentes a essa população, o *Volksdeutsche Mittelstelle* (Escritório central de alemães étnicos) também conhecido como VoMi, que era responsável pelos “alemães étnicos”.²⁴

Para Hitler, a conquista da parte oriental da Europa, incluindo a União Soviética, era fundamental para os planos hegemônicos nazistas. A política de impulso para o Leste (*Drangnach Osten*) tinha como objetivo o domínio de terras eslavas para o

²⁰ Segundo o autor, o governo alemão, durante a República Weimar, subsidiou esses “alemães étnicos”, e protegeu diplomaticamente sua autonomia linguística e cultural. STEINHART, 2015. P.03

²¹ MÜNZ, Rainer. Alemães étnicos da Europa Central e Oriental e seu retorno à Alemanha. In: **Diásporas e migrantes étnicos: estados sucessores alemães, israelitas e pós-soviéticos em perspectiva comparada** Rainer Münz, Rainer Ohliger (ed.), Londres, Frank Cass, 2003, p. 242-252, 2003. P.243

²² O tratado é duramente atacado e visto por muitos alemães como uma grande humilhação. Segundo Stackelberg, o tratado é um meio termo entre os agressivos interesses francês em enfraquecer o máximo possível a Alemanha e o princípio de autodeterminação. Em questões de território, a Alemanha foi obrigada a devolver a Alsácia e a Lorena para à França, e perdeu boa parte do seu território leste. A partir de antigas possessões alemãs foi “recriada” a Polônia, que tinha acesso ao mar. À Polônia foi concedida ainda parte da Silésia. Ver STACKELBERG, op. cit., 2002, p.102

²³ BERGEN, op. cit., 2005, p.269

²⁴ STEINHART, op. cit., 2015, p.03

estabelecimento de “assentamentos alemães”.²⁵ Um dos propósitos era a conquista de Espaço Vital (*Lebensraum*) para o desenvolvimento do *Reich*. Ademais, os “alemães étnicos” tinham um papel chave nessa política expansionista. Segundo Bergen, essa população foi usada como forma de legitimar o assassinato de milhões de pessoas na busca por espaço vital. Pois, com o extermínio da população não-alemã local (eslavos e judeus) os “alemães étnicos” deviam herdar as casas e posses das pessoas que eram entendidas pelos nazistas como “vida inútil”.

O propósito desse trabalho é o de discutir os projetos políticos de Hitler envolvendo os *Volksdeutschen* e os territórios “alemães perdidos”, tentando responder, em que medida, estes se mantiveram os mesmos ou se alteraram ao longo do tempo em que os nazistas exerceram o poder na Alemanha.

Há diversas obras que produzem um trabalho de síntese da história do Terceiro *Reich* abrangendo geralmente do período de ascensão do regime nazista, por vezes um pouco antes até sua queda, por vezes ultrapassando o período vigente e indo até seu “legado”. Entre os muitos trabalhos com essa característica destaca-se aqui “O Terceiro Reich: carisma e comunidade” de Martin Kitchen, “O Império de Hitler” de Mark Mazower, “A Alemanha de Hitler” de Roderick Stackelberg, “Império Nazista” de Shelley Baranowski, e a trilogia de Richard Evans “A chegada do Terceiro Reich”, “O Terceiro Reich no poder” e “A queda do Terceiro Reich”. Essas obras, de autores consagrados na historiografia do Nacional-Socialismo, tratam de variados temas sobre o regime dentre eles a questão da política externa que é fundamental para a elaboração deste trabalho.

Baranowski ao referir-se à anexação de territórios pelos nazistas faz alusões a outros movimentos expansionistas europeus, como a colonização na África. A autora aponta para o pensamento racial por trás da expansão, menciona projetos de reassentamento dos “alemães étnicos”, bem como a expulsão e massacre da população local, e fala brevemente sobre dissidências no partido quanto às políticas para essas populações, tanto alemães (*Volksdeutsche*) quanto eslavos.

Mazower fala das questões entre alemães e eslavos, não a partir da política externa nazista, mas, fazendo uma alusão do ódio aos eslavos que já estava presente no discurso nacionalista alemão, desde a Revolução de 1848, e o projeto da *Grossdeutschland*²⁶

²⁵ MORAES, op. cit., 2017, p.299

²⁶ A Revolução de 1848 na Alemanha é uma entre as diversas revoltas que ocorreram na Europa esse ano e que derrubaram as suas respectivas monarquias. No caso alemão chegou a fim a Confederação Germânica,

(Grande Alemanha).²⁷ O autor debate afundo a questão da política externa não só alemã mas dos estados europeus do leste após o fim da guerra. Nesse sentido, há em seu livro um importante debate sobre o tratamento das minorias étnicas nos estados pós-guerra, seja a minoria alemã no exterior sejam as minorias étnicas, como a polonesa por exemplo, no Estado alemão. Esses temas também são encontrados na primeira obra da trilogia de Evans.

De modo geral, pode-se dizer que esses autores por mais que abordem a política externa, e em algum momento a “germanização”, falam pouco sobre os fundamentos que justificavam essas políticas e o papel dos “alemães étnicos” nos projetos políticos antes da guerra. Isabel Heinemann afirma que mesmo com os avanços nos estudos sobre o tema ainda se sabe pouco sobre os fundamentos racistas das políticas de ocupação no Leste. Segundo ela, “os princípios raciais eram mais do que fundamentos ideológicos apenas abstratos para muitos contemporâneos alemães.”²⁸

Sobre o tema mais específico dos “alemães étnicos”, uma importante referência para este trabalho é o capítulo “*Tenuousness and Tenacity: The Volksdeutschen of Eastern Europe, World War II, and the Holocaust*” da historiadora Doris L. Bergen. Nele a autora se propõe a entender o papel desempenhado pelos “alemães étnicos” na Guerra e no Holocausto. No decorrer do capítulo Bergen mostra como esse grupo foi favorecido, e agiu como perpetrador de diversos crimes, mas também, em alguma medida sofreu com as políticas nazistas. Sua tese disserta sobre os nazistas que se valiam da tenacidade da definição do grupo para manipular os indivíduos de acordo com seus interesses.

Sobre tenacidade do pertencimento ao grupo, a autora nos apresenta diversos exemplos que comprovam como as fronteiras que os definiam eram tão maleáveis que as vezes se tornavam incoerentes, como no exemplo dado por ela de duas irmãs em que uma era considerada etnicamente alemã e a outra não o que gerava um problema pois haviam leis que proibiam os “alemães étnicos” de viver com eslavos.²⁹

unidade constituída no Congresso de Viena. E entre os projetos no parlamento sobre a como deveria se dar a delimitação das fronteiras, surgiram duas correntes, uma que defendia uma Grande Alemanha (*Grossdeutschland*), e a outra a Pequena Alemanha (*Kleindeutschland*) O projeto da *Grossdeutschland* visava englobar todos os territórios do antigo Sacro Império, e o controle do Estado deveria ser concedido à cora dos Habsburgos, da Áustria. Ver MORAES,2017, P.292

²⁷ MAZOWER, Mark. O Império de Hitler: a Europa sob o domínio Nazista. Companhia das Letras, 2013.

²⁸ HEINEMANN, 2013, P.36-37

²⁹ BERGEN, Doris L., *Tenuousness and Tenacity: The Volksdeutschen of Eastern Europe, World War II, and the Holocaust In: The HeimatAbrod.*(pp. 267-286). Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, (Org.), University of Michigan Press, 2005

Outro autor que também a ponta para o caráter vago da cidadania alemã para estrangeiros é Norbert Götz. O historiador vai discutir o conceito de *Volksgemeinschaft*, que segundo ele, "tornou-se um conceito-chave dentro do nacional-socialismo, onnipresente nas discussões políticas, jurídicas e científicas, bem como na linguagem administrativa e cotidiana."³⁰

Sobre os estudos publicados no Brasil, encontrou-se uma grande carência de trabalhos que abordem especificamente o tema da política externa nazista voltada para a incorporação desses “alemães étnicos”.³¹ Entre as obras traduzidas para o português, encontra-se abordagens que oferecem uma visão geral do movimento Nacional Socialista, as suas origens, a tomada do poder, e a queda. Algumas ainda vão além e falam sobre seus legados. Em inglês encontrou-se um volume maior de publicações algumas que tratam especificamente sobre a política externa e grupos étnicos. Mas, entre essas são mais comuns as que falam sobre a política voltada aos judeus em especial a política de extermínio.

Pode-se concluir assim, que é extensa a gama de trabalhos sobre o regime nazista, cada qual com focos distintos, a partir das mais diversas questões. Porém, ainda há temas pouco explorados ou abordados de forma secundária, como é o caso das populações consideradas racialmente alemães, mas que não eram cidadãos alemães até 1938/39.

Para a realização desta pesquisa, toma-se como fontes para análise, especificamente, escritos e discursos do líder nazista, Adolf Hitler, que além de ter se dedicado a detalhar os fundamentos por trás do projeto nazista de governo era figura central nas tomadas de decisão do partido.

Entre as obras a serem analisadas tem-se o seu livro *Mein Kampf*,³² que segundo Anthony Vitkine é uma mescla de “autobiografia e panfleto político”.³³ A obra foi escrita por Hitler em 1925, quando ele se encontrava detido no presídio de Landsberg em

³⁰GÖTZ, 2005 P.58

³¹ Foi realizado um levantamento no banco de teses da capes; Scielo; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Domínio Público, e nos acervos online das universidades UFRJ, USP, UFRRJ, UERJ E UFF

³² Para este trabalho teve-se acesso a três versões digitais da obra, uma em edição em inglês, uma em alemão, e uma em português. A versão em inglês é de 1939, publicada pela HurstandBlackett LTD. Em alemão, a versão está associada ao centro de publicação do Partido Nazista em Munique, e data de 1925. A versão em português, a que tem menos informação de publicação, apresenta apenas o ano de publicação do livro, 1925, e indica que é a segunda edição. O uso das fontes nos três idiomas está relacionado a possíveis problemas com tradução das obras. O uso do formato digital está relacionado com as questões jurídicas acerca da comercialização da obra no Brasil.

³³ VITKINE, A.; **MeinKampf, A História do Livro**. Trad. Clóvis Marques. 2 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. P.13

decorrência da sua tentativa frustrada de golpe em 1924 conhecido como *Putsch da Cervejaria*.³⁴ Foi nesse âmbito que começou a redigir o primeiro volume da obra que seria considerada a “bíblia názi”.³⁵

Quando o primeiro volume foi publicado, em 18 de julho de 1925, Hitler já não estava mais preso. O sucesso da obra foi um incentivo para a produção do seu segundo volume, publicado em dezembro de 1926. Mais tarde, em 1930, os dois volumes foram transformados em uma única obra.

O primeiro volume começa com uma espécie de autobiografia, na qual o autor comenta suas experiências de vida, algumas de forma distorcida, e como essas moldaram a sua visão de mundo e já debate seus ideais políticos, além de falar sobre sua entrada no partido. Já o segundo se debruça mais nos projetos políticos que, segundo ele, seriam postos em prática quando o NSDAP chegasse ao poder. Assim, é nesse segundo volume que “Hitler discorre sobre a natureza do estado nacional-socialista que pretende construir, a ideologia do movimento, sua organização e política externa”.³⁶

Sendo expressão da visão de mundo de Hitler, ou apenas uma obra propagandista para promover o Partido, *Mein Kampf* é talvez a principal obra deixada pelo movimento nazista, na qual deixa-se claro não só a ideologia do partido como seus planos para a Alemanha.

Além deste, serão utilizadas publicações póstumas de escritos e discursos de Hitler. Será utilizada a extensa reunião dos discursos, entrevistas, e declarações públicas de Hitler, organizados por Max Domarus, *Hitler: Speeches and Proclamations 1932-1945*.³⁷ O livro que é dividido em quatro volumes³⁸ e foi originalmente lançado em alemão

³⁴ Uma crise política e econômica estava instaurada na Alemanha, em grande medida derivada das reparações de guerra que o país foi obrigado a assumir pelo Tratado de Versalhes. Nesse cenário, vários grupos de direita insurgiram contra as ocupações francesas. Quando essa resistência foi impedida pelo governo alemão, os grupos tentaram derrubar o governo central, ao qual sempre foram oposição. Hitler e seu jovem partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães faziam parte desse grupo. E no dia 09 de novembro, acompanhado de militantes do partido Nazista e da SA (*Sturmabteilung*) “proclamou a instituição de um novo governo nacional”. No dia seguinte tentaram invadir o Ministério do Interior da Baviera, e ao chegarem à praça central de Munique, encontram soldados armados. O confronto resultou dezesseis mortes do lado dos revoltosos e apenas um soldado morto no lado oposto. Hitler foi preso, julgado e condenado por alta traição, sentenciado a cinco anos de detenção no presídio de Landsberg, porém conseguiu liberdade provisória muito antes de fim da pena. Ver VITKINE, A. **MeinKampf: A História do Livro**. Trad. Clóvis Marques. 2 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, e STACKELBERG, Roderick. **A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados**. Trad. A. B. Pinheiro de Lemos, Rio de Janeiro: Imago, 2002.

³⁵ VITKINE, op. cit.,2016. P.50

³⁶VITKINE, op. cit.,2016. P.18

³⁷ DOMARUS, Max, **The Complete Hitler: A Digital Desktop Reference to His Speeches and Proclamations 1932-1945**. Trad. Mary Fran Golbert. Mundelein: Bolchazy-Carducci Publishers, 1990.

³⁸ O primeiro que abrange o período de 1932 a 1934, o segundo de 1935 a 1938, o terceiro de 1939 à 1940, e o último de 1941 à 1945, e tem um total de 3388 páginas.

em 1962, porém, a versão que será usada no trabalho é o exemplar em inglês lançado em 1990. Nele estão contidos os discursos de Hitler de 1932 a 1945.

A coletânea de Domarus se inicia nos anos de 1932, pois, segundo o autor, é quando Adolf Hitler se torna a figura política mais importante da Alemanha. Naquele ano, Domarus ainda um estudante de jornalismo, começa a se interessar pela figura do ditador alemão o que o levou a “coletar todos os discursos, entrevistas, proclamações, cartas e outras declarações disponíveis de Hitler, convencido de que um dia teriam um valor documental, se este demagogo pudesse seguir seu curso.”³⁹

Trabalhara-se aqui apenas com os dois primeiros volumes, que abrangem do ano de 1932 a 1939. Estes anos foram chaves para a política externa do Terceiro *Reich*, pois neles se apresentam, e são postos em prática projetos direcionados a reincorporação populacional. Por isso, acredita-se que este recorte seja o suficiente para dar conta da questão aqui levantada.

Sobre a metodologia utilizada para trabalhar com as fontes principais, propõe-se uma análise dos textos buscando elementos que, para Hitler, servem como definidores do grupo nacional, e as estratégias apontadas por ele para delimitar fronteiras de pertencimento ao grupo. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva apresenta as possíveis técnicas para levantamento desses tipo de dados. Nesta pesquisa opta-se pela lexicográfica.⁴⁰ Segundo a autora, a análise lexicográfica configura-se na escolha de termos específicos a serem buscados nas fontes. Os termos selecionados para análise da nossa fonte partiram de uma pesquisa inicial, na qual foram identificados termos chaves no discurso de Hitler e estes foram inseridos em tabelas, separadas por ano.

A técnica consiste não só em identificar os termos no texto, os quais a autora denomina *unidade de análise*, mas também identificar quais elementos estão relacionados a eles complementando seu sentido ou os opondo. Esse tipo de abordagem permite uma análise quantitativa e qualitativa. Por se tratar de uma fonte muito densa e extensa, a buscar por termos auxilia seu mapeamento, apontando especificamente para os discursos nos quais Hitler trata sobre o tema o qual se está pesquisando. As tabelas com o material levantado não aparecem diretamente no texto, estas fazem parte do esforço inicial de mapeamento da fonte e foi através delas que se localizou os discursos sobre os

³⁹ DOMARUS, Max, Op. Cit., 1990, P.09

⁴⁰SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. Cronos: Revista de História, v. 6, 2002.

temas da política externa, anexações territoriais, e “alemães étnicos”, que foram analisados neste trabalho.

Inicialmente, as escolhas dos termos para análise tiveram três bases norteadoras. A observação na bibliografia, em especial em língua em inglesa, quais os termos usados ao se referir aos “alemães étnicos”, e termos que se repetiam quando o assunto era abordado de forma geral. Além disso, foi possível extrair, a partir da literatura sobre o tema, referências de regiões e figuras importantes, como líderes locais alemães no exterior. No caso da tabela referente ao *Mein Kampf*, os termos selecionados partiram também do conhecimento prévio do livro, uma vez que este havia sido usado como fonte de pesquisa monográfica. Assim, os termos utilizados em língua inglesa pelo tradutor da obra para fazer referência ao tema já eram conhecidos. Por último, outros termos foram se destacando como importantes durante própria leitura do material primário e foram sendo adicionados à tabela.

Há palavras que foram buscadas tanto em língua inglesa, quanto alemã. A escolha se deu pela suposição de que determinados termos apareceriam no idioma original (alemão), pela complexidade da tradução, levando em conta diversos autores lidos para a formulação do trabalho usarem o termo original, e por serem de suma importância, como é o caso, por exemplo, de *Volksdeutschen*, que além da palavra em alemão, procurou-se também por *ethnic germans*, como o termo é geralmente traduzido para o inglês.

Para a análise do *Mein Kampf* foi elaborada uma tabela única, pois, mesmo o livro tendo sido escrito em dois volumes, posteriormente foi lançado em uma edição única, e a tradução em inglês, a qual tivemos acesso era também em volume único.⁴¹

⁴¹Os termos selecionados foram (em inglês): German People, Teutonic, nationalcircles, German national, German element, Germanism, Germanization, de-Germanization, blood, race, East, foreign policy, Ethnic Germans(não teve incidência na fonte). Termos referentes à nações e nacionalidades: german austrian, Austria, Poland, German-Polish (não teve incidência na fonte), german Slovak, Czechoslovakia, Sudetenland/Sudeten, Sudeten German, Ukraine (os três últimos termos não tiveram incidência na fonte). Entre os termos em alemão estão: Volk, völkisch, Volksgemeinschaft, Volksdeutsche, Völkerwanderung, Deutschvolk, Lebensraum (os quatro últimos termos não tiveram incidência na fonte).

As tabelas produzidas a partir do material de Max Domarus foram divididas por ano, de 1932 a 1939. Nelas há uma base de termos que se repetem em todas,⁴² e alguns que foram adicionadas a partir de data ou em apenas um ano específico.⁴³

Na análise do texto “*HITLER: Speeches and Proclamations 1932–1945*” de Max Domarus, o primeiro passo foi dividir o arquivo da fonte, que originalmente era um documento único, em arquivos distintos por ano.⁴⁴ Essa técnica facilitou a busca lexicográfica. Desse modo, conseguiu-se também fazer uma análise quantitativa e comparativa das incidências dos termos no texto por cada ano.

Nossa expectativa nessa pesquisa é observar o discurso de Hitler sobre os “alemães étnicos” tentando descobrir se seu posicionamento sobre o tema foi o mesmo antes e após a sua chegada ao poder. Justamente para tentar responder essa questão, este trabalho apresentará uma divisão dos capítulos de forma cronológica tentando observar o decorrer do discurso do líder nazista sobre a questão dos territórios e populações “alemães” fora das fronteiras do *Reich*.

Este trabalho se dividirá em quatro capítulos. Fara-se um exame breve da fonte de análise, Adolf Hitler. Primeiro discutira-se como o ditador é tratado pela historiografia, depois serão analisados os elementos que se destacam em seu discurso. O objetivo desta seção é tentar traçar as bases do discurso hitlerista, tentar identificar se o autor dialogava com outras correntes nacionalistas alemães, e se em alguma medida este se apropria ou “reapropria” de conceitos usados no período. Por último, será abordado como a historiografia trata os temas da participação de Hitler nos projetos de política externa e as motivações para estes.

No segundo capítulo serão tratadas as fases de formação do Estado Alemão até o período após a Primeira Guerra. Acredita-se que este caminho é necessário para explorar

⁴²Termos gerais em inglês: german people, german national, ethnic germans (que tem sua primeira incidência apenas no ano de 1939), german blood, race, east, aryan, race, foreign policy, germanization, de-Germanization, national circles, german element (os últimos três termos não tiveram incidência em nenhum dos anos pesquisados). Termos referentes à nações e nacionalidades: german Austrian, Austria, german polish, Poland, german russian (não teve incidência em nenhum dos anos pesquisados), Russia ,german Slovak, sudeten german, Sudetenland. Em alemão: Volksdeutsche, Völkerwanderung ,völkisch, Volksgemeinschaft, Lebensraum, Anschluss, Deutschvölkische (não teve incidência em nenhum dos anos pesquisados). Um termo aparece como uma “mistura” entre os dois idiomas, e há incidências do seu uso na fonte “german volk”.

⁴³Saar(a partir de 34), Danzig, Tirol, Czechoslovakia, treaty (a partir de 36), Rhineland (a partir de 36). Há ainda termos que só foram adicionados a partir de um ano (em uma tabela). Em 1934 foi adicionado o termo Saar, em 1936, treaty e Rhineland, e em 1938, Konrad Henlein (líder dos alemães nos Sudetos).

⁴⁴Originalmente o documento é dividido em quatro volumes, que estão juntos em uma mesma edição, ou seja, em um arquivo único, que são separados dos anos de 1932-34 (volume I), 1935-38 (volume II), 1939-40 (volume III), e 1941-45 (volume IV). Contudo, em nossa pesquisa utilizaremos apenas até o ano de 1939.

as origens das reivindicações feitas não só por Hitler, mas por boa parte da direita *völkisch*. Ainda nesse capítulo, serão abordados os tratados do pós-guerra que foram responsáveis pela redefinição das fronteiras do Estado, e conseqüentemente, da nova divisão populacional. Ao fim, discutira-se a visão de Hitler sobre essas questões, usando como fonte para essa análise seu livro *Mein Kampf*.

O terceiro capítulo serão explorados os discursos proferidos por Hitler quando efetivamente chega ao comando do Estado, em 1933. Sempre salientando o tema da política externa, analisara-se como após chegar ao poder Hitler mantém-se em seus discursos os projetos de anexação territorial e reintegração populacional, que eram uma das suas principais bandeiras.

O capítulo quatro será iniciado com a análise o ano de 1936, pois,este marca uma quebra explícita de termos acordados no pós-guerra e deixa clara uma posição mais incisiva de Hitler diante das relações internacionais. Esta análise vai até o ano de 1939, que é fulcral para esta pesquisa, uma vez que é um momento chave em que projetos de política externa que vinham sendo delineados por Hitler e seu partido há muito tempo são postos em prática.

Capítulo Um- Adolf Hitler: As bases da construção discursiva do ideário nazista

1.1-Hitler

O objetivo desta pesquisa é entender como Hitler pensou no caso dos “alemães étnicos”, e quais as propostas de políticas foram sugeridas para esse grupo. Desse modo, toma-se como objeto os discursos de 1925 a 1939 do líder do NSDAP. Mas, para isso, é necessário primeiramente delimitar como compreendemos e como trabalharemos com aquele que é a base fundante desta pesquisa, Adolf Hitler. Se o objeto de investigação são os discursos de Hitler, deve-se situá-lo em seu lugar de construção, e traçar uma breve análise de onde esse se constituiu, as transformações que sofreu e com quais outros dialogava.

1.1.1 Hitler: gigantesco ou trivial?

Segundo um de seus principais biógrafos, Joachim Fest, para analisar a figura de Hitler não se pode optar somente por uma explicação que submete todos os fatores históricos às estruturas sociais, dando uma roupagem determinista a todos os eventos, acabando assim, por esvaziar a responsabilidade do indivíduo pelos acontecimentos. Da mesma forma, não se pode seguir pelo caminho de uma análise personalista, que tende a representar a figura de Hitler como “o arquétipo de tudo que é obscuro e horripilante [e que]⁴⁵ jamais existiu na terra”. Os que assim optam por esse caminho assim o fazem, pois segundo o autor, “o homem necessita de uma representação tangível do mal”.⁴⁶

As narrativas que maximizavam a figura de Hitler o descreviam como “a força irresistível, determinada de tudo”.⁴⁷ Para o autor, esse argumento serve como uma forma de justificar a tamanha adesão que Hitler e seu programa tiveram, passando a imagem dos seus adeptos como “vítimas diante de tanta ‘grandeza’”, assim todos que o apoiaram apenas cederam aos “caprichos patológicos de um Führer demoníaco”.⁴⁸ Já os relatos que tenderam a diminuir a sua importância o viam como “um fator entre tantos e nunca a causa determinante”, e mais, viam que ele apenas teve relevância quando analisado em

⁴⁵ Grifo próprio

⁴⁶ FEST, Joachim C. Hitler. Trad., Ana Lúcia Teixeira Ribeiro, Edição especial, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p.09

⁴⁷ FEST, Op. Cit., P.31

⁴⁸ FEST, Op. Cit., P.30

seu contexto, pois nada mais era do que a soma de todas as “angustias, protestos e esperanças do seu tempo”.⁴⁹

Assim, para Fest é necessário compreender “quais foram as circunstâncias pessoais e sociais que cercaram a ascensão” daquele que seria o líder do Terceiro *Reich*. O autor alerta para a importância de se evitar uma análise extremada, tanto as que glorificam, quanto para a inferiorizam a imagem do ditador. Pois, segundo o historiador alemão, “ele não foi apenas gigantesco ou apenas trivial”.⁵⁰

Essa concepção também é compartilhada por outro especialista na história da vida de Hitler e do Terceiro *Reich*, o historiador inglês Ian Kershaw. Apesar de ter uma análise totalmente distinta de Fest, Kershaw também argumenta que “a personalidade de Hitler não deveria ser supervalorizada como um dos fatores do seu poder. Mas, tampouco deve ser ignorada”.⁵¹ O autor defende que, mesmo tendo elementos pessoais que o destacavam, “sua personalidade e seus talentos sozinhos não explicam a adulação que já recebia de um número crescente de pessoas no campo *völkisch* em 1922.”⁵²

Mesmo chamando atenção para características pessoais que são determinantes, os dois biógrafos fazem questão de inserir seu objeto, Hitler, no contexto histórico e social em que este emergiu, para que assim, possam compreender suas ações. Deste modo, Kershaw chama sinaliza para “um conjunto de ideias inter-relacionadas” que, naquele período, estavam cristalizadas “numa ideologia coesa”. Essa ideologia estava por trás daquilo que foi pregado por Hitler e associado à sua imagem.

Por isso, será dada continuidade neste trabalho levando-se em conta a análise desse meio de construção no qual se originaram as ideias que Hitler colocaria em prática como Chanceler.

1.1.2 A formação da *Weltanschauung* hitlerista

Percebe-se a importância de examinar a construção da visão de mundo hitlerista e quem poderia tê-lo influenciado nesse processo. Um dos elementos principais da visão de mundo (*Weltanschauung*) defendida por Hitler foi seu colérico antissemitismo que fundamentava diversas teorias defendidas pelo autor. Muitos tentaram achar explicações a partir de teorias psicológicas, ou em questões do seu passado, entretanto, o que é crucial para se traçar uma análise sobre antissemitismo fundante do seu discurso é que este era

⁴⁹FEST, op. cit., 2012, p.29

⁵⁰ FEST, op. cit.,2012, p.21-23

⁵¹ KERSHAW, **Hitler: Um perfil do poder**, Tradução: Vera Ribeiro, Revisão técnica e notas biográficas, Samuel Salinas, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.p.23

⁵²KERSHAW, Ian, **Hitler**, trad. Pedro Maia Soares, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010, p.99

um elemento largamente disseminado na sociedade. Como aponta Stackelberg, o antissemitismo era “uma expressão aparentemente aceitável de descontentamentos pessoais e sociais.”⁵³ Ian Kershaw afirma que é muito difícil determinar as origens das obsessões de Hitler. Todavia, é possível localizar os períodos da vida do ditador nos quais este teve acesso à diversas leituras que reforçaram “seu preconceito embrionário”.

Ainda no período de juventude, um personagem pode ser apontado como uma figura de destaque na formação de Hitler, e do seu sentimento nacionalista e antissemita, fala-se do compositor alemão Richard Wagner.⁵⁴ A obra do compositor e maestro destinavam-se a propagar mitos nacionais germânicos nos quais figuras heroicas das lendas nórdicas serviam de modelo de líderes para o futuro alemão.⁵⁵

De acordo com Kershaw, ainda em Linz, local onde viveu até seus dezoito anos, Hitler já tinha acesso a jornais pangermânicos e antissemitas e já admirava o líder pangermânico na Áustria, Georg Schönerer, que também ajudou a fortalecer seu ideal ultranacionalista.⁵⁶ Outra figura que impressionou o jovem Hitler durante seu período em Viena foi o prefeito da cidade Karl Lueger,⁵⁷ que junto com Schönerer, é referenciado

⁵³ STACKELBERG, op. cit., 2002, P.128

⁵⁴ Wagner havia sido um antissemita cultural já no início da década de 1850, alegava em seu famoso livro *Judaísmo na música* que o “espírito judaico” era inimigo da profundidade musical. Seu remédio era a completa assimilação dos judeus na cultura alemã e a substituição da religião judaica, de toda religião, mas, perto do fim da vida, sua visão assumiu um tom racista crescente sob a influência da segunda mulher, Cosima, filha do compositor Franz Liszt. Em consequência dessa mudança de posição, Wagner não mais desejava a assimilação dos judeus na sociedade alemã, mas sua exclusão. KERSHAW, op. cit., 2010, p.46

⁵⁵ EVANS, Richard J., **A Chegada do Terceiro Reich**. trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010 P.55

⁵⁶ Nascido em 1842, em Viena, Georg Ritter von Schönerer foi um importante nome do movimento pangermânico austríaco. Com seu discurso em prol da preservação dos elementos germânicos na Áustria, criticou a unificação feita por Bismarck, que deixou o império austríaco fora do *Reich* alemão. Era um assíduo defensor do Anschluss (a união entre a Áustria e a Alemanha). E não estava sozinho, como ficou comprovado depois por plebiscito, muitos austríacos apoiavam essa reivindicação, isso porque o Estado austríaco, formado no pós-Guerra era composto por uma grande maioria germanófono. Schönerer acreditava na superioridade racial germânica, e pregava um agressivo antissemitismo, e por isso, era a favor da expulsão dos húngaros e demais nacionalidades do império. Foi o fundador da Associação Pangermânica, que chegou a eleger em 1901, 21 deputados para o parlamento, porém, logo a associação se desfz. Schönerer também é responsável, segundo Evans, por introduzir o termo “*Führer*” no dicionário político alemão, por ser chamado assim pelos seus companheiros de partido. Além de apropriar-se da expressão “Heil”, ao declarar sua lealdade a família real alemã, e não austríaca. Schönerer morreu em 1921, na Áustria, aos 79 anos. Ver: KERSHAW, op.cit., 2010, p.389 e EVANS, op. cit., 2010, P.82-83

⁵⁷ Karl Lueger, nascido em Viena, em 1844, foi o líder do Partido Social Cristão na Áustria. Como político, sempre contou com grande apoio popular, e em 1897, elegeu-se ao cargo de prefeito em sua cidade natal. Sua campanha para a prefeitura contava com um forte discurso antissemita, que culpava os judeus pela crise econômica que vivia a cidade neste período. O Partido Social Cristão foi fundado em 1878 pelo político protestante Adolf Stoecker, a quem Richard Evans vai definir como “pregador da corte”. Martin Kitchen descreveu Stoecker como um “demagogo eletrizante” que proferia um discurso que juntava “protestantismo austero e reforma social”. De qualquer modo, pode-se dizer que desde sua origem o partido sempre foi um adversário direto dos Sociais-democratas, que Stoecker acusava de ser um movimento judaico. E assim, o antissemitismo entra como um elemento do discurso propagado pelo partido social cristão, elemento esse que é central no período em que Lueger assume a frente partidária. Karl Lueger

anos depois em seu livro *Mein Kampf*. Sendo os dois ao mesmo tempo elogiados e criticados em suas lutas políticas.⁵⁸

Foi nesse período, quando viveu na capital do Império, que Hitler começou a criticar a monarquia Habsburgo. Pois, segundo ele, esta era responsável pela mistura de etnias na sociedade vienense.⁵⁹ Somado a isso estava seu ódio pelo principal inimigo: o judeu ao qual todos os males eram atribuídos, em especial após a guerra, cuja derrota também era de responsabilidade do grupo.

A fracasso da Alemanha na guerra, no modo que esta foi transmitida pela propaganda governista, só contribui para acentuar um antissemitismo que já estava enraizado na sociedade. O fracasso militar alemão não foi causado por uma agitação social, e sim o contrário. O insucesso do exército já era eminente, mas mesmo assim, um mês antes do fim da guerra, o governo ainda insistia em transmitir uma imagem vitoriosa para sua população. As tropas já estavam no seu limite, segundo Kershaw, o número de deserções e recusas de cumprimento do dever por parte dos soldados chegavam a um milhão nos últimos meses de guerra. Assim, o autor aponta que os protestos não eram oriundos como alegria a propaganda da direita, de “simpatizantes do bolchevismo e desordeiros antipatrióticos”, mas sim, o resultado de ansiedades que vinham desde 1915 e só cresceram no período de guerra. Ou seja, “A sociedade que aparentemente havia entrado na guerra em unidade patriótica total acabou rachada e traumatizada pela experiência.”⁶⁰

Desse modo, era urgente a necessidade de apontar um bode expiatório para a derrota aparentemente súbita. Assim, principalmente, entre os grupos pangermanistas cada vez mais o judeu aparecia como a resposta óbvia. Essa ideia conspiratória ficou conhecida como “a punhalada nas costas”, que era justamente a ideia de que os judeus estavam por trás da derrota alemã na guerra ao conspirarem pela rendição da nação.

Com os eventos revolucionários na Rússia em 1917, a ideia de uma “conspiração judaica internacional” para tomar o poder em todo mundo foi ganhando força. Nesse sentido, ao observar as falas apresentadas por Ian Kershaw, de Heinrich Claß - o líder dos pangermanistas arquinacionalistas, contra os judeus nas quais este apontava a

morreu em 1910, em Viena. Ver EVANS, Op. Cit., 2010, P.48; KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna**: de 1800 aos dias de hoje. Trad. Claudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

⁵⁸ KERSHAW, op. cit., 1993, p.26-27

⁵⁹ HITLER, op. cit., 1939

⁶⁰ KERSHAW, op. cit., 2010, P.83

necessidade de exclusão, e até da morte desse grupo, percebe-se que os discursos de Hitler não destoavam daquilo que já estava sendo falando no seio da extrema direita alemã.⁶¹

1.2- Consolidação doutrinaria

Kershaw afirma que mesmo antes da ida de Hitler para a Guerra, em 1914, a base das suas ideias já estava consolidada na “visão darwinista social da história como uma luta entre as diferentes raças, cabendo a vitória à mais forte, mais apta e mais impiedosa”.⁶² Mas, segundo ele próprio afirmou, alguns pontos fulcrais dos seus projetos políticos foram dados no início dos anos vinte.

Assim, foi no decorrer dos anos de 1920 que a perseguição ao “bolchevismo judaico” mudou os objetivos de política externa de Hitler, que antes se baseava em um tradicional expansionismo colonialista, aos moldes do que já era pregado pelo movimento pangermânico para uma expansão territorial para leste as costas do território russo.

Outra importante base do discurso hitlerista, incorporada na década de 1920, foi a necessidade de conquista de *Lebensraum* (espaço vital) a partir de territórios da Europa Ocidental.⁶³ Esse é um conceito que merece atenção, uma vez que é um dos pilares fundantes do discurso hitlerista em relação à anexação territorial.

Segundo Woodruff Smith, o termo *Lebensraum* foi cunhado na década de 1890 por Friedrich Ratzel (1844-1904) e “era repleto de componentes ideológicos conservadores facilmente reconhecidos.” A sua origem, que combinava elementos científicos e ideológicos, explicava a “sua pronta adoção pelos conservadores”, e por isso conseguiu com sucesso cumprir o papel de um conceito político, “ajudou a agregar apoio a seus empregadores e foi aceito por esses empregadores como base para a formulação de políticas.” Ainda segundo Smith, “O espaço vital legitimou as ideias políticas partidárias, unindo-as em um quadro científico respeitável e assim tornou-se altamente atraente para pessoas já inclinadas a aceitar o conservantismo radical alemão.”⁶⁴

Em seus estudos, Ratzel apresentou a seguinte definição para *Lebensraum*:

a área de superfície geográfica necessária para sustentar uma espécie viva em seu tamanho populacional atual e modo de existência. Os limites exatos do espaço vital de uma espécie eram relativos às exigências metabólicas e ao ambiente de seus membros, e se expandiam à medida que a população crescia. O espaço vital parecia colocar a

⁶¹ KERSHAW, op. cit., 2010, P.83-84

⁶² KERSHAW, op. cit., 1993, p.28

⁶³ KERSHAW, op. cit., 1993, p.29-30

⁶⁴ SMITH, Woodruff D. Friedrich Ratzel and the origins of Lebensraum. *German Studies Review*, v. 3, n. 1, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1980. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/1429483>>. Acesso em 10 de Mai. 2019, pp. 51-52

seleção natural de Darwin em uma dimensão espacial e ambiental. A adaptação de uma espécie ao seu ambiente total levou ao sucesso evolutivo e a uma tendência a se espalhar. Sem impedimentos, uma espécie e seu espaço vital se expandiriam para cobrir a área de um círculo cada vez mais amplo [...]. A história de qualquer espécie, incluindo o homem, foi assim a história de seus padrões de adaptação ao seu espaço vital.⁶⁵

A unidade de análise para a espécie humana usada pelo geógrafo era o *Volk*, mas diferente do que se viu no uso pela extrema direita alemã esse tinha um caráter cultural e não racial.⁶⁶ Para Smith, o mérito de Ratzel foi “transferisse ideias não-científicas para um contexto científico e, em seguida, ‘provasse’ sua validade através da repetição, e não através de uma tentativa conscienciosa de falsificar hipóteses.”⁶⁷ Essa teoria estava muito ligada à conquista de novas terras para ampliar a agricultura. Smith resume bem ao dizer que, segundo essa teoria, “como uma planta, um Volk precisava crescer e expandir seu espaço vital ou morrer.”⁶⁸

1.2.1 O movimento/partido/ a direita völkisch

Ao analisa-se as correntes e pensadores que influenciaram Hitler percebe-se que seu discurso não é inovador, e sim uma soma de diagnósticos e soluções dadas pela direita, em especial os grupos pangermânicos, para medos e anseios que assolavam a sociedade alemã no período. Segundo Kershaw, “o que Hitler fazia era propagar ideias não originais de um modo original. [...] O que contava não era o que dizia, mas sim como dizia.”⁶⁹

Seu primeiro contato com o então Partido dos Trabalhadores Alemães se deu por meio de uma missão de espionagem para o exército. Hitler era encarregado de averiguar grupos e partidos políticos, a fim de determinar se esses eram perigosos ou se poderiam ser “recrutados para a causa da contrarrevolução”. Segundo Kershaw, a ordem que Hitler recebera e fora pago para tal, era de promover o crescimento do partido.⁷⁰ A própria filiação se deu por ordem de seus superiores, tornou-se assim o membro 555.⁷¹ Ainda

⁶⁵SMITH, op. cit., 1980, p.53

⁶⁶“ Seu uso alternativo do *Volk*, no entanto, era muito questionável, especialmente sua suposição de que um *Volk* culturalmente definido era o equivalente das unidades de espécies biologicamente definidas em sua teoria geral. Como muitos contemporâneos, Ratzel empregou uma mera analogia (entre uma entidade social e um organismo vivo) como se fosse uma lei da natureza.”. SMITH, Woodruff, Op. Cit., p.54

⁶⁷ SMITH, op. cit., 1980, p.53

⁶⁸SMITH, op. cit., 1980, p.54

⁶⁹ KERSHAW, op. cit., 2010, p.100

⁷⁰ KESHAW, op. cit., 2010, p.98

⁷¹ Em seu número de inscrição constava como membro 555, mas segundo Evans, não necessariamente esse era o número real de integrantes, já que era uma prática comum entre os partidos políticos não iniciarem a contagem do 1, mas as vezes até do 500, com a fim de passar a ideia de que o partido tinha muito adeptos. Ver EVANS, op. cit., 2010, p.174

segundo o autor, diferente do que alega, Hitler não fora o sétimo membro do Partido, esta era apenas mais uma invenção posterior para “servir à lenda do Führer”.⁷²

Sobre os grupos da extrema direita *völkisch* que atuavam no período, Evans aponta para a Liga de Defesa e Desafio Racial Alemã, uma organização muito maior que como o nome já pressupõe possuía um forte “apelo do antissemitismo radical”. O autor chama atenção ainda que “esse era mais um grupo de extrema direita que usava a suástica como principal símbolo político.”⁷³

Muitos dos elementos que foram encontrados nas diretrizes daquilo que foi defendido pelo NSDAP já haviam sido proclamados pela extrema direita *völkisch*. Stackelberg fala que o “Programa de vinte e cinco pontos” do partido nazista, lançado em 1920, só reafirmava antigas exigências de grupos pangermânicos anteriores a guerra. Como, por exemplo, desconsiderar o judeu como um cidadão alemão, e assim submetê-lo a uma lei especial para imigrante, excluindo dele qualquer possibilidade de servir ao Estado como funcionário. O autor afirma ainda que para Hitler o antissemitismo ao mesmo tempo servia para “legitimar, embora parecesse atacar, o sistema econômico existente, atribuindo suas falhas aos judeus, quanto para difamar a democracia e o socialismo ao denunciá-los como conspirações dos judeus.”⁷⁴

1.2.2. A ascensão do racismo no século XIX

Não só os diagnósticos e soluções apresentados por Hitler não eram originais, mas também os fundamentos por trás daquilo que ele propunha não eram oriundos de teoria própria. O discurso da extrema direita no período estava embasado em uma concepção amplamente difundida no século XIX na Europa: o racismo.

Com a secularização cada vez maior da sociedade, a ciência surgia como principal legitimadora dos discursos inclusive os políticos. O status médico ou científico serviu para chancelar ideias que já estavam difundidas dentro da sociedade tornando-as verdades indiscutíveis. E o racismo é um exemplo desse fenômeno. Mas o que é o racismo?

O sentimento de “ressentimento ou preconceito entre grupos”⁷⁵ distintos é imemoriável quando há o embate entre diferentes comunidades. Tal sentimento também pode ser observado nas sociedades mais antigas evidenciando assim sua longividade. Mas

⁷² KERSHAW, op. cit., 2010, P.97-98

⁷³ EVANS, op. cit., 2010, p.174

⁷⁴ STACKELBERG, op. cit., 2002, p.130

⁷⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Zahar, 1998. P.84

aquilo que neste trabalho chama-se de racismo não é um sentimento imemoriável, é um fenômeno da modernidade.

Diversos autores, como Zygmunt Bauman, apontaram para a importância da distinção entre aquilo que ele chama de “heterofobia”⁷⁶ e “inimizade competitiva”⁷⁷ do racismo. Para Bauman, o racismo é um fenômeno moderno, pois só é possível com o avanço de elementos que surgiram nesse período da história, como o Estado, a ciência, e as tecnologias. No mesmo sentido Michael Wieviorka defende que o estranhamento, ou até a rejeição entre grupos humanos diferentes não é propriamente uma expressão racista. Para ele, o racismo se dá no momento em que estes grupos distintos são inseridos, ou se inserem, “em uma mesma unidade econômica, política ou social, em particular um mesmo conjunto jurídico-político- [...], um Estado.”⁷⁸ Mais do que apenas um produto, o racismo pode ser visto também como um objeto, como defende Hanna Arendt, que instrumentalizou as pessoas a reagirem com as “experiências e situações da vida moderna”.⁷⁹

Entretanto, o que foi esse fenômeno que fundamentou, não só na Alemanha, mas em diversos países, tantos discursos políticos? Quais os preceitos nos quais se fundamentavam o discurso racista? Quais foram seus pesquisadores proeminentes e o que eles defendiam? Para que se possa compreender a ideia de pertencimento ao grupo nacional que foi pregada por Hitler, precisa-se primeiro explorar essas questões.

A palavra raça já existia no vocabulário social antes do período moderno, mas tinha uma conotação diferente. Até o século XVIII esta estava ligada a ideia de geração ou descendência, por exemplo, aquele que é da “raça de Abraão” é aquele que deriva da linhagem de Abraão.⁸⁰ Porém, o século XIX agregou ao termo uma nova definição, e assim, trouxe uma nova forma de ver a sociedade e as relações humanas que a permeiam.

⁷⁶ O autor define heterofobia como um “difuso desconforto, embaraço ou ansiedade (sentimentos mais do que práticos) que as pessoas sentem normalmente sempre que são confrontadas como ‘ingredientes humanos’ de sua situação que não compreendem plenamente, com os quais não se relacionam de maneira fácil e não podem esperar que se comportem de modo corriqueiro, famílias. BAUMAN, 1998. P.86

⁷⁷ Por “inimizade competitiva” o autor compreende “os sentimentos de antipatia e ressentimento [...] mais como apêndices emocionais da atividade de separação; separação que por si mesma requer uma atividade, um esforço, uma ação continuada. ”. Esse fenômeno tem como particularidade de não haver uma clara distinção entre o “forasteiro” e o “nativo”. “O forasteiro nesse caso ameaça entrar no grupo nativo e fundir-se com ele. [...]. O elemento estranho, portanto, ameaça a unidade e a identidade do grupo nativo[...].”BAUMAN, op. cit.,1998, p.87

⁷⁸ WIEVIORKA, Michel; PEREIRA, Miguel Serras. **O Racismo: Uma Introdução**. Trad. FanyKon. São Paulo: Perspectiva, 2007. P.42.

⁷⁹ ARENDT, op. cit.,2013, p.189

⁸⁰HERMAN, Arthur. Sobre os escombros, *In: A ideia de decadência na história ocidental*. Trad. Cynthia Azevedo e Paulo Soares, Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 63

Defendia-se neste período que a humanidade devia ser dividida, tal qual no reino animal, por raças. Estas se diferenciavam uma das outras em sua própria essência ou em outras palavras em sua própria biologia.⁸¹ É graças a essas distinções que surgiam as diferenças físicas, culturais e até morais. Diferentes áreas do saber foram usadas para legitima esse discurso desde a conhecimento médico à antropologia social.

Uma vez que a raça é definida como algo orgânico não há como se ensinar ou converter um indivíduo para uma mudança racial. Assim, nascer em uma raça não possibilita mudança seja esta comportamental, política ou religiosa. Com explicou Bauman, “o racismo expressa a convicção de que certas categorias de seres humanos não podem ser incorporadas a ordem racional, seja qual for o esforço que se faça. [...] o racismo proclama que certas falhas de determinadas categorias de pessoas não podem ser removidas ou retificadas”.⁸² Como sintetizava Bauman, o século XIX traz uma nova roupagem para um sentimento que é experimentado pelos grupos humanos desde que estes entram em contato com outros até então desconhecidos.

O racismo destaca-se por ser um costume que é parte integrante e que racionaliza. Costume que combina estratégias de arquitetura e jardinagem com a da medicina a serviço da construção de uma ordem social artificial pelo corte de elementos da realidade presente que nem se adequam à realidade perfeita visada nem podem ser mudados para que se adequem.⁸³

O Antissemitismo também pode ser analisado como um conceito que tenta abarcar um sentimento que existe desde muito antes da sua elaboração.⁸⁴ Segundo Bauman, esse “ressentimento e discriminação contra o judeu” têm suas raízes na Antiguidade e perduraram por séculos. Entretanto, a modernidade trouxe elementos novos nessa relação da sociedade com o judeu. O “antissemitismo” que é criado e difundido na modernidade tem a pretensão de abarcar não só esse sentimento, mas também suas manifestações.⁸⁵ Assim, ele pode ser enquadrado analiticamente como uma expressão de racismo.⁸⁶ Isso

⁸¹ WIEVIORKA, 2002.

⁸²BAUMAN, op. cit., 1998. p.87

⁸³BAUMANop. cit., 1998. p.87

⁸⁴ É extensa a discussão quanto o surgimento do antissemitismo e se esse integra ou não uma vertente do racismo. Não cabendo aqui aprofundar-se nessa discussão, será tomado o pressuposto assumindo por Michel Wieviorka, no segundo capítulo de seu livro “Racismo, uma introdução”, de o antissemitismo pode ser incluído como uma expressão de racismo. WIEVIORKA, op. cit., 2002.

⁸⁵ Deve-se retomar Hanna Arendt para salientar que, tal como o racismo, o antissemitismo não traz à tona um fenômeno novo. Segundo a autora, “as perseguições, expulsões e massacres dos judeus desde o fim do Império Romano até a Idade Média”. Porém, o antissemitismo pode ser entendido como um fenômeno moderno, pois, segundo ela, o termo está relacionado a questões políticas do Estado moderno. ARENDT, op. cit., 1989, p. 17.

⁸⁶BAUMAN, op. cit., 1998. P.54.

se considerar a transformação do ressentimento anti-judaico movido por questões sociais, culturais e religiosas que tem origem com o surgimento da religião judaica, para a concepção do judeu como grupo racial, que aflora na modernidade.⁸⁷ Até então, a segregação e hostilidade destinadas ao judeu no meio social era tida de forma natural, mas com ascensão da modernidade, a separação dos judeus virou de fato um problema. Como tudo o mais na sociedade moderna, ela agora tinha que ser fabricada, construída, racionalmente defendida, tecnologicamente planejada, administrada, supervisionada e executada.⁸⁸

Para solucionar tal questão o racismo cria teorias de legitimação do seu discurso de segregação a partir da superioridade de determinados grupos em relação a outros. Muitas destas teorias serão reproduzidas no século seguinte por pensadores que influenciaram o pensamento nazista. Arthur Herman, no segundo capítulo de seu livro, “A ideia da decadência na história ocidental”,⁸⁹ aponta como diversas correntes que têm seu início na modernidade vão se desenvolvendo até o século XX e também as influências que estas exerceram sobre os intelectuais contemporâneos.

Um exemplo dessas é a teoria de Gustav Klemm que distinguia as raças não pela cor da pele, mas entre aquelas que eram “ativas” e as que eram “passivas”. As primeiras eram aquelas que tinham em seu interior a força para dominar as demais. Ainda segundo ele, a miscigenação era danosa às “raças ativas”, pois estas “perdiam a independência e a vontade feroz.”⁹⁰

Outro autor que foi de extrema importância para a formulação das teorias que, anos depois, foram usadas pelos nazistas, era o aristocrata francês Joseph-Arthur de Gobineau que pregava a idealizada “raça ariana”.⁹¹ Seu livro “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”⁹² não obtivera destaque em seu país de origem, mas foi muito apreciado na Alemanha. Entre aqueles que tinham o pensamento semelhante ao

⁸⁷ WIEVIORKA, op. cit., 2002. pp. 52-53

⁸⁸ BAUMAN, 1998, p.79.

⁸⁹ HERMAN, 1999

⁹⁰ HERMAN, op. cit., 1999, p.65

⁹¹ O termo surge a partir de pesquisas de Friedrich Schlegel sobre as sociedades orientais, especificamente a indiana. Schlegel chega à conclusão que um grupo foi o responsável pela produção do sânscrito, que na sua teoria foi a língua que deu origem a todas as línguas, tanto do ocidente, quanto do oriente. Tal teoria se mostrou errônea, porém, a ideia que todas as civilizações foram originárias de uma civilização primária despertou o interesse de muitos estudiosos do período. Christian Lassen, por exemplo, vai afirmar que esse grupo possuía as virtudes de uma Europa pré-burguesa, a ideia de honradez aristocrática. Gobineau irá entender que os arianos são aqueles que deram origem à raça branca europeia, e é deles “essa vitalidade, uma força, ou essência de vida transmitida do organismo vivo para seus descendentes, que reside na origem de toda criatividade e civilização humanas.” Ver HERMAN, Op. Cit., P. 65-66

⁹² GOBINEAU, Arthur de. Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas. Paris, 1856.

dele estava o principal nome do movimento nacionalista alemão, Paul Lagarde. Este acreditava que a nação alemã possuía uma “alma coletiva”, e que esta estava sendo destruída pelos ataques dos liberais, dos judeus, da Igreja Católica e outros elementos “não alemães”. As ideias do aristocrata francês e do ultranacionalista alemão se proliferaram, “o mito ariano encontrou um final feliz. [...]. Os arianos louros, espadaúdos, viris e livres não desapareceram. Eles se tornaram ‘teutões’, os descendentes modernos das antigas tribos germânicas”.⁹³

As gerações que se seguiam iam se distanciando aos poucos das ideias originais de Gobineau deixando de lado principalmente sua visão pessimista sobre futuro da Europa. Quando em 1889, um pouco mais de 30 anos após o lançamento do “Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas”, é publicado “Os fundamentos do século XIX” de Stewart Chamberlain. A relação da origem do ariano em povos orientais é deixada de lado e são exaltadas a “liberdade e lealdade”⁹⁴ ao invés da valorização da aristocracia. São apreciadas também características “saúde e força física, muita inteligência, imaginação exuberante, incansável impulso para criar.”⁹⁵ Chamberlain vai adiante, e além de definir o *ariano* apontou também aquele que segundo ele é o principal responsável pela “destruição da vitalidade teutônica”: o judeu.

Podemos observar como muitos elementos dos defendidos, não só do NSDAP, mas por outros partidos e movimentos da direita *völkisch*, são oriundos de teorias que foram se desenvolvendo desde o século XIX. Isso demonstra, não só como esses princípios não são originais do discurso hitlerista, como também já estavam a muito disponíveis e sendo usado como arma políticas.

Esta breve investigação feita até aqui irá ajudar a iluminar o caminho que será percorrido ao analisar os discursos de Hitler. Discursos esses que têm um lugar de construção em uma Alemanha que se encontrava instável no começo do século XX. Esse foi o terreno em que as ideias que já estavam sendo fomentadas desde o no final do século anterior encontraram espaço para se disseminar.

As ideologias propagadas neste período, e utilizadas por Hitler e seu partido, carregavam consigo um elemento essencial para a legitimação discursiva no século XX: o caráter científico. Não importava os métodos de análise ou as inconsistências, que são

⁹³ HERMAN, op. cit., 1999, pp.78-79

⁹⁴ Lealdade “significando lealdade própria e para com os outros pelo instinto de preservar sua identidade e sua autonomia racial.”. HERMAN, Op. Cit., P.79

⁹⁵ HERMAN, op. cit., 1999, pp. 79-80

comuns ao se deslocar teorias biológicas para o âmbito social, ao fim os efeitos produzidos eram significativos. Como aponta Smith,

O objetivo de uma ideologia não é chegar à verdade, mas sim realizar tarefas políticas, como a criação de consenso. A maioria das ideologias, precisamente por causa de seus propósitos, são não-falsificáveis, circulares na lógica e dependentes de metáforas que produzem imagens. Assim como a incorporação acrítica da ideologia na teoria científica pode levar a uma teoria ruim, a incorporação acrítica da ideologia na formulação de políticas pode levar a políticas ruins.⁹⁶

O Partido Nacional Socialista, como foi demonstrado, não foi o único a fazer uso dessas teorias que cada vez mais ganhavam a sociedade. As propostas do partido dialogavam diretamente com aquelas que eram promulgada pelos muitos outros grupos da direita alemã que existiam no período. Então, para compreender os ideais Nacional-socialistas é necessário levar em conta o espaço propício em que esses foram fomentados e o apelo que a personalidade de Hitler representava.

1.3- Hitler e a historiografia

Agora, que já se discutiu o lugar de construção do discurso de Hitler e explicou-se as bases nas quais suas teorias estavam fundadas, serão apresentadas duas escolas interpretativas que analisaram o papel de Hitler nas políticas do Terceiro *Reich* e seus projetos. Tal discussão historiográfica é fundamental quando se abordam os objetivos políticos de Hitler. Mesmo que este trabalho não pretenda entrar a fundo em tal debate, muito menos argumentar em favor de uma ou outra corrente, não há como discutir os temas que envolvem, mesmo que só na teoria, as anexações populacionais e territoriais que foram pensadas e postas em prática no Terceiro *Reich* sem mapear aquilo que vem sendo discutido pela historiografia especializada quanto ao papel e intenções de Hitler nos assuntos de política externa nazistas.

Muito se debate na historiografia sobre o Terceiro *Reich* quanto ao grau de interferência direta de Hitler nos eventos ocorridos de 1933 a 1945. Discute-se até que ponto as ordens partiram expressamente do líder nazista ou se seus subordinados agiram por conta própria, respaldados na “vontade do *Führer*”. Outro tema que permanece em disputa é se as ações nazistas eram guiadas pelos princípios do partido, que desde antes da sua chegada ao poder estavam bem delimitados, ou se as decisões foram sendo tomadas

⁹⁶SMITH, Op. Cit., p.68

a partir do cenário político que se delimitava, assim, os nazistas se aproveitavam das oportunidades que surgiam.

Richard Evans defende que a interferência direta de Hitler dependia do seu grau de interesse no assunto em questão. Aponta o autor, que assuntos como o “gerenciamento da força de trabalho ou os detalhes da administração financeira” não eram considerados importantes pelo líder nazista, e por isso, eram deixados aos cuidados dos seus homens de confiança. Já nos temas os quais “nutria interesse genuíno, não hesitava em exercer o comando direto, mesmo em questões de detalhe”. Não obstante, a política externa, segundo Evans, era uma das áreas que o ditador mais se interessava.⁹⁷

Ian Kershaw também debate o tema da participação de Hitler ao fazer um levantamento sobre a historiografia que se debruçou sobre essa questão. Segundo ele, alguns historiadores, como Hans-Adolf Jacobsen e Milian Hauner, ao estudar agências de política externa do regime tentam provar o caráter “pluralista” ou “policrático” do regime.⁹⁸ Segundo Eberhard Jäckel, o termo “policracia” foi usado por alguns historiadores para afirmar que as decisões no Terceiro *Reich* “eram tomadas por autoridades conflitantes, que Hitler conseqüentemente não determinou e não pôde determinar o curso da política, que ele foi levado a decisões em vez de fazê-las ele mesmo e que, em último caso, ele poderia ser definido como um ditador fraco”.⁹⁹

Já uma “monocracia”, ainda segundo Jäckel, seria um líder que governa sozinho sem o apoio de qualquer classe social. Para ele, Hitler não governou sem apoio, mas sim com o apoio de classe conflitantes entre si. “Ele explorou sua base original de poder não confiando apenas em um grupo, mas sim servindo vários grupos simultaneamente jogando-os uns contra os outros e assim adquirindo uma certa independência”.¹⁰⁰ A monocracia do regime estava pautada no grau de independência que Hitler conseguiu para tomar suas decisões. O que ficou comprovado para Jäckel, pela falta de órgãos decisórios.

Entretanto, tanto Kershaw quanto Jäckel defenderam que as duas interpretações de um regime monocrático ou policrático não se contradizem.

De acordo com a minha interpretação, não há contradição entre monocracia, como eu defini, e policracia. Pelo contrário, policracia é a condição de monocracia. O monocrata chega ao poder em bases policráticas, apoiado por grupos conflitantes que paralisam uns aos outros, e ele mantém seu poder governando policraticamente, isto é,

⁹⁷EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no poder**. Editora Planeta do Brasil, 2013, p.654

⁹⁸KERSHAW, Ian. **The Nazi dictatorship: Problems and perspectives of interpretation**. Bloomsbury Publishing, 2015.p.160-61

⁹⁹JÄCKEL, Eberhard, **Hitler na História**, Hanover: University Press of New England, 1989. p.29

¹⁰⁰JÄCKEL, op. cit., 1989, p.28-29

jogando os grupos conflitantes uns contra os outros. É precisamente esse método que permite que ele tome as principais decisões sozinho. Mas mesmo assim ele é, como eu disse, não onipotente. Ele tem que levar em conta os desejos e interesses de seus apoiadores.¹⁰¹

As duas interpretações se inserem em um extenso debate historiográfico. De um lado estão aqueles que acreditam que a política posta em prática durante o governo nazista deveria ser explicada pelo contexto político da Alemanha e do mundo, podendo inclusive, ser interpretada como uma “continuação da tradição expansionista alemã”. Desse modo, as ações de Hitler se davam com base nas possibilidades políticas que se apresentavam a ele não havia uma organização ou estratégia sólida que guiasse sua política externa, em último caso, ele era apenas um “oportunista” que soube se aproveitar do momento político que lhe foi apresentado. À essa escola interpretativa é dado o nome de Estruturalista ou Funcionalistas.

Do outro lado, estão aqueles que vêm as decisões postas em prática durante o regime nazista justificadas por uma ideologia consistente e inabalável defendida abertamente por Hitler já em 1925, no *Mein Kampf*. Segundo Kershaw, para os defensores dessa escola interpretativa, a qual é conhecida por Intencionalista, a análise da política externa nazista deveria ser feita levando em conta a “premissa de que a ideologia expansionista de Hitler tinha que ser encarada com seriedade mortal, e que a subvalorização de Hitler dentro e fora da Alemanha tinha sido uma chave fatal para seu sucesso.”¹⁰²

Kershaw propõe que as duas concepções não precisam ser contraditórias. Hitler pode ter sido um homem de princípios ideológicos fixos e ao mesmo tempo soube explorar as oportunidades e necessidades que foram aparecendo na política externa. Jäckel também chegou a mesma conclusão e afirma que:

[...] a controvérsia [entre as duas correntes] é baseada em um profundo equívoco de ambos os lados. Teria sido um mal-entendido se os chamados intencionalistas tivessem assumido que podemos explicar os atos de Hitler, demonstrando que ele tinha intenções. Eles teriam negligenciado o fato de que os homens só podem agir sob certas condições de apoio ou conformidade e que essas condições também precisam ser demonstradas. Por outro lado, é um mal-entendido se os funcionalistas assumem que, num regime policrático, as decisões são necessariamente feitas de maneira policrática, isto é, por autoridades conflitantes. Há evidências abundantes de que todas as principais decisões no Terceiro Reich foram tomadas por Hitler, e há evidências igualmente abundantes de que o regime era em grande parte anárquico e pode, portanto, ser descrito como um policraia. O mal-entendido é

¹⁰¹JÄCKEL, op. cit., 1989, p.31

¹⁰²KERSHAW, op. cit., 2015, p. 155-56

supor que as duas observações são contraditórias e que apenas uma delas pode ser verdadeira.¹⁰³

Este trabalho não tem a pretensão de responder à essas densas questões que fundamentam esse extenso debate historiográfico que foram meramente apresentadas aqui. Contudo, não é possível seguir uma análise dos discursos de Hitler sobre o tema dos “alemães étnicos”, e conseqüentemente sobre a política externa do *Reich*, sem levar em conta as múltiplas possibilidades já exploradas para compreendermos esse fenômeno.

Faltaria material primário de análise para, ao fim desse trabalho, argumentar enfaticamente se as ações de Hitler podem ou não ser lidas como um caminho consciente para realizar seus projetos ideológicos.

Capítulo Dois- Da formação do Estado à República de Weimar: As análises de Hitler sobre a política alemã

Nesse capítulo busca-se ver como Hitler define os “alemães étnicos” e a importância que estes têm em seu livro *Mein Kampf*. O objetivo desta seção é analisar as fontes buscando responder as seguintes questões: há diferença na forma de entender o alemão que nasceu nas fronteiras definidas como Estado, a partir de sua criação em 1871, e aqueles que nasceram fora destas? Se sim, qual é essa diferença e, nesse sentido ainda, há alguma hierarquia entre esses indivíduos que são nacionais? Qual deve ser a ação do Estado em relação a esses “alemães étnicos”? O livro trata de forma homogênea às comunidades alemãs de diferentes países?

Este capítulo se dividirá em quatro grandes partes. Na primeira será analisada a construção histórica do Estado Alemão, segundo aquilo que é defendido pelos primeiros discursos nacionalistas e reafirmado por Hitler.¹⁰⁴ Assim, pode-se dizer que o ponto inicial da pesquisa foi dado pela própria fonte. Na segunda parte chegara-se na discussão sobre as fronteiras territoriais e para isso será analisando como a história sobre a criação

¹⁰³JÄCKEL, op. cit., 1989, p.29-30

¹⁰⁴ Deve-se ressaltar ao datar o ponto de partida, não se está afirmando que se encontra ali a origem do pensamento nacionalista. Como dizia Anthony Smith, é complexo analisar as origens do pensamento nacionalista, e não há como fixar “surgimento do verdadeiro nacionalismo”. Para ele, quando o historiador traça o as origens dos diferentes nacionalismos, este movimento diz mais a respeito da forma como esse autor define o fenômeno, do que de sua verdadeira origem. Ver SMITH, Anthony D. **National identity**. University of Nevada Press, 1991. P.85

do primeiro e segundo *Reich* alemães, história essa tratada no item anterior, são referenciadas por Hitler em diversas passagens da sua obra.

Decidiu-se começar discutindo a história da formação do *Reich*, e não a fonte em si, porque entendeu-se que esse período é chave para entender referências do discurso hitlerista que encontraremos mais adiante em seu livro. Além disso, muitas das propostas do autor para a Alemanha só são compreensíveis se forem consideradas a percepção sobre o processo de criação do Estado com seus “erros” e “acertos”.

Ainda dada a relevância da questão territorial no que se refere ao objeto dessa pesquisa, alemães no exterior, serão mostradas no terceiro item as perdas territoriais alemãs partir do fim da Primeira Guerra Mundial, pois, também se viu nesses elementos marcos nos quais Hitler vai se pautar para propor políticas de Estado. E finalmente será visto como, a partir das novas fronteiras impostas para a Alemanha, se definiu a questão dos *Volksdeutschen* para Hitler.

2.1- A construção do estado alemão: do sacro-império romano germânico à criação do estado-nação

Discutir sobre a formação do Estado alemão e a análise de Hitler desse processo é importante pois esta embasará elaborações do autor sobre diversas questões que serão analisadas neste capítulo: como as fronteiras do Estado, a ideia de que há territórios e os grupos alemães que ficaram de fora no momento de formação do *Reich*, mas que teriam o direito de fazer parte da pátria. Muitos elementos históricos desse período de formação do *Reich* alemão serão debatidos por Hitler no *Mein Kampf*. Assim, para compreender algumas críticas e projetos de Hitler para a Alemanha é necessário que se entenda o contexto em que ocorreram e as suas consequências em termos políticos, econômicos e espaciais.

2.1.1. A gênese da construção nacional:

Discursos nacionalistas vão enaltecer uma suposta unidade histórica que englobava todos os estados alemães, e realmente, no caso alemão é possível observar unidades de políticas federativas anteriores a formação do Estado Nação, cujas estruturas serviriam de modelo político e administrativo para a sua criação em 1871. Ao que diz respeito ao território, também pôde-se observar fronteiras relativamente semelhantes que permearam diferentes governos. Tanto no Sacro Império Romano Germânico quanto no período da Confederação Alemã, os “territórios alemães” se estendiam “do mar do Norte

até o Tirol, das fronteiras com a França à Prússia Oriental, margeando o Império Russo”.¹⁰⁵ Todavia, segundo Roderick Stackelberg, é utópico afirmar que em algum momento da história houve um Estado alemão em que suas fronteiras coincidissem “com a área habitada por povos alemães”.¹⁰⁶

Muitas vertentes do nacionalismo alemão viam o Estado-Nação, constituído em 1871, como “incompleto”, pois este excluía territórios que para eles também eram considerados alemães. A ausência mais significativa era do Império Austríaco. Essa ideia se pautava na comparação com o Sacro Império Romano, que fora fundado em 800 d.C por Carlos Magno. Os discursos nacionalistas alemães posteriormente consagraram essa unidade como I *Reich*, também conhecido como o “*Reich* de mil anos”.¹⁰⁷

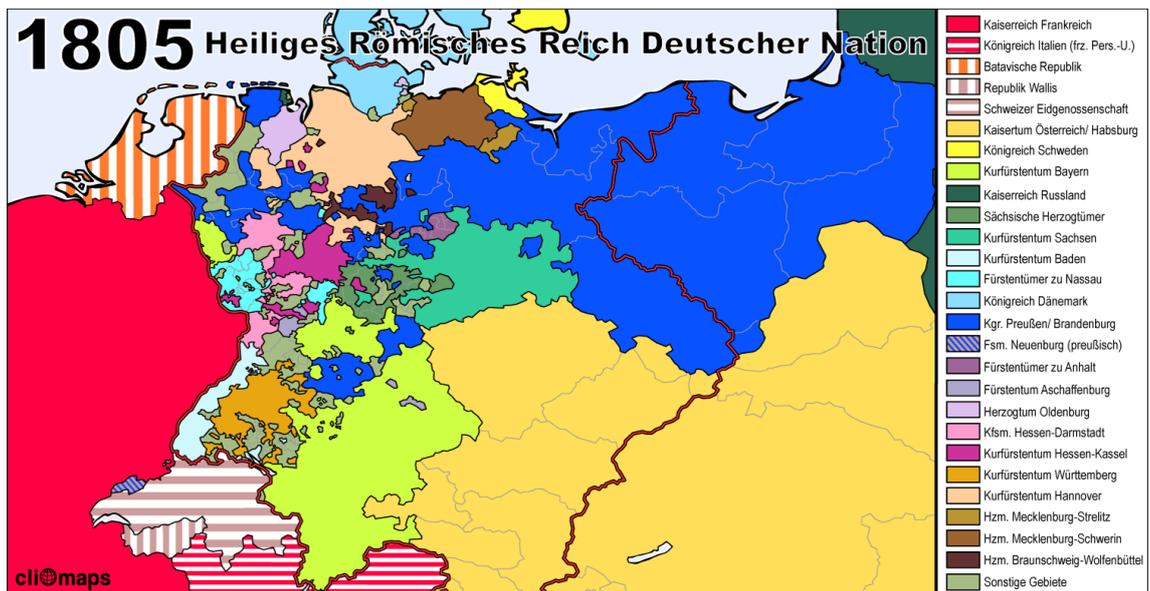
O mapa abaixo mostra as dimensões do Sacro Império, que aparece demarcado por uma linha vermelha. Deve-se observar que mesmo abrangendo o Império da Áustria (*Kaisertum Österreich*) e o Reino da Prússia (*Königreich Preußen*), este não os englobava em sua totalidade. Como será observado, além desses que são os maiores reinos do Império outras regiões também se destacam como grandes “estados”, como o caso do Principado Saxônia (*Kurfürstentum Sachsen*), Principado Baviera (*Kurfürstentum Bayern*), e o território do Principado Hanôver (*Kurfürstentum Hannover*). Além disso, o Império contava com centenas de pequenas unidades políticas, como principados, ducados, alguns pouco maiores que uma cidade. E por isso, segundo Moraes, essa parte da Europa central era vista como um emaranhado de pequenos estados (*Kleinstaaterei*).¹⁰⁸

¹⁰⁵ MORAES, Luís E.S. **História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**, São Paulo: Contexto, 2017. P.128

¹⁰⁶ STACKELBERG, Roderick. **A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados**. Trad. A. B. Pinheiro de Lemos, Rio de Janeiro: Imago, 2002. P.44

¹⁰⁷ EVANS, EVANS, Richard J., **A Chegada do Terceiro Reich**. Trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010, P.41

¹⁰⁸ MORAES, Os Nacionalismos Alemães: do Liberalismo ao Nacionalismo Excludente. *In: A experiência nacional: identidades e conceitos de nação da África, Ásia, Europa e nas Américas*. LIMONIC, Flávio, MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.) - 1º ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. MORAES, Luís E.S. **História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**, São Paulo: Contexto, 2017, P.283



Mapa 1: Sacro Império Romano Germânico 1805.¹⁰⁹

Mas, mesmo se tratando de um território “esplêndido” e extenso, fundado a partir da junção de mais de trezentas unidades,¹¹⁰ segundo Roderick Stackelberg, “era unificado apenas nominalmente”, e chegou na modernidade como uma unidade “fraca e fragmentada”.¹¹¹

Diversos fatores contribuíram para essa desunião, que foi agravando-se ao longo dos anos.¹¹² Pode-se dizer que a própria estrutura administrativa do Império corroborava para isso. Diferente de outros estados na Europa, o Sacro Império não tendeu a centralização administrativa e econômica. Deste modo, cada estado contava com um alto grau de autonomia, o que favorecia diversidades linguísticas e culturais, conflitos religiosos, em especial entre católicos e protestantes, além de intensificar as lealdades políticas locais em detrimento a noção de subordinação central.¹¹³ Outra questão que pode ser observada como elemento de fragilidade do Império é a ausência de fronteiras geográficas naturais que poderiam ajudar a delimitar a área do seu território. Esse ponto também é importante para pensar a maleabilidade das fronteiras alemãs durante diferentes períodos da sua história. Dada essas circunstâncias, Stackelberg vai afirmar

¹⁰⁹Fonte: Disponível em <<http://cliomaps.de/wp-content/uploads/2013/03/1805-DTL-X.png>>

¹¹⁰ MORAES,2017, P.283

¹¹¹STACKELBERG, 2002. P.44

¹¹² Um exemplo, foi a Guerra dos Trinta Anos (1618-48). Essa guerra civil entre Estados católicos e protestantes acabou por enfraquecer a unidade do Império e abrir espaço assim para invasões estrangeiras. Também dificultou o progresso do *Reich*, se comparado como os outros Impérios europeus. Ver STACKELBERG, 2002. P.44

¹¹³ “as pessoas se consideravam ‘súditos da Prússia, da Baviera, da Áustria, da Saxônia-Colburg-Gotha ou de Schwarzburg-Sondershausen’”. Shulze,1987, 5 Apud MORAES,2017,283

que o Império já estava moribundo antes mesmo da sua dissolução final com invasão de Napoleão, em 1806.¹¹⁴

Inicialmente a chegada de Napoleão foi vista com entusiasmo pelos intelectuais em Berlim, pois, a Revolução Francesa e seus ideais foram saudados com louvor pela *intelligentsia* germânica,¹¹⁵ mas em pouco tempo essa exaltação acabou.¹¹⁶ Não demorou muito até as primeiras perdas territoriais, que se deram a partir de tratados políticos externos. Em 1797, a margem esquerda do rio Reno foi concedida à França.¹¹⁷ E em 1805 os 314 estados independentes se reduziram a apenas 40.¹¹⁸ O ano seguinte foi marcado pela dominação francesa em diversos estados do Império, e com os governantes locais assinando a Carta Confederação do Reno, Napoleão tomou o posto de “protetor” da região. Pouco tempo depois, o imperador Franz II abdicou da coroa, se tornando o último imperador do Sacro-Império Romano Germânico.¹¹⁹

Sendo assim, Hagen Schulze conclui que, "não foi o fim do Império, que levou ao desenvolvimento de uma nova e mais forte ideia de identidade da nação alemã; o verdadeiro pai da nação alemã foi mais provavelmente Napoleão".¹²⁰ Moraes também vai no mesmo sentido e diz que no período anterior à Guerra de Libertação (1813-14), “que são dados os primeiros passos para a constituição de algo que pudesse ser chamado de uma estrutura organizativa para os movimentos nacionalistas”.¹²¹

A insatisfação popular com o domínio francês só aumentava, e diversos fatores corroboravam para isso, como aponta Tom Holmberg, “a presença de tropas francesas, que precisaram ser alojadas e alimentadas, era ao mesmo tempo um fardo e um golpe para

¹¹⁴ STACKELBERG, 2002. P.44

¹¹⁵ Para uma leitura aprofundada sobre esse grupo, e seu papel nas manifestações culturais e políticas na Alemanha, ver ELIAS, Norbert. Da Sociogênese dos Conceitos de "Civilização" e "Cultura", *In: O processo civilizador*, Trad. Edmund Jephcott, Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

¹¹⁶ Segundo HangeSchulze, “difícilmente algum poeta alemão ou filósofo não aplaudiu a jovem república francesa com entusiasmo”. SCHULZE, Hagen, **The course of German nationalism: From Frederick the Great to Bismarck, 1763-1867**, Trad. Sarah Hanbury-Tenison, Cambridge :Universityof Cambridge, 1991, P.48

¹¹⁷ “A invasão napoleônica esteve inscrita num plano de conflitos e concorrências mais amplas com a Inglaterra e com Estados monárquicos da Europa central e oriental (Áustria, Prússia e Rússia)”. Ver, MORAES, 2017, P.285

¹¹⁸ MORAES, 2017, P.283

¹¹⁹SCHULZE, 1991. P.48

¹²⁰SCHULZE, 1991. PP.48-49

¹²¹MORAES, Luís Edmundo de Souza. **EIN VOLK, EIN REICH, EIN FÜHRER! A SEÇÃO BRASILEIRA DO PARTIDO NAZISTA E A QUESTÃO NACIONAL.** 01/09/1996 257 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO. P.10.

o orgulho dos alemães.”¹²² Além disso, segundo Moraes, “o tipo de dominação exercida sobre os territórios ocupados, com as tropas francesas se comportando como verdadeiros ‘senhores da terra’ exercitando o confisco de bens e a arbitrariedade, facilitou a afirmação dos franceses e de Napoleão de modo irredutível como ‘o inimigo’.”¹²³

Foi justamente a figura do “inimigo comum” a responsável pela união entre os grupos até então heterogêneos. A defesa do território pôde ser vista assim como um ponto comum entre as unidades até então distintas de um *Reich* dividido. Percebida a necessidade de uma coalisão entre esses estados, a questão era traçar elementos comuns entre esses indivíduos.¹²⁴

Os intelectuais assumem um papel central nesse movimento¹²⁵ e é a estes que as sementes do “Nacionalismo” alemão são atribuídas. Dentre eles se destaca o filósofo alemão Johann Gottlieb Fichte¹²⁶ que em seus textos, *Reden an die deutsche Nation*

¹²²HOLMBERG, Tom. The Execution of Johann Philipp Palm. **Research Subjects: Miscellaneous.** Ago, 2005. Disponível em < http://www.napoleon-series.org/research/miscellaneous/c_palm.html >. Acesso em 15 de set. 2016

¹²³ MORAES, 2017, P.285

¹²⁴ Não era o primeiro esforço em busca de delimitar uma identidade comum entre “povos alemães”. Em finais do século XVIII, tem início um movimento de literatura em alemão que pode ser visto como uma primeira tentativa de uma unificação de diversos grupos dentro do Sacro-Império Romano Germânico, a partir de elementos comuns entre estes. Mas, agora entra em cena discursos mais incisivos e de caráter fortemente político. Segundo Moraes, é “nesse lugar” que começavam a ser traçados “os contornos do *Volk*”. A língua era um elemento central na definição do *Volk* para esse movimento que seria conhecido como “romantismo”, ou melhor dizendo, a primeira “fase” do romantismo. Porém, essa fase do romantismo estava longe de se pautar em questões políticas, baseava-se fundamentalmente nos contornos da “*Kultur*”. Entretanto, Nobeit Elias argumenta que esse movimento não era um movimento de cunho político. O romantismo pode ser considerado como uma primeira tentativa de dar forma a uma “consciência comum”, mas não como um discurso nacionalista, visto que não teve pretensões de definir os contornos de uma “nação alemã”. Os discursos de “caráter nacional” estão localizados no final do século XVIII e princípio do XIX. Ver ELIAS, 1994; MORAES, 1996, PP.5-7; RICON, Leandro Couto Carreira. A EMERGÊNCIA DE UMA ÓPERA ALEMÃ NO PRIMEIRO ESCRITO DE RICHARD WAGNER. Escritas: **Revista do Curso de História de Araguaína**, v. 3, 2011.

¹²⁵ “Os intelectuais- poetas, músicos, pintores, escultores, romancistas historiadores e arqueólogos, dramaturgos, filólogos, antropólogos e folcloristas - que propuseram e elaboraram os conceitos e a linguagem da nação e do nacionalismo e têm, através de suas reflexões e pesquisas, dando voz a aspirações mais amplas que eles transmitiram em imagens apropriadas, mitos e símbolos. A ideologia e a doutrina cultural do nacionalismo também podem ser atribuídas a filósofos, oradores e historiadores sociais (Rousseau, Vico, Herder, Burke, Fichte, Mazzini, Michelet, Palacky e Karamzin), elaborando cada um elementos adequados à situação da comunidade particular ao qual falaram.[...] Existe uma massa de evidências para o papel primordial dos intelectuais, tanto na geração do nacionalismo cultural quanto no fornecimento da ideologia, senão da liderança precoce, do nacionalismo político”. Ver SMITH, 1991. P.94

¹²⁶ Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) foi um filósofo alemão, seguidor de Kant e Goethe, que assume um papel central no período de invasão francesa ao propor pensar como uma unidade o coletivo da “pátria”. “Com ele se misturam três ideias fundamentais neste processo. A ideia de língua nacional, a de raça e a de Estado, tudo caldeado num messianismo germânico.”. Disponível em <<http://maltez.info/biografia/fichte.pdf>>. Acesso em 05 Fev. 2014

(Discursos a Nação Alemã),¹²⁷ define a língua como um elemento fundamental para caracterizar aquilo que era ser alemão.

Os primeiros, original e verdadeiramente naturais limites de estados são sem dúvida as suas fronteiras internas. Aqueles que falam a mesma língua são unidos entre si por uma multidão de laços invisíveis pela própria natureza, muito antes de qualquer arte humana começar;(…) Assim foi que a nação alemã colocou-se suficientemente unida dentro de si por uma língua comum e uma forma comum de pensar, e nitidamente suficiente separada do outro povos de no meio da Europa, como uma parede para dividir as raças não semelhantes.¹²⁸

No entanto, mesmo no período da Guerra de Libertação (1813-1815) ainda não se podia falar de uma unidade nacional. A lealdade estava vinculada às unidades políticas locais, que gozavam de muita autonomia.¹²⁹ Segundo Mazower, “o que as pessoas da Europa Central e da Oriental queriam dizer quando se descreviam como ‘alemãs’ ainda variava de lugar para lugar”,¹³⁰ em meados do século XIX.

Por conseguinte, na mesma medida em que os Estados se uniram contra Napoleão, após sua derrota,¹³¹ e mesmo com a constituição da *Deutscher Bund* (Confederação Alemã), estes voltaram a se fragmentar.¹³² A confederação, com seu modelo federalista, acabou por reafirmar fronteiras que já estavam presentes no Sacro Império, ao recorrer ao princípio de legitimidade monárquica para trazer de volta ao poder as casas que governavam os Estados germânicos antes da invasão.¹³³

2.1.2 A confederação Alemã:

A *Deutscher Bund* foi criada no Congresso de Viena, teve início após a vitória da “Terceira Coalização” sobre Napoleão, e tinha como objetivo “*restaurar* os dois pilares da ordem dinástica europeia que a Revolução Francesa havia solapado: a legitimidade

¹²⁷ FICHTE, Johann Gottlieb. **Fichte: addresses to the german nation**. Cambridge University Press, 2008. Disponível em <<http://www.historyman.co.uk/unification/Fichte.html>>. Acesso em 05 Fev. 2018

Tratava-se de uma compilação de “uma série de catorze conferências proferidas em Berlim, na ressaca da invasão napoleônica, entre 1807 e 1809, defende a existência de uma espécie de eu nacional, com base na unidade da língua e na identidade da raça. Mais do que isso: retomando a tese de Lutero sobre a predestinação do povo alemão, conclui pela necessidade de um Estado Forte.”. Disponível em <<http://maltez.info/biografia/fichte.pdf>>. Acesso em 05 Fev. 2014

¹²⁸ FICHTE, Johann Gottlieb. **Fichte: addresses to the german nation**. Cambridge University Press, 2008. Disponível em <<http://www.historyman.co.uk/unification/Fichte.html>>. Acesso em 05 Fev. 2018

¹²⁹ Um bom exemplo desse cenário de fragmentação é o exército, ao invés de um exército nacional, existiam exércitos dinásticos de diferentes regiões, unidos como uma “aliança internacional”. MORAES, 2017, P.288

¹³⁰ Mazower, p. 55

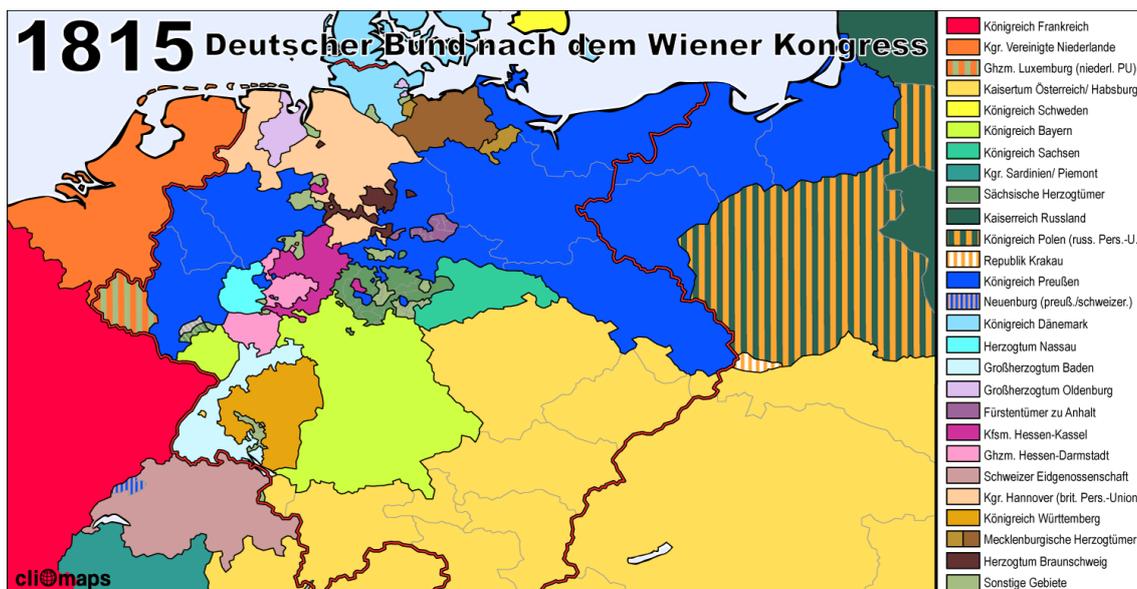
¹³¹ Sobre expulsão de Napoleão dos territórios alemães ver SCHULZE, 1991

¹³² Sobre o Congresso de Viena, que após a derrota de Napoleão buscou restaurar a antiga ordem dinástica, ver MORAES, Luís E.S. A política: restauração, liberdade e igualdade de 1815 a 1848. In; **História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**, São Paulo: Contexto, 2017, P.71-97

¹³³ STACKELBERG, 2002. P.47

monárquica e o antigo equilíbrio entre as potências”.¹³⁴ Mas, no que diz respeito às antigas fronteiras do Estado, não havia uma defesa real por parte dos participantes da confederação em uma restauração idêntica aos moldes anteriores.

A França recuperou seu território quase que integralmente. O Império Russo conseguiu ampliar suas fronteiras, obteve parte do antigo Reino da Polônia, que anteriormente era parte do Reino da Prússia. Já ao Reino da Prússia foram incorporadas algumas regiões do antigo Sacro Império, como partes da Saxônia, Renânia e Vestfália. O Império Austríaco conseguiu recuperar as regiões do Tirol, Caríntia, Trieste e Galícia em contraposição, abriu mão dos territórios dos Países Baixos. Os demais Estados que anteriormente formaram o Sacro Império foram reunidos para formar a Confederação Alemã.¹³⁵



Mapa 2: Confederação Alemã depois do Congresso de Viena¹³⁶

Entretanto, o retorno aos antigos modelos absolutistas não se manteria por muito tempo. Em 1830, a Europa se encontra em um cenário de grandes transformações que, em diferentes níveis de intensidade, atingiram todo o continente.¹³⁷ Na Alemanha, os grupos burgueses que antes do Congresso de Viena, pretendiam pôr em prática um projeto

¹³⁴ MORAES, 2017,P.75

¹³⁵ MORAES, 2017,P.75-76

¹³⁶Fonte: Disponível em <<http://cliomaps.de/karten/dtl/1815a>. > Acesso em 14 dez. 2018

¹³⁷ Sobre as “Revoluções de 1830”, Schulze chamava atenção para dois pontos: os movimentos pautados em ideais liberais eram “pan-europeus”, e em alguma medida eram comuns em grande parte do continente; e todos esses movimentos possuíam numa base comum: “o princípio nacional”. Os movimentos de caráter liberal derrubaram a monarquia francesa e foram responsáveis pela fragmentação do Reino Unido dos Países Baixos e assim a Bélgica declara sua independência e institui uma constituição liberal, e na Polônia há a tentativa que acabou frustrada, de expulsão das tropas russas. SCHULZE, 1991, P.61

de Estado Nação,¹³⁸ se aproveitaram desse momento de agitação para manifestarem críticas à configuração estatal, e seu caráter absolutista, propondo um modelo liberal baseado no direito à eleição e na liberdade de expressão.

Esses movimentos de oposição acabam por se dividir: de um lado estava o grupo composto por parlamentares, industriais e financistas liberais que propunham uma “solução nacional” que mantivesse a estrutura atual dos estados alemães e do outro, estavam os trabalhadores dos setores médios urbanos, intelectuais e estudantes, estes “se agrupam em torno de um programa nacional centrado em demandas republicanas e democráticas.”¹³⁹

A vitória da corrente mais conservadora se dá definitivamente no que ficou conhecido como “Movimento de Março” (*Märzbewegung*). A antiga assembleia é desfeita e em seu lugar é convocada uma “*Nationalversammlung*” (Assembleia Nacional) que tinha como propósito elaborar uma constituição liberal para “toda a Alemanha” e estabelecer um governo nacional.¹⁴⁰

As dissidências entre os grupos que compunham a assembleia estavam presentes nas questões mais fundamentais, como a delimitação de fronteiras e a qual coroa deveria ser dado o controle desse novo Estado alemão. Um dos projetos propunha uma unidade na qual a Áustria¹⁴¹ ficava excluída do *Reich* e o governo ficava nas mãos da coroa prussiana, da casa *Hohenzollern*. Dada a exclusão de um grande território, e consequentemente, de uma grande população tida como alemães, esse projeto nacionalista era chamado de “pequena Alemanha” (*Kleindeutschland*). Segundo Shultze, essa divisão apresentava “fronteiras firmes, os contornos claros e soluções sensatas propostas”. Porém, aqueles que a defendiam “poderiam apelar apenas para a mente e não para o coração” dos demais parlamentares. Em oposição a estes, estavam os que eram adeptos da ideia da “grande Alemanha” (*Grossdeutschland*), que visava englobar todos

¹³⁸ Para Schulze, o movimento burguês por trás da Guerra de Libertação não tinha realmente interesses liberais. Para ele, em momento nenhum há exigência por liberdade, tratava-se de um projeto anti-aristocrático e de auto reconhecimento do grupo. A liberdade estava apenas relacionada ao fim da submissão ao inimigo. Assim, o autor teceu críticas àqueles que tendem a ver a ascensão do governo Bismackiano como caminho natural e imutável, que começará em de 1813. SCHULZE, 1991, P.54

¹³⁹ MORAES, 2017, P.292

¹⁴⁰ A assembleia era composta em sua maioria por intelectuais, professores e poetas, o que mostrava como as “classes educadas” as maiores defensoras da ideia de unificação. Sobre a composição da Assembleia Nacional ver SCHULZE, 1991

¹⁴¹ Deve-se ressaltar que não era totalidade da Áustria que fazia parte da Confederação Germânica, apenas a parte que continha uma população de maioria germanófona.

os territórios do antigo Sacro Império, incluindo nisso a Áustria, e o nesse caso, o controle do Estado devia ser concedido à coroa dos Habsburgos.¹⁴²

Entretanto, o regime parlamentar não se sustentou. O Imperador prussiano, Guilherme I, se recusou a seguir a constituição elaborada na assembleia de Frankfurt que propunha uma monarquia “limitada”. E assim, retomou os poderes de monarca absoluto. Sem o apoio dos exércitos dos dois maiores Estados da confederação, o novo regime é diluído e a Confederação é reestabelecida sob domínio da Áustria.¹⁴³

Na Prússia, havia um crescente medo da fragilidade dos estados germânicos, enquanto estes se mantivessem fragmentados, perante as nações ocidentais, como a França. Somado a isso, eles temiam a eclosão de um governo aos moldes democrata que proporcionasse liberdade para os grupos poloneses em território prussiano e que estes tentassem formar um Estado próprio. O exército prussiano também estava passando por crises, após consecutivas derrotas para o exército francês, e por isso foi sucessivamente perdendo seu prestígio e conseqüentemente perdeu também sua independência, o que o levou a ser controlado pelo parlamento em 1862. Foi nessa conjuntura, que o rei prussiano nomeou Otto Von Bismarck como primeiro ministro o qual posteriormente governaria como chanceler, cargo que ele mesmo criou.¹⁴⁴

2.1.3 A criação do estado-nacional Alemão

Mesmo Bismarck sendo um conservador, assim, um opositor declarado tanto dos ideais democráticos quanto liberais, este conseguiu o apoio de muitos grupos liberais na Prússia, fazendo com que estes chegassem até a concordar com um sistema político monárquico autoritário. Isso porque tomou para si a missão de levar a cabo a criação de um Estado alemão, que não seria “pelos votos da maioria[...] mas sim ‘a ferro e sangue’.”¹⁴⁵ Bismarck havia percebido “que as forças do nacionalismo não deveriam ser contrariadas”, e com a unificação italiana (1859-60), estas forças ganharam ainda mais impulso.

Porém, com a experiência malsucedida de 1848, ficou claro que era impossível a formação de um Estado nacional que abrigasse Prússia e Áustria. O caso austríaco era

¹⁴²SCHULZE, 1991. P71

¹⁴³ Em seu livro “A chegada do Terceiro Reich”, Richard Evans fala brevemente sobre a perda do poder do projeto liberal e a retomada do absolutismo na Confederação alemã. Segundo o autor, “a Alemanha não embarcou em uma ‘trilha especial’ direta e constante rumo ao nacionalismo agressivo e à ditadura política depois de 1848.” Para Evans, há muitas “voltas e reviravoltas”, e os liberais experimentam momentos de êxito, mesmo depois da derrota do seu projeto político. EVANS, 2010. P.42

¹⁴⁴ EVANS, 2010, P.45

¹⁴⁵ STACKELBERG, 2002, P.49

especialmente delicado, uma vez que o império possuía uma extensa unidade territorial que abrigava diferentes povos de diferentes línguas. Assim, para anexar apenas a parte germanófono era necessário acabar com a monarquia dos Habsburgos.¹⁴⁶

Bismarck, em uma série de medidas rápidas e precisas com o exército prussiano, conseguiu criar um Estado-Nação Alemão. O primeiro movimento foi de se unir ao exército austríaco, contra a Dinamarca, a fim de conquistar os ducados da região fronteiriça de *Schleswig-Holstein*, em 1864. Depois Bismarck declarou guerra contra a própria Áustria, 1866, e venceu. Foram travadas ainda batalhas contra o exército francês, em 1870, que tentava impedir a formação de um Estado alemão, e mais uma vez as tropas germânicas saíram vitoriosas. Surgiu assim, o período no qual, posteriormente, os discursos nacionalistas se refeririam como o Segundo *Reich* alemão.¹⁴⁷



Mapa 2: *Reich* Alemão de 1871-1918.¹⁴⁸

Sobre as políticas do novo Estado, grupos como os liberais insistiam em um projeto de expansão com aquisições de colônia no “Oriente Médio, Ásia Oriental e Mar

¹⁴⁶ Deve-se ressaltar que a Prússia em seu território também contava com uma multiplicidade étnica. Baranowski resalta que em seu período de expansão colonizadora, a Prússia englobou diversos territórios como Silésia, áreas que se tornariam a Prússia Ocidental e Posen, que possuíam entre sua população grande número de poloneses. Ver BARANOWSKI, 2014, P.24

¹⁴⁷ Segundo Richard Evans, o uso do conceito de *Reich* é uma ação deliberada de Bismarck para aludir o novo Estado Alemão, ao que seria o antigo Império Alemão, o Sacro Império Romano Germânico. Nesse sentido, o chanceler retoma nessa nova unidade, termos que eram utilizados nas camadas administrativas no antigo império, como *Reichstag*. Para uma análise mais aprofundada sobre o uso do termo *Reich*, e o simbolismo por trás desse; ver Evans, 2010, P.44

¹⁴⁸Fonte: Disponível em <<http://www.kai-otzen.de/BRD/Deutsches-Reich-1871-1918zu1937.jpg>>

do Sul”, falava-se também em colônias na América. Porém, dada a situação da Alemanha, Bismarck interrompe os planos de expansão para investir na consolidação da unidade interna.¹⁴⁹ Mas, foi justamente visando garantir a estabilidade e segurança do novo império que Bismarck firmou uma série de alianças militares, e as principais delas foram a Tríplice Aliança com o Império Austro-húngaro e a Itália e a Liga dos Três Imperadores (*Dreikaiserbund*) em que se aliavam os impérios alemão, austríaco e russo.¹⁵⁰

2.2- O *Reich* e a nacionalidade alemã para Hitler

O debate que se fez até aqui iluminará nosso tratamento da concepção de Hitler sobre o processo de formação do Estado alemão, e sobre aquilo que ele considera como erros e acertos desse processo, e também o que segundo ele deveria ser reparado. Hitler se dedica a discutir a questão territorial na maioria de seus projetos relacionados à política externa.

2.2.1 A formação do Estado alemão

Os nacional-socialistas, como muitos outros grupos- não só da direita-, acreditavam que as fronteiras do Estado alemão não abrangiam todos territórios “alemães” que deveriam pertencer ao *Reich*. Ademais, suas críticas não se direcionavam só aos limites impostos à Alemanha após a Primeira Guerra. Para Hitler, a divisão do Estado já não era a ideal desde a sua criação em 1871. Isso porque, a formação do Estado-nação, empreendido pelo primeiro-ministro prussiano Otto Von Bismarck, mesmo fundada em grandes vitórias militares e anexações¹⁵¹ não abarcava todos os territórios e populações “germânicos”.¹⁵² A ausência mais significativa era da parte alemã que compunha o Império Austríaco. Por isso, em algumas passagens do seu texto ao se referir às fronteiras do *Reich* alemão, Hitler não estava falando daquelas que delimitavam a Alemanha de 1925- ano da sua escrita-, mas sim, dos territórios os quais, para ele, eram etnicamente alemães. Ou seja, a nação alemã não estava “completa”. Nesse sentido, a

¹⁴⁹ Para uma leitura mais detalhada do projeto expansionista bismarckiano, ler: BARANOWSKI, Shelly, “Da consolidação imperial às ambições globais: Alemanha Imperial, 1871-1914, *In: Império Nazista: o imperialismo e o colonialismo alemão de Bismarck a Hitler*. Trad. Fernanda Brito Bincoletto. São Paulo: Edipro, 2014. PP.23-81

¹⁵⁰ STACKELBERG, 2002, P.54

¹⁵¹ Como da Cidade-livre de Frankfurt, o Reino Hannover e o Ducado de Nassau. Além de territórios da Áustria, Baviera, e Württemberg e posteriormente, os territórios da Alsácia-Lorena perdida pela França na guerra franco-prussiana. MORAES, L.E.S. História Contemporânea: da Revolução Francesa à Revolução Industrial. São Paulo: Contexto, 2017. P.133

¹⁵² Moraes aponta que não foram somente entre os grupos de nacionalismo de oposição que esta ideia de incompletude do Estado se destacava. Esta também era compartilhada por setores financeiros e industriais, que outrora apoiaram a construção do Estado empreendida por Bismarck. MORAES, 2017, P.296

Áustria alemã representava a fronteira a Leste no Sul, e a Prússia Oriental era a fronteira Leste no Norte. Como explica James Murphy:

No *Mein Kampf*, Hitler fala frequentemente da fronteira lesta (*East Mark*). Esta Marca do Leste - ou seja, a fronteira oriental - foi fundada por Carlos Magno como o baluarte oriental do Império. Foi habitada principalmente por tribos germano-celtas chamadas *Bajuvari* e permaneceu durante séculos como o firme baluarte da cristandade ocidental contra a invasão do Oriente, especialmente contra os turcos. Geograficamente era quase idêntico à Áustria alemã.¹⁵³

Todavia, a ideia de incompletude do *Reich* não deve ser vista como uma crítica à Bismarck.¹⁵⁴ Pelo contrário, segundo ele, a criação do Estado empreendida de Bismarck deve sim ser louvada e mais do que a construção do *Reich*, Hitler enaltece a forma “gloriosa” como esse foi construído.

O Estado de Bismarck não foi fundado em traição e assassinato por desertores e esquivos [shirkers], mas pelos regimentos que haviam lutado no *fronte*. Este nascimento único e batismo de fogo bastou para cercar o Império com uma auréola de esplendor histórico, como poucos dos Estados mais antigos podiam reivindicar.

E que ascensão se começou! Uma posição de independência em relação ao mundo exterior garantiu os meios de subsistência em casa. A nação aumentou em números e em riqueza mundana. A honra do Estado e, com isso, a honra do povo como um todo foram asseguradas e protegidas por um exército que foi o testemunho mais marcante da diferença entre este novo *Reich* e a antiga Confederação Alemã.¹⁵⁵

Pode-se observar que, para ele, a missão de Bismarck foi cumprida com êxito. Na visão de Hitler, se o “segundo *Reich*” não conseguiu incorporar todos os territórios alemães, em medida alguma foi devido a falhas do primeiro chanceler alemão. A impossibilidade de um Estado que incluísse a Áustria estava baseada nas próprias condições em que o Império austríaco se encontrava no período da formação do Estado em 1871.

(...) deve ser lembrado, neste contexto, que as condições na Áustria eram bastante diferentes das que caracterizavam o Estado alemão, tal como fundado por Bismarck. A Alemanha enfrentou apenas uma dificuldade, a de transformar as tradições puramente políticas, porque em toda a Alemanha de Bismarck havia uma base cultural comum. O Império Alemão continha apenas membros de um mesmo estoque nacional ou racial, com exceção de alguns fragmentos estrangeiros menores.

¹⁵³ MURPHY, James, Foot Notes, *In: Mein Kampf*, Hitler, A. 1939, P.12

¹⁵⁴ Todas as referências ao líder prussiano na obra de Hitler são elogiadas. Diversas vezes ele enfatiza como se inspirou em Bismarck. Como, por exemplo, quando fala sobre suas concepções acerca do marxismo: “Estudei a excepcional legislação de Bismarck em seu conceito original, sua operação e seus resultados. Aos poucos, formei uma base para minhas próprias opiniões, que se mostraram tão sólidas quanto uma rocha”. HITLER, 1939, op.cit., P.119

¹⁵⁵ HITLER, op.cit., 1939, P.180

As condições demográficas na Áustria eram totalmente o inverso. Com exceção da Hungria, não havia tradição política vindo de um grande passado em nenhum dos vários países afiliados. [...]. Além disso, essa era a época em que o princípio da nacionalidade começava a ascender; e esse fenômeno despertou os instintos nacionais nos vários países filiados sob o cetro Habsburgo. Era difícil controlar a ação dessas forças nacionais recém-despertadas; porque, adjacente às fronteiras da Monarquia Dual, brotavam novos Estados nacionais cujos povos eram da mesma raça ou afins que as respectivas nacionalidades que constituíam o Império Habsburgo. Esses novos Estados puderam exercer uma influência maior do que o elemento alemão.¹⁵⁶

Desta forma, para Hitler, a Áustria já não era mais um Estado alemão e sim, “Estado multinacional”. Ao refletir sobre isso, Hitler chega ao que ele considerava a “raiz do problema”:

Basta dizer aqui que, nos primeiros anos da minha juventude, cheguei a certas conclusões que nunca abandonei. De fato, fiquei mais profundamente convencido deles com o passar dos anos. Eles foram: Que a dissolução do Império Austríaco é uma condição preliminar para a defesa do germanismo [*Deutschum*]; além disso, esse sentimento nacional não é de forma alguma idêntico ao patriotismo dinástico; finalmente, e acima de tudo, que a Casa de Habsburgo estava destinada a trazer desgraça para a nação alemã.

Como consequência lógica dessas convicções, surgiu em mim uma sensação de intenso amor pelo meu lar [*Heimat*] germano-austríaca e um profundo ódio pelo Estado austríaco.¹⁵⁷

Segundo Hitler, esses governantes tentavam a todo custo “eslavizar” o Estado e sua população, e entre os muitos métodos utilizados por eles, o autor aponta para a nomeação de padre tchecos para distritos “puramente alemães”. A todo momento o governo Habsburgo austríaco é apontado como inimigo do povo, pois defenderia os interesses da população eslava (em especial os tchecos), em detrimento dos interesses alemães. Isso acabava por favorecer “os interesses do povo checo perante aos da Igreja”, e assim, “as paróquias e seus sacerdotes tornaram-se células geradoras no processo de des-germanização.”¹⁵⁸ Assim, Hitler aponta que era injusto o direito dos Habsburgos de decidir sobre o destino de “dez milhões de habitantes que eram da mesma nacionalidade que os próprios alemães”.¹⁵⁹

O fim do governo Habsburgo, e assim, a dissolução do “babilônico Império” austríaco era a condição necessária para a “libertação do povo alemão” na Áustria, e só

¹⁵⁶ HITLER, op.cit.,1939, P.66

¹⁵⁷ HITLER, 1939, op. cit., pp.25-26

¹⁵⁸ HITLER, 1939, op. cit., p.95

¹⁵⁹ HITLER, 1939, op. cit., p.120

assim seria possível que estes “se reunissem à pátria.”¹⁶⁰ Esse é um dos pontos fundamentais no quais se baseiam os projetos de Hitler sobre o tema da política externa, a defesa da reincorporação dos alemães que ficaram fora das fronteiras do Estado. E como já vimos, ele mesmo fazia parte desse grupo, já que nasceu em uma cidade no norte da Áustria, chamada *Braunau am Inn*.¹⁶¹

2.2.2 A cidadania alemã

Falar em “união do *Reich*” é falar em anexar aqueles que, para o Nacional Socialismo, eram de fato alemães e tinha real direito à cidadania alemã. Mas, a visão defendida pelo partido de Hitler era diferente daquela que estava em voga na República Alemã naquele período. Para ele, o Estado atual classificava os indivíduos em dois grupos: “cidadãos e estrangeiros: Os cidadãos são todos aqueles que possuem direitos civis completos, seja por seu nascimento ou por um ato de naturalização. Os estrangeiros são aqueles que gozam dos mesmos direitos em algum outro Estado.”¹⁶² O problema estava, segundo ele, justamente na forma de se obter esta cidadania.

Na maioria dos casos, hoje em dia, uma pessoa adquire direitos cívicos ao nascer dentro das fronteiras de um Estado. A raça ou nacionalidade a que ele pertence não desempenha nenhum papel. O filho de um negro que já viveu em um dos protetorados alemães e agora passa a residir na Alemanha automaticamente se torna um “cidadão alemão” aos olhos do mundo. Da mesma forma, o filho de qualquer judeu, polaco, africano ou asiático pode tornar-se automaticamente um cidadão alemão.

Além da naturalização adquirida pelo fato de ter nascido dentro dos limites de um Estado, [...] É necessário que ele não seja um fardo para o Estado do qual ele deseja se tornar cidadão. Nesta nossa época realista, esta última condição significa apenas que ele não deve ser um fardo financeiro. Se os assuntos do candidato são de tal ordem que parece provável que ele se tornará um bom contribuinte, isso é uma consideração muito importante e o ajudará a obter direitos cívicos mais rapidamente.

A questão da raça não desempenha papel algum.

[...] O Presidente do Estado pode realizar este ato de magia. O que o próprio Deus não pôde fazer é alcançado por algum [...] funcionário público através de um simples giro da mão. Nada além de um golpe da caneta, e um escravo mongol é imediatamente transformado em um verdadeiro alemão.

¹⁶⁰ HITLER, 1939, op. cit., p.41

¹⁶¹ Hitler viveu nesta cidade nos primeiros anos da sua infância, até que seu pai, que possuía um cargo no funcionalismo público de inspetor alfandegário, foi transferido para a cidade alemã de *Passau*, que se localiza na região da Baixa Baviera. Poucos anos depois voltou a Áustria, para a cidade de Linz. Só aos vinte e quatro anos voltou para a Alemanha, indo viver em Munique, em 1913. Ver KERSHAW, op. cit., 1993.

¹⁶² Havia também uma terceira possibilidade na qual o indivíduo não possuía “cidadania em nenhum Estado e, conseqüentemente, nenhum direito cívico em qualquer lugar.” HITLER, 1939, P.340

[...] seria difícil encontrar algo mais ilógico ou mais insano do que nossas leis contemporâneas em relação à cidadania do Estado.¹⁶³

Essa forma de definir cidadania empregada pelo Estado alemão não fazia qualquer sentido para Hitler. Afinal, segundo a visão de mundo (*Weltanschauung*) defendida pelo partido nazistas, o que define o caráter alemão é o pertencimento à raça, e os membros da raça estão ligados entre si pelo “laço de sangue”. Assim, para eles, o lugar de nascimento não é um elemento definidor de nacionalidade, tanto que é possível que um sujeito nascido na Alemanha não seja racialmente alemão, quanto o oposto, um indivíduo que nascerá em outro Estado, pode ser considerado um membro do *Volk*.

Nesse sentido, a *Volksgemeinschaft* alemã, é composta tanto por aqueles alemães que nasceram dentro (*Reichdeutsche*), tanto aqueles que vieram de fora das fronteiras do Estado (*Volksdeutschen*).

Essa concepção defendida por Hitler se mostra materializada no programa do partido nazista de 1920. O quarto ponto vai afirmar que “Apenas um membro da raça pode ser um cidadão. Um membro da raça só pode ser aquele que é de sangue alemão, sem consideração de credo. Consequentemente nenhum judeu pode ser um membro da raça.” Complementar a isso, o nono ponto vai argumenta que “todos os cidadãos devem ter direitos e obrigações iguais”. Nesse sentido todos os membros da raça são igualmente cidadãos e todos os cidadãos tem os mesmos direitos. Ou seja, do ponto de vista dos Nacional-Socialistas, o Estado deve entender todos os alemães como iguais.

2.2.3 A valorização dos alemães étnicos

Segundo Hitler, foi ainda jovem que ele se deparou com a questão dos territórios e grupos alemães que ficaram fora da nação, ao estudar em livros de história a Guerra Franco-Prussiana (1870-71) surgiram-lhe algumas questões:

há diferença - e se há, qual é - entre os alemães que combateram essa guerra e os outros alemães? Por que a Áustria também não participou? Por que meu pai e todos os outros não lutaram nessa luta? Nós não somos os mesmos que os outros alemães? Nós não temos o mesmo pertencimento? [Gehören wir denn nicht alle zusammen?] E, a partir das respostas que foram dadas às perguntas que fiz de maneira muito hesitante, fui forçado a aceitar o fato, embora com uma inveja secreta, de que nem todos os alemães tiveram a boa sorte de pertencer ao Império de Bismarck. Isso era algo que eu não conseguia entender.¹⁶⁴

Mas, mesmo lamentado a má sorte dos “alemães” que não foram incorporados à Alemanha em 1871, Hitler via o fato de ter nascido na Áustria como um prelúdio da sua

¹⁶³HITLER, 1939, P.340

¹⁶⁴HITLER, 1939, P. 19

“missão”. Mais do que isso, segundo ele, foi uma “sorte do destino” que a sua cidade de nascimento fosse justamente na fronteira entre “esses dois Estados alemães”, “uma cidade que era bávara pelo sangue, mas estava sob o domínio do Estado austríaco”. Isso mostrava não só a ele, mas a toda sua geração, qual era sua tarefa: a união do *Reich*.

Pode-se perceber que para Hitler, não fazia sentido pensar na Áustria separada da Alemanha, pois, era natural que todos os alemães gozassem de um estado de igualdade.

Mas, se não havia uma diferença na *substância*, entre os *Reichdeutschen* e os *Volksdeutschen*, havia uma diferença nas “circunstâncias” em que essas comunidades alemãs se encontravam, já que “nem todos os alemães tiveram a boa sorte de pertencer ao Império de Bismarck”. Essa realidade distinta acabava gerando diferenças também nas ações e comportamentos dos indivíduos.

Os *Volksdeutschen* se encontravam em uma situação mais delicada pois, vivendo em um Estado estrangeiro, tiveram que lutar para preservar sua germanidade. Ainda mais porque, na maioria dos casos, eles eram minoria étnica nesses lugares. Em razão disso, segundo Hitler, expressavam-se comportamentos distintos entre aqueles que estavam dentro do *Reich* e os que ficaram de fora deste.

os alemães no Reich ficaram cada vez mais afastados dos alemães além de suas fronteiras, em parte porque não se dignaram apreciar os outros alemães pelo seu verdadeiro valor ou simplesmente porque eles eram incapazes de fazê-lo. Os alemães do Reich não perceberam que, se os alemães na Áustria não tivessem a melhor linhagem racial, jamais teriam dado o selo de seu próprio caráter a um Império de 52 milhões [...].

Apenas alguns dos alemães no próprio Reich tinham uma ideia da luta amarga que esses alemães orientais tinham que realizar diariamente pela preservação de sua língua alemã, suas escolas alemãs e seu caráter alemão. Só hoje, quando um destino trágico rasgou vários milhões de nossos parentes longe do Reich e forçou-os a viver sob o domínio estrangeiro, sonhando com aquela pátria comum para a qual todos os seus desejos são dirigidos e lutando para sustentar pelo menos, o direito sagrado de usar a língua materna - só agora os círculos mais amplos da população alemã percebem o que significa lutar pelas tradições da própria raça. E, finalmente, talvez existam pessoas aqui e ali que possam avaliar a grandeza desse espírito alemão que animou a antiga fronteira oriental e permitiu que aquelas pessoas, deixadas inteiramente dependentes de seus próprios recursos, defendessem o Império contra o Oriente por vários séculos e subsequentemente para manter as fronteiras da língua alemã através do atrito de uma guerra de guerrilha, numa época em que o Império alemão cultivava sedutoramente um interesse por colônias, mas não por sua própria carne e sangue antes do limiar de sua própria porta.¹⁶⁵

¹⁶⁵HITLER, 1939.P.22

Percebe-se aqui uma exaltação dos “alemães étnicos”, em luta pela manutenção e pelo uso daquilo que representava o seu “caráter alemão”. Esses esforços, que os alemães do *Reich* não conseguiam sequer compreender, não eram valorizados. Justamente por isso muitas vezes parecia mais sedutor a ideia de adquirir novas colônias, do que lutar “por sua própria carne e sangue”.

O caso dos alemães na Áustria demonstra bem essa ideia.¹⁶⁶ É a esse grupo que Hitler se refere com mais frequência quando trata dos *Volksdeutschen* nos dois volumes do *Mein Kampf*.¹⁶⁷ Em especial sobre a luta para manter preservada sua “pureza racial e cultural”. É nesse sentido, que ele reconhece o esforço daqueles que lutavam a todo custo para manter sua identidade germânica.

O que sempre aconteceu e em todos os lugares, em todo tipo de luta, aconteceu também na luta de línguas que se realizou na antiga Áustria. [...]. Até mesmo nas escolas, este processo já começou a se instaurar. E vale a pena notar que a luta pela língua foi travada talvez em sua forma mais amarga em torno da escola; porque este era o berçário onde as sementes tinham que ser regadas e surgir e formar a geração futura.[...]Sob muitas formas, os jovens lideraram a luta, lutando a seu modo e com suas próprias armas. Eles se recusaram a cantar músicas não alemãs. Quanto maior os esforços feitos para conquistá-los de sua fidelidade alemã, mais eles exaltaram a glória de seus heróis alemães. [...] Eles estavam incrivelmente alertas no significado do que os professores não alemães diziam e eles contradiziam em uníssono. Eles usavam os emblemas proibidos do seu povo e ficaram felizes quando penalizados por fazer isso[...].¹⁶⁸

Justamente por fazer parte ele mesmo do grupo de alemães austríacos, muitas vezes ao falar dos esforços desses indivíduos, ele apresenta a própria experiência. E por serem igualmente valorosos, e mais dedicados na luta pelas “tradições da própria raça”, os *Volksdeutschen* são centrais para Hitler. Por esta razão que o tema da reincorporação desse grupo aparece como prioridade em diversos trechos do *MeinKampf*.

Eu participei da luta travada pelas nacionalidades na antiga Áustria. Quando as reuniões foram realizadas para a *Südmark* e a *Schulverein*, nós usávamos flores e cores preto-vermelho-dourado para expressar nossa lealdade. Nós nos cumprimentamos com Heil! e, em vez do hino

¹⁶⁶ Hitler ao se referir à Áustria não pensa no Estado austríaco como uma unidade política, com as fronteiras que estavam estabelecidas em 1925. Ele afirma, “Quando falo da Áustria, quero dizer, parte do grande Império Habsburgo que, devido à sua população alemã forneceu não só a base histórica para a formação desse Estado, mas cuja população foi durante vários séculos também a fonte exclusiva da vida cultural nesse sistema político cuja estrutura era tão artificial”. HITLER, 1939, P.64

¹⁶⁷ Em uma pesquisa quantitativa foram encontradas dez incidências do termo “German Austrin”. Há ainda muitas referências a esse grupo encontradas em outros termos da pesquisa. O caso mais significativo é “*German element*”, do qual entre as trinta e três incidências do termo, trinta e duas, referem-se aos alemães na Áustria.

¹⁶⁸HITLER,1939.P.22-23

austríaco, cantamos nossa própria *Deutschland über Alles*,¹⁶⁹ apesar das advertências e penalidades. [...]Dentro de pouco tempo, tornara-me um ardente “nacional alemão”[...].¹⁷⁰

2.3- A Alemanha após a primeira guerra

Os tratados assinados após o fim da Primeira Guerra Mundial transformaram o mapa geopolítico europeu. Nesse item será apresentado essas transformações, pois, no entende-se que muitos elementos usados pelo discurso nazistas sobre os “alemães étnicos”, como a reincorporação territorial e políticas de aliança, só são compreensíveis quando visto a partir dessas mudanças geradas após o fim da Guerra. A partir disso, será mostrado a distribuição das populações alemães no início do século XX pela Europa e como essas foram tratadas pelos governos nos quais eram minoria étnicas.

2.3.1 Os Tratados de Paz

Após o armistício que pôs um fim à Primeira Guerra Mundial, muitos tratados foram assinados entre as potências envolvidas no conflito. Um dos mais importantes, e possivelmente o mais lembrado na posteridade, foi o Tratado de Versalhes. Dentre outros pontos, ele tratava da concessão de partes do território alemão às nações vitoriosas.

Em consequência disso, os cidadãos da maioria dessas regiões perderam o direito à sua cidadania alemã. Em apenas quatro casos a escolha da naturalidade coube aos habitantes. Nos distritos de Eupene Malmédy, que foram dados à Bélgica, e o de Schleswing, que estava sob o domínio da Dinamarca. Em ambos os casos houve um plebiscito para que a população decidisse o destino das suas regiões. Outras duas regiões onde realizaram-se plebiscitos foram Marienwerder e Allenstein, em julho de 1920. Ambos decidiram por maioria esmagadora permanecer na Alemanha, apenas algumas vilas foram transferidas à Polônia, dada a maioria polonesa da região.¹⁷¹

¹⁶⁹Este é um trecho da *Das Lied der Deutschen* (A canção dos alemães). A composição foi escrita em 1841, mas seu alcance na época não foi significativo. Em algum momento durante o Império Alemão, a canção começou a se difundir entre a população e ser tomada como uma importante expressão do sentimento de amor à pátria. Mas foi apenas após a dissolução do Império, e a instauração da República de Weimar que a música se tornou o hino oficial da recém constituída República Alemã. O trecho "Deutschland, Deutschland über alles, Über alles in der Welt" citado por Hitler é a primeira estrofe do hino. Essa parte da música foi muito usada pelo partido nazista durante o terceiro *Reich*. Justamente por essa razão, atualmente o trecho foi suprimido e não é mais utilizado. Para ver mais sobre a história do hino nacional ver AUGUSTYN, Adam, Deutschlandlied, **Encyclopedia Britannica**, Disponível em < <https://www.britannica.com/topic/Deutschlandlied>>. Acesso em 11 de Nov. 2019

¹⁷⁰HITLER, 1939. P.22-23

¹⁷¹Carr, Edward Hallett. **International relations between the two world wars, 1919-1939**. Macmillan, 1947. P.123

Com a restauração da Polônia, que havia sido desmembrada entre a Prússia, a Rússia czarista e a Áustria-Hungria, parte oriental do Império sofreu uma grande perda territorial. Foram concedidas à Polônia a região de *Posen*, cujo o tratado estabelecia o direito a acesso ao mar, e assim foi criado um corredor de 100 km² em território alemão entre a Prússia Oriental e *Pomerânia*. Já a região da Alta Silésia, inicialmente também concedida à Polônia, foi compartilhada por um acordo germano-polonês em 1922. A Prússia perdeu ainda o território de *Memel*, que foi incorporado à Lituânia, após um período de controle francês da região. E o território de *Hultschin*, que foi integrado a Tchecoslováquia.¹⁷²

Foi exigido ainda, a devolução das regiões da Alsácia e Lorena, à França, regiões estas que foram anexados ao território alemão em 1871, após a guerra franco-prussiana. Aos franceses também foi dado o controle do Sarre. A apropriação francesa dessas duas regiões representava uma perda territorial significativa para a Alemanha, 14. 500 km² da região da Alsácia-Lorena, e mais 1.881 km² do Sarre.¹⁷³

Outra cidade que havia sido incorporada ao *Reich* alemão em 1871, e foi perdida por imposição do tratado, foi Danzig. Mesmo possuindo uma população de maioria alemã, dos 410 mil habitantes 96,5% eram alemães,¹⁷⁴ esta foi considerada pelo tratado como uma “Cidade Livre”, que possuía uma representação própria, contudo, tinha Alto Comissário da Liga das Nações designado para lidar com questões referentes a sua organização política.¹⁷⁵ Além disso, tinha suas estradas e alfândega controladas pela Polônia.

Ainda como reivindicação do Tratado, a Renânia deveria ser desmilitarizada e ocupada por forças aliadas. A ocupação se daria da seguinte forma: a região deveria ser “dividida em três zonas, a serem evacuadas respectivamente em cinco, dez e quinze anos

¹⁷²RICHARD, op. cit., 1988. P.65

¹⁷³RICHARD, op. cit., 1988. P.64

¹⁷⁴ EPSTEIN, op. cit., 2010. P.39

¹⁷⁵ Na constituição da Cidade Livre de Danzig, de 17 de novembro de 1920, pode-se observar o controle exercido pela Liga das Nações sobre o território, mostrando que sua independência não era absoluta. No Artigo 5, lê-se: “Sem o consentimento prévio da Liga das Nações, em cada caso, a Cidade Livre não deve: 1. servir como base militar e naval; 2. fortalecer fortificações; 3. permitir a produção de munição ou material de guerra em seu território.” Já o artigo 42, fala sobre a monitoração da Liga, “O Senado da Cidade Livre de Gdansk, a seu pedido, fornecerá à Liga das Nações, a qualquer momento, informações oficiais sobre os assuntos públicos da Cidade Livre de Danzig.” E no artigo 49, se vê a regulamentação da Liga sobre alterações na constituição, “As emendas à Constituição não podem entrar em vigor antes de serem notificadas à Liga das Nações e foi declarado que não há objeções às emendas.” A Constituição da Cidade Livre de Danzig pode ser em contrada em <<http://www.danzig-online.pl/grenze/fsdconst.htm>>. Acessada em Mai. 2019.

após a entrada em vigor do Tratado”.¹⁷⁶ Além disso, os alemães perderam todas as suas colônias ultramarinas.



Mapa 3: Territórios perdidos pela Alemanha após o Tratado de Versalhes¹⁷⁷

No mapa acima, é possível observar as divisões dos Estados antes e depois da Primeira Guerra. Podemos ver os territórios perdidos pela Alemanha por imposição ao Tratado de Versalhes, indicando as partes que foram concedidas à França, Polônia, Bélgica, Dinamarca, Tchecoslováquia e Lituânia, além das regiões que ganharam autonomia.

Ainda sobre as possessões alemãs, o próximo mapa mostrará as colônias alemãs na África anteriores ao Tratado de Versalhes. As regiões correspondiam ao que hoje são os Estados de Camarões, Togo, Ruanda e Burundi, além das faixas territoriais em outros Estados, e ilhas.

¹⁷⁶CARR, op. cit., 1947, p.125

¹⁷⁷Fonte: US Holocaust Memorial Museum.
https://www.ushmm.org/wlc/en/media_nm.php?ModuleId=10005425&MediaId=1620

Estíria e da *Caríntia*. À região da *Bukovina* foi entregue para a Romênia.¹⁸³ Já os alemães na Boêmia, Morávia e Silésia Austríaca foram incorporados ao novo Estado da Tchecoslováquia.¹⁸⁴

No próximo mapa, a parte colorida da imagem representa o território que correspondia o Império Austro-húngaro antes de 1914. Sobreposta estão marcadas as novas divisões estatais que se formaram no pós-guerra.



Mapa 5: Dissolução da Áustria-Hungria¹⁸⁵

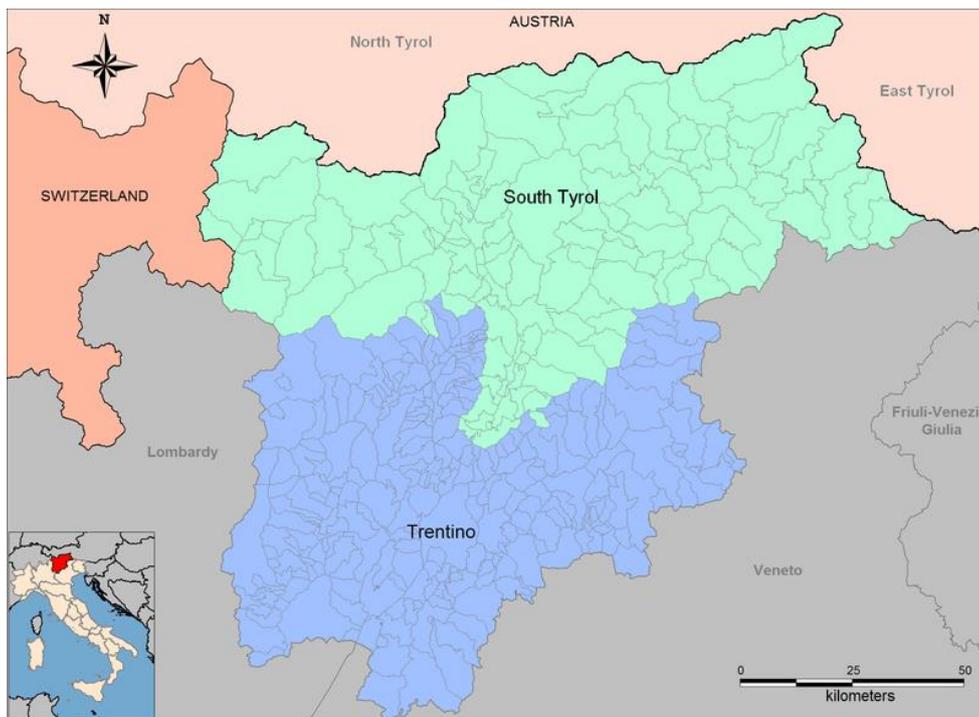
O Tratado de *Saint-Germain-en-Laye* também representou acertos de contas de pactos estabelecidos durante o período da guerra, como o “Pacto de Londres”, firmados entre Itália, França, Grã-Bretanha e Rússia. Esse acordo foi o responsável pela participação italiana na guerra ao lado dos países da Tríplice Entente. Nele ficava estabelecido que a Itália teria o direito a territórios que até então pertenciam a Áustria-Hungria, como o Tirol, Trentino e Iстриa.

o reino da Iugoslávia e impôs essa nacionalidade a todos. Ver mais, Turci, Érica, Balcãs - Nasceu a Iugoslávia: das guerras balcânicas ao reinado de Alexandre I, 30 Set. 2008. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/balcas---nasce-a-iugoslavia-das-guerras-balcnicas-ao-reinado-de-alexandre-1.htm>>. Acesso em 20 de Fev. 2018

¹⁸³ Holocaust Encyclopedia, TREATY OF VERSAILLES, 1919: Impact of World War I. Disponível em <<https://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10005425>>, Acesso em 20 de Fev. 2018

¹⁸⁴ CARR, op. cit., 1947, p.10

¹⁸⁵Fonte: Por Rowanwindwhistler (Discussão · contribs) - Este ficheiro foi derivado de DisgregacióndeAustriaHungria.svg: ,CC BY-AS 4.0 19 de Nov. 2010 <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=61355919>



Mapa 6: Províncias da região de Trentino - Tirol do Sul, no norte da Itália¹⁸⁶

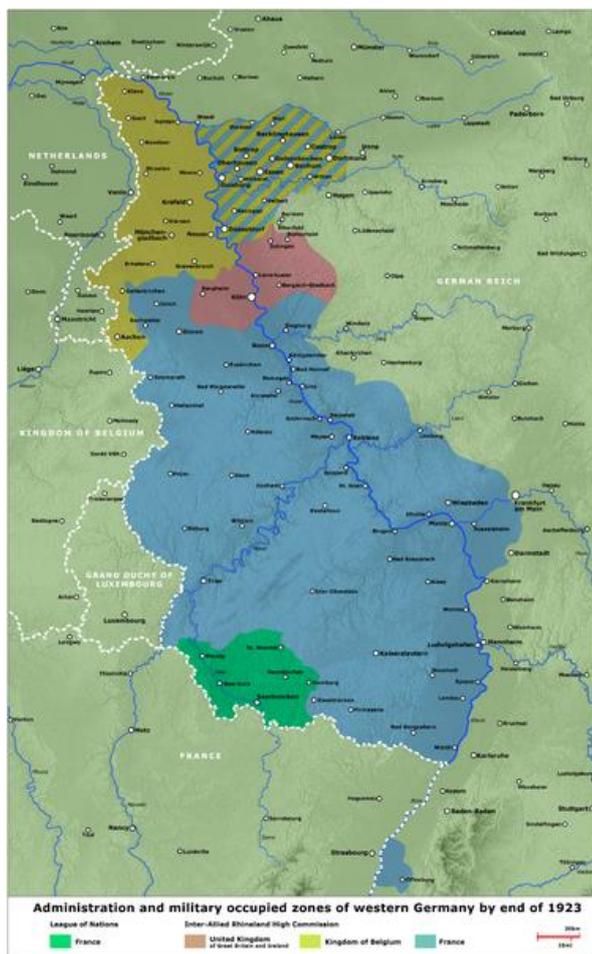
A região de Trentino possuía de fato uma população predominantemente italiana. Todavia, na área do Tirol Sul 86% da população era germanófona, os demais eram “4% de ladino, 3% de italiano e os estrangeiros ou falantes de outra língua”.¹⁸⁷ Um dos maiores interesses do governo italiano na aquisição dessa região estava ligado as fronteiras naturais que esse território forneceria para o Estado.¹⁸⁸

Mesmo os tratados de paz já estabelecendo diversas sanções à Alemanha, houve ainda por parte dos aliados ações que extrapolavam aquilo que estava estabelecido nos acordos já assinados. Como já foi visto, o Tratado de Versalhes estipulava a ocupação da Renânia, pelas tropas aliadas (francesas, inglesas e norte americanas) o que ocorrera desde o fim da guerra. Mas em 1923, a França expandiu sua zona de ocupação por toda a extensão da bacia do Ruhr. A invasão dessa região tinha por objetivo obrigar a Alemanha a pagar as reparações de guerra, pois tratava-se de uma área industrial rica na produção de carvão. O mapa abaixo retrata como a ocupação francesa supera em muito as dos demais aliados e se encontra em uma região economicamente estratégica.

¹⁸⁶Fonte: Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Trentino-Alto_Adige/S%3BC3%BCdtirol#/media/File:Trentino-South_Tyrol_Provinces.png> . Acesso em 14 de dez. 2018

¹⁸⁷ ALCOCK, Antony. **The South Tyrol Autonomy: A short introduction**. University of Ulster, 2001.P.01

¹⁸⁸Alcock vai afirmar que “a linha dos Alpes no Brenner foi considerada uma barreira natural muito superior ao que poderia ser encontrado mais ao sul.” Ver ALCOCK, op. cit., 2001.P.02



Mapa 7: zonas de ocupação militar e administrativas na Alemanha Ocidental no final de 1923¹⁸⁹

Como se verá mais adiante para muitos grupos nacionalistas alemães, entre eles o partido de Hitler, os tratados de paz do pós-guerra, em especial o de Versalhes, eram vistos não só como “uma humilhação nacional, mas como uma ameaça biológica a sobrevivência do povo alemão como um todo.” Em vista disso, a obtenção novamente de terras era um elemento chave no discurso de Hitler. Para ele, deveriam ser traçados os planos de política externa e tal necessidade é levada em conta. Nesse sentido, a “justificativa central para a tomada do poder e o controle da política interna era a preparação do país para as guerras prolongadas com as quais se obteriam terras.”¹⁹⁰

¹⁸⁹Fonte: Disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5a/Western_Germany_1923_en.png/375px-Western_Germany_1923_en.png >. Acesso em 14 de dez. 2018

¹⁹⁰ MAZOWER, 2013, P.83

2.3.2 Os alemães pela Europa após o fim da guerra

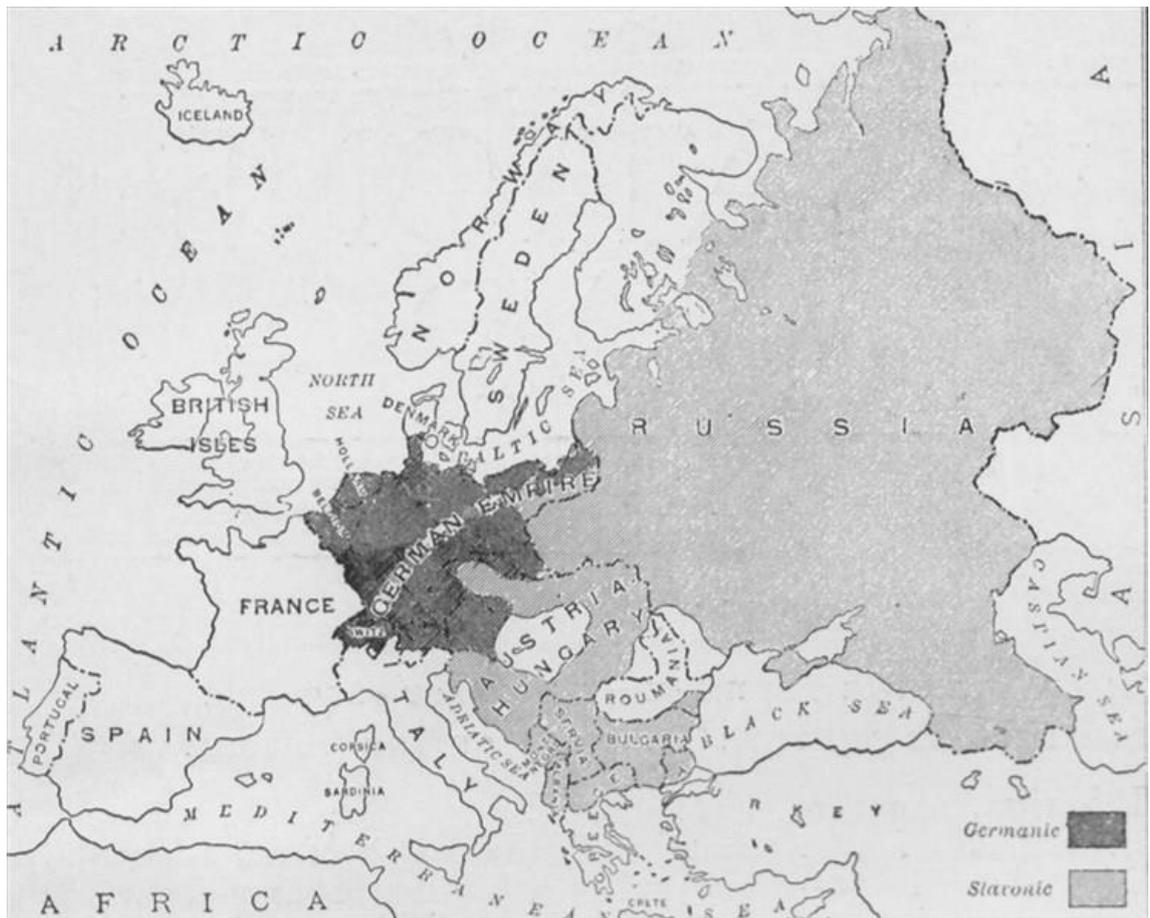
Todos esses rearranjos após o fim da Guerra afetaram também as populações de língua alemã dessas regiões, que se viram agora sob fronteiras de um novo Estado.¹⁹¹ Eric Steinhart chama atenção para as dezenas de milhares de germanófonos que se mudaram para o Império Russo no começo do século XIX.¹⁹² Bergen também afirma, que havia, até os anos 1930, trinta milhões de *Volksdeutschen* fora das fronteiras do *Reich* e desses, pelo menos, dez milhões estariam no leste europeu: Polônia, Estados Bálticos, Ucrânia, Hungria e Romênia.¹⁹³ Segundo Norbert Götz, havia mais de quatorze milhões pessoas de língua alemã nas regiões de fronteira com a Alemanha (Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Áustria, Tchecoslováquia e Polônia) e essa regiões eram retratada pelos nazistas como "área de assentamento alemão" (*geschlossener Volks siedelboden*).¹⁹⁴

¹⁹¹Pieter Judson chama atenção para uma questão muito importante na análise dessas populações. O autor alerta que deve haver por parte do pesquisador, um cuidado com o uso de termos e concepções empregados por "ideólogos nacionalistas", quando estes são usados como ferramentas analíticas. Ao se referir especificamente sobre a questão da "diáspora alemã", o autor afirma que esse conceito foi usado pelos discursos nacionalistas ao se referirem "as comunidades no território Habsburgo na Europa Central", a fim de "defender uma relação necessária entre essas comunidades e o estado alemão". Todavia, segundo ele, é muito difícil se referir a diáspora no período entre guerra. "Durante o período de 1918, eles usualmente referiam-se às ideologias pré-guerra para orientação, tradições que raramente haviam tornado sua relação com a Alemanha um componente necessário da identidade da comunidade". Ainda segundo o Judson, foi somente depois da década de 1930, e muito graças a propaganda nazistas, que "essas comunidades duramente pressionadas conseguiram criar uma nova autocompreensão entre eles como diásporas do Estado-nação alemão.". JUDSON, Pieter, When Is a Diaspora Not a Diaspora? Rethinking Nation-Centered Narratives about Germans in Habsburg East Central Europe. In: **The Heimat Abrod**. Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, University of Michigan Press, 2005, p. 219-220

¹⁹² STEINHART, Eric C. Introduction, In: *The Holocaust and the Germanization of Ukraine*. Cambridge University Press, 2015. P.02

¹⁹³BERGEN, 2005, P.267

¹⁹⁴GÖTZ, 2005 P.60



Mapa 8:povos alemães e eslavos na Europa em 1914 (NW)¹⁹⁵

O mapa acima mostra como alemães e eslavos estavam distribuídos pela Europa antes da Guerra. Quando se sobrepõe o mapa europeu após os tratados de paz, pode-se observar como a população de língua alemã ficou dividida entre os Estados. Thone Ulf aponta para o fato que dos trinta e um Estados europeus, vinte e um desses possuía comunidades alemãs.¹⁹⁶ Assim, Mazower vai concluir que o Tratado de Versalhes “havia transformado os alemães na mais vasta população minoritária da Europa, e em 1930 calculava-se que entre 8 milhões e 9 milhões dos 36 milhões de integrantes de minorias nacionais no Leste Europeu fossem alemães.”¹⁹⁷

3.2.1- Os alemães como maioria étnica: o caso austríaco.

Entretanto, nem em todas as regiões os alemães eram minorias. O recém-formado estado austríaco reuniu em suas fronteiras grande parte da população de língua alemã do extinto império Austro-húngaro. Desse modo, era de se esperar que nesse período, em

¹⁹⁵Fonte: http://www.firstworldwar.com/photos/graphics/nw_ger Slav_01.jpg

¹⁹⁶ WRIGHT, 2002,P.711 apud THOENE, 2014, P.43

¹⁹⁷ MAZOWER,2013,P.73

que estavam sendo delimitados as novas fronteiras nacionais, viesse à tona o debate sobre o *Anschluss* com a Alemanha com a região.

Sob o comando do chanceler Karl Renner, os “nativos de língua alemã”¹⁹⁸ do extinto Império Austro-Húngaro, se reuniram em Viena, e proclamaram a República Austríaca Alemã. Foi criada uma constituição, na qual declarava-se que “a Áustria alemã era parte integrante da República Alemã”.¹⁹⁹ Otto Bauer, recém nomeado chefe do partido socialdemocrata, afirmou que ao fazer isso, o povo “manifestou seu desejo de se unir novamente às demais nações germânicas das quais se separou há 52 anos”.²⁰⁰

Se antes da guerra apenas alguns setores mais conservadores, como os pangermanistas, insistiam na derrubada da monarquia em prol da união das regiões étnicas alemães com a “pátria natal”. Após o fim do Império, a união parecia ser pleiteada por diferentes setores da sociedade.²⁰¹ Para os Socialdemocratas unir-se à nova República alemã era um meio de assegurar que a monarquia Habsburbo não mais voltaria ao governo. Mazower aponta que por parte da direita também havia interesse pela união, pois, estes buscavam por “‘uma nova ordem de todas as relações políticas, nacionais e econômicas’ com a Alemanha”.²⁰²

Mas, em larga escala a esquerda era a maior incentivadora, por conseguinte, a mais popular no período, conseguindo 41% dos votos para formar a nova Assembleia. Assim, os socialdemocratas ficaram com 72 cadeiras, os Sociais Cristãos 69, os Nacionais Alemães com 26 e os demais cargos ficaram entre os Nacionais Judeus e os Democratas Burgueses.²⁰³

Em um plebiscito a maioria manifestou seu interesse pela unificação. Na nova constituição estavam apontadas também as pretensões territoriais.

¹⁹⁸EVANS, A chegada do Terceiro Reich., pp. 81-82

¹⁹⁹MAZOWER, Op. Cit., p. 71

²⁰⁰ M. Dockrill e J. D. Goold, p. 03 apud Mazower, p.71.

²⁰¹Em oposição à união, estavam os católicos austríacos que temiam que a união pudesse enfraquecer a igreja. Ver, MAZOWER, Op. Cit., p.72.

²⁰²MAZOWER, Op. Cit., p.72.

²⁰³ Essa eleição foi marcada pelo sufrágio universal, onde as mulheres que até então estavam excluídas da vida política em quase todos os países, tiveram acesso ao voto. Disponível em <<https://www.rotbewegt.at/#/epoche/1918-1933/artikel/1919-erste-echt-demokratische-wahlen>>. Acesso em 10 de Mai. 2019



Mapa 9: Mapa República Austríaca Alemã²⁰⁴

O mapa apresenta todas as regiões almeçadas pelos “austro-alemães”. A linha vermelha delimita as regiões que foram, de fato, cedidas através dos tratados internacionais ao que viria a ser o estado Austríaco. Pode-se observar que ficaram de fora das novas fronteiras do recém-criado Estado Austríaco as regiões do Tirol do Sul (que aparece no mapa com o nome de Tirol Alemão), pois estavam sob o controle da Itália. A Caríntia e a Estíria foram cedidas ao Reino da Sérvia, e os Sudetos ficaram sob o domínio da Tchecoslováquia.

Ademais, além de não conceder a totalidade do território, que eles acreditavam serem alemães por direito, foi vetado pelas potências aliadas também o *Anschluss*. Segundo Mazower e Evans, as potências que saíram como vencedoras não iriam admitir que mesmo perdendo a Guerra, a Alemanha conseguiu ao final aumentar consideravelmente seu território e população. Segundo Evans, foi “chocante, [...] a recusa das potências vitoriosas em permitir a união da Alemanha e da Áustria de língua alemã”.²⁰⁵

As nações que se formaram com o desmembramento do Império Austro-húngaro, estavam ancoradas no princípio da autodeterminação dos povos, sendo assim, pergunta-se: por que o mesmo princípio não valeria para aqueles que se autodeclaravam alemães? Por que estes não poderiam se unir àqueles os quais viam como iguais, se era da vontade

²⁰⁴Fonte: Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:GermanAustriaMap.png>>. Acesso em Set. 2018.

²⁰⁵EVANS, op. cit, 2010, p.81.

de ambas as nações? As reivindicações pelo *Anschluss* com a Áustria vinham de diferentes lugares, e ganharam muita força no pós-guerra.

De todas as cláusulas do Tratado, essa pareceu a mais injusta. [...] Os austríacos queriam a união; os alemães estavam preparados para aceitar a união; o princípio de autonomia nacional exigia a união. O fato de os aliados proibirem a união permaneceu uma fonte constante de amargura na Alemanha e condenou a nova “República da Alemanha-Áustria”, como era conhecida, a duas décadas de existência dominada por conflitos e abalada por crises nas quais poucos de seus cidadãos chegaram a acreditar em sua legitimidade.²⁰⁶

2.4- Os Estados Europeus e a minoria étnica alemã

Mark Mazower vai afirmar no que se refere às políticas adotadas pelos Estados em relação aos “alemães étnicos” não há um tratamento único. Cada governo lidou de uma forma específica com as minorias étnicas em seu território.

Em alguns casos, como na Estônia, os “alemães étnicos” tiveram seus direitos à autonomia cultural garantidos pela constituição, e posteriormente, 1925, foi permitido a todos os grupos que se identificassem de acordo com sua nacionalidade. Além disso, no parlamento os deputados podiam usar suas línguas maternas, se assim desejassem. Por outro lado, as expropriações de terra levaram muitos proprietários alemães à falência. De qualquer forma, segundo o autor, aqueles que viviam “de forma mais modesta nas cidades” não foram afetados.²⁰⁷

Mas essa não foi realidade da maioria dos alemães que ficou sob o domínio de um governo “estrangeiro”. Iremos discutir alguns casos de Estados que, após a guerra, tiveram que lidar com um contingente significativo de pessoas de “etnia alemã” em suas fronteiras.

2.4.1 Na França

O maior contingente da população alemã fora do Estado estava situado no leste europeu, nesse sentido, são nesses países que o tratamento dessa minoria étnica têm mais relevância. Entretanto, como se viu no mapa nove, havia também grupos de alemães concentrados na região centro europeia. Assim, há também um grande contingente nas antigas fronteiras ocidentais do Império. Em vista disso, não foram só os países do Leste que tiveram que lidar com os grupos alemães.

²⁰⁶EVANS, op.cit, 2010, p.82.

²⁰⁷MAZOWER, 2013, P.74

Em um caso evidente de perseguição a esse grupo, o governo francês expulsou um grande contingente de alemães étnicos de seu território. Segundo Mazower, este foi um “ataque flagrantemente racista aos direitos civis dos germanófonos”, 200 mil pessoas de origem alemã que viviam da região da Alsácia-Lorena.²⁰⁸

A ação arbitrária francesa não foi apenas em seus territórios recuperados, mas também naqueles que estavam provisoriamente sob sua custódia, como Sarre e Renânia. Os representantes do governo francês nessas regiões proibiram celebrações e canções de caráter nacionalista alemã.

No Sarre, os novos donos das minas estatais eram acusados pelos funcionários de germanofobia. Além disso, o governo incentivava campanhas e movimentos separatistas, além de efetuar a exclusão de grupos nacionalistas radicais.²⁰⁹

Outra questão agravou ainda mais a insatisfação da população alemã contra o governo francês: na Renânia e posteriormente na região da bacia do Ruhr, o exército francês tinha uma composição étnica marcada por negros, oriundos das colônias francesas na África. Segundo Evans, esse fato só agravava a sentimento de humilhação sentida pelos habitantes da região, citando depoimentos do período, a sensação entre eles era de que, “siameses, senegaleses e árabesse [...] [fizeram] de donos de nossa terra natal”.²¹⁰ Tal situação acabou por estimular as manifestações racistas dos locais disseminavam através de desenhos a ideia de que soldados negros, representados como figuras bestiais, abusavam sexualmente de mulheres “alemães”. Um exemplo dessa propaganda de cunho racista que circulou pela região no começo dos anos 20 é o pôster a seguir, retirado da Biblioteca Digital Mundial.

²⁰⁸ MAZOWER, 2013, P.78

²⁰⁹EVANS, 2010, p.84

²¹⁰MERKL, p.193, apud, EVANS, p.188



Figura 1: Cartaz: “Mulheres alemãs protestam contra a ocupação do Reno por negros”²¹¹

A imagem faz parte do “Arquivo Rehse para história e jornalismo contemporâneos”, produzido por Friedrich J. M. Rehse, e hoje em dia se encontra na Biblioteca do Congresso Americano.

2.4.2 Na Itália

Entre os políticos italianos não havia uma unanimidade sobre como lidar com a questão dos alemães no Tirol. Entre os mais moderados havia a dúvida sobre a anexação dessa área, estes eram mais sensíveis aos direitos desse grupo, e alguns até propuseram um plebiscito. Contrapondo a essa ideia, um grupo com um discurso mais nacionalista

²¹¹Disponível em < <https://www.wdl.org/pt/item/4616/> >. Acesso em 10 de Abr. 2019.

enfaticava que o caráter histórico italiano da região, e ainda defendiam que esta era uma importante fronteira que salvaguardava a segurança do Estado.²¹²

Após os fascistas chegarem ao poder, foram tomadas diversas medidas contra os “alemães étnicos” na região do Tirol Sul, com o objetivo de “desgermanizar” ou, em outras palavras, impedir que os grupos germanófonos exercessem sua cultura. Uma das políticas nesse sentido foi o impedimento do uso do alemão, e nesse caso, a obrigatoriedade do uso do italiano por funcionários em todos os cargos públicos e aqueles que não conseguiam usar a língua padrão eram substituídos por trabalhadores italianos. O alemão não podia ser usado em julgamentos, ou escolas, nem entre indivíduos de origem alemã. Nomes de lugares que antes eram em alemão foram trocados para nomes italianos. A imprensa em língua alemã era considerada como um mecanismo de “manter a solidariedade do grupo”, e por isso, também foi proibida e os jornais fechados, o mesmo valia para a mídia radiofônica.

Além disso, partidos políticos cujos membros eram alemães foram desfeitos. Posteriormente, em 1934, a política de “italianização” se intensificou. Mussolini criou uma zona industrial na capital do Tirol Sul, a fim de estimular a emigração de pessoas de outras regiões da Itália. Segundo Alcock, a política surtiu o efeito esperado, e a região aumentou em 25% sua população de origem italiana.²¹³

2.4.3 Na Tchecoslováquia

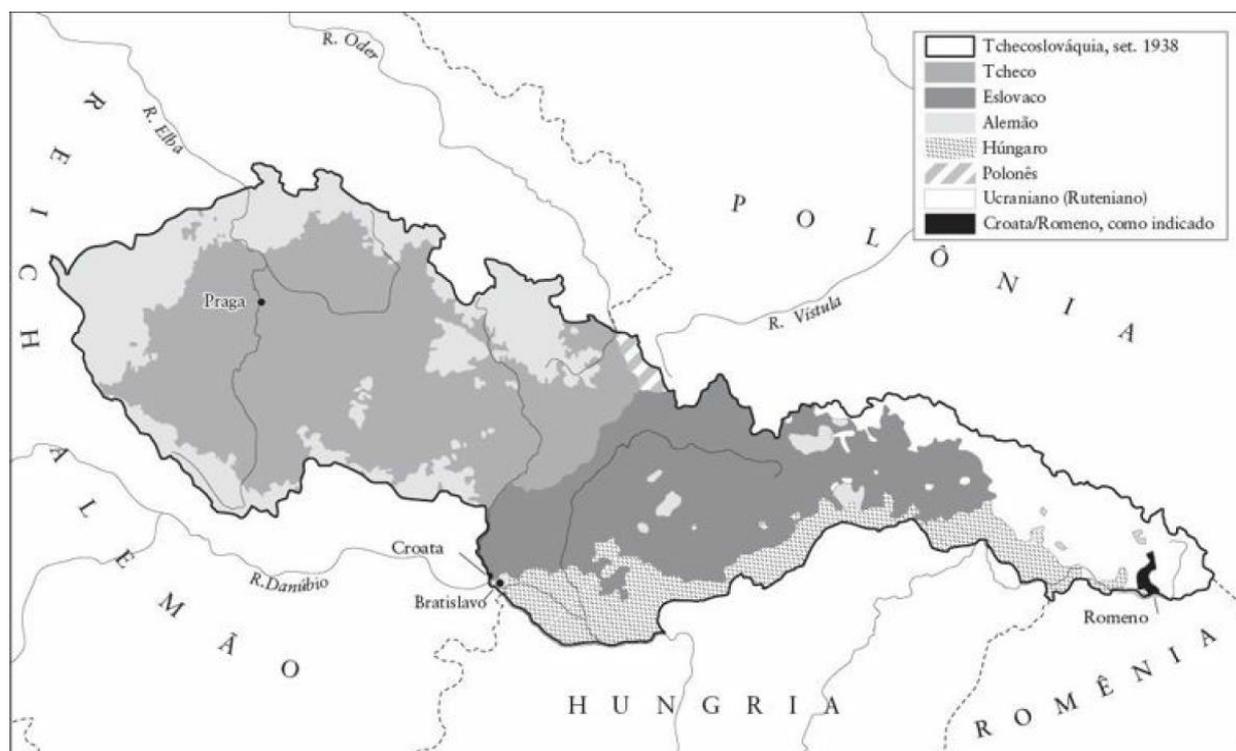
Em alguns países, o caso das minorias “nacionais” esbarrava em conflitos já existentes, e neles, segundo Mazower, foi difícil para os alemães aceitarem que não eram mais a classe dominante. Esse foi o caso da recém-criada Tchecoslováquia.

Mesmo a Tchecoslováquia sendo um estado que era composto por diversos grupos “nacionais”, as minorias não eram suprimidas pelo governo local. O país estava distribuído em 66,9% (9.688.770) de tchecos e os eslovacos, 22,3% (3.231.688) de alemães, 4,8% (691.923) de húngaros, 3,8% (549.169) de rutenos e os poloneses eram 0,6% (81.737) da população.²¹⁴ Esses grupos estavam distribuídos da seguinte forma no território tcheco, conforme visto no mapa.

²¹²MOTTA, Giuseppe. **The Italian military governorship in South Tyrol and the rise of fascism.** EdizioniNuova Cultura, 2012. p.76

²¹³ Para mais políticas públicas do governo italiano para a assimilação da população *Volksdeutschen*, ver ALCOCK, Antony. **The South Tyrol Autonomy: A short introduction.** University of Ulster, 2001

²¹⁴TÓTH, Andrej. On the Results of the Parliamentary Election in Czechoslovakia in 1935 with Regard to the Hungarian Opposition and Negativistic Political Parties—Land Christian-Socialist Party (OKSzP) and Hungarian National Party (MNP). SilesianUniversity in Opava, Opava, 2014, p.130



Mapa 10: Grupos linguísticos na Tchecoslováquia, 1920-37²¹⁵

As minorias alemãs localizavam-se nas regiões fronteiriças no oeste, sudeste e nordeste do país. A região que contava com maioria alemã, no mapa representada pela cor cinza mais clara, era conhecida como Sudetos.

A relação entre alemães e imigrantes checos foi conflituosa. Os checos que chegavam às regiões industriais alemãs eram em sua maioria trabalhadores agrícolas que foram obrigados a abandonar sua terra “pela crescente racionalização da agricultura, e atraídos para as áreas industriais da Boêmia Alemã por salários mais altos em minas e fábricas têxteis.”²¹⁶ Os operários alemães desprezavam os tchecos, pelo seu modo de vida, e por aceitarem baixos salários, fazendo assim que os empregadores preferissem contratar eles, do que os alemães. Assim, Robbins aponta que “os medos nacionais e sociais eram, portanto, perigosamente misturados”. Esses alemães saíram da sua terra para lutar na guerra, e ao voltar, se viram sob a égide de um novo estado, governado por aqueles que tanto desdenhavam.

As políticas tchecas inicialmente foram mais duras com as minorias alemãs. As escolas alemãs foram fechadas e o tcheco foi estabelecido como idioma oficial, assim, os

²¹⁵Fonte: EVANS, Richard J., A Chegada do Terceiro Reich. trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. p.710.

²¹⁶ ROBBINS, Keith G. VI. Konrad Henlein, The Sudeten Question and British Foreign Policy. The Historical Journal, v. 12, n. 4, 1969, p.676

funcionários públicos tiveram que aprender o idioma. Tal medida acarretou na demissão de muitos servidores.²¹⁷ Além disso, o governo promoveu uma reforma agrária, que visava as terras de fazendeiros alemães, especialmente em áreas “germanizadas”, com o propósito de serem usadas como assentamentos por “colonos tchecos”. Por outro lado, era permitido, e houve na prática, uma representação alemã significativa no parlamento tcheco. Com o tempo, o crescimento da economia, e o sentimento comum do anticomunismo, uniu grupos de alemães e tchecos “nos negócios, nos sindicatos e na política.”²¹⁸

Assim, pode-se dizer que a situação desses alemães nos Sudetos não era a mais confortável, mas também não era o país que mais os perseguia. “Os [...] sudetos alemães, devido à região em que muitos deles viviam, tinham plenos direitos individuais como cidadãos em um país onde as liberdades civis eram mais respeitadas que na maioria das outras partes da Europa.”²¹⁹

2.4.4 Na Polônia

A situação mais tensa, entretanto, ocorreria na Polônia. A transferência do poder militar de alemães para poloneses foi marcada por muitos embates violentos. Formaram-se milícias paramilitares alemães, que chegaram a ser apoiadas pelo governo Weimar, em momento de conflito entre Alemanha e Polônia. Lá os alemães eram tratados como “cidadãos de segunda classe e traidores”.²²⁰ O governo polonês pôs em prática um projeto de reforma agrária que buscava nacionalizar as terras. O lema era “Terras polonesas para os poloneses”, cujo objetivo era reverter a germanização empreendida pelo governo prussiano antes da guerra.²²¹ Essa ação afetou não só os grandes proprietários, como na Tchecoslováquia, mas também as “terras mais modestas”. Depois da Guerra Russo-

²¹⁷ Para uma leitura mais detalhada sobre as leis tchecas que interferiam no cotidiano dos demais grupos ler MAZOWER, Mark. O Império de Hitler: a Europa sob o domínio Nazista. Companhia das Letras, 2013.

²¹⁸ MAZOWER, 2013, P.75

²¹⁹EVANS, 2012, Op. Cit., p.709

²²⁰Thoene nos afirma que há também o inverso, e que as minorias polonesas na Alemanha nesse período sofriam com ações “não planejadas e “não oficiais’ de ‘discriminação’.” RIEKHOFF, 195, apud THOENE, 2014, P.45

²²¹ Richard Evans nos aponta que na Alemanha, às vésperas da Primeira Guerra mundial, “as leis agrárias estavam sendo reformadas de modo a despojar os poloneses de seus direitos econômicos fundamentais.” Podemos citar também outras medidas de cunho educativo cultural que visavam “reverter o declínio da cultura alemã no Leste”, entre eles, Baranowski nos aponta para o controle do Estado sobre a educação, impondo o ensino nas escolas em alemão nas regiões etnicamente polonesas. Ver EVANS,2010, P.55-56; BARANOWSKI, 2014, P. 37

Polonesa (1919-1921), quando o exército russo se retirou houve uma emigração²²² em massa de alemães da Polônia.²²³

Temerosos de se ver do lado errado da fronteira com a Polônia, milhares fugiram para o oeste. Estimativas indicam que 575 mil alemães deixaram a Polônia entre 1918 e 1926, incluindo mais da metade da população alemã das porções cedidas da Posnania e da Prússia Ocidental. Essa proporção enorme minimizava os menos de 10% de alemães que fugiram das terras tchecas e superava até mesmo os 200 mil alemães que os franceses expulsaram da Alsacia-Lorena. E evidente que ocorreu um êxodo nas regiões fronteiriças ocidentais da Polônia que, em sua magnitude, não teve paralelo nem na Tchecoslovaquia nem em algum outro lugar na mesma época. Cidades que haviam sido alemãs agora encolhiam e se convertiam em cidades polonesas.²²⁴

As políticas do governo polonês contra esse grupo populacional “trouxe mudanças drásticas no equilíbrio da população. Em *Poznan/Posen*, os alemães constituíam apenas 2% da população em 1930, em comparação com os 42% em 1910; em *Bydgoszcz/Bromberg*, essa proporção caíra de 77% para 8,5%.”²²⁵

2.4.5 O lugar dos *Volksdeutschen* nas políticas alemães após a Guerra

Os alemães no exterior foram peça importante na política alemã no pós-guerra. Como mostra Mazower, “por todo o espectro político de Weimar, políticos e intelectuais pregavam pela expansão nacional, pela correta atenção aos alemães que viviam no exterior e pela necessidade de uma nova *Volksgemeinschaft* (comunidade do povo)”.²²⁶ Eric C. Steinhart afirma que esse grupo é central em muitos discursos pangermanistas, e durante a República Weimar já assume um papel de destaque. Durante esse período, o governo subsidiou esses “alemães étnicos” e buscou proteger diplomaticamente sua autonomia linguística e cultural.²²⁷ Nesse sentido, o governo apoiou diversas instituições de cunho cultural e assistencial que tinham por objetivo “fortalecer a ‘germanidade’”.²²⁸

Segundo John Hiden, no que dizia respeito às relações exteriores alemães envolvendo os *Volksdeutschen* na década de 1920, podia-se observar duas frentes de ação: o “trabalho oficial” e o “trabalho privado”. O trabalho oficial era aquele realizado pelo

²²² Não se pode deixar de apontar aqui que o fluxo migratório entre alemães e poloneses era uma questão tensa desde o governo Bismarck. Baranowski aponta que, entre 1883 e 1885, foram expulsos milhares de imigrantes russos e poloneses, e que esse fora um “ato então sem precedentes em tempos de paz”. BARANOWSKIP, op. cit., 2014, P. 35

²²³ MAZOWER, op. cit., 2013, P.76

²²⁴ MAZOWER, Ibidem, p.77

²²⁵ MAZOWER, Ibidem, p.80

²²⁶ MAZOWER, Ibidem, p.81

²²⁷ STEINHART, 2015. op. cit., p.03

²²⁸ MAZOWER, 2013, op. cit., p. 80

Estado através de seus diversos departamentos, já o privado, era aquele empreendido por uma “cadeia de organizações”, que as vezes contava com o apoio do governo, as vezes não, chegando até, em alguns casos, a agir contra aquilo que estabeleciam as autoridades.

Essas organizações se dividiam, segundo o autor, em dois grupos: um que se preocupava com a defesa dos costumes e bem-estar dos “alemães étnicos” e o outro que se envolveu na questão das compensações para os alemães fora do Estado. As mais importantes do primeiro grupo eram a *Deutsch Schutzbund* e *Verein für das Deutschtum im Ausland* (VDA). Essa última, segundo Mazower, “distribuía recursos estatais e privados para as escolas das minorias alemãs e outras organizações.” Já as do segundo grupo, Hiden destacava a *Bund der Auslandsdeutschen* e a *Deutsche Ostbund*.²²⁹

Ainda segundo o autor, essas organizações são fundamentais para se entender como foi no período Weimar o tratamento aos alemães no exterior. Esse modelo de política “não oficial” representado pela forte ação dessas organizações, mostra que o interesse do ministério do exterior em uma política centralizada voltada aos cuidados dos *Auslandesdeutsche* nunca foi alcançado durante a República Weimar. Pode-se observar nesse tipo de cenário que os próprios grupos privados conseguiram organizar ações em prol desses indivíduos. “Essa tendência foi ativamente incentivada e influenciada pelo governo, no intuito de limitar as áreas de potencial conflito entre o movimento e as exigências gerais da política alemã”, e por último, “algumas organizações privadas poderosas foram, com efeito, transformadas em organismos oficiais ‘ocultos’”.²³⁰

Há divergência entre pesquisadores em que medida que esses *Volksdeutschen* foram usados, de forma direta, como ferramentas para a expansão territorial pelo governo na República Weimar. Mark Mazower afirma que não só os governantes, mas, mesmo entre seus opositores nacionalistas não havia um interesse real no retorno desses alemães que viviam nas áreas de fronteira com a Polônia, pois, “se não houvesse alemães ali, sua reivindicação de territórios poloneses acabaria enfraquecida.”²³¹ O mesmo vai defender Eric C. Steinhart, que diz que para muitos no governo esta população era a chave para a reconquista de territórios perdidos após a Grande Guerra.

Usando o caso das relações polonesas- alemães, Ulf Thoene vai argumentar que, mesmo a questão das minorias sendo muito usada em prol de negociações entre os dois

²²⁹HIDEN, John, The Weimar Republic and the Problem of Auslandsdeutsche, *Journal of Contemporary History*, v.,12, no. 2, 1977, p., 274

²³⁰ HIDEN, 1977, op. cit., p., 274

²³¹ MAZOWER, 2013, op. cit., p.77

Estados, os “alemães étnicos” que ficaram em território polonês não serviram como instrumentos diretos do governo Weimar para justificar a expansão para o Leste.²³² Sobre esse caso, Mazower, argumenta que durante a República Weimar as relações políticas entre Polônia e Alemanha se mantiveram razoavelmente sob controle. Muito desse controle se deve, segundo o autor, a Gustav Stresemann, influente político alemão durante a República Weimar, chegou a ocupar os cargos de ministro das relações exteriores e chanceler do *Reich*. Stresemann defendeu “a criação de um Estado cujas fronteiras políticas abarquem todos os povos alemães que vivem na área contígua de assentamentos alemães na Europa Central e que desejam estar conectados ao Reich”.²³³ Todavia, a forma como isso se daria deveria ter um tom muito mais pacífico do que aquele que seria adotado pelo partido nazista. A ideia de Stresemann era que a Alemanha também incorporasse as populações étnicas que estavam em suas fronteiras.²³⁴ Isso porque, acreditava que o caminho para a resolução dos conflitos com as minorias se daria através de acordos na Liga das Nações.²³⁵

2.5- O estado e o *Volksdeutschenno* prisma de Hitler no *MeinKampf*

Nesse item irá analisar o que para Hitler deveria ser a ação do Estado em relação a população alemã fora da Alemanha. Mas antes será feita uma breve discussão de como ele compreende o Estado, o que o justifica, e sobre que bases esse deve se constituir.

Para Hitler, há diversas formas de se pensar o Estado, entre elas, há três tendências que são mais comuns. A primeira acredita que o Estado é uma associação voluntária entre os homens. Sua existência era necessária para a organização social, assim a autoridade deste não precisava ser justificada. “O Estado não mais existe com o propósito de servir os homens, mas o homem existe pelo propósito de adorar a autoridade do Estado.”²³⁶ Isso, segundo ele, resultava numa obediência cega e fanática às autoridades governamentais, o que pode acarretar na manutenção de governos que são “ruins e perniciosos”.

²³²THOENE, Ulf. A política externa da Alemanha de Weimar e a proteção das minorias: o caso da minoria alemã na Polônia. *HistoriaCaribe*, v. 9, n. 25, p. 39-70, 2014.

²³³MAZOWER, 2013, op. cit., p.77-78

²³⁴Deve-se chamar atenção que a hostilidade a minorias étnicas não começou após o fim da Primeira Guerra Mundial, tão pouco teve origem de poloneses contra alemães. Já no governo de Bismarck houve um intenso ataque aos “inimigos étnicos”, e o primeiro grupo a sofrer com essa perseguição foram os poloneses.

²³⁵MAZOWER, 2013, op. cit., p.77-78

²³⁶HITLER, 1939, op. cit., p.301

A segunda tem uma visão mais moderada sobre o poder estatal. Aqui “a autoridade do Estado já não é o único e exclusivo fim para o qual o Estado existe”.²³⁷ Há por exemplo, uma necessidade de elementos comuns, como uma língua administrativa, e também se discute o direito do povo a liberdade. Liberdade essa que, para Hitler, é mal compreendida. Os liberais-democratas são atribuídos a este grupo, segundo o autor.

A terceira forma vê o Estado como “um meio para a realização de tendências que surgem a partir de uma política de poder, por parte de um povo que é etnicamente homogêneo e fala a mesma língua.”²³⁸ O maior erro dessa concepção é que a língua assume um papel de elemento homogeneizador. Assim, os ideólogos dessa concepção acabam por cair no erro, de ver na língua um instrumento de *germanização*. Pode-se observar que essa forma de pensamento gerou políticas públicas em governos anteriores, os quais tinham por objetivo a *germanizar* as minorias étnicas no território alemão.²³⁹ Para Hitler, essa era uma ideia totalmente equivocada, pois não havia possibilidades de *germanizar*, ou seja, tornar alemães populações que fossem racialmente diferentes. Em vista disso, o autor chama atenção que “não é [...] pelo laço do idioma, mas exclusivamente pelo laço de sangue que os membros de uma raça são ligadas entre si.”²⁴⁰

[os] chamados círculos nacionais estavam, e ainda estão, sob a influência de idéias errôneas semelhantes. Infelizmente, uma política em relação à Polônia, segundo a qual o Oriente deveria ser Germanizado, foi exigida por muitos e foi baseada no mesmo falso raciocínio. Mais uma vez, acreditava-se que o povo polonês poderia ser germanizado ao ser obrigado a usar a língua alemã. O resultado teria sido fatal. Um povo de raça estrangeira teria que usar a língua alemã para expressar modos de pensamento estranhos ao alemão, comprometendo, por sua própria inferioridade, a dignidade e a nobreza da nossa nação. ²⁴¹

É dirigida também críticas aqueles que acreditavam que o Estado se justifica por questões de natureza econômicas. “A atividade econômica é um dos muitos meios auxiliares que são necessários para a realização desses objetivos [conservação do Estado]. Mas a atividade econômica não é a origem ou destino de um Estado”.²⁴² Aqueles Estados que têm como base a economia, base essa que para o autor é “falsa e artificial”, não precisariam de fronteiras físicas delimitadas. Assim, seriam espécies de “parasitas” que

²³⁷ HITLER, 1939, op. cit., p.302

²³⁸ HITLER, 1939, op. cit., p.302

²³⁹Um exemplo dessas políticas pode ser notado, como já foi apontado, durante o governo de Bismarck, em relação as minorias polonesas.

²⁴⁰ HITLER, 1939, op. cit., p.244

²⁴¹HITLER, 1939, op. cit., p.304

²⁴² HITLER, 1939, op. cit., p.127

se infiltrariam dentro de outros, construindo um Estado dentro de outro Estado, e este era o caso do “Estado Judeu”.²⁴³

Desse modo, para o autor, nenhuma dessas é a forma correta de se compreender a instituição do Estado. Na visão de Hitler, “O Estado é uma comunidade de seres vivos que possuem naturezas físicas e espirituais semelhantes, organizado com a finalidade de assegurar a conservação da sua própria espécie e ajudar no cumprimento dos fins que a Providência atribuiu a essa determinada raça ou ramo racial.”²⁴⁴ Ou seja, a partir desse prisma, pode-se compreender porque para Hitler é tão importante que o Estado pense na reincorporação daqueles nacionais que se encontravam fora da Alemanha.

2.5.1. Discutindo os tratados de paz

Se o Estado, e suas políticas, só tinham validade quando ancorados na proteção e desenvolvimento do seu *Volk*, os projetos políticos, tanto internos, quanto externos também só faziam sentido quando buscam o bem-estar do povo.

Os princípios fundamentais e orientadores que devemos sempre ter em mente ao estudar esta questão é que a política externa é apenas um meio para um fim e que o único fim a ser perseguido é o bem-estar do nosso próprio povo. Todo problema em política estrangeira deve ser considerado a partir deste ponto de vista, e somente neste ponto de vista. Tal solução seria-se vantajosa para nosso povo agora ou no futuro, ou prejudicará seus interesses? Essa é a questão. [...]

Antes da guerra, a política externa alemã deveria ter como propósito assegurar para que fossem supridos os materiais necessários para a manutenção de nosso povo e de seus filhos. [...] Deveriam ter sido estabelecidas alianças que nos teriam provado benéficas a partir deste ponto de vista e teriam nos trazido o apoio necessário. A tarefa a ser realizada é a mesma hoje, mas com essa diferença: nos tempos pré-guerra era uma questão de cuidar da manutenção do povo alemão, apoiada pelo poder que um Estado forte e independente possuía, mas a nossa tarefa hoje é tornar a nossa nação poderosa mais uma vez, restabelecendo um Estado forte e independente. O restabelecimento de tal Estado é o pré-requisito e a condição necessária que deve ser cumprida para que possamos posteriormente pôr em prática uma política externa que servirá para garantir a existência de nosso povo no futuro, satisfazendo suas necessidades e fornecendo-lhes as necessidades da vida que lhes faltam. Em outras palavras, o objetivo que a Alemanha deveria seguir hoje em dia na sua política externa é preparar o caminho para a recuperação de sua liberdade amanhã.²⁴⁵

No trecho supracitado, pode-se dizer que é bem sintético, na medida em que mostra de forma bem clara o que seria para Hitler a missão do Estado: reestabelecer o

²⁴³ HITLER, 1939, op. cit., p.,127

²⁴⁴HITLER, 1939, Ibidem,126

²⁴⁵HITLER, 1939, Ibidem, p., 466

poder que a Nação perdeu após a guerra. Por isso, antes de entrar nas análises sobre a recuperação do território, se debaterá sobre como a nação deveria “recuperar sua liberdade”, na visão do autor.

Como já foi visto, os tratados de paz no pós-guerra têm uma recepção muito negativa para diversos setores nacionalistas alemães e não foi diferente entre os nacionalistas. Hitler foi um crítico ferrenho desses tratados, em especial o Tratado de Versalhes. Ele descreveu a sua assinatura como o momento em que “os aproveitadores internacionais que se reuniram [...] para explorar e saquear as nações”.²⁴⁶

Ainda, segundo Hitler, esse era um tema difícil de se tratar, falar contra o Tratado de Versalhes era visto como ir contra a República, e talvez até em defesa da monarquia. Isso porque, graças a propaganda conseguiram “envenenar o povo”, e assim, “eles não escutariam nem entenderiam que Versalhes era um escândalo e uma desgraça e que esse decreto significou um ato de roubo contra nosso povo.”²⁴⁷

Mas os responsáveis por fazerem a população aceitar tal “decreto humilhante”²⁴⁸ não eram apenas os “inimigos do *Reich*”, mas o próprio governo alemão, que segundo Hitler, deveria ter visto nessa “paz imposta”, a oportunidade de lutar pelo “reavivamento do povo alemão” e se assim o tivesse feito, poderia no futuro, os incentivar a ir novamente à luta contra seus inimigos.

Em 1919, quando o Tratado de Paz foi imposto à nação alemã, havia motivos para esperar que esse instrumento de opressão irrestrita ajudasse a reforçar o clamor pela liberdade da Alemanha. Tratados de paz que fazem exigências que caem como chicotadas sobre as pessoas acabam sendo, não raro, o sinal de um futuro reavivamento.

Para que finalidade o Tratado de Versalhes poderia ter sido explorado? Nas mãos de um governo disposto, como poderia este instrumento de chantagem ilimitada e vergonhosa humilhação ter sido aplicado com o propósito de despertar o sentimento nacional em seu tom mais alto? Como poderia um sistema de propaganda bem dirigido ter utilizado a crueldade sádica do tratado para mudar a indiferença do povo a um sentimento de indignação e transformar essa indignação em um espírito de resistência destemida?

Cada ponto desse Tratado poderia ter sido gravado nas mentes e corações do povo alemão e incendiado até que sessenta milhões de homens e mulheres encontrariam suas almas em chamas com um sentimento de raiva e vergonha; e uma torrente de fogo irromperia como de uma fornalha, e uma vontade comum seria forjada, como uma espada de aço. Então as pessoas se juntariam ao grito comum: "Para as armas novamente!"

²⁴⁶HITLER, 1939, op. cit., p.218

²⁴⁷ HITLER, 1939, Ibidem, p.360

²⁴⁸ Em diversos trechos, Hitler substitui a palavra “tratado” por “decreto”, justamente para enfatizar a ideia de imposição que tinha, para ele, o acordo de paz.

Sim. Um tratado desse tipo pode ser usado para tal propósito. Sua opressão ilimitada e suas exigências imprudentes foram uma excelente arma de propaganda para despertar o espírito letárgico da nação e restaurar sua vitalidade.²⁴⁹

Mas, se as imposições do Tratado de Versalhes não foram suficientes para despertar no povo o sentimento de revolta, que era esperado por Hitler, “os excessos” cometidos na execução de seus termos geravam aos poucos esse sentimento. Um dos casos apontados por Hitler é o da ocupação francesa da região do *Ruhr*. Percebe-se que para ele, mesmo sem ações do governo que conscientizassem a população, essa iria aos poucos, percebendo o “verdadeiro objetivo do inimigo”, com esses tratados de paz.

a invasão francesa do Ruhr abriu grandes possibilidades para o futuro, não apenas na política externa da Alemanha, mas também em sua política interna. Uma parte considerável de nosso povo que, graças à influência persistente de uma imprensa mentirosa, olhara para a França como defensora do progresso e da liberdade, foi subitamente curada dessa ilusão. Em 1914, o sonho da solidariedade internacional desapareceu de repente do cérebro de nossa classe operária alemã.²⁵⁰

As críticas de Hitler às relações de política externa vão além dos tratados assinados para o fim da guerra. Hitler tece diversas críticas às políticas de aliança, que ele vai entender como excessivamente “conciliadoras”, e, para ele, ajudaram a deflagrar a guerra.

A política externa do Reich em matéria de alianças foi um exemplo de inconstância. Eles desejavam manter a paz, mas, ao fazê-lo, seguiram direto para a guerra. A sua política polaca também foi realizada por meias medidas. Não resultou em um triunfo alemão nem em uma conciliação polonesa, e gerou inimizade com os russos. Eles tentaram resolver a questão da Alsácia-Lorena através de meias medidas. Em vez de esmagar a cabeça da hidra francesa de uma vez por todas com o punho enviado e conceder direitos iguais à Alsácia-Lorena com os outros estados alemães, eles não fizeram nem o mesmo nem o outro.²⁵¹

2.5.2. Reincorporação dos *Voklsdeutschen*:

Voltando ao tema da reincorporação territorial, deve-se observar que para Hitler, essa é uma questão que não será resolvida investindo na luta pela reconquista das áreas perdidas. A reincorporação dos territórios alemães só terá êxito, se os grupos alemães dessas regiões tivessem sua liberdade assegurada.²⁵² Só assim, na visão dele, que estes poderiam lutar, para no futuro retornarem à sua pátria.

²⁴⁹HITLER, 1939, op. cit., p.483

²⁵⁰HITLER, 1939, Ibdem, p.,516

²⁵¹ HITLER, 1939, Ibdem, p.212

²⁵² Muitas regiões, como por exemplo a Renânia, foram ocupadas por tropas estrangeiras por obrigação dos tratados de paz. Outras foram separadas do *Reich*, e ficaram sob domínio estrangeiro, como os territórios que foram entregues a outros países, como o caso da Alsácia-Lorena. Há ainda os casos em que os territórios

existe um princípio fundamental que devemos manter firmemente diante de nossas mentes. É isso: a possibilidade de retomar a independência de uma nação não está absolutamente vinculada à questão da reintegração territorial, mas basta que um pequeno remanescente, não importa quão pequeno, desta nação e do Estado existam, desde que possua a independência necessária para se tornar não só o veículo do espírito comum de todo o povo, mas também para preparar o caminho para a luta militar para reconquistar a liberdade da nação.

Quando um povo que atinge cem milhões de pessoas tolera o jugo da escravidão comum, a fim de impedir que o território pertencente ao seu Estado seja fragmentado e dividido, isso é pior do que se tal Estado e tal povo fossem desmembrados enquanto um fragmento ainda mantinha sua completa independência. Naturalmente, a condição natural aqui é que este fragmento do povo deve ser inspirado por uma consciência do dever solene que recai sobre ele, não apenas para proclamar persistentemente a unidade inviolável de sua vida espiritual e cultural com a de seus membros destacados, mas também para preparar os meios necessários para o conflito militar que finalmente libertará e reunirá os fragmentos que sofrem sob a opressão.²⁵³

Ou seja, para cumprir tal missão, primeiro devia-se investir na independência e fortalecimento do Estado. Essa política deveria primeiro reestabelecer os territórios e populações alemães que ficaram de fora do *Reich*, e depois assegurar uma expansão territorial para o desenvolvimento do *Volk*.

Ainda analisando a citação, percebe-se que, para ele, mais valia permitir a desintegração territorial, apesar de esta ter separado o povo da sua pátria notou-se que o mesmo conseguiu manter “a unidade inviolável de sua vida espiritual e cultural”, do que forçar o povo a abdicar de sua liberdade às custas da manutenção da unidade territorial e de se submeter ao “jugo da escravidão comum”. Isso porque, do seu ponto de vista, uma vez que haja, por menor que seja, um remanescente da nação e do Estado que esteja livre, este um dia vai lutar para libertar-se e reunir-se aqueles “fragmentos que sofrem sob a opressão”. Todavia, será que o plano de reintegração se aplicava realmente a todos os territórios e grupos que foram separados da sua pátria?

Pensando nos discursos doutrinários de Hitler os quais este afirmava que era propósito do Estado reunir “todos os seus filhos em um único Estado”. Somos levados a acreditar que quando se fala na reintegração da população germânica que ficou fora da Alemanha, fala-se de todos os *Volksdeutschen*, independentemente de onde estes estejam. Até porque como já foi observado, segundo os fundamentos defendidos pelo NSDAP,

cujos os governantes, segundo Hitler, agiam contra os alemães, como em campanhas de “desgermanização”, como o caso do governo Habsburgo nas comunidades alemães austríacas.

²⁵³HITLER, 1939, op. cit., p.466

todos os alemães são iguais entre si, na medida que o que os define é a raça, e não o lugar de nascimento. Ou seja, não há distinção entre os alemães independente de em que Estado estes estejam, são todos igualmente nacionais e todos deveriam ter direito a retornar a sua pátria, de acordo com aquilo que defendeu Hitler.

Os alemães austríacos devem ser restaurados à grande pátria alemã. E não por uma questão de base econômica. Não, não. Mesmo se a união fosse uma indiferente do ponto de vista econômico, e mesmo se fosse economicamente desvantajoso, ainda assim deveria ocorrer. Pessoas do mesmo sangue devem estar no mesmo Reich. O povo alemão não terá o direito de se envolver em uma política colonial até que tenha reunido todos os seus filhos no mesmo Estado. Quando o território do Reich abarcar todos os alemães e se encontrar capaz de assegurar-lhes meios de vida, só então surgirá o direito moral, da necessidade do povo adquirir território estrangeiro.²⁵⁴

O trecho acima foi retirado da primeira página do livro de Hitler, mostrando como esse é um ponto chave para toda a discussão das páginas seguintes, sobre como o autor entende a nacionalidade alemã. O caso dos alemães austríacos é usado por ele para reforçar a ideia de que a prioridade do *Reich* é “reunir todos seus filhos no mesmo Estado”.

Todavia, no segundo volume do seu livro, a questão da repatriação daqueles alemães que estavam fora do *Reich* se mostra não mais como um elemento de primária importância, mas sim, subordinado aos interesses políticos do Estado alemão.

É preciso também ter em mente o fato de que a restauração de distritos perdidos que antes eram partes do Estado, tanto étnica como politicamente, deve, em primeiro lugar, ser uma questão de ganhar o poder político e a independência para a própria pátria e que, em tais casos, os interesses especiais dos distritos perdidos devem ser considerados sem importância como uma questão de importância secundária em face da tarefa principal, que é recuperar a liberdade do território central. [...] Portanto, para reconquistar os territórios perdidos, a primeira condição a ser cumprida é trabalhar energicamente para o aumento do bem-estar e o reforço da força da parte do Estado que permaneceu após a partição. [...] Portanto, os interesses dos territórios separados devem ser subordinados ao mesmo objetivo.²⁵⁵

Essa mudança da concepção que antes parecia tão rígida que independentemente da situação os “territórios alemães” deveriam ser, juntamente com sua população, reincorporados à pátria mães, fica clara quando se compara os projetos políticos referentes à Áustria, que eram de anexação, e aqueles voltados para o território do Tirol Sul.

²⁵⁴ HITLER, 1939, P.17

²⁵⁵HITLER, op. cit., p.467

Hitler falava que a única chance de recuperar o Tirol Sul era pegando em armas, e aqueles que agora protestavam sobre o tema da retomada dessa terra e de outras províncias, não fizeram o que era devido na época propícia para evitar que estas fossem perdidas, ou seja, ajudar o exército alemão na luta. Nesse sentido, ele fala que “é mais fácil participar de uma 'reunião de protesto' e falar roucamente para dar vazão à nobre indignação que enche seu peito ou manchar seu dedo com a redação de um artigo de jornal, do que explodir uma ponte,²⁵⁶ por exemplo, durante a ocupação do Ruhr.”²⁵⁷ Segundo ele, aqueles que defendiam restauração do Tirol Sul não foram capazes de no passado lutar, não só pela sua manutenção das demais províncias perdidas pelo *Reich* mas também por outras questões.

Assim, ele credita a perda desses territórios a todos aqueles que não se alistaram na Guerra ou não ajudaram a “reforçar o espírito nacional e os poderes nacionais de resistência” durante a sua vigência, o que teria permitido “ao país levar a guerra adiante e manter a luta até o fim”. Também eram culpados, segundo ele, aqueles que participaram a Revolução de Novembro, e por último, aqueles “partidos e seus partidários que depositaram suas assinaturas nos tratados vergonhosos de Versalhes e St. Germain”.²⁵⁸

Mas, segundo Hitler, mesmo ele tendo coragem para retomar o território do Tirol, não acreditava que essa era uma boa escolha.

Agora, não tenho hesitações em dizer que hoje, uma vez que o dado foi lançado, não é apenas impossível recuperar o Tirol do Sul através de uma guerra, mas eu definitivamente deveria assumir minha posição contra esse movimento, porque estou convencido de que não seria possível despertar o entusiasmo nacional do povo alemão e mantê-lo da maneira necessária para levar a cabo essa guerra a uma questão bem-sucedida. Pelo contrário, acredito que, se tivermos de derramar sangue alemão mais uma vez, seria criminoso fazê-lo por causa da libertação de 200 mil alemães, quando mais de sete milhões de alemães vizinhos

²⁵⁶Ao falar sobre a coragem de “explodir uma ponte”, Hitler faz uma referência ao caso de Leo Schlageter que foi em “muitos aspectos paralelo ao de Johannes Palm”. “Schlageter foi um estudante de teologia alemão que se ofereceu para servir em 1914. Ele se tornou um oficial de artilharia e ganhou a Cruz de Ferro de ambas as classes. Quando os franceses ocuparam o Ruhr em 1923, Schlageter ajudou a organizar a resistência passiva do lado alemão. Ele e seus companheiros explodiram uma ponte ferroviária com o objetivo de dificultar o transporte de carvão para a França. Aqueles que participaram do caso foram denunciados aos franceses por um informante alemão. Schlageter assumiu toda a responsabilidade sobre seus próprios ombros e foi condenado à morte, sendo seus companheiros sentenciados a várias penas de prisão e servidão penal pela Corte francesa. Schlageter recusou-se a revelar a identidade daqueles que emitiram a ordem para explodir a ponte ferroviária e ele não imploraria misericórdia perante um tribunal francês. Ele foi morto por um pelotão de fuzilamento francês em 26 de maio de 1923.[...]Schlageter tornou-se o principal mártir da resistência alemã à ocupação francesa do Ruhr e também um dos grandes heróis do Movimento Nacional-Socialista. Ele havia se juntado ao Movimento em um estágio muito inicial, seu cartão de membro com o número 61.” Ver: MURPHY, James, Foot Notes, In: **Mein Kampf**, Hitler, A. 1939, P.03

²⁵⁷ HITLER, 1939, op. cit., p.479.

²⁵⁸HITLER, 1939, op. cit., p.,479-480

estão sofrendo sob dominação estrangeira e uma artéria vital da nação alemão tornou-se um campo de jogos para hordas de negros africanos.²⁵⁹

A justificativa de Hitler para sua postura em relação a caso do Tirol do Sul era que a Alemanha não podia cair no mesmo erro do período pré-guerra, isto é, fazer o mundo inteiro seu inimigo.²⁶⁰ Ele afirmava ainda que os maiores interessados em uma política de restauração desse território eram os judeus e o governo Habsburgo, pois estes não queriam que a Alemanha estabelecesse uma política de aliança com a Itália. Política essa que, segundo ele, poderia “levar um dia ao ressurgimento de uma pátria alemã livre”.²⁶¹ Pensando na possível aliança com a Itália, Hitler analisa o caso da seguinte forma:

O inimigo só fez o que era esperado. E devemos aprender com a posição que ele tomou e a maneira como ele agiu. Qualquer um que não consiga compreender essa perspectiva deve refletir que, de outra forma, não restaria outra coisa senão renunciar à ideia de adotar qualquer política de alianças para o futuro. Pois, se não podemos formar uma aliança com a Inglaterra, porque ela nos roubou nossas colônias, ou com a Itália, porque ela tomou posse do Tirol do Sul, ou da Polônia ou da Tchecoslováquia, não existe outra possibilidade de aliança na Europa exceto com a França que, entre outros, nos roubou a Alsácia e a Lorena.²⁶²

Segundo Max Domarus, o interesse de Hitler em uma aliança com a Itália se pautava em uma proximidade ideológica com o que ele vai chamar de “fenômeno fascista”, e com seu líder Benito Mussolini.²⁶³ Jäckel afirmava que Hitler via a aliança com a Itália, e Inglaterra, como necessária para cumprir seus objetivos de política externa, e uma condição necessária para a relação amistosa entre os dois países era a não reivindicação alemã do território do Tirol.²⁶⁴

²⁵⁹ HITLER, *Ibidem*, p.480. Ao se referir aos “alemães que estão sofrendo sob dominação estrangeira” em uma região que se tornou “campo de jogos para hordas de negros africanos”, Hitler está fazendo menção à ocupação do exército francês. Como já foi visto, desde o fim da guerra as tropas aliadas, entre elas a francesa, ocupavam a Renânia. Mas em 1923 a situação se agravou quando os franceses expandiram sua área ocupação, implementando 40 mil homens soldados no entorno da bacia do Ruhr. Entre esses homens muitos eram oriundos de territórios coloniais africanos, como Madagascar e Megrebe. Ver BARANOWSKI, 2014, *op. cit.*, p.128

²⁶⁰HITLER, 1939, *op. cit.*, p.480

²⁶¹HITLER, *Ibidem*, p.480

²⁶²HITLER, *Ibidem*, p. 486

²⁶³ DOMARUS, 1990, *op. cit.*, p.,53

²⁶⁴Jäckel a analisar os objetivos expressados por Hitler nos anos 20, afirmou que o líder nazista acreditava que a França seria seu grande inimigo rumo ao projeto expansionista. Assim, a Alemanha deveria fazer aliança com a Inglaterra e Itália. O pacto entre eles só seria possível se as pretensões territoriais de cada um fossem respeitadas, da Alemanha no Leste europeu, da Inglaterra com suas colônias ultramarinas, e da Itália no mediterrâneo e África. JÄCKEL, Eberhard, **Hitler na História**, Hanover: University Press of New England, 1989. P.25

Se a libertação de “200 mil” alemães no Tirol não justificava o derramamento de sangue alemão, havia um objetivo que valia o sacrifício do povo: a expansão territorial. Mesmo não sendo a primeira etapa nos planos de política externa apresentados por Hitler, pode-se dizer que ampliação do *Reich* sempre foi uma das principais bandeiras defendidas pelo NSDAP, explicitada no terceiro ponto do programa do partido, “nós exigimos terras e territórios (colônias) para o sustento do nosso povo”.²⁶⁵ Segundo Hitler, essa era uma questão fundamental para a nação e, por isso, o sacrifício de vidas alemães era válido.

Contra tudo isso, nós, nacional-socialistas, devemos nos ater firmemente ao objetivo que definimos para nossa política externa; ou seja, que o povo alemão deve ter assegurado a área territorial que é necessária para sua existência na terra. E somente para a ação que é empreendida para assegurar esses fins, pode ser legal aos olhos de Deus e de nossa posteridade alemã permitir que o sangue de nosso povo seja derramado novamente. [...] E essa justificativa deve ser estabelecida também diante da nossa posteridade alemã, sob o argumento de que, para cada um que derramou seu sangue, a vida de mil outros será garantida à posteridade. O território no qual um dia nossos camponeses alemães serão capazes de produzir e nutrir seus robustos filhos justificará o sangue dos filhos dos camponeses que tem que ser derramado hoje. E os estadistas que decretaram este sacrifício podem ser perseguidos por seus contemporâneos, mas a posteridade os absolverá de toda a culpa por ter exigido esta oferta de seu povo.²⁶⁶

Ao defender o sacrifício em prol da obtenção de novos territórios, o autor afirmava que o Estado não tinha o direito moral de pensar em aquisições territoriais até que conseguisse promover a união de todos os alemães no mesmo *Reich*, por que seria justificável sacrificar o sangue alemão em prol dessa expansão, desde que a reincorporação daqueles alemães que estava fora da sua pátria no incluísse Tirol Sul.

O objetivo nesse capítulo foi o de analisar os discursos de Hitler dos anos de 1925-26, no *Mein Kampf*, quando esse era o líder de um partido de extrema direita que no cenário político alemão possuía pouca força. Até então, o NSDAP era apenas um pequeno expoente do crescente movimento *völkisch*. Aqui observamos, que durante esse período, Hitler proferia um discurso inflamado, que fazia coro como muitos outros que esbravejavam contra a República assim como seu modo de conduzir a política interna e externa, mas, sobretudo, a própria lógica que estava por trás de sua fundação: a ideia de igualdade que sustentava o sistema democrático.

²⁶⁵ Programa do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Fonte_3_0.pdf>.

²⁶⁶HITLER, 1939, op. cit., p.498

Mas, o mais importante é observar que o pertencimento nacional para os nazistas se dá a partir de uma visão de mundo racista, na qual ser alemão não está ligada aos critérios usados pelo Estado de concessão de cidadania, mas sim ao pertencimento à raça. Assim, vê-se nos textos doutrinários do partido, aqui analisados o *Mein Kampf* e o Programa de 25 pontos do NSDAP, a ideia de que há alemães que estão fora do território do *Reich* contra sua vontade e que estes têm o direito de terem seus territórios (re) anexados pelo *Reich* alemão. Nesse sentido, o que fica claro é que esse grupo não foi “inventado” durante o governo nazista para atender demandas políticas, ele sempre existiu no imaginário nacional socialista e estava presente nas reivindicações políticas de Hitler, antes mesmo deste chegar ao poder.

Capítulo 3: Os primeiros anos no poder e a moderação dos discursos

Nesse capítulo, a questão será observar como nos primeiros anos da década de 30 esses *Volksdeutschen* e suas regiões são tratados por Hitler em seus discursos. Sempre enfatizando no tema da política externa, será analisado como, após chegar ao poder, os projetos de anexação territorial e reintegração populacional, que eram uma das suas principais bandeiras, aparecem nos discursos do chanceler alemão.

O recorte deste capítulo não é necessariamente temporal, uma vez que se analisou fontes do ano de 1933 a 1937, e o próximo capítulo começará com os discursos no ano de 1936. Esse capítulo tem por objetivo dar conta de materiais que datam dos primeiros anos do governo nazista, nos quais, segundo especialistas, Hitler tentava “apresentar uma imagem de moderação ao mundo”, que tinha por objetivo manter amistosas as relações internacionais, “enquanto a economia se reerguia e o rearmamento começava”.²⁶⁷ Ou seja, o período após assumir a chancelaria, no qual Hitler assume uma postura diplomática nas relações internacionais. É importante observar o papel dos “alemães étnicos” no discurso do chanceler alemão nesse período, sempre questionando se há uma uniformidade na maneira como esse grupo de indivíduos aparece em seus discursos.

²⁶⁷MAZOWER, 2013, op. Cit. p.814

3.1- Os primeiros passos como chanceler

Tendo em vista que o foco desta pesquisa é o tratamento dado por Hitler à reincorporação de alemães fora do Estado, será analisando agora seus primeiros anos como chanceler, onde começaremos buscando sua perspectiva em relação ao tema da aquisição de territórios tidos por ele como alemães. Tal elemento, como já foi discutido, sempre foi uma das principais bandeiras do NSDAP.²⁶⁸ Baseado no que foi visto no capítulo dois, para Hitler, essa era uma questão fundamental para a nação, e por ela, quase que exclusivamente só por ela, o sacrifício de vidas alemães era válido.²⁶⁹

Entretanto, quando se torna chanceler seu discurso ganha outros contornos. Mesmo em assuntos nos quais ele mantém os posicionamentos assumidos quando era apenas o líder de um pequeno partido de oposição, Hitler adota agora, um tom muito mais moderado.

Pode-se exemplificar aqui essa atitude na questão da aquisição de novos territórios. No *Mein Kampf*, Hitler deixa claro que colônias ultramarinas não serviriam para o propósito de assentamento de europeus, nesse sentido, a obtenção do *Lebensraum*, tão importante para os nacional socialistas, só poderia se dar na própria Europa.

Muitos Estados europeus contemporâneos são como pirâmides em seus ápices. O território europeu que esses Estados possuem é ridiculamente pequeno quando comparado com o enorme peso de suas colônias, comércio exterior etc. Pode-se dizer que eles têm o ápice na Europa e a base da pirâmide em todo o mundo;[...] Portanto, a única possibilidade que a Alemanha tinha de levar a efeito uma política territorial sólida era a de adquirir um novo território no próprio território. As colônias não podem servir a esse propósito, uma vez que não são adequadas para colonização pelos europeus em larga escala. No século XIX, não era mais possível adquirir essas colônias por meios pacíficos. Portanto, qualquer tentativa de expansão colonial significaria uma enorme luta militar. Conseqüentemente, teria sido mais prático empreender essa luta militar por um novo território na Europa do que travar uma guerra pela aquisição de bens no exterior.²⁷⁰

Contudo, ele deixava claro que tal expansão só era possível através da guerra. Segundo ele, “Mesmo antes da guerra, era absurdo direcionar as energias nacionais da Alemanha para esse fim, sem primeiro garantir nossa posição na Europa”.

²⁶⁸ No terceiro ponto do programa doutrinário do partido nazista encontramos a seguinte sentença, “Nós exigimos terras e territórios (colônias) para o sustento do nosso povo”. Ver Programa do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Fonte_3_0.pdf>.

²⁶⁹HITLER, 1939, op. cit., p.498

²⁷⁰HITLER, A, Ibidem, pp.118-119

A Alemanha deveria estar viva com o fato de que tal objetivo só poderia ser alcançado pela guerra, e a perspectiva de guerra deveria ter sido encarada com calma e determinação coletiva.²⁷¹

Sete anos depois, ao assumir a chancelaria, Hitler, mesmo discutindo a necessidade de expansão territorial, deixa claro que essa não é uma questão que justificaria um conflito entre a Alemanha e as potências europeias, como pode-se observar em sua entrevista, transcrita a seguir, realizada em 18 de outubro, ao correspondente do *Daily Mail*, Ward Price.

Pergunta: A expressão "Volk ohne Raum"²⁷² (Povo sem Território) deu origem a alguma incerteza. Por quais caminhos o chanceler do Reich prevê uma possibilidade para a expansão territorial da Alemanha? A recuperação das antigas colônias da Alemanha constitui um dos objetivos do governo? Em caso afirmativo, quais colônias estariam sendo consideradas, e a Alemanha ficaria satisfeita com um sistema de mandatos, ou a Alemanha exigiria plena soberania?

Resposta: a Alemanha tem uma população muito grande para o seu território. É do interesse de todos não negar a uma grande nação as suas necessidades vitais. Para nós, a questão da alocação de territórios coloniais, não importa onde, nunca será uma questão de guerra. Estamos convictos de que somos tão capazes, quanto outros povos, de administrar e organizar uma colônia. No entanto, não percebemos essas questões como contendo quaisquer problemas que possam afetar a paz mundial de qualquer maneira, pois só podem ser resolvidos por meio de negociações.²⁷³

Ou seja, ainda se falava da necessidade de aquisição territorial, mas evitava-se a todo custo pensar em adquiri-la através de guerras. Segundo Hitler, os inimigos de longa data da Alemanha não precisavam se preocupar com ações militares durante o seu governo.

O povo alemão está convencido de que sua honra militar permaneceu pura e imaculada em milhares de batalhas e escaramuças, assim como vemos o soldado francês apenas como nosso antigo e ainda glorioso

²⁷¹HITLER, A, *Ibidem*, p.119

²⁷²A expressão aqui citada faz referência ao título de um romance colonial alemão escrito em 1926, por Hans Grimm. O sucesso da obra foi tamanho que fez com que Grimm, que estava inserido entre os grupos conservadores na Alemanha, fosse visto como "filósofo da direita política". Woodruff Smith ao analisar o livro, afirma que "Volk ohne Raum é em parte um resumo de uma longa tradição de desenvolvimento na ideologia colonialista alemã - uma tradição que chamei em outros lugares de colonialismo 'migracionista' ou de 'colonização'. O 'colonialismo migracionista', que defendia o estabelecimento de colônias no exterior principalmente como áreas de assentamento agrícola que poderiam receber a população "excedente" da Alemanha, nunca foram muito fortes em coerência lógica. Não é de forma alguma surpreendente que sua representação mais completa tenha tomado uma forma ficcional." Mesmo passando grande parte da sua narrativa em uma colônia alemã na África, o romance não trata só sobre as colônias perdidas nas África, mas sim, "questões fundamentais do lugar da Alemanha no mundo e o futuro da sociedade alemã". "Não são as próprias colônias que são os principais pontos de interesse ideológico no livro, mas sim os problemas sociais domésticos aos quais as colônias são uma solução parcial". Estas questões estavam baseadas em ideologias "radicais conservadoras e imperialistas", esse foi, aponta Smith, o terreno ideológico no qual o Nacional-Socialismo se disseminou. Para uma análise do livro sendo usado como um instrumento de propaganda política, ver SMITH, Woodruff. *The Colonial Novel as Political Propaganda: Hans Grimm's "Volk Ohne Raum"*. *German Studies Review*, v. 6, n. 2, p. 215-235, 1983.

²⁷³ HITLER, A., [18 Out. 1933], Grã-Bretanha: *Daily Mail*. Entrevista concedida a Ward Price. pp. 380-384. In: DOMARUS, M., op. cit., 1990, p.382

oponente. Nós e todo o povo alemão ficaríamos felizes com a ideia de poupar nossos filhos e os filhos de nossos filhos do que tivemos que testemunhar e nos suportar como homens honrados em longos e amargos anos de dor e sofrimento. A história dos últimos 150 anos deveria, no curso de todas as suas vicissitudes, ter ensinado uma coisa aos dois povos: a saber, que mudanças essenciais não são mais possíveis, independentemente do sangue sacrificado para trazê-las de volta. Como nacional-socialista, eu e todos os meus seguidores recusamos, com base em nossos princípios nacionais, conquistar o povo de uma nação estrangeira - que, de qualquer forma, não nos amaria - ao preço do sangue e da vida de aqueles que são queridos e preciosos para nós.²⁷⁴

Todavia, deve-se reforçar que, mesmo assumindo uma postura menos belicista, ao afirmar publicamente que pretendia evitar a guerra e não desejava subjugar povos estrangeiros, Hitler ainda defendia a necessidade de uma expansão territorial para o leste. Em entrevista ao jornalista britânico Sir John Foster Fraser, do *London Daily Telegraph*, Hitler reafirmou que “o destino da Alemanha dependia não de colônias ou de domínios, mas de suas fronteiras orientais.”²⁷⁵

3.1.1 A Europa e a violação coletiva de Versalhes

Outro ponto que foi largamente mencionado por Hitler em seu livro foi sobre os tratados internacionais no pós-guerra. O *Führer* nazista criticava a postura do Estado alemão em aceitar as imposições e pressões internacionais, e o principal alvo da sua desaprovação era o Tratado de Versalhes. Hitler reprovava a rendição alemã, aos termos do armistício: como pagamento de reparação, ocupação de partes da Alemanha por forças estrangeiras e principalmente a perda de território. Como já foi visto, para ele, o Tratado deveria ser usado como instrumento do governo para incitar a população a se revoltar contra aquela “humilhação” que as potências democráticas ocidentais tentavam impor à Alemanha.

Assim, será analisada a postura de Hitler enquanto chanceler quanto à essas questões de acordos internacionais do pós-guerra. Interessamos saber quais temas ele busca revisar, e como esses aparecem em seu discurso.

²⁷⁴HILTER, A. [14 Out. 1933], Discurso transmitido pelo rádio. pp.367-374. In:Domarus, M. Op. Cit., 1990, p.371-372.

²⁷⁵ HITLER, A., [02 Mai. 1933], Londres: *Daily Telegraph*. Entrevista concedida a John Foster Fraserp. In: DOMARUS, M., op. cit., 1990, 317

3.1.2 A saída da Liga

Em fevereiro de 1932 foi convocada pela Liga das Nações uma Conferência em Genebra para tratar sobre o tema do desarmamento pelas potências ocidentais. Já nesse período, ou seja, antes da chegada de Hitler à chancelaria, a Alemanha não estava de acordo com os termos propostos pelos demais Estados europeus, a ela só interessava a paridade bélica, e uma vez que essa não poderia, de acordo com os termos de Versalhes, se armar, as outras potências deveriam também se desarmar.

Hitler chega ao poder em um momento de inércia das negociações sobre o tema. Assim, o novo chanceler decidiu por uma ação mais drástica ao apresentar, no dia 17 de maio de 1933, um discurso ao *Reichstag*, que, se fosse aprovado seria apresentado na Conferência de Desarmamento de Genebra como “declaração de política externa em nome do governo.”²⁷⁶ Mesmo visando retirar a Alemanha da Liga das Nações, Hitler manteve o tom moderado que seus discursos como chanceler apresentavam, em especial quando direcionados para o público internacional.²⁷⁷

Encontrar uma solução razoável e duradoura para os problemas existentes hoje é do interesse de todos. Nenhuma nova guerra europeia seria capaz de produzir algo melhor em lugar das condições insatisfatórias do presente.

Pelo contrário: o uso de qualquer tipo de violência na Europa não poderia servir para criar uma situação política e econômica mais favorável do que existe hoje. Mesmo que uma nova e violenta solução europeia fosse um fator decisivo na solução dos problemas, o resultado final seria um aumento na perturbação do equilíbrio de poder na Europa e, portanto, de uma maneira ou de outra, a semente de novos conflitos e complicações ser semeado.

Novas guerras, novas incertezas e uma nova crise econômica seriam as consequências. [...]

É o desejo sincero do Governo Nacional do Reich Alemão impedir tal desenvolvimento não pacífico por meio de sua cooperação honesta e ativa.²⁷⁸

O que é interessante observar aqui é a aparente contradição por trás do discurso apaziguador de Hitler. Outrora, ele fora um dos maiores críticos da postura pacifista dos governantes alemães, em especial, no que tange as negociações internacionais pela paz. Um argumento largamente utilizado por ele em 1925/26 era “primeiro de tudo, a luta e depois o pacifismo”.²⁷⁹ Voltando ao seu livro, vemos que em raras passagens ele via a

²⁷⁶HITLER, A. [17 de Mai. 1933] Discurso proferido no *Reichstag*, pp.324-334.

²⁷⁷Refere-se aqui são os discursos que foram apresentados nos itens anteriores de entrevistas concedidas a representantes da imprensa internacional.

²⁷⁸HITLER, A. [17 de Mai. 1933] Discurso proferido no *Reichstag*, pp.324-334, In: DOMARUS, M, op. cit., 1990, p.327.

²⁷⁹HITLER, 1939, op. cit., p.225

possibilidade de um caminho pelo diálogo, contudo, esse nunca poderia ser o único caminho. Muito pelo contrário, se no passado a Alemanha obteve sucesso na sua trajetória enquanto nação, para ele, isso se deu através da luta.

quando as tentativas de resolver a dificuldade de uma forma amigável são rejeitadas, a mão fechada deve tomar pela força aquilo que foi recusado à mão aberta da amizade. Se no passado nossos ancestrais tivessem baseado suas decisões políticas em absurdos pacifistas semelhantes aos da nossa geração atual, não deveríamos possuir mais de um terço do território nacional que possuímos hoje e provavelmente não haveria nação alemã preocupada sobre o seu futuro na Europa.²⁸⁰

Em uma passagem do *Mein Kampf* que foi cita no capítulo dois, Hitler afirma que o Tratado de Versalhes era foi uma “chantagem ilimitada e vergonhosa humilhação”. Este deveria ter sido usado pelo governo como forma de reavivar no povo os sentimentos de “sentimento de raiva e vergonha”. “Se uma torrente de fogo irromperia como de uma fornalha, e uma vontade comum seria forjada, como uma espada de aço. Então as pessoas se juntariam ao grito comum: ‘Para as armas novamente!’”²⁸¹

Mas, nos primeiros anos de poder, esta postura estava longe de ser a sua. Voltando ao seu discurso de 17 de maio, a todo momento ele argumentava que só pedia a revisão do Tratado, pois o mesmo estipulava essa possibilidade. Mas, de qualquer forma, seu objetivo não era descumpri-lo, mas sim, que este fosse integralmente respeitado por todos. “Em nome do povo alemão e do governo alemão, devo deixar claro o seguinte: a Alemanha se desarmou. Cumpriu as obrigações que lhe são impostas no Tratado de Paz até um ponto muito além dos limites do que pode ser considerado justo ou mesmo razoável.” Por isso, teria o “direito moral plenamente justificado de insistir em que os outros poderes também cumpram as suas obrigações nos termos do Tratado de Versalhes.” Ou seja, a sua reivindicação era apenas pela “a igualdade de direitos”, que estava prevista no próprio acordo.²⁸²

Nesse sentido, segundo Hitler, mesmo a Alemanha sendo a única aplicar os termos do tratado de forma integral, ele estaria disposto a ir além. “A Alemanha também estaria mais do que disposta a dismantelar todo o seu sistema militar e destruir as poucas armas que ainda restavam à sua disposição, caso as nações limítrofes fizessem o mesmo sem

²⁸⁰HITLER, Ibdem, p.118

²⁸¹HITLER, Ibdem, p.483

²⁸²HITLER A. [17 de Mai. de 1933] Discurso proferido no *Reichstag*, DOMARUS, M., op. Cit., 1990, pp.324-334

exceção. ” Isso porque, segundo ele, “o único desejo da Alemanha manter sua independência e estar em posição de proteger suas fronteiras. ”²⁸³

Ao longo de seu extenso discurso, Hitler enfatiza a ideia de que seus objetivos de política externa são totalmente pacíficos, não havendo interesse em confrontos com qualquer outra nação. Segundo ele, era absurda a justificativa usada pelos seus vizinhos de que mantinham suas armas para se protegerem da Alemanha.

Sinto-me obrigado a afirmar que a razão para o armamento de hoje na França ou na Polônia não pode, sob nenhuma circunstância, ser o medo dessas nações de uma invasão alemã. Pois tal medo só seria justificado pela existência de armas modernas ofensivas. Mas essas modernas armas ofensivas são exatamente aquelas que a Alemanha não possui: não tem artilharia pesada nem tanques nem bombardeiros nem gases venenosos. A única nação que tem motivos para temer uma invasão é a nação alemã, que não só está impedida de ter armas ofensivas, mas também se restringe ao direito de possuir armas defensivas e proibir a construção de fortificações em suas fronteiras. A Alemanha está preparada para renunciar a armas ofensivas a qualquer momento se o resto do mundo fizer o mesmo. A Alemanha está disposta a aderir a qualquer pacto solene de não-agressão, pois a preocupação da Alemanha não é guerra ofensiva, mas sua própria segurança.²⁸⁴

Assim, cada vez mais a fala de Hitler tentava captar a benevolência dos líderes internacionais, para que estes entendessem como, segundo ele, eram justas as reivindicações da Alemanha.

[...]a degradação de um grande povo não pode ser mantida para sempre na história, mas deve, por necessidade, um dia chegar ao fim. Por quanto tempo acredita-se ser possível impor tal injustiça a uma grande nação? Qual é a vantagem do momento em comparação com os desenvolvimentos contínuos dos séculos? O povo alemão continuará a existir, assim como os franceses e, como aprendemos com a evolução histórica, os poloneses fizeram. Que significado e que valor pode ter a bem-sucedida opressão de curto prazo de um povo de 65 milhões em comparação com a força desses fatos incontrovertidos?²⁸⁵

Essa foi a deixa de Hitler para tomar uma postura mais radical nas relações diplomáticas internacionais. Segundo Domarus, “nesse ponto, Hitler revelou o propósito ulterior de todo o seu discurso: lançar as bases para a retirada da Alemanha da Liga das Nações e da Conferência de Desarmamento.”²⁸⁶

²⁸³HITLER, A. [17 de Mai. 1933] Discurso proferido no *Reichstag*, pp.324-334, In: DOMARUS, M, op. cit., 1990, p.331

²⁸⁴HITLER, A. [17 de Mai. 1933] Discurso proferido no *Reichstag*, pp.324-334, In: DOMARUS, M. 1990, op. cit., p.332

²⁸⁵HILTER, A. [17 de Mai. 1933] Discurso proferido no *Reichstag*, pp.324-334, In: DOMARUS, M. op. cit., 1990, p.328

²⁸⁶HILTER, A. [17 de Mai. 1933] Discurso proferido no *Reichstag*, pp.324-334, In: DOMARUS, M., op. cit., 1990,p.333

Sob nenhuma circunstância, no entanto, o governo e o povo alemão permitirão ser coagidos a assinar qualquer coisa que constitua a perpetuação da degradação da Alemanha. Qualquer tentativa de influenciar o governo e o povo com ameaças não terá sucesso. É concebível que, ao contrário de tudo o que é certo e moral, a Alemanha possa ser estuprada; é, no entanto, inconcebível e fora de questão que tal ato possa ter legitimidade por meio de nossa própria assinatura.

A tentativa foi feita em artigos de jornais e discursos lamentáveis para ameaçar a Alemanha com sanções, mas um método tão monstruoso como este só pode ser a punição pelo fato de que, exigindo o desarmamento, estamos pedindo que os tratados sejam cumpridos. Tal medida poderia levar apenas à invalidação moral e factual final dos próprios tratados. Mas mesmo nesse caso, a Alemanha nunca desistiria de suas demandas pacíficas. As consequências políticas e econômicas - o caos que tal tentativa causaria na Europa - seriam responsabilidade daqueles que recorreram a tais medidas para combater um povo que não está prejudicando o mundo.²⁸⁷

Por fim, ele encerrou seu discurso apontando as dificuldades e suplícios que, segundo ele, o povo alemão enfrentava em consequência das rígidas imposições internacionais.

Milhões de vidas foram destruídas, ofícios inteiros foram arruinados e um enorme exército de desempregados - uma miséria inconsolável, cuja extensão e profundidade eu gostaria de transmitir ao resto do mundo hoje em uma única figura:

Desde o dia em que este Tratado foi assinado, que foi, como uma obra de paz, a base para uma nova e melhor idade para todos os povos, houve 224.000 pessoas em nosso Volk alemão que, movidas quase exclusivamente por carência e miséria, escolheram tirar suas próprias vidas - homens e mulheres, jovens e velhos!²⁸⁸

O discurso sobre a saída da Alemanha da conferência foi aprovado por unanimidade no *Reichstag*.²⁸⁹ Assim, Hitler estava livre para pôr em prática seus primeiros, e nada modestos passos na política externa, e conseguir cumprir uma reivindicação muito popular na Alemanha, a revisão de Versalhes. E foi justamente o que ele fez, em 14 de outubro de 1933 saindo da Liga das Nações. Após a ação houve um plebiscito, no qual a maioria da população aprovou a atitude do chanceler.²⁹⁰

²⁸⁷HILTER, A. [17 de Mai.] Discurso proferido no *Reichstag*, pp.324-334, In: DOMARUS, M., 1990, op. cit., pp.332-333

²⁸⁸HILTER, A. [17 de Mai. 1933] Discurso proferido no *Reichstag*, pp.324-334, In: DOMARUS, M., 1990, op. cit., p.333

²⁸⁹HILTER, A. [17 de Mai. 1933] Discurso proferido no *Reichstag*, pp.324-334, In: DOMARUS, M., 1990, op. cit., p. 334

²⁹⁰Evans chama atenção para a intimidação e manipulação eleitoral, mas mesmo assim, não descarta que a maioria da população apoiasse a medida, sendo contra, talvez, apenas os representantes da esquerda. EVANS, 2012, op. cit., p.654

Após a medida drástica, Hitler esperou até novembro uma possível reação da França e Grã-Bretanha, mas essa nunca aconteceu. O chanceler interpretou essa inércia como uma prova de que nenhuma das duas nações tomaria medidas drásticas para impedir o rearmamento ilimitado da Alemanha e seu expansionismo no Oriente.

Em março de 1935, ele restabeleceu o alistamento compulsório geral. Essa ação teve mais impacto na sociedade alemã do que no exterior. Um mês depois França, Itália e Inglaterra se reuniram e reafirmaram que protegeriam a soberania austríaca, frente a uma investida alemã que ficava cada vez mais evidente. A Liga das nações também repudiou o ato. Mas, segundo Evans, essas ações “tiveram mais efeito retórico do que uma influência real.”²⁹¹

Aos poucos também a força de guerra se reestabelecia. A Grã-Bretanha assinou um pacto onde permitia que a Alemanha possuísse uma frota que tivesse um terço da tonelada da sua. Assim, Hitler ia se rearmando legalmente perante os olhos de todos.

Apesar dessas ações de Hitler não estarem diretamente vinculadas a questões sobre reincorporação territorial e populacional, se irá iluminar o tema justamente para demonstrar o tipo de política externa que tinha preponderância nas políticas nazistas, no começo de seu governo, a moderação no discurso das relações exteriores, mas não necessariamente na prática. Com essa estratégia de política externa, Hitler conseguiu “banir o espectro do desarmamento, ao mesmo tempo em que se mantinha numa posição mora elevada, como defensor da paridade e da justiça”.²⁹² Com isso, ainda conseguiu fortalecer sua posição na política doméstica- apoiado por militares e industriais que ansiavam pelo rearmamento.

Claro que as políticas de anexação, postas em prática a partir de 1938, não seriam possíveis sem as medidas de aumento e fortalecimento das forças armadas, que começa nesse período. Contudo, essa não foi a justificativa usada por Hitler para pôr fim às sanções militares impostas a Alemanha, como já foi visto, ele alegava apenas questões de defesa do território. A historiografia já demonstrou como as medidas que estavam sendo tomada nesse período visavam uma ação futura de anexações. De qualquer forma, o que importa observar é que, nesse período, foram apresentadas as demandas externas do Estado, em relação a revisão de tratados do pós-guerra, que abrangiam reincorporações de territórios e “alemães étnicos”, não apareciam na “ordem do dia” da política nazista ainda.

²⁹¹EVANS, *Ibidem*, p.667

²⁹²STACKELBERG, 2002, *op. cit.*, p.225

3.1.3 O problema das fronteiras no pós-guerra

Se viu como a crítica de Hitler se direcionou, nesse primeiro momento, aos termos do Tratado de paz que não estavam sendo cumprido pelas demais potências europeias. Essa ênfase, como já se discutiu, se justificava pelo seu objetivo que era deixar a Liga das Nações. Mas, mesmo não pleiteando uma revisão de fronteiras, o chanceler não deixava de reforçar o que ele pregava há muito: as divisões do pós-guerra foram injustas e só agravavam a crise internacional. Como pode-se observar em seu discurso no *Reichstag* em 17 de maio.

[...] todos os problemas que causam a agitação de hoje estão ancorados nas deficiências do Tratado de Paz, que foi incapaz de fornecer uma solução judiciosa, clara e razoável para as questões mais importantes e decisivas da época.

[...] Os problemas políticos são os seguintes: no curso de muitos séculos, as nações europeias e suas fronteiras evoluíram a partir de conceitos baseados exclusivamente na ideia de um Estado político como tal. Com a afirmação triunfante da ideia nacional e do princípio das nacionalidades no decorrer do século passado, as sementes de numerosos conflitos foram semeadas como resultado do fracasso dos Estados que surgiram sob circunstâncias diferentes para levar essas novas ideias e ideais conta. No final da Grande Guerra, não poderia haver maior tarefa para uma verdadeira conferência de paz do que empreender, no claro reconhecimento desse fato, uma reorganização territorial e política dos Estados europeus que faria jus a esse princípio ao maior grau possível. Quanto mais estreitamente as fronteiras entre os povos coincidissem com as fronteiras entre os Estados, mais isso teria eliminado toda uma série de futuros conflitos potenciais. De facto, esta reorganização territorial da Europa, tendo em conta as fronteiras reais entre os povos, teria constituído a solução na história que, tendo em vista o futuro, poderia ter permitido aos vencedores e vencidos perceber que os sacrifícios de sangue da Grande Guerra talvez não fossem completamente em vão, pois eles poderiam ter servido o mundo como a base de uma paz real. Do jeito que foi, as soluções foram escolhidas - em parte devido à ignorância, em parte à paixão e ao ódio - que continham a semente perpétua de novos conflitos em sua própria falta de lógica e justiça.²⁹³

Como dito acima, ele defendia a ideia, que se encontra expressa no *Mein Kampf*, de que as fronteiras nacionais deveriam respeitar os limites étnicos, e só assim, a paz seria real. Da mesma forma que isso valeria para os alemães, isto é, os alemães também respeitariam as fronteiras étnicas dos outros povos.

Na medida em que somos devotados à nossa própria identidade como um povo com amor e fé ilimitados, nós também respeitamos os direitos nacionais de outros povos com base em uma convicção comum e desejamos, do fundo do coração, viver com eles em paz e amizade. Assim, o conceito de germanização é estranho para nós. A mentalidade

²⁹³HILTER, A. [17 de Mai.] Discursoproferido no *Reichstag*, pp.324-334, In: DOMARUS, M. 1990, op. cit., pp.324-325

do século passado, com base na qual se acreditava possível fazer alemães de poloneses e franceses, é estranha para nós, assim como rejeitamos apaixonadamente qualquer tentativa respectiva na direção oposta. Nós vemos as nações europeias como um fato dado. Os franceses, os poloneses etc. são nossos vizinhos e sabemos que nenhum evento historicamente concebível pode mudar essa realidade. Teria sido uma sorte para o mundo se essas realidades tivessem sido devidamente consideradas em relação à Alemanha no Tratado de Versalhes. Pois o objetivo de um tratado genuinamente duradouro não deve mexer em feridas abertas ou manter as existentes abertas, mas sim fechar e curar as feridas. Um manejo criterioso dos problemas poderia facilmente ter chegado a uma solução no Oriente que teria acomodado tanto as compreensíveis reivindicações da Polônia quanto os direitos naturais da Alemanha.²⁹⁴

Esse discurso pacífico foi acompanhado de uma prática correspondente. No ano seguinte, o mundo viu surpreso um Pacto de não agressão entre alemães e poloneses. Hitler queria mostrar para o mundo que a revisão das fronteiras não estava sendo pleiteada, muito menos uma guerra, para expandir o território. Mas, segundo Stackelberg, o “objetivo primário” da ação de Hitler foi “o de enfraquecer as ligações polonesas com a França, a fim de evitar medidas preventivas contra o rearmamento alemão”.²⁹⁵

Nesse sentido, o tema das “injustas” divisões territoriais acordadas no pós-guerra não é totalmente ignorado durante os primeiros anos do seu governo, contudo, fica clara a mudança na forma como o assunto é abordado, mostrando-se de uma forma muito mais branda. Mais uma vez o tema da impossibilidade da “germanização” é abordado, mas é trazido para esclarecer que a Alemanha não deseja uma expansão sob esses territórios. Essa foi a tônica dos seus discursos nos primeiros anos de governo.

3.2-O discurso pacifista em relação aos territórios

Como foi visto no capítulo dois, o tema dos territórios perdidos em consequência dos Tratados do pós-guerra, são repetidas vezes discutido por Hitler no *Mein Kampf*. Contudo, até agora percebe-se que a forma como Hitler tratava as questões territoriais não foi a mesma depois da sua ascensão ao poder.

Como se viu no item anterior, a estratégia de Hitler para lidar com questões da política externa passava pela manutenção das boas relações internacionais. Levando em consideração essa postura mais branda do líder nazista, serão observados os casos em que essa atitude se expressou ao tratar diretamente de territórios “alemães perdidos”.

²⁹⁴HILTER, A. [17 de Mai.] Discursoproferido no *Reichstag*, pp.324-334, In: DOMARUS, M. 1990, op. cit., pp.327-328

²⁹⁵STACKELBERG, 2002, op. Cit., p.227

3.2.1 Sarre

No tratado de paz no fim da Guerra, foi estipulado que a região fronteira do Sarre ficaria sob o comando da Liga das Nações por quinze anos, e após esse período, haveria um referendo no qual a população decidiria o destino da região. Mas na prática foi a França que, designada pela Liga, assumiu o seu controle administrativo do território.

Mesmo não tendo sido incorporada por outras nações, essa região perdida pela Alemanha, contava com uma vasta população, de maioria étnica alemã, que estava fora da fronteira do *Reich*. Assim, será visto como essa região aparece nos discursos de Hitler referente à volta dessa população.

3.2.2 Discursos para os Saarländer

Em agosto de 1933, sob o clima das renegociações dos tratados de política externa, Hitler vai ao monumento Niederwald, próximo a Rüdesheim, onde, segundo Domarus, “vários milhares de pessoas do Sarre se reuniram para a ocasião”.²⁹⁶

Volksgenossen alemães! Meus queridos Saarländer!

Eu vim aqui em primeiro lugar para lhe trazer saudações da província que manteve uma lealdade inabalável à Alemanha no distante Oriente. Um destino trágico e imerecido atingiu nossa Prússia Oriental. Separados da terra natal, dois milhões de alemães estão lealmente de pé para manter, com sua vontade e suas convicções básicas, a ponte que foi quebrada geograficamente. Hoje, uma cerimônia edificante aconteceu no Monumento de Tannenberg, não apenas em memória do grande passado, mas também solene testemunho do fato de que existe uma vontade de preservar o que é nosso, preservar as memórias sagradas, mas também preservar os direitos do presente. Um desses direitos do presente é o retorno do território de Saar ao Reich! [...]

Quando o Saar foi perdido, para o Reich foi como consequência da perda dessa unidade interna. É nossa vontade inabalável restaurar essa unidade interna da nação que perdemos no colapso de novembro de 1918. Por quinze anos, este objetivo foi de uma só vez nosso desejo, nossa oração e nossa ideia, e hoje podemos dizer que nossa oração foi respondida, nosso desejo foi cumprido. Nossa vontade tornou realidade o que tinha que acontecer na Alemanha a fim de preservar nosso povo da ruína final. [...]

Se dissemos uma vez, dissemos cem vezes: queremos paz com o resto do mundo. Nós mesmos experimentamos a terrível guerra. Nenhum de nós quer isso. Nenhum de nós quer propriedade estrangeira. Nenhum de nós quer anexar pessoas estrangeiras. Mas o que Deus deu ao povo pertence ao povo. E se os tratados são sagrados, não só para nós, mas também para nossos oponentes. Os tratados estabelecem claramente que o povo do Sarre tem o direito de escolher seu próprio destino.²⁹⁷

²⁹⁶DOMARUS, M. 2002, op. cit, 1990, p.352.

²⁹⁷HILTER, A. [27 de Ago. 1933] Discurso proferido em Niederwald, pp.352-353, *In*: DOMARUS, M. 1990, op. cit., pp.352-353

O discurso tinha um tom muito mais pacifista do que aquele que se encontrou no *Mein Kampf*. Mas no geral, os elementos que foram encontrados são os mesmos usados por Hitler, desde antes dele ocupar a chancelaria. O principal deles é o direito inabalável do povo de fazer parte da sua pátria mãe. Antes, em 1925, a defesa desse direito não tinha bases muito sólidas, estava respaldado no *direito natural* que um *Volk* tinha de estar no mesmo *Reich*. Já em 33, tem-se um posicionamento mais racional, no qual o argumento que foi usado pelas potências ocidentais sobre a autodeterminação dos povos, deveria ser cumprido de forma irrestrita. Além disso, agora esse direito devia ser conquistado a partir da negociação diplomática com outros países e não através da guerra.

Ele insistia ferrenhamente que seu objetivo não era a guerra, nem a reivindicação por novas fronteiras. Segundo ele,

Depois que o Saar tiver retornado ao Reich, apenas um lunático poderia conceber a possibilidade de uma guerra entre os dois Estados, uma guerra pela qual, vista da nossa perspectiva, não haveria mais razão moral ou razoavelmente justificável. Pois, ninguém teria o direito de esperar que milhões de jovens vidas fossem destruídas para fazer uma correção problemática - tanto em termos de extensão quanto de importância - das fronteiras atuais!²⁹⁸

Segundo Hitler, essa era a única questão territorial em aberto entre a Alemanha e a França. O chanceler alemão acreditava que, no plebiscito, a maioria esmagadora votaria pela reintegração com a Alemanha, mas temia uma propaganda do governo francês tentando persuadir a população do contrário. Já o governo francês temia que a Alemanha tentasse um golpe antes mesmo que o plebiscito pudesse ser realizado. Entretanto, para Hitler, os dois governos deveriam ter interesse em uma resolução amistosa da questão.²⁹⁹

Após a dissolução, no Sarre, do Partido Popular Nacional Alemão (DNVP), o Partido de Centro e o Partido do Estado Alemão (DStP), em setembro e outubro de 1933 respectivamente, se uniram e sob a liderança do NSDAP formaram o que era conhecido como a "Frente Alemã". A política da região, cada vez mais, tendia para o controle dos Nacional Socialista.

Em 1934, Hitler teve outra oportunidade de falar para um grande grupo de "alemães do Sarre". Nesta oportunidade, ele aproveitou para falar sobre o plebiscito que ocorreria no próximo ano, no qual ele tinha certeza que a maioria da população votaria pela reintegração à Alemanha.

²⁹⁸HILTER, A. [14 de Out. 1933] Discurso transmitido pelo rádio, pp.367-374. In: DOMARUS, M. 1990, op. cit., p.372

²⁹⁹HILTER, A. [30 de Jun. 1934] Discurso proferindo no *Reichstag*. pp. 418-430, In: DOMARUS, Op. Cit., p.428

[...]o evento mais feliz que testemunhamos este ano foi a programação do plebiscito para os alemães no Sarre - digo o mais feliz porque marcou o fim de uma situação na qual não 800.000, mas 67 milhões de alemães sofreram. Pois não apenas você, meus Volksgenossen no Sarre, sofreram e ainda estão sofrendo com essa separação da Pátria; não, a Alemanha também sofreu igualmente com isso. A Alemanha vê vocês como um componente indivisível do seu próprio eu. Seguimos sua luta na Alemanha, no Reich, com um interesse ardente. Quem te atacou nos atacou; quem abusou de vocês nos abusou; quem violou vocês nos violou. Nada foi infligido a vocês que não foi infligido à Alemanha como um todo.

Espero que um dia a razão triunfe depois de tudo e que, em 13 de janeiro, seja alcançado um entendimento no Sarre que pode e será efetuado neste nível superior.

Assim, vocês têm uma missão particularmente grande e pacífica a cumprir em 13 de janeiro. Vamos nos alegrar que, quando os sinos soarem por toda a Alemanha, em 14 de janeiro, eles tocarão não apenas no retorno de nosso território perdido, de nossos alemães perdidos, mas também da chegada da paz.³⁰⁰

Pode-se ver no trecho citado reafirmada a ideia de que a “separação” era um suplício não só para aqueles que foram afastados da sua pátria, mas também para todo o resto da nação. Além disso, ele afirmou que qualquer mal feito àquele território era diretamente um ataque à Alemanha. Contudo, ele não apontou nenhum responsável pela separação do território, nem a França que controlava a região, nem os demais países envolvidos no acordo de paz que a separou do restante da nação. Assim, falava-se de um retorno “pacífico”, por meio do qual viria a paz. Essa forma de tratar o tema é bem diferente daquela que foi vista no *Mein Kampf*, quando Hitler afirmava que os termos do Tratado de Versalhes deveriam ter sido usados pelo governo para incitar a população contra seus perpetradores.

3.2.3 O Plebiscito

Em 1935, o clima no *Saarland* era tenso antes mesmo do plebiscito. Tanto Alemanha quanto França trocavam acusações. A propaganda dos dois lados tentava influenciar o povo antes da votação. Segundo Evans, as gráficas da região chegaram a imprimir 80 mil pôsteres com de apoio a volta à Alemanha.

³⁰⁰HILTER, A. [26 de Ago. 1934] Discurso proferido em Koblenz que contou com 400.000 Saarlanders se reunirem na Fortaleza Ehrenbreitstein. pp.526-528. In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.526-528.

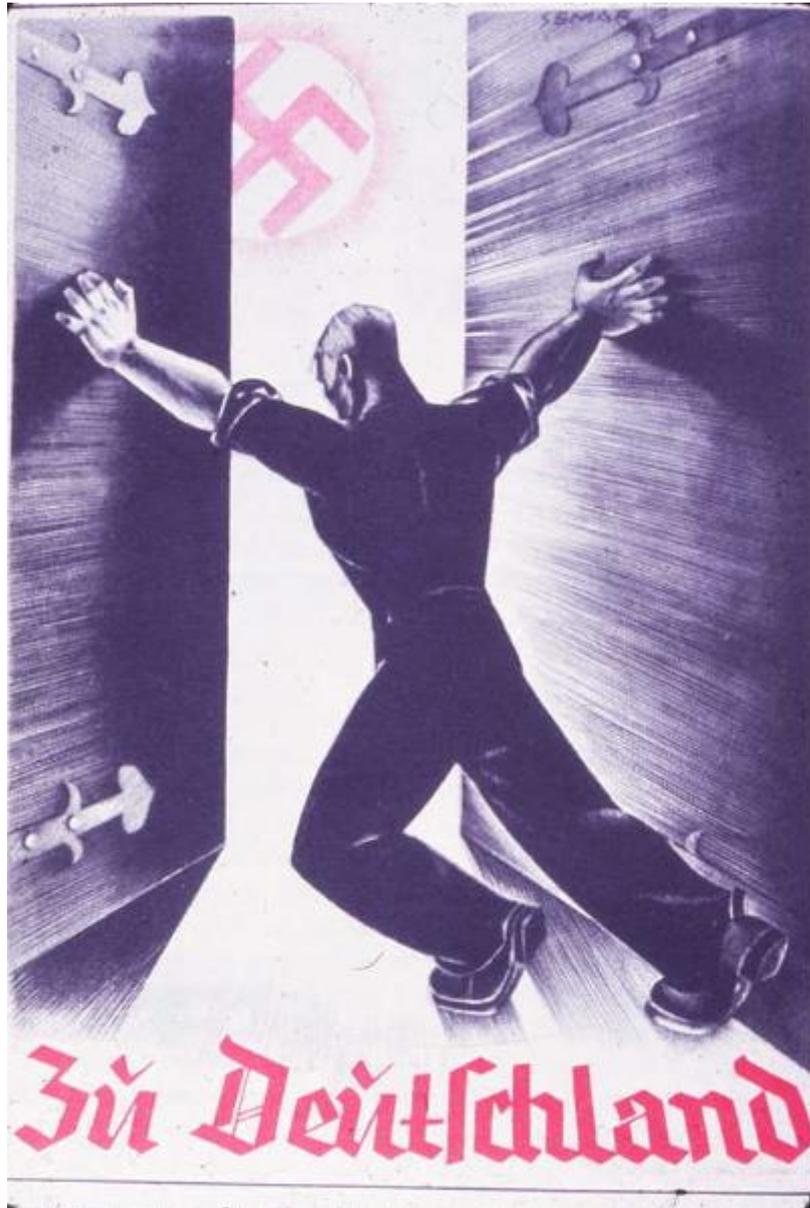


Figura 2:Pôster de propaganda pró-Alemanha

Fonte: <https://www.bytwerk.com/gpa/posters/tomorrow.jpg>

Entre os muitos pôsteres e cartazes, como este acima, em que se pode ler na parte inferior “Para a Alemanha”. Vê-se aqui um homem, que representava o território do Sarre, abrindo as portas e chegando à Alemanha, representada pela suástica ao fundo.

Além disso, o governo do *Reich* patrocinou cerca de 1,5 mil “eventos públicos para ajudar a convencer as pessoas sobre a justiça da reunificação”. Ademais, 47 mil nativos do Sarre que viviam na Alemanha foram levados até a cidade para depositar seu voto, fortalecendo ainda mais o apoio dos nacionalistas. Comparada a isso, a campanha

contra a reunificação mal existiu e foi enfraquecida por divisões internas entre fazer campanha pela manutenção do status quo ou pela incorporação à França.³⁰¹

Além disso, Evans aponta outra questão além da propaganda, a “intimidação e violência nos bastidores para impedir a oposição de votar contra a reunificação com a Alemanha.”³⁰² Os membros da SA invadiam os encontros de grupos social-democratas, pessoas que distribuíam material de propaganda contra a reintegração eram agredidas, pubs antifascistas eram vandalizados. Para mais, Tropas da SS foram mandadas para a região o que só aumentava o medo, e os rumores de que a votação não seria anônima. “Foram lançadas fortes insinuações de que quem votasse ‘não’ seria removido para campos de concentração quando os alemães chegassem.”³⁰³ Ainda, segundo Evans, “os monitores internacionais indicados para supervisionar o plebiscito admitiram que a campanha era violenta e exigiram o fim do terror, mas seus soldados locais eram comandados por oficiais fortemente hostis aos comunistas e social-democratas, e por isso não agiram”³⁰⁴

O plebiscito sobre a reintegração do Sarre ocorreu em 13 de janeiro de 1935. Tudo estava sendo supervisionado e protegido pela Liga das Nações e “tropas neutras” da Grã-Bretanha, Holanda, Suécia e Itália.

³⁰¹EVANS, 2012, op. cit, p.664

³⁰²EVANS, Idem.

³⁰³EVANS, Idem.

³⁰⁴EVANS, Idem.

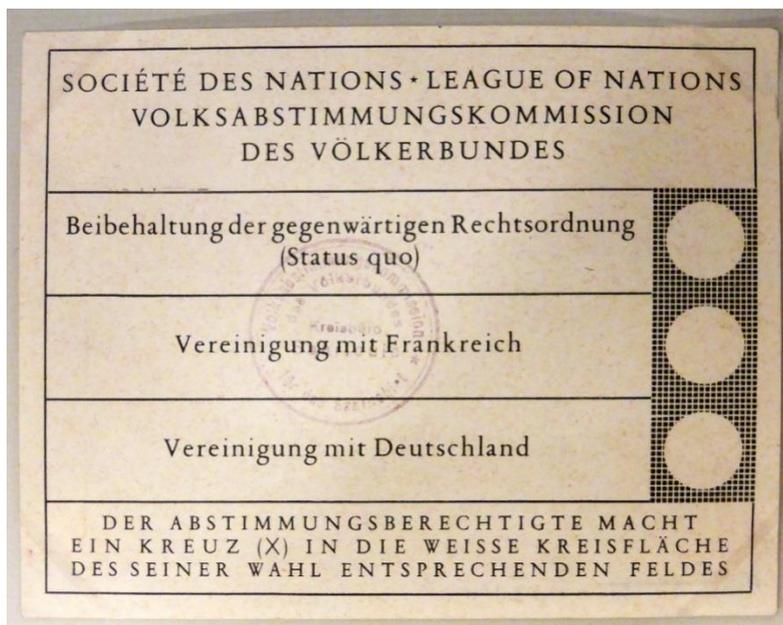


Figura 3: Cédula de votação de 13 de janeiro de 1935 sobre o destino político do Sarre³⁰⁵

Como se vê acima, na cédula da eleição, três alternativas foram apresentadas: a manutenção do status quo, a união com a França ou a união com a Alemanha.

Os resultados da votação foram os seguintes:

Tabela 1: Plebiscito pela reintegração com a Alemanha³⁰⁶

	Números absolutos	%
Eleitores	539541	65,00
Votos expressos	528105	

	Números absolutos	%
Associação com a Alemanha	477119	90,73
Manutenção do sistema jurídico atual (status quo)	46613	8,86
União com a França	2124	0,40

Richard Evans aponta para outros fatores por trás da expressiva votação da reintegração do Sarre.

A perspectiva de viver como uma minoria de língua alemã na França não era atraente: na Alsácia-Lorena, as autoridades francesas tinham ido longe para tentar suprimir a língua e a cultura alemãs dos habitantes e discriminado intensamente aqueles que permaneceram leais à sua herança. No Sarre também os governantes franceses haviam sido

³⁰⁵Fonte: https://de.wikipedia.org/wiki/Saargebiet#/media/Datei:Stimmzettel_zur_Saarabstimmung_1935.j

pg

³⁰⁶Fonte: Disponível em <<https://www.gonschior.de/weimar/Saargebiet/VA.html>>. Acesso em Mai. 2019

inábeis e aproveitadores. Eram vistos de forma quase universal não como democratas, mas como imperialistas. Na Alemanha, as relações entre nazistas e católicos nesse estágio ainda não haviam se deteriorado a ponto de a Igreja Católica, representando a vasta maioria da população do Sarre, achar necessário aconselhar a continuação do status quo, e menos ainda adesão à França, onde o Partido Comunista parecia ganhar força constantemente. Para encorajar os padres católicos a aconselhar seus rebanhos a votar a favor da Alemanha, os nazistas baixaram o tom da propaganda anticatólica na reta final do plebiscito. O clero, devidamente agradecido, concedeu seu apoio.³⁰⁷

Mas é claro que para Hitler isso não fazia diferença, o único argumento que justificava os números do plebiscito era a vontade do povo de se unir a *Vaterland*. Ao saber do resultado, Hitler faz um pronunciamento no rádio.

Alemães!

Uma injustiça que existe há quinze anos está chegando ao fim! O sofrimento ao qual tantas centenas de milhares de Volksgenossen no Sarre foram submetidos durante esse tempo foi um sofrimento compartilhado pela nação alemã!

A alegria do retorno dos nossos Volksgenossen é uma alegria compartilhada por todo o Reich alemão. O destino quis que não fosse a razão superior que acabaria com essa situação inútil e lamentável, mas uma seção de um tratado que prometia trazer a paz ao mundo e, em vez disso, levava apenas ao sofrimento sem fim e à discórdia constante.

Portanto, nosso orgulho é tanto maior quanto, depois de quinze anos de violar a voz do sangue, agora, em 13 de janeiro de 1935, fez sua mais poderosa profissão de fé!

Há uma coisa que todos sabemos, meus queridos Volksgenossen do Sarre: o fato de que hoje, em poucas horas, os sinos soarão por todo o Reich alemão como uma expressão externa da alegria orgulhosa que nos enche, é algo que devemos a você. Alemães no Sarre, à sua lealdade inabalável, à sua paciência e persistência egoístas e à sua bravura. Nem a força nem a tentação fizeram vocês vacilarem na fé de que são alemães, assim como vocês sempre foram, e como todos somos agora e permaneceremos!

Daí eu posso me dirigir a vocês como o Führer do povo Alemão e Chanceler do Reich, em nome de todos os alemães cujo porta-voz sou neste momento, a gratidão da nação, e posso assegurar-lhes como estamos felizes a esta hora. Que vocês estão mais uma vez unidos a nós como filhos do nosso povo e cidadãos do novo Reich alemão. É uma sensação de orgulho ser escolhido pela Providência como representante de uma nação.³⁰⁸

Mais uma vez, pode-se notar a ideia de que os tratados de paz foram injustos, pois afastavam um mesmo povo, que expressavam a vontade de estar juntos. Outro elemento importante, no começo da fala de Hitler, é a valorização daqueles que estavam fora do *Reich* contra sua vontade, e mesmo assim mantinham sua “lealdade” à nação. Ao

³⁰⁷EVANS, 2012, op. cit., p.663

³⁰⁸HITLER, A. [13 Jan. 1935], Discurso proferido no rádio dos Correios em Berchtesgaden, pp.629-630
In: DOMARUS, M. op. cit., pp.629-630

continuar a análise desse discurso percebe-se outros elementos, este são mais comuns à década de 30, do que ao que era professado no *Mein Kampf*.

O povo alemão será muito mais grato a você porque você tem tomado sobre si mesmo uma decisão que removerá as tensões na Europa que pesaram mais fortemente: todos nós queremos perceber neste ato de 13 de janeiro um passo inicial e decisivo para uma reconciliação gradual entre aqueles que, vinte anos atrás, tropeçaram nas batalhas mais horríveis e menos frutíferas de todos os tempos, vítimas do destino e da falibilidade humana. A vossa decisão, meus queridos Volksgenossen alemão do Sarre, hoje permite-me apresentar uma declaração, como nossa contribuição histórica desinteressada para a pacificação da Europa, que é tão vital: quando sua reintegração for efetuada, o Reich alemão não fará mais exigências territoriais sobre a França! [...]. É nosso desejo unânime que esta solução pro-alemã a uma injustiça tão trágica contribua para uma maior pacificação entre os povos da Europa. Pois assim como a nossa determinação em obter e assegurar a igualdade de direitos para a Alemanha é grande e absoluta, nossa resolução de não fugir daquelas tarefas que são parte necessária de gerar solidariedade genuína entre as nações diante dos perigos e crises de hoje é igualmente grande. Vocês, meus Volksgenossen alemães do Sarre, fazem uma contribuição significativa para aumentar a consciência da comunidade indissolúvel do nosso povo e do valor interno e externo da nação alemã e do Reich de hoje. A Alemanha agradece por isso com milhões de corações transbordantes.

Bem-vindo à nossa pátria compartilhada e querida ao nosso Reich alemão!³⁰⁹

Segundo Hitler, um plebiscito, feito de forma democrática e com a fiscalização internacional era a maior prova da “boa vontade” da Alemanha e seu desejo em estabelecer relações pacíficas com o resto do mundo.

3.2.4-Regiões da Fronteira Ocidental- Alsácia e a Lorena

Ao falar sobre a questão do Sarre, em 1933, a Fernand de Brinon, correspondente estrangeiro do periódico francês de negócios *L'Information*, Hitler afirma que esta é a única questão territorial em aberto entre Alemanha e França. Na mesma situação, ele deixa claro que a Alsácia e a Lorena não estão em disputa.³¹⁰ Essa ideia é reforçada no ano seguinte em conversa com Jean Goy, o líder dos veteranos de guerra franceses,³¹¹ na qual o chanceler alemão afirma

Não há como mudar os postos de fronteira. Você sabe minha opinião em relação à Alsácia-Lorena. Eu declarei de uma vez por todas que não

³⁰⁹HITLER, A. [13 Jan. 1935], Discurso proferido no rádio dos Correios em Berchtesgaden, pp.629-630 In: DOMARUS, op. cit., p. 630

³¹⁰HITLER, A. [15 de Nov. 1933] Entrevista concedida a Fernand de Brinon, do periódico francês de negócios *L'Information*. In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.395

³¹¹O trecho citado é aquele que posteriormente foi publicado em uma versão oficial em alemão, pois o Führer não aprovara o texto da redação publicado na França.

resolveria nada entrar em guerra a cada vinte ou trinta anos, a fim de recuperar províncias que sempre causaram dificuldades para a França quando eram francesas e para a Alemanha quando eram alemãs. A Alemanha atual sente diferente disso do que a Alemanha do passado.³¹²

Na declaração citada acima, Hitler reforça aquilo que dissera no ano anterior, que não possui qualquer interesse em reaver os territórios que agora eram franceses. Ao longo dos três primeiros anos de governo, essas são as únicas incidências nas fontes sobre a região.

Fazendo uma análise comparativa, pode-se dizer que na década de 1920, a região também não recebeu destaque de proposições políticas de Hitler. No texto do *Mein Kampf* encontra-se poucas referências ao território. Hitler falou sobre a questão ao tecer críticas à política externa do *Reich* e sua atitude moderadora, que buscava a preservação da paz acima de tudo e também ao criticar a França, que segundo ele entrou na guerra não apenas pelo domínio da região, mas sim, porque almejava a “Desintegração da Alemanha em uma coleção de pequenos estados.”³¹³

Segundo Mazower, “assegurar as fronteiras ocidentais contra os franceses era essencial”, para que a Alemanha pudesse pôr em prática seu projeto de rearmamento e fortalecimento econômico.³¹⁴ O que se pode concluir de forma segura é que, tomando como base os discursos dos primeiros anos de governo e comparando-os com aquilo que já se analisou no *Mein Kampf* referente aos territórios os quais Hitler pretendia reivindicar, essa não era a maior área de interesse do chanceler alemão.

3.3- Territórios que geraram conflito já nos primeiros anos de governo

Mesmo com a estratégia de manter as relações exteriores o mais pacíficas possíveis nos primeiros anos de governo, segundo Mazower, a fim de conseguir tempo para fortalecer a economia e indústria alemã, em alguns casos não foi possível impedir tensões entre governos estrangeiros e do *Reich*. E são esses casos que analisaremos a seguir.

³¹²HITLER, A., [24 de Nov. 1934] Entrevista dada em 14 de nov. a Jean Goy, publica em alemão pelo *VölkischerBeobachter*. pp.544-545, In: DOMARUS, op. cit.,1990, p.544

³¹³HITLER, A. 1939, op. cit., p.512

³¹⁴MAZOWER, 2013, op. cit., p.84

3.3.1-Áustria

No primeiro capítulo, se viu que ao falar de anexação territorial e reincorporação populacional, o Estado mais citado por Hitler era a Áustria. Chama-se atenção de que há uma questão pessoal por trás desse “favoritismo”, uma vez que o próprio *Führer* era austríaco. Mas para além disso, essa era uma grande reivindicação, não só da extrema direita, e não só na Alemanha. No capítulo dois, ao debater a formação do Estado alemão, viu-se que entre os projetos nacionais, um deles propunha um país com fronteiras mais amplas incluindo os territórios da coroa Habsburgo, este foi chamado de *Großdeutschland*. Além disso, no pós-guerra também houve uma tentativa frustrada de unir a Alemanha com a parte germânica do Império Austro-húngaro que fora desfeito.

Agora, será analisada como a questão austríaca aparece nos discursos de Hitler em seus anos iniciais como chanceler.

3.3.1.1 As relações entre Áustria e Alemanha nos primeiros anos do governo Nazista

O primeiro contato com uma nação estrangeira feita pelo *Führer* após assumir o poder é justamente com vizinha Áustria. Em um telegrama enviado ao chanceler austríaco Engelbert Dollfuss, Hitler manda a seguinte mensagem: “Convocado pelo presidente do *Reich* para chefiar o governo alemão, apresso-me a transmitir a você, senhor chanceler, meus mais calorosos votos pelo bem-estar de nossos irmãos alemães na Áustria.” Em outro trecho, ao tratar das políticas internacionais e a relação do *Reich* com outras nações, Hitler afirma: “Estamos cheios de um sentimento de empatia pelos problemas e angústias do nosso povo irmão [*Brudervolk*] na Áustria. Em todos os seus feitos, o governo do *Reich* está consciente da conexão entre o destino dos grupos [*Stamm*] germânicos.”³¹⁵

Pode-se observar pelas citações acima que a concepção do que define o ser alemão, para Hitler, continua a mesma. Ou seja, sendo governados pela coroa Habsburgo, ou sob a égide de um novo estado. Assim sendo, a comunidade germanófona na Áustria é também alemã, mesmo estando fora dos limites do *Reich*.

Contudo, as relações entre os dois “estados alemães” não se deram de forma plenamente amistosas. Em 27 de novembro, Hitler criticou duramente o governo

³¹⁵DOMARUS, 1990, op. cit., p.283

austríaco pela morte do soldado “Philipp Michael Schuhmacher, do 21º Regimento de Infantaria (Nuremberg)”, este “foi baleado e morto por uma patrulha austríaca”.³¹⁶

Os assassinos deste soldado alemão não são idênticos aos milhões daqueles que, mesmo estando do outro lado da fronteira, partilham conosco das mesmas raízes [*Stammesbrüder*]. Se eles tivessem a possibilidade de levantar suas vozes por vontade própria, eles solenemente se dissociariam dos assassinos e dos princípios que deram origem a esse derramamento de sangue. Estou convencido de que a crença de lá não seria outra, senão aquela que está estabelecida hoje aqui no Reich.³¹⁷

Pode-se perceber que o chanceler alemão faz uma distinção entre aqueles austríacos responsáveis pela morte do jovem soldado e os “irmãos alemães” que vivem na Áustria. Segundo ele, se o povo alemão da Áustria pudesse se desassociar não só daqueles que foram responsáveis pelo “derramamento de sangue”, mas também dos princípios que levaram à essa tragédia, eles os fariam. Nesse sentido, pode-se perceber que para Hitler não se trata apenas de um erro individual, do soldado que efetivamente atirou, mas dos “princípios” nos quais a política austríaca estava sendo baseada. Hitler afirmou ainda que, “todo o Volk alemão o consideraria [o soldado] um mártir da causa alemã.”³¹⁸ Percebemos também na afirmação que Hitler entende que se dependesse apenas da vontade do povo, esse escolheria seguir na “crença” que estava “estabelecida” no *Reich*, ou seja, a causa Nazista.

3.3.1.2 A tentativa de golpe dos nazistas austríacos

Mesmo como o desconforto diplomático causado pela morte do jovem soldado alemão no final de 1933, foi em julho 1934 que as relações entre Alemanha e Áustria sofreram seu primeiro momento de tensão real.

Era conhecido o interesse de Hitler no país vizinho, o qual ele discutira largamente em seu livro. Contudo, a primeira tentativa de golpe no governo austríaco por parte dos nazistas não veio de Berlim, mas da própria Viena.

Como se viu, a formação do Estado austríaco, após a guerra, foi muito contestada pela sua própria população. Muitos não acreditavam que o novo país teria autonomia

³¹⁶HITLER, A. [27 de Nov. 1933] Discurso proferido por Hitler em Nuremberg, p.396-397, *In*: DOMAURS, op. cit., 1990, p.396

³¹⁷HITLER, A. [27 de Nov. 1933] Discurso proferido por Hitler em Nuremberg, p.396-397, *In*: DOMAURS, op. cit., 1990, p.397

³¹⁸HITLER, A. [27 de Nov. 1933] Discurso proferido por Hitler em Nuremberg, p.396-397, *In*: DOMAURS, op. cit., 1990, p.397

econômica para se manter sozinho. Além disso, tal como sua vizinha Alemanha, a Áustria também enfrentou uma grave crise financeira no começo da década do século XX.³¹⁹

Foi nesse cenário que se instaurou também o caos político. O país encontrava-se dividido entre dois partidos: de um lado, estavam os comunistas, que tinha sua base eleitoral nas grandes cidades, a principal delas a capital Viena, onde vivia quase um terço da população, e com o maior número de operários. Do outro lado o Partido Cristão, ao qual o apoio era oriundo das classes médias de Viena (fazendeiros e cidadãos de pequenas províncias).

Quando a tensão entre os dois partidos “irrompeu em franca hostilidade”, em 1933, o chanceler Engelbert Dollfuss, decidiu por fechar o parlamento e instaurar um regime autoritário. Em julho do mesmo ano, o chanceler austríaco decretou o banimento do Partido Nazista na Áustria, que nessa época estimava-se ter cerca de 700 mil membros, medida que, segundo Evans, teve “pouco efeito”, uma vez que após se tornar clandestino, ganhou mais 20 mil membros.³²⁰ Do lado alemão, o governo também tentava boicotar o país vizinho. Estabeleceu uma taxa de 1000 *Reichsmark* como o valor máximo que cada cidadão alemão poderia levar em viagem à lazer à Áustria.³²¹

Em seu discurso no *Reichstag* em primeiro de janeiro, Hitler fez críticas à forma como estava sendo conduzida a política austríaca.

Em contraste, para o grande pesar do governo do *Reich* alemão, as relações do *Reich* com o atual governo austríaco não são satisfatórias.

³¹⁹Nos anos após o fim da Primeira Guerra ficou claro que a obrigatoriedade da Alemanha em pagar os custos pelo conflito seria o estopim de uma discórdia. Pensando na melhor forma de resolver essa questão, em 1924, foi firmado um acordo conhecido como “Plano Dawes”, em homenagem a Charles G. Dawes, chefe do comitê que o elaborou. Esse acordo tinha como objetivo viabilizar o pagamento das reparações pelo governo alemão, mudando as condições de pagamento, começando com no máximo 50 mil libras por mês, e aumentando depois de quinze anos. Propunha também que fossem nomeados comissários aliados para o conselho do Banco Central. Foi acertado também que a Alemanha recuperaria o controle da região do Ruhr, importante polo industrial, e receberia um empréstimo estrangeiro de 40.000,00 de libras, a fim de criar um reserva de moeda, e pagar o primeiro ano da sua dívida. O acordo permitiu ao governo alemão manter uma situação econômica confortável, garantindo muitos projetos sociais. Contudo, com o baque que sofrera a economia norte-americana com a quebra da bolsa de valores, em 1929, a situação confortável da República alemã começaria a mudar. Além de cessarem os empréstimos, se fez necessário a quitação de dívidas com esses credores, e ainda, como consequência da crise, a Alemanha se viu sem mercado para exportação de seus produtos, o que culminou com o fechamento de várias fábricas. A insatisfação também atingia o funcionalismo público, pois com a crise, o Estado se viu obrigado a enxugar a máquina pública, demitindo milhares de funcionários, e reduzindo o salário daqueles que mantiveram seu emprego. A classe média também sofria com a recessão. Com as dificuldades encontradas pelos bancos e financeiras o emprego se tornava cada vez mais instável. Não obstante, o comércio também fora atingido, o desemprego diminuía o poder de compra da população, o que afetava diretamente o setor, e os empregos gerados por ele. Ver, CARR, 1947, op. cit., p.81-83; SHIRER, William L. **A ascensão e queda do Terceiro Reich: Triunfo e Consolidação 1933-1939**, trad., Pedro Pomar, vol. 1, Rio de Janeiro, Agir, 2008, p.191; STACKELBERG, 2002, op. cit., p.120

³²⁰EVANS, 2012, op. cit., p.660

³²¹DOMARUS, 1990, op. cit., p.596

A culpa não recai sobre nós. A alegação de que o *Reich* alemão planeja praticar uma violência contra o Estado austríaco é absurda e não pode ser fundamentada nem comprovada.

É, no entanto, óbvio que uma única ideia que captura toda a nação alemã e a mova até suas profundezas não parará diante dos postos fronteiriços de um país que não apenas, em termos de *Volk*, é alemão, mas que também, em termos de sua história como *Ostmark*, constituiu parte integrante do *Reich* alemão por muitos séculos; cuja capital teve a honra, durante meio milênio, de ser a sede dos imperadores alemães; e cujos soldados lutaram lado a lado com os regimentos e divisões alemães tão recentemente quanto a Guerra Mundial.

Mesmo aparte disso, não há nada de peculiar nesse fato quando se considera que quase todos os pensamentos e ideias revolucionários na Europa sempre se fizeram sentir até então além das fronteiras de cada país.[...] hoje a ideia nacional-socialista foi naturalmente aproveitada pelo elemento alemão (*Deutschtum*) na Áustria, a partir de uma associação intelectual e espiritual instintiva com todo o *Volk* alemão.[...] Devo enfaticamente rejeitar a alegação adicional do governo austríaco de que o *Reich* planejaria, e muito menos realizará, qualquer tipo de ataque contra o Estado austríaco.³²²

Mais uma vez, Hitler tentou eximir seu governo da acusação de estar influenciando os cidadãos austríacos em prol das causas nazistas.

Em outros aspectos, embora eu esteja orgulhoso e feliz em afirmar minha fé na nação irmã (*Bruderland*) austríaca como minha terra natal e a terra dos meus pais, devo protestar contra a ideia de que o temperamento alemão do *Volk* austríaco exigiria algum estímulo da parte de Reich.

Acredito que hoje ainda conheço minha terra natal e seu povo o suficiente para saber que a pulsação que enche os 66 milhões de alemães no Reich também move seus próprios corações e sentidos.³²³

Vemos de novo a ideia de que qualquer tentativa no sentido de uma aproximação com a Alemanha, é uma manifestação da vontade do “povo alemão” na Áustria de fazer valer seu direito a autodeterminação, assim, se unir àquela que estes acreditariam ser sua pátria. Mesmo Hitler mantendo seu discurso de respeito às fronteiras, o chanceler austríaco temia por uma investida militar do vizinho germânico. Ademais, as preocupações de Dollfuss se provaram reais.

Em 25 de julho de 1934, 150 homens da SS, “a maioria trabalhadores desempregados e soldados exonerados do Exército devido a seu nazismo, vestiram-se com uniformes do Exército austríaco” e invadiram a sede do governo, capturaram o chanceler Engelbert Dollfuss enquanto este tentava fugir pela porta dos fundos, e o

³²²HITLER, A. [01 de Jan. 1934], Discursoproferido no *Reichstag*, pp.418-430, *In*: DOMARUS, op. cit., 1990, p.425

³²³HITLER, A. [01 de Jan. 1934], Discursoproferido no *Reichstag*, pp.418-430, *In*: DOMARUS, op. cit., 1990, p.427

assassinaram.³²⁴ Um dos objetivos imediatos dos insurgentes era uma fusão com o Estado alemão. Mas golpe não se consolidou. “Os nazistas austríacos revelaram-se pouco treinados e mal preparados para um empreendimento desse tipo, confiantes demais, internamente divididos e incompetentes.”³²⁵

Um novo governo aos moldes do anterior, que Evans vai definir como “ditadura clerical-fascista”, foi formado e encabeçado pelo então ministro da justiça Kurt von Schuschnigg, que deteve todos os golpistas, e condenou à morte os dois jovens que executaram Dollfuss. Da Alemanha, Hitler negou qualquer apoio a tentativa fracassada de golpe nazista. Uma nota oficial que dizia foi lançada:

Antes que a noite passada acabasse, o governo do Reich instituiu investigações para determinar se algum escritório alemão era culpado de envolvimento direto ou indireto em conexão com os incidentes austríacos. A verificação minuciosa e o questionamento que chegou ao fim hoje revelaram que nenhum escritório alemão estava de alguma forma ligado aos eventos e que todas as ordens dadas depois que os incidentes se tornaram públicos foram imediatamente realizadas na íntegra.

Em particular, foi estabelecido um bloqueio geral de todas as estradas para a Áustria, a fim de evitar qualquer cruzamento de fronteira indesejado; Ao mesmo tempo, os reclusos dos campos provisórios para refugiados e emigrantes austríacos foram proibidos de abandonar os seus alojamentos. Assim, nem uma única pessoa cruzou a fronteira antes ou depois de quem possa ser ligado a esses incidentes. Um controle mais rígido resultou em apenas um único caso ser apurado em que uma censura aparentemente insuficientemente rigorosa de relatórios originados e difundidos da Áustria talvez pudesse ter dado origem à impressão contrária.

Conseqüentemente, inspetor nacional Habicht,³²⁶ responsável pelos relatórios transmitidos pela estação de Munique, foi demitido do cargo de inspetor esta manhã às 10:00 da manhã e colocado em reforma.³²⁷

Tentando amenizar a imagem negativa da Alemanha no cenário internacional, Hitler propôs a demissão do embaixador alemão em Viena, Envoy Rieth, e sugeriu para o cargo, seu vice-chanceler Franz Von Papen.

Depois dos acontecimentos em Viena, fui forçado a sugerir ao presidente do Reich que o enviado alemão em Viena, Dr. Rieth, fosse demitido de seu posto por ter se deixado persuadir a atender ao pedido dos ministros austríacos e do governo. Os rebeldes austríacos concordam com um acordo alcançado por essas duas partes, que garante a conduta segura da Alemanha aos rebeldes, sem ter consultado o governo do Reich alemão. Ao fazer isso, o Envoy envolveu o Reich alemão em um caso interno da Áustria sem motivo. O assassinato do

³²⁴EVANS, 2012, op. cit., p.661

³²⁵EVANS, *Ibidem*, p.661

³²⁶Theodor Habicht (1898-1944) foi um importante líder do partido nazista na Áustria.

³²⁷Anúncio oficial do Governo Alemão, emitido em Bayreuth, 26 Jul. 1934, *In: DOMARUS, Op. Cit.*, p. 505

chanceler federal austríaco, que o governo do Reich alemão mais condena e lamenta, serviu para agravar ainda mais a instável situação política na Europa, sem culpa nossa. Assim, desejo contribuir para aliviar a tensão da situação como um todo e, em particular, para garantir que as relações com o governo alemão os estados são mais uma vez voltados para canais mais normais e amigáveis.³²⁸

Mas as explicações não foram o suficiente, e segundo Evans, o governo alemão não convencera a ninguém de sua suposta inocência. Prova disso foi o envio, após a tentativa de golpe, por parte do governo italiano, de quatro divisões militares para ocupar a região de fronteira com a Áustria. De acordo com Kitchen, o próprio Mussolini chamou Hitler de “assassino” e os nazistas de “bárbaros”.³²⁹

Mesmo com tensões nas relações diplomáticas entre os dois Estados, não houve qualquer referência à um projeto do *Anschluss* com a Áustria, nos materiais primários selecionados por Domaurs do ano de 1933. O tema também não se destacou nos discursos do ano de 1934, nos quais havia apenas uma referência ao *Anschluss*, que apareceu na entrevista dada por Hitler ao jornalista Ward Price, quando foi questionado sobre seus planos em relação à Áustria, o chanceler responde:

Não atacaremos a Áustria, mas não podemos impedir que os austríacos tentem restabelecer seus antigos laços com a Alemanha. Estes estados são separados apenas por uma linha, e em ambos os lados desta linha vivem povos da mesma raça. Se uma parte da Inglaterra fosse artificialmente separada dos demais, quem impediria seu esforço de se unir mais uma vez ao resto do país? A Alemanha e a Áustria estavam unidas até 1866.³³⁰

A entrevista foi realizada no dia 05 de agosto, cerca de um mês após a tentativa frustrada dos nazistas austríacos de tomar o poder. Percebe-se aqui que Hitler nega a intenção de uma intervenção política-militar para tomar o Estado austríaco, alinhado com seu discurso anterior negando qualquer participação na ação golpista no país vizinho. Mas, reforça a ideia que fundamentou seu discurso de nação e pertencimento nacional, que estava expresso claramente desde de 1925, de que a Alemanha e a Áustria deveriam estar unidas como uma única nação, pois, são habitadas pelo mesmo povo.

Ainda se mantendo no mesmo tema, o repórter perguntou a Hitler se este aspirava a reintegração território do antigo Sacro Império Romano Germânico, o chanceler alemão respondeu:

³²⁸HITLER, A. Telegrama enviado a Franz von Papen, [26 Jul. 1934], *In*: DOMARUS, Op. Cit., p.506

³²⁹KITCHEN, Op. cit., p.292

³³⁰HITLER, A. [05 de Ago. 1934]],Grã-Bretanha: *Daily Mail*. Entrevista concedida a Ward Price. pp.510-513, *In*: DOMARUS, op. cit., 1990, p.512

A questão do *Anschluss*, [...], não é um problema atual. Estou certo de que todo o caso seria resolvido se uma votação secreta fosse realizada na Áustria. A independência austríaca não está em jogo e ninguém a questiona. No antigo império austríaco, as várias nacionalidades professavam uma afinidade com seus vizinhos de sua própria raça. É natural que os alemães da Áustria sejam a favor de uma unificação com a Alemanha. Todos sabemos que este objetivo é inatingível no momento, pois a resistência no resto da Europa seria muito forte.³³¹

Na citação acima pode-se observar uma teoria defendida por Hitler desde o começo de sua carreira política, que era muito comum também entre outros grupos da extrema-direita alemã, a ideia de uma união entre as potências europeias contra a Alemanha. Em 1934, o discurso de Hitler assumiu um tom muito mais ameno do que tinha em 1925, na publicação do *Mein Kampf*. Contudo, não se pode falar de uma mudança de perspectiva, uma vez que mesmo de forma mais branda, os argumentos usados antes continuavam a se manifestar em seus discursos. Ademais, como será visto a diante, estes voltariam a ser usados, e de forma muito mais intensa, de maneira muito eficaz, quando em vias de fato, ele empreendeu uma ação direcionada ao estado austríaco. Em 1935, em discurso no *Reichstag*, ele novamente reafirma não buscar anexar o território austríaco.

A Alemanha não pretende nem deseja interferir nos assuntos internos da Áustria ou efetuar uma anexação austríaca ou a *Anschluss*. Nascido de um simples sentimento de solidariedade devido a uma origem nacional comum, o povo alemão e o governo alemão têm, no entanto, o desejo compreensível de que não apenas aos povos estrangeiros, mas também o *Volk* alemão tenha garantido em todo lugar, o direito de autodeterminação. Pessoalmente, acredito que qualquer regime que não esteja ancorado no povo, apoiado pelo povo e desejado pelo povo, não poderá durar por muito tempo. Se essas dificuldades não existem entre a Alemanha e a Suíça – ela mesma com uma grande percentagem de alemães-, é pela simples razão de que a independência da Suíça é um fato e porque ninguém duvida que seu governo represente a verdadeira e legal manifestação da vontade das pessoas. Nós, alemães, temos todos os motivos para nos alegrar que exista um estado em nossa fronteira com uma grande proporção de habitantes alemães que possua um grande grau de estabilidade interna e possua uma independência real e factual. O Governo alemão lamenta ainda mais a tensão causada pelo conflito com a Áustria, porque causou uma ruptura nas nossas relações com a Itália, que antes eram tão boas, a um estado com o qual, de outra forma, não temos conflitos de interesses.³³²

³³¹HITLER, A. [05 de Agos. 1934]],Grã-Bretanha: *Daily Mail*. Entrevista concedida a Ward Price. pp.510-513, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.512

³³²[21 de Mai. 1935] HITLER, A. Discurso proferido no *Reichstag*. pp.667-679, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.674-675

Mais uma vez viu-se reafirmada a ideia de que se o direito à autodeterminação fosse estendido a todas as nações, os austríacos, segundo Hitler, optariam por fazer parte do *Reich* alemão. Mas só o interesse dos *Volksdeutschen* da Áustria não era o suficiente para Hitler empreender uma tentativa de anexação.

A inércia de uma ação política militar por parte da Alemanha nazista não significa que Hitler tinha desistido de pôr em prática seus planos para o *Anschluss*, que estavam expostos já no *Mein Kampf*, até porque, como se viu em seus discursos de 1933 até 1935, a todo momento era reafirmado o direito que o povo teria de escolher seu destino. O que justificava a inércia de Hitler, como ele mesmo expôs, era “a resistência do resto da Europa” a uma ação de revisão das fronteiras germânicas. Contudo, esse cenário começou a mudar, quando Hitler estabeleceu boas relações no âmbito internacional europeu, em especial com a Itália.

Após o apoio ao movimento golpista de Franco na Espanha, e a contribuição, em especial financeira, dada por Hitler à campanha de Mussolini na Etiópia, Alemanha e Itália estreitavam cada vez mais os laços. Vale lembrar que para a Itália, a Áustria representa um território estratégico que a separava do Terceiro *Reich*. Além disso, como já se viu anteriormente, a parte norte do território italiano havia pertencido ao Império Alemão. Por isso, reivindicações territoriais de cunho nacionalista de grupos germânicos na Áustria eram sempre uma ameaça à integridade territorial italiana. Mas, com as relações internacionais ítalo-germânicas se intensificando, aqueles que defendiam um Estado austríaco independente se viam cada vez mais preocupados. Sem o apoio de Mussolini, seu mais poderoso aliado, o chanceler austríaco Kurt Schuschnigg se viu obrigado a ceder às pressões nazistas.

Em 13 de maio, o vice-chanceler austríaco, Fürst von Starhemberg, que era um declarado opositor do regime Nacional-Socialista, foi demitido. Quase dois meses depois, em 11 de julho de 1936, tornou-se público um acordo austro-alemão no qual a “Áustria aceitou o princípio de que era um Estado alemão”, e acatou a reivindicação de Hitler de ceder espaço no governo para a “oposição nacional”, ou, em outras palavras, ao Partido Nazista austríaco.”³³³ Mas, mesmo ganhando mais espaço para a ação, Hitler não considerava aquele um momento oportuno para pôr em prática o projeto de anexação.

Ao longo de 1936, [Hitler] recomendou cautela aos nazistas austríacos, não querendo causar alarme enquanto o resto da Europa digeriria a remilitarização da Renânia e suas consequências. Ele também seguiu nessa linha por boa parte de 1937. A liderança dos nazistas austríacos

³³³EVANS, op. cit., 2011, p. 697

obedeceu, minimizando a hostilidade à Igreja Católica que estava causando furor na vizinha do Norte. A Áustria era um país esmagadoramente católico, e era vital manter a hierarquia da Igreja na pior das hipóteses neutra, e na melhor simpática, quanto à ideia de uma reunião com a Alemanha.³³⁴

Não só entre seus subordinados, mas também frente à comunidade internacional, Hitler fazia questão de manter essa postura mais branda de quem, de maneira alguma, objetivava a guerra. Na entrevista à repórter Madame Titayna, do jornal francês *Paris Soir*, a jornalista afirma que os franceses temem e desprezam a ideia de uma nova guerra, e indaga a Hitler, se o governo alemão estava baseado em ideias pacifistas. O ditador responde que “não há um único alemão que queira a guerra. [...] A última nos custou dois milhões de mortos e sete milhões e meio de feridos. Mesmo se tivéssemos sido vitoriosos, nenhuma vitória teria valido a pena pagar esse preço.” Contudo, a paz não deveria ser mantida a todo custo, “o pacifismo só pode se tornar realidade se for baseado na premissa humana básica de que todo e qualquer povo tem o direito de viver. Eu disse ‘viver’ e não ‘vegetar’. Quem quer verdadeiramente a paz deve primeiro reconhecer esse direito das nações.”³³⁵

Como pode-se ver, a mesma lógica se mantém, talvez, seja possível dizer que o tom neste momento é mais severo do que o de 1933, mas ainda se falava em evitar a guerra. Quando perguntado, na mesma entrevista, sobre a questão *Anschluss*, ele respondeu, “Essa é uma questão que ninguém aqui está animado. Em Viena, eles precisam desse fantasma [*bogey*] por razões de política interna. Em Berlim, a questão de *Anschluss* não é aguda”.³³⁶

3.3.2-Memel

Após a separação da Prússia, estipulada pelo Tratado de Versalhes, o território do Memel ficou sob a administração francesa até 1922, quando foi criada uma comissão especial para revisar a sua situação. A comissão podia definir a região como um Estado independente, tal como Dazing, mas a Lituânia pedia pelo controle do território, que era um importante porto marítimo no Báltico. Sem esperar por uma resolução definitiva, em janeiro de 1923, o governo lituano tomou a região e a anexou. Mesmo elaborando um

³³⁴EVANS, op. cit., 2011,p.687

³³⁵HITLER, A. [23 de Jan. 1936], Entrevista concedida a Madame Titayna, correspondente do jornal francês *Paris Soir*, pp. 740-743, In: DOMARUS, op. cit., p.741

³³⁶HITLER, A. [23 de Jan. 1936], Entrevista concedida a Madame Titayna, correspondente do jornal francês *Paris Soir*, pp. 740-743, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.741

protesto formal contra a ação, a Liga das Nações acabou por permitir que a cidade ficasse sob o controle da Lituânia.³³⁷

Em 1935, ao afirmar que estava disposto a assinar um pacto de não agressão com qualquer nação, Hitler deixa bem claro que só não entraria em acordo com a Lituânia, que segundo ele, “não respeitou as leis mais primitivas da coexistência humana”.³³⁸

Eles [os habitantes do território de Memel] são alemães; em um ataque que foi posteriormente sancionado e ocorreu em meio à paz, eles foram arrancados do Reich e, como penalidade por continuarem sendo afeiçoados ao *Volkstum* alemão, são perseguidos, torturados e maltratados da maneira mais bárbara.

O que seria dito na Inglaterra ou na França se os membros dessas nações se encontrassem com um destino tão triste? Quando o sentimento de pertencer a um Volk que é abrigado por pessoas arrancadas de tal povo contrário a toda lei ou sentimento natural é considerado um crime passível de punição, então isso significa que as pessoas estão sendo negadas a um direito que é mesmo concedido a todos e cada animal: o direito de ser ligado ao seu antigo mestre e à velha comunidade inata. Mas 140 mil alemães na Lituânia estavam realmente confinados a uma posição abaixo desses direitos.

Assim, não vemos possibilidade - desde que os fiadores responsáveis do Estatuto de Memel, por sua vez, não estejam em condições de levar a Lituânia a respeitar os direitos humanos mais primitivos - de concluir por nossa parte quaisquer tratados com esse Estado.³³⁹

Os “maus tratos” do governo lituano com os *Volksdeutschen* da região aparecem diversas vezes nos discursos daquele ano e isso não foi sem motivo. Em março de 1935, cento e vinte e oito cidadãos do Memel, que eram nacional-socialistas, foram levados a julgamento em Kaunas, Lituânia, e quatro foram condenados. Hitler os defendeu, “seu único crime é que eles são alemães e desejam permanecer alemães. As propostas dos responsáveis em Kaunas, até o momento, não avançaram além de meras formalidades inúteis, sem consequências dentro do país.”³⁴⁰

Para Hitler, a opressão sofrida pela maioria alemã por parte do governo lituano no Memel era intolerável, pois esses não tinham qualquer direito histórico ou político sob a região e cabia à Liga das Nações fazer com que a Lituânia cumprisse aquilo que fora estipulado nos Tratados Internacionais. “Uma nação de sessenta e cinco milhões

³³⁷DOMARUS, op. cit., 1990, p. 673.

³³⁸[21 de Mai. 1935] HITLER, A. Discurso proferido no *Reichstag*. pp.667-679, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.673

³³⁹[21 de Mai. 1935] HITLER, A. Discurso proferido no *Reichstag*. pp.667-679, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.674

³⁴⁰[21 de Mai. 1935] HITLER, A. Discurso proferido no *Reichstag*. pp.667-679, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.674

certamente deveria ter o direito de exigir que pelo menos não receba menos consideração do que os caprichos de um país de dois milhões.”³⁴¹

Ainda em 1935, em setembro, Hitler ao discursar ao *Reichstag* reforçou a ideia de que os alemães da região do Memel estavam sendo maltratados. Percebe-se que ele sempre destacava a ideia de que a região estava irregularmente sob o domínio da Lituânia. Esse era um argumento que não podia ser usado em relação aos demais territórios “perdidos” pela Alemanha.

Há anos, o elemento alemão nessa área tem sido abusado e torturado em violação à lei e ao tratado. Uma grande nação é forçada a observar enquanto, contrariamente à lei e às disposições do tratado, *suas relações de sangue* que foram atacadas no meio do tempo de paz e arrancadas do Reich estão sendo submetidas a um tratamento pior do que aquele ao qual os criminosos estão submetidos em estados normais.³⁴²

Mas, segundo Domarus, Hitler estava enfatizando o descumprimento por parte da Lituânia dos tratados internacionais a fim de mascarar as suas próprias transgressões: o rearmamento e a reintrodução do alistamento compulsório. Tal afirmação parece razoável se for considerado que após remilitarizar a Renânia, e assim descumprir termos do Tratado de Versalhes, Hitler amenizou um pouco seu discurso contra o governo lituano.

Após sua ação na Renânia, Hitler faz um discurso no *Reichstag* no qual aponta sete pontos para que, segundo ele, fosse possível “estabelecer um sistema para garantir a paz na Europa”. Nesses pontos, Hitler se mostrou aberto a fazer acordos com diversas nações, entre elas, até a Lituânia.

O governo do Reich alemão repete sua oferta de concluir pactos de não agressão com os estados que fazem fronteira com a Alemanha ao leste, como o da Polônia. Devido ao fato de o governo lituano ter feito uma certa correção em sua posição em relação ao território de Memel nos últimos meses, o governo do Reich alemão retira a exceção que antes era obrigada a fazer em relação à Lituânia e declara sua vontade, sob a condição de um desenvolvimento eficaz da autonomia garantida para o território de Memel, para assinar um pacto de não agressão com a Lituânia.³⁴³

Mesmo se mostrando disposto a negociar um pacto de não-agressão com o governo lituano, este só seria possível se o Estado garantisse a autonomia para a região. Ou seja, mesmo moderando o tom ao tratar com os lituanos, Hitler não renunciava às suas

³⁴¹[15 de Set. 1935], HITLER, A. Discurso dado à Frente Trabalhista Alemã no Salão do Congresso, pp.701-707, *In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.705*

³⁴²[15 de Set. 1935], HITLER, A. Discurso dado à Frente Trabalhista Alemã no Salão do Congresso, pp.701-707, *In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.705*

³⁴³HITLER, A. [07 de Mar. 1936], Discurso proferido no *Reichstag*, pp. 762-779, *In: DOMARUS, Op. Cit., p.777*

exigências pela região. Contudo, após 1936, a região só apareceu citada por Hitler em 1938, quando foi discutido o plano de anexação da Tchecoslováquia.

Sendo genuínas as reivindicações ou só uma forma de camuflar suas ações, o que se pode afirmar é que até então, apenas em relação ao Memel e a Áustria, se teve uma crítica real a forma como eram tratados os “alemães étnicos” da região. Além disso, o tom, pode-se dizer, mais “hostil” com que se referiu aos governos austríaco e lituano apresentou um importante contraste com a forma a qual o líder nazista vinha conduzindo seus discursos públicos, até 1938, quando deu início as anexações territoriais. Desse modo, ao se comparar os discursos apresentados aqui nos primeiros anos do governo de Hitler, com aqueles que foram vistos no *Mein Kampf*, é inegável que há uma moderação no que se fala, e especialmente como se fala.

3.4- Regiões “esquecidas” por Hitler no começo do governo

Até aqui percebe-se que ao pesquisar especificamente como o tema dos “territórios e populações alemães fora do *Reich*” apareceram nos discursos de Hitler no começo de seu governo não tiveram uma homogeneidade nesse tratamento. Em alguns casos há, pelo menos publicamente, um abandono de projetos revisionistas, como nos casos da Alsácia e Lorena. Em outros, mesmo não sendo discutido a revisão de fronteiras, em seus discursos Hitler a todo momento exaltava, como nessa região a falta de respeito à autodeterminação dos “alemães étnicos” estava prejudicando esse grupo, como o caso austríaco e do Memel.

Contudo, há alguns territórios que, mesmo tendo um grande contingente de *Volksdeutschen*, e no caso de Danzig e Sudeteland foram anexadas pelo *Reich* alguns anos depois, com base na salvaguarda desses “alemães”, são praticamente esquecidos nos discursos de Hitler nos primeiros anos de governo, esses são: Danzig, os Sudetos e o Tirol.

3.4.1 Danzig

Em 1933, Hitler fez um discurso que foi transmitido no rádio, no qual falou sobre as eleições em Danzig, que aconteceriam em seis dias.³⁴⁴ Segundo Domarus, seu objetivo

³⁴⁴Hitler transmitiu pelo rádio um discurso em 27 de maio, para falar da eleição que ocorreria no dia seguinte na Cidade de Danzig, contudo, tal pronunciamento não foi listado por Max Domarus em sua coletânea, também não conseguimos localiza-lo em outras fontes. Houve ainda uma visita do Führer à Danzig, em novembro de 1933, mas também não se teve acesso a qualquer pronunciamento nessa ocasião. Assim, o que podemos dizer é que entre os materiais analisados, não há referências significativas à essa região.

era pressionar o governo polonês a firmar uma aliança com o *Reich*, para isso ele chega a afirmar que “nunca tentaria subjugar pessoas estrangeiras”.³⁴⁵

Em 1930, após o sucesso eleitoral obtido pelo NSDAP nas eleições legislativas alemães, Hitler designou Albert Forster³⁴⁶ para liderar o partido na Cidade Livre de Danzig. A missão de Forster era garantir que o NSDAP fosse tão bem-sucedido nas eleições de Danzig, como foi no *Reich*. Contudo, Sodeikat aponta que sua missão não foi tão exitosa, recebendo o partido apenas 16,4% dos votos. Mas, após a chegada ao poder dos nazistas na Alemanha, o partido despontou também na votação para Assembleia Nacional Alemã em Danzig, nas eleições que aconteceram em 28 de maio de 1933, obtendo 107,331 votos, ficando assim, com 50.12% do total.³⁴⁷

Após as eleições de 1933, a presidência do senado ficou a cargo de Dr. Hermann Rauschning,³⁴⁸ e como seu vice Artur Greiser,³⁴⁹ ambos do NSDAP.

O senado é controlado pelo NSDAP e o Partido do Centro até setembro de 1933, quando o líder do *Zentrum*, Dr. Willibald Wiercinski-Keizer, deixou o partido, e esse é

³⁴⁵HITLER, A. [27 Mai. 1933] Discurso proferido no rádio em Munique.p.334, *In*: DOMARUS, op. cit., p.334

³⁴⁶ Albert Forster nasceu em 1902, em Fürth, na Baviera. Durante a década de 1920, ingressou no Partido Nazista, se tornou um líder da SA na região. Em 1930, foi designado por Hitler, para exercer o cargo de comissário do NSDAP em Danzig. Após a Guerra, em 1948, foi condenado à morte na Polônia, mas ao ser extraditado para Danzig a condenação foi convertida em prisão perpétua. WISTRICH, Robert S. **Who's who in Nazi Germany**. Routledge, 2013. pp. 61-62.

³⁴⁷ Ver SODEIKAT, Ernst. **Der Nationalsozialismus und die Danziger Opposition**. Vierteljahrsheft für Zeitgeschichte, v. 14, n. 2. H, 1966, p.139. Demais dados Disponíveis em < <http://www.gonschior.de/weimar/Danzig/LT5.html>>. Acesso em Mar. 2019.

³⁴⁸ Hermann Rauschning nasceu em 1887, em Thorn, na Prússia Ocidental. Após servi na Primeira Guerra, fundou na Polônia um grupo de Cultura Alemã, depois mudou-se para a Cidade Livre de Danzig. Em 1932, entrou para o Partido Nazista, e segundo Snyder, logo se tornou homem de confiança de Hitler. Em maio de 32, se tornou Presidente do Senado de Danzig. Mas, poucos anos depois, em 1936, abandonou o partido e fugiu para a Suíça. Após sua saída, escreveu uma série de livros onde criticava o regime e seu líder, “A Revolução do Nilismo (1939), “A voz da destruição” (1940), “A Revolução Conservadora” (1941), “Tempo do Delírio” (1946). Viveu muitos anos na Inglaterra, e mudou-se para os EUA, em 1948. Morreu em 1982. Ver SNYDER, Louis Leo. **Encyclopedia of the Third Reich**. New York: McGraw-Hill, 1976. P.282

³⁴⁹ Arthur Karl Greiser nasceu em 1897, em Posén, quando essa ainda pertencia ao *Reich* alemão. Lutou na primeira guerra, e após a perda da região para a Polônia, mudou-se para Danzig. Foi, segundo Mark Drumbl durante esses anos que ele se tornara um ávido Nacionalista alemão. Em 1929, entrou para o Partido Nazista, e em 1934, se tornou presidente do Senado de Danzig. Em 1939, ocupou o cargo de *Geuleiter* (Líder local representante do partido) de Warthegau, que foi uma unidade administrativa criada pelos nazistas no território polonês após a ocupação pelo *Reich*, naquele ano. Segundo Catherine Epstein, Warthegau, sob o comando de Greiser, pois em prática a “maior e mais cruel política de germanização” em todo território governado pelos nazistas. Após a guerra foi jugado pelo Supremo Tribunal Nacional da Polônia, e executado por enforcamento em 21 julho de 1946. Para mais referências sobre essa importante liderança nazista ver: DRUMBL, Mark. ‘Germans Are the Lords and Poles Are the Servants’: The Trial of Arthur Greiser in Poland, 1946. **Washington & Lee Legal Studies Paper**, n. 2011-20, 2013, e EPSTEIN, Catherine. **Modelo nazista: Arthur Greiser e a ocupação da Polônia ocidental**. Oxford University Press on Demand, 2010.

encerrado na região. Assim, os nazistas conseguiram o domínio político absoluto.³⁵⁰ Neste momento, além do próprio *Reich*, os Nazistas conseguiram o controle de um importante “Estado alemão”.

Mas, a relação de Rauschnig com o partido vai se complicando, isso porque o presidente do senado queria estabelecer uma política externa conciliadora com a Polônia. Em novembro de 1934, Albert Forster comissário líder do NSDAP em Danzig, forçou a renúncia do presidente, assumindo assim, Greiser.³⁵¹

Mesmo com o investimento direto do Partido, não só na manutenção, como também no aumento do poder político em Danzig, não há na coletânea de Max Domarus registros significativos sobre a região nos anos de 1933, 1934 e 1935.

Em 1934, ele apenas elogiou a boa relação do governo nacional-socialista em Danzig com o governo polonês e afirmou que a Alemanha desejava também manter relações amistosas com aquele governo.³⁵² Em 1935, foi confrontado pelo diplomata polonês Jan Szembek, que chamou atenção para hostilidade do governo nacional-socialista em Danzig. Mas Hitler rapidamente assegurou ao estadista sua simpatia pelo povo polonês.³⁵³

O que parece claro, por essa atitude do Chanceler alemão, é que uma vez que a cidade já era controlada pelo partido não havia interesse em, naquele momento, criar uma tensão entre o estado alemão e o polonês. Assim, não houve qualquer sinalização do interesse de Hitler em reanexar aquela região e sua população.

3.4.2-Sudetenland

Não foi apenas Danzig que foi influenciada pela situação política do *Reich*. Os alemães da região dos Sudetos, na Tchecoslováquia, que como foi visto no capítulo dois eram a maioria étnica da região, também foram afetados pela ascensão dos Nazistas ao poder na Alemanha.

Os *Volksdeutschen* dos Sudetos não só estavam organizados como também contavam com uma liderança que gozava de grande expressão política. Entretanto, nem os expressivos dados eleitorais Partido Alemão dos Sudetos (SDP) nem mesmo o fato da população da região, majoritariamente alemã, enfrentar uma condição de vida cada vez

³⁵⁰Dados disponíveis em <<https://www.gonschior.de/weimar/Danzig/LT5.html>>. Acesso em 01 de Mai., 2019.

³⁵¹SODEIKAT, op. cit., 2. H, 1966, p.140.

³⁵²DOMARUS, 1990, op. cit., p.425

³⁵³DOMARUS, 1990, op. cit., p.823

mais complicada a partir de 33 chamou a atenção de Hitler. Os alemães do Sudetos não tiveram destaque nos discursos do líder nazista no começo de seu governo. A questão dos Sudetos só ganhou ênfase no ano de 1938, quando a política expansionista de Hitler foi finalmente posta em prática.

Ao olhar para os resultados eleitorais da votação para o parlamento em 1929, quando os nazistas ainda eram apenas um pequeno partido sem expressão no parlamento alemão, se verá que os partidos tchecos tinham expressiva predominância sob os alemães.

Tabela 2: Eleições Parlamentares 1929 Tchecoslováquia³⁵⁴

Colocação	Partido	Votos	Porcentagem de votos	Assentos
1	Partido Republicano de Agricultores e Camponeses	1.105.498	15%	46
2	Partido Social-Democrata Tchecoslovaco dos Trabalhadores	963.462	13%	39
3	Partido Nacional Socialista da Tchecoslováquia	767.328	10,4%	32
4	Partido Comunista da Tchecoslováquia	753.220	10,2%	30
6	Partido dos Trabalhadores Social-Democratas Alemães	506.761	6,9%	21
8	Coalizão Eleitoral Alemã	396.454	5,4%	16
13	Partido Nacional dos Trabalhadores Socialistas Alemães	204,110	2,8%	8
17	Partido de todo o povo alemão para a Boêmia, Morávia e Silésia	194.374	2,6%	0

Na tabela acima pode-se ver alguns dos partidos que disputaram as eleições parlamentares tchecas em 1929, o interessante é observar que o “partido alemão” mais votado foi o Partido dos Trabalhadores Social-Democratas Alemães, que é um partido de centro-esquerda, tendo conquistado apenas 6,9% do eleitorado. É interessante notar

³⁵⁴Fonte: Disponível em < <https://www.electoralgeography.com/new/en/countries/c/czech-republic/czechoslovakia-legislative-election-1929.html>>

também que até em regiões predominantemente habitada por “alemães étnicos”, os partidos tchecos venciam na corrida eleitoral. Na Boêmia, o partido mais votado foi o Partido Republicano dos Agricultores e Camponeses, obtendo 524.578 contra os 387.060 de votos do Partido dos Trabalhadores Social-Democratas Alemães que foi o partido alemão mais votado. Já na Morávia e Silésia, o partido mais votado foi o Partido Social-Democrata Checoslovaco dos Trabalhadores Partido Popular da Tchecoslováquia, ficando com 321.936 votos. Em 6 lugar, ficou Partido Social Popular Cristão Alemão e Partido Comercial Alemão com 126.121 votos.³⁵⁵

Entretanto, essa situação começaria a se alterar no começo da década de 1930. Segundo Evans, dois fatores trouxeram instabilidade para a relação dos *Volksdeutschen* com o governo local: o primeiro deles foi a crise econômica que afetara de forma mais drástica as pessoas de origem alemã. “Indústrias leves voltadas para o consumo, como de vidros e têxteis, fortemente concentradas nas zonas de língua alemã, entraram em colapso. Em 1933, os ‘alemães étnicos’ constituíam dois terços dos desempregados da república.”³⁵⁶ O outro fator, que também está relacionado com o momento de crise foi a ascensão do nazismo no país vizinho. Após os primeiros anos de regime, a Alemanha começava a recuperar a sua economia, em especial, graças aos investimentos nas indústrias armamentistas. O mesmo não ocorrera com a economia checa.

Esse cenário fez crescer o interesse dos “alemães étnicos” da região pelo Partido Alemão dos Sudetos, que havia sido criado em 1933, pelo professor Konrad Henlein. Nas eleições de maio de 1935, para a câmara de deputados, e para o senado,³⁵⁷ o partido foi o mais votado. Segundo Shirer, desde 1935, o partido recebia verbas do ministério do exterior em Berlim.

Tabela 3: Eleição para a Câmara dos Deputados na Tchecoslováquia, em 1935³⁵⁸

Partido	Votos	Porcentagem de votos	Assentos
Partido Alemão dos Sudetos (SDP)	1,249,534	15,2%	44

³⁵⁵Dados consultados no [electoralgeography](https://www.electoralgeography.com/new/en/countries/c/czech-republic/czechoslovakia-legislative-election-1929.html). Disponível em <https://www.electoralgeography.com/new/en/countries/c/czech-republic/czechoslovakia-legislative-election-1929.html>. Acesso em Mar. 2019.

³⁵⁶EVANS, 2012, Op. Cit., p.711

³⁵⁷Todos os cidadãos acima de 21 anos poderiam votar para câmara, e acima de 26 anos para o senado. A eleição era obrigatória, para todos que obtivessem idade mínima, sem qualquer critério de renda ou gênero.

³⁵⁸Fonte: <<https://www.electoralgeography.com/new/en/countries/c/czech-republic/czechoslovakia-legislative-election-1935.html>>

Partido Republicano de Agricultores e Camponeses	1,176,628	14,3%	45
Partido Social-Democrata Checoslovaco dos Trabalhadores	1,032,773	12.5%	38
Partido Comunista da Tchecoslováquia	849,495	10.3%	30

A movimentação dos alemães nos Sudetos não passou despercebida pelo *Reich*. Em 12 de agosto de 1936, Hitler promoveu uma recepção na chancelaria para convidados estrangeiros. O encontro contou com importantes figuras ligadas aos governos inglês, italiano e iugoslavo,³⁵⁹ entre os convidados estava também Konrad Henlein, líder do Partido Alemão dos Sudetos (SDP). Contudo, não há qualquer registro de reunião entre o líder dos *Volksdeutschen* e o *Führer* nazista. De qualquer forma, nem a situação na Tchecoslováquia, com o “partido alemão” ganhando a maioria no congresso, nem o encontro de 12 de agosto, fez com que a região dos Sudetos e sua população ganhasse destaque nos discursos de Hitler nos primeiros anos de seu governo.

O caso dos Sudetos mostra que o interesse público de Hitler, o qual se observou através de seus discursos, em regiões habitadas por “alemães étnicos” não estava relacionado com as demandas dessa população. Ou seja, os movimentos internos desse grupo, que buscou manter uma representação política pautada na sua “origem alemã”, não foram suficientes para atrair a atenção dos discursos do chanceler nazista.

3.4.3 Tirol

Tal como em Danzig e nos Sudetos, os alemães do Tirol também se reuniram em um partido político, a fim de ter suas reivindicações atendidas. Tal como em outras regiões, o grupo étnico alemão no Tirol formou um partido para lutar politicamente por suas demandas. Em outubro de 1919, os dois partidos alemães da região, o Partido do Povo e o Partido Liberdade Alemã (*Deutschfreiheitliche*), se uniram e formaram a *Deutscher Verband*. Para as eleições para a câmara de deputados de 1921 formou-se uma Liga de eslavos e alemães em conjunto com outros partidos que representavam as minorias eslovenas. Nessa eleição, a Liga conseguiu angariar 88.648 votos ficando assim com as nove cadeiras que a região tinha direito na câmara de deputados, e entre os

³⁵⁹“Entre os convidados de renome estavam homens como Sir Robert Vansittard, conselheiro permanente do governo britânico em questões de política externa e especialista alemão; Ward Price, Conde Szembek e Conde Baillet-Latour; vários senhores britânicos, alguns ministros húngaros e iugoslavos e numerosos luminares italianos.”. DOMARUS, op. Cit., 1990, p.823.

senadores eleitos pela região, todos eram representantes do partido de origem alemã. Em 1924, o Partido Socialista Italiano (PSI) consegue angariar uma parte desses votos, mas a grande parte ainda vai para Liga.³⁶⁰

Esses representantes das minorias étnicas tentaram negociar com o governo italiano não só sobre a autonomia da região, mas também os termos em que se daria a integração. Contudo, Motta afirmou que “A divisão do Tirol italiano em duas províncias (Trento e Bolzano), a dimensão e a forma dos distritos eleitorais, as escolas e a toponímia eram outros obstáculos no caminho para a organização de um compromisso entre as duas partes.”³⁶¹

A situação se complicou cada vez mais com o surgimento do movimento fascista, que com suas demandas nacionalistas repudiou qualquer elemento não italiano. Segundo Motta, em regiões periféricas, como o Tirol Sul, com a atuação cada vez mais forte dos fascistas “a violência substituiu a política, a fim de resolver os problemas do país e de impor o domínio de Roma”.³⁶² Assim, a *Deutscher Verband* foi dissolvida pelos fascistas em 1926 junto com os demais partidos políticos.

Contudo, mesmo tratando-se de um território com maioria da população alemã, que era reprimida pelo novo governo ao qual estava submetido, nesse caso o italiano,³⁶³ território não é sequer mencionado por Hitler nos primeiros anos de governo, nos discursos que foram analisados.³⁶⁴ Abster-se de abordar a questão do tratamento arbitrário e ostensivo do governo italiano em relação aos alemães do Tirol não foi um descuido de Hitler. Essa estratégia estava diretamente ligada ao seu interesse com uma boa relação com Mussolini, não só pela proximidade ideológica, mas também para poder, no futuro, pôr em prática seus planos em relação ao território austríaco, até então protegidos pelo estado italiano. A ausência do Tirol nos discursos do *Führer* nazista foi muito importante para demonstrar que o tratamento a regiões e populações “eticamente” alemães não era igualitário.

³⁶⁰MOTTA, op. cit., 2012, p.77

³⁶¹MOTTA, op. cit., 2012, pp.78-79

³⁶²Os confrontos mais violentos começaram de fato em 1920. O primeiro durante um feriado italiano, os alemães da região protestaram, com atitudes “anti-italianas” – “nenhuma bandeira italiana foi exposta - e terminou com algumas prisões entre nacionalistas alemães.” Mas o confronto mais violento ocorreu no dia 28 de fevereiro, “um grupo de alemães entrou em Salorno cantando o hino imperial austríaco e organizou uma reunião anti-italiana”, os alemães acabaram agredindo um oficial italiano. Após o conflito foi criado um “grupo parlamentar de vigilância para o Alto Adige, uma coalizão de nacionalistas e fascistas”. MOTTA, op. cit., 2012, p.79-80

³⁶³MOTTA, op. cit., 2012, pp.70-73.

³⁶⁴A região aparece referenciada pela primeira vez em 10 de março de 1938, ao se falar da “Operação Otto”, de invasão armada à Áustria

Pode-se perceber que os discursos de Hitler nos primeiros anos do seu governo tenderam a moderação, no sentido de reforçar a todo momento que um dos seus principais objetivos era a manutenção da paz na Europa. O tema da expansão territorial, fosse para obtenção de *Lebensraum* fosse a reanexação de territórios, os quais para ele eram “alemães”, apareceram em seus discursos, mas sempre fundado em uma base diplomática, na qual pôde-se ver uma postura muito mais defensiva do que ofensiva.

Mesmo em 1935, quando já se havia alternado alguns termos importantes do Tratado de Versalhes - assim como a questão do poderio bélico do exército alemão ou a saída da Alemanha da Liga das Nações, não houve demonstrações públicas que apontavam para sentido de reanexação de territórios “alemães”. Houve casos, como o do Memel, nos quais Hitler fala em revisão de fronteiras, mas pelo descumprimento do governo lituano de acordos internacionais. E mesmo nesse caso, não houve exigências pela reanexação da região ao *Reich*. Também observamos momentos, como ao falar da Áustria, na qual o *Führer* nazista reforçou a ideia de que a comunidade internacional não respeitava o princípio que supostamente defendia: a autodeterminação dos povos, mas de novo, não surgere-se qualquer ação armada contra essa situação.

Ao analisar os resultados obtidos nesse capítulo, em comparação com o capítulo anterior, fica claro que os temas abordados por Hitler sobre a questão territorial ainda foram os mesmos: a necessidade da obtenção de *Lebensraum* e o direito daqueles “alemães” que foram afastados da sua “pátria”. Contudo, os argumentos nos quais se fundavam seu discurso mudaram drasticamente. O direito alemão de obter um território maior não era mais justificado pela superioridade racial do seu povo, mas sim pela necessidade de equiparar os direitos das nações, e só assim haveria justiça, conseqüentemente paz. E o direito da reitegração da população “étnica alemã” se pauta na máxima da autodeterminação dos povos, defendida pelas potências ocidentais.

Não se pode, contudo, dizer que essa aparente moderação do discurso de Hitler representa uma mudança nos projetos políticos pensados por ele para o *Reich*. É importante nunca perder de vista que este trabalho se pauta em materiais, em especial discursos, que em sua maioria eram públicos, ou seja, aquilo que Hitler dizia para que todos os ouvissem. Por isso, nunca poderá aqui afirmar uma mudança nos seus objetivos, apenas nas estratégias políticas do *Führer*.

Capítulo Quatro- Os projetos expansionistas são postos em prática: Os *Volksdeutschen* no centro da política do *Reich*

Ao analisar os discursos de Hitler, a partir de 1925, focando na política externa no que tange a anexação de territórios e população “racialmente alemães”, tem-se 1938 como um ano em que projetos que dizem respeito à ação do governo em relação aos *Volksdeutschen* são postos em prática, como a anexação da Áustria e dos Sudetos. E depois, em 1939, a retomada de Dazig com a invasão à Polônia, evento que marca o começo da Segunda Guerra Mundial.

Assim serão trabalhados momentos muito importantes no que diz respeito à questão dos *Volksdeutschen*: as anexações territoriais de 1938 a 39 justificadas com base na reincorporação populacional. Será analisada a base dos discursos de Hitler sobre a (re)incorporação desses territórios, e até que ponto essa população é acionada para justificar o projeto expansionista nazista.

Contudo, iniciaremos esse capítulo não em 1938, mas a partir de 1936, visto que este é um momento chave para do aumento da tensão entre os países da Europa, pois marca, na política externa alemão descumprimento de termos de Tratados Internacionais, como de Versalhes e posteriormente o Pacto de Lucarno, que em alguma medida deixaram o país cada vez mais próximo da Guerra. Além disso, acredita-se que os discursos de Hitler sobre alguns temas da política externa assumem, a partir de 1936, um caráter mais urgente.

4.1- As reivindicações pelo *Lebensraum*

No ano de 1936, o tema da necessidade de ampliar o “espaço vital” alemão apareceu com mais ênfase na fala do líder nazista. Em seu discurso no dia do trabalho, ele falou sobre a questão em um tom mais incisivo do que fizera até então desde que assumiu o cargo de chanceler.

a natureza não tem sido muito gentil conosco alemães aqui na terra. Um grande Volk, um Volk infinitamente competente, um Volk industrioso, um Volk que tem vontade de viver e o direito de fazer exigências à vida, está vivendo em um espaço muito apertado e confinado para possivelmente fornecer tudo o que precisa, mesmo com a maior diligência.³⁶⁵

³⁶⁵HITLER, A., [01 de Mai. 1937], Discurso proferido na sessão de cerimônia da Câmara de Cultura do *Reich*, na Casa da Ópera Alemã em Berlim, e transmitido pelo rádio. Pp. 891-893, In: DOMARUS, Op. Cit., p.892

Uma das bases que permeia o discurso de Hitler sobre o tema da necessidade da conquista de *Lebensraum* foi o “direito à vida”. Esse direito é, na verdade, o direito do povo de crescer. Para isso ele precisaria de território não só para sua expansão, mas para que pudesse produzir provisões necessárias para se manter. Em um discurso em novembro de 37, ele afirma que o *Lebensraum* do povo alemão “é confinado demais” e que “o mundo está tentando evitar lidar com esses problemas e responder a essas perguntas. Mas não terá sucesso!”, pois, “um dia o mundo será forçado a levar em consideração nossas demandas”. Essa demanda é de que “o direito vital do *Volk* alemão também seja um dia entendido pelo mundo inteiro!”³⁶⁶

Evans sugere que as preocupações de Hitler sobre a dependência externa de gêneros alimentícios e o incentivo industrial e produção de “combustível, assim como a borracha sintética, gorduras artificiais, ferro, substitutos para o metal” eram motivados pela guerra que já planejava declarar.³⁶⁷ Independentemente se os planos econômicos levados a cabo a partir do “Plano de quatro anos”³⁶⁸ eram preparativos para um conflito futuro. O que se pode observar é que, além da retomada de população e a expansão do espaço vital para o crescimento do povo, as anexações territoriais que seriam postas em prática dois anos depois tinham uma importância na economia alemã que se via carente de recursos materiais e humanos para continuar crescendo.

Kitchen é um dos autores que chama atenção para o caráter econômico das anexações, ao comentar o *Anschluss* com a Áustria. O autor afirma que a anexação com o país vizinho tinha um caráter ideológico, que já era descrito desde o *Mein Kampf*. Contudo, não se pode ignorar, segundo ele, os interesses de outras lideranças do partido, como Hermann Göring responsável pela elaboração do “plano de quatro anos”, ao tomar

³⁶⁶HITLER, A., [21 de Nov. 1937], Discurso proferido no décimo quinto aniversário do Ortsgruppe do Partido, em Augsburg, pp., 977-978, In: DOMARUS, Op. Cit., p.978

³⁶⁷EVANS, 2012, op. cit., p.390

³⁶⁸Desde que assumiu o poder, Hitler buscou resolver a crise econômica com investimento público, em especial na esfera militar. Esses investimentos se mostraram eficazes para amenizar problemas mais imediatos, como o desemprego. O aumento da demanda foi tamanho, que as empresas começaram a sofrer com a falta de mão de obra. Além disso, esse crescimento ajudou a intensificar um problema que o país já enfrentava, a insuficiência de matérias primas em seu território. Agravando mais a situação, os preços dos insumos usados pelas indústrias bélicas subiram no mercado internacional, em consequência da corrida armamentista dos demais Estados, em resposta ao veloz rearmamento alemão. Com a expectativa de sanar essa questão, Hitler lançou na reunião anual do partido 1936, o projeto econômico ao qual deu o nome de “Plano de quatro anos”. Este tinha como objetivo “tornar a Alemanha autossuficiente em matérias-primas e produtos industriais”. Com o plano, o governo assumiu uma postura de maior controle econômico, interferindo diretamente em salários, aluguéis, créditos, taxa de juros, e obrigando as empresas a aumentarem seus investimentos em fábricas e títulos do governo. Ver STACKELBERG, 2002, p. cit. Pp., 171-173 e BARANOWSKI, Op. Cit., p. 229-230

posse dos depósitos de minério, reservas de capital estrangeiro e da mão de obra que possuía o estado austríaco.³⁶⁹

O tema do *Lebensraum* apareceu ainda mais destacado quando Hitler decidiu agir e pôr em prática um desejo militar antigo: rearmar a região fronteiriça da Renânia. Vale lembrar que a região fora obrigada, pelo Tratado de Versalhes e mais tarde pelo Pacto de Lucarno,³⁷⁰ a ser desmilitarizada.

As reivindicações de Hitler para justificar o rearmamento dessa região, que era parte de sua fronteira ocidental, tinham dois argumentos centrais: o primeiro era a denúncia de que ao fazer um pacto de ajuda militar mútua com a URSS, a França estaria “abrindo as portas” para o comunismo soviético e assim colocando em risco a segurança da Europa. E o segundo, reforçado até aqui, era o rearmamento como uma forma de defesa, e não ataque. Assim, mais uma vez Hitler tenta manter a tônica pacifista do seu discurso.³⁷¹

Sobre a relação entre França e URSS, para ele, representava uma clara ruptura do Pacto de Lucarno. Ainda com um tom muito consciente, o ditador utilizou outros argumentos, que em certa medida, eram os mesmos para todas as suas reivindicações revisionistas até então, a necessidade de garantir ao povo alemão as condições mínimas para uma “vida digna”, com território para crescer e se desenvolver.

Aqui temos sessenta e sete milhões de pessoas vivendo em uma área muito limitada e apenas parcialmente fértil. Isso significa aproximadamente 136 pessoas por quilômetro quadrado. Essas pessoas não são menos diligentes do que outros povos europeus; eles não são menos exigentes; eles não são menos inteligentes e não têm menos

³⁶⁹KITCHEN, 2009, op. cit. p. 309.

³⁷⁰O Pacto de Lucarno foi um acordo entre a Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha e a Itália assinado em 16 de outubro de 1925, na cidade homônima na Suíça. Seu principal objetivo, que consta já no primeiro artigo de seu texto, era a preservação das fronteiras alemães-belgas e alemães-francesas, as quais foram estipuladas no Tratado de Versalhes. Além de reforçar a obrigatoriedade de desmilitarização das regiões já designadas anteriormente. Ou seja, a proibição à Alemanha de possuir tropas ou construções fortificadas na região fronteiriça da Renânia. A Itália e a Grã-Bretanha se comprometiam a interferir caso a França, Alemanha ou Bélgica não respeitassem as fronteiras estipuladas. É importante ressaltar também que foi a partir do Tratado de Locarno, especificamente o último artigo, que a Alemanha garantiu acento permanente na Liga das Nações. Para mais informações ver: Carr, E. Op. Cit. P.88-92, e Título: Tratados de Locarno: Tratado entre Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha e Itália”. Documento na íntegra disponível em < <https://www.wdl.org/pt/item/11586/view/1/1/>>. Acesso em 05 de Mai. 2019.

³⁷¹Como apontou-se no início do capítulo, muitos autores discutem as intenções por trás do discurso “pacifista” de Hitler no começo do seu governo. Richard Evans vai defender a teoria de que Hitler buscava a Guerra desde antes de ascender a chancelaria, e manteve o mesmo objetivo durante todos os anos que permaneceu no poder. Como já se discutiu no capítulo um, não se colocou aqui a tarefa de explicar se a guerra era o objetivo da política externa de Hitler. Contudo, não se pode ignorar que os discursos que aqui classificamos genericamente como “pacifistas”, “moderado”, ou “diplomático”, são parte de um projeto que visava o fortalecimento da Alemanha, que só seria possível se o país fosse capaz de manter a paz com as demais potências europeias, que naquele período estavam bem mais fortes, militar e economicamente falando, do que a Alemanha. EVANS, 2012, op. Cit., p.655.

vontade de viver. Eles têm tão pouco desejo de se deixarem ser mortos heroicamente por alguma fantasia quanto, por exemplo, um francês ou um inglês.

Nem esses sessenta e sete milhões de alemães são mais covardes; e de modo algum têm menos honra do que os membros das outras nações europeias.

[...]A questão alemã também significa que se está tentando, por meio de um sistema de ações irracionais, medidas e incentivos cheios de ódio, tornar ainda mais difícil a já difícil batalha para afirmar o direito de viver, e torná-lo mais difícil, não só artificialmente, mas perversa e absurdamente. [...] E a segunda questão alemã é a seguinte: porque, como resultado das circunstâncias e condições gerais extremamente infelizes, a luta econômica vital do Volk alemão é muito árdua – ao passo que a inteligência, a diligência e, portanto, o padrão natural de vida é em contraste, muito alto - um esforço extraordinário de todas as nossas energias é necessário para dominar essa primeira questão alemã. No entanto, isso só pode ser realizado se este Volk gozar de um sentimento de segurança política no sentido externo.³⁷²

Nesse discurso, como em muitos outros, Hitler reforçou a ideia de que habitar um território tão pequeno é um calvário para um povo tão grande, o qual possuía muita vontade de trabalhar, crescer e se expandir. De qualquer forma, a reivindicação nesse momento ainda não era de expansão territorial, mas sim de garantir a “segurança política” externa. Mesmo afirmando que a Alemanha está sendo injustiçada. Hitler insistia na ideia de que o povo alemão acreditava que a solução deveria ser pacífica. O ditador afirmava que buscava apenas igualar a balança internacional.

Como pode-se ver, Hitler ainda não estava pondo em prática projetos que visavam anexações territoriais, contudo, tanto o rearmamento, quanto a remilitarização da Renânia são claros demonstrativos de que o ditador alemão estava começando a levar a diante importantes elementos de revisão dos tratados internacionais. Essas revisões, inclusive, seriam fulcrais para os embates no campo da política externa que começaram com o *Anschluss* austríaco. Observa-se também que além do pragmatismo ideológico, sobre o “espaço vital” para o crescimento do povo, a anexação territorial também possuía questões práticas de caráter econômico.

Já sobre a tônica pacifista dos discursos dos primeiros anos de governo, a todo momento, mesmo tecendo críticas a tratados, e neste momento ao descumprir esses, o *Führer* faz questão de constantemente de reafirmar que não intenciona a guerra. Enfatiza-se isso ao longo deste trabalho, não para debater se Hitler tinha ou não a guerra como fim de sua política externa, mas sim para demonstrar que a “mudança” daquilo que é dito por

³⁷²426HITLER, A. [07 de Mar. 1936], Discurso proferido no *Reichstag*, pp. 762-779, In: DOMARUS, Op. Cit., pp.762-764

ele, antes e depois da chegada ao poder, não foi necessariamente nos seus projetos de política, mas na forma em que os temas foram abordados.

Claro que houve questões nas quais percebeu-se, após a chegada na chancelaria, uma negação daquilo que foi dito antes, no *Mein Kampf*. Como nas situações em que Hitler afirmava que não buscava revisões de fronteiras, quando se viu que esse tema foi recorrente em seu livro. Mesmo assim, isso não significa que houve por parte do ditador alemão uma mudança real daquilo que era almejado por ele, mas com certeza, as demandas políticas do cargo que agora ocupava exigiam um discurso mais brando. Ou seja, sugere-se que sobre alguns temas, se a política não se sobrepunha à ideologia, ela de alguma forma a podava.

4.2-*Anschluss*

O tema das anexações territoriais, além de causar tensão internacional pela quebra de Tratados e violação da soberania dos Estados encontrava dentro do próprio governo do *Reich* barreiras a sua execução. Um dos obstáculos era um grupo de importantes líderes militares de alta patente, os quais eram contrários a movimentos que pudessem provocar a guerra. Entre eles estavam o marechal Werner von Blomberg, ministro da guerra, Konstantin von Neurath, ministro das relações exteriores, Werner von Fritsch, comandante chefe do Exército, e general Ludwig Beck, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Todos eles acreditavam que a Alemanha tinha forças para anexar a Áustria e invadir a Tchecoslováquia, mas temiam que essas ações não seriam aceitas pelas potências ocidentais e isso deflagraria uma guerra, a qual o país ainda não estava pronto para lutar.

Entretanto, o jogo estava prestes a virar em prol dos interesses do *Führer*. Escândalos em suas vidas pessoais acabaram com a carreira política de duas importantes figuras entre esses opositores, Blomberg e Werner.³⁷³ O desligamento de dois oficiais de alto escalão deu início a uma série de exonerações e deslocamentos nas forças armadas. Os alvos eram aqueles que eram “conhecidos pela fraqueza em relação ao nacional-socialismo.”³⁷⁴ Entretanto, não foi só o comando militar que sofreu mudanças, nos ministérios houve também importantes trocas, como no caso do ministério do exterior,

³⁷³O marechal de campo von Blomberg casou-se com uma prostituta, casamento o qual o próprio Hitler foi padrinho, antes de tomar conhecimento do passado da jovem. Dada a situação constrangedora, Blomberg foi forçado a renunciar. O mesmo destino teve o ministro das relações exteriores, Werner von Fritsch, que foi acusado de homossexualidade. Mesmo após ser absolvido por um tribunal militar, ainda foi obrigado a se afastar.

³⁷⁴EVANS, 2012. op. cit. P.685

no qual Hitler nomeou um homem de sua confiança para assumir o cargo, Joachim von Ribbentrop.³⁷⁵ Essa foi uma substituição muito importante para pôr em prática os planos de política externa do *Führer*.

Foi o novo ministro das relações exteriores quem convenceu Hitler que as potências ocidentais, em especial a Inglaterra, podiam até ser hostis à expansão territorial alemã, mas não declarariam uma guerra para impedi-la.³⁷⁶ Assim, Hitler voltou novamente sua atenção para seu país natal: a Áustria.

Nos anos finais da década de 1930, a situação do governo austríaco era problemática, diferente do seu vizinho alemão. A crise econômica estava longe de ser solucionada. Após a depressão seguiram-se “anos de pobreza excruciante e desemprego”, o que deixou grande parte da população “desiludida com o governo” e os faziam questionar se a pequena República que se formara no pós-guerra seria realmente “economicamente viável por si só.”³⁷⁷

O líder austríaco temia por uma nova tentativa de golpe nacional-socialista à soberania do país. O embaixador alemão na Áustria Franz Von Papen incentivou o chanceler austríaco a encontrar com Hitler. A reunião de Hitler e Schuschnigg aconteceu no dia 12 de fevereiro de 1938, em Obersalzberg.³⁷⁸

E uma coisa posso lhe dizer, Herr Schuschnigg - gritou Hitler -, estou firmemente decidido a pôr fim a tudo isso. O Reich alemão é uma

³⁷⁵Joachim von Ribbentrop nasceu em Wesel, em 1893, e, ao contrário do que o sobrenome sugere, não era de família nobre, mas sim, filho de comerciantes de classe média. O prefixo nobre de “von” foi adicionado ao conseguir através de uma manobra jurídica após ser “adotado” por um parente distante que havia sido cavaleiro. Sua boa posição social também não era de berço, mas sim fruto do seu casamento com uma herdeira em Berlim. Ingressou no NSDAP em maio de 32, onde não contou com muito prestígio entre muitos companheiros, contudo, impressionou justamente o *Führer* do partido. Em 1934, Ribbentrop foi enviado por Hitler, para um “tour por capitais estrangeiras”, como comissário para tratar da questão do rearmamento. Foi ele também o responsável em negociar em 1935 o acordo naval com a Grã-Bretanha, no ano seguinte foi escolhido como embaixador alemão na Inglaterra. Em 1938, após o rearranjo feito por Hitler no exército e na administração pública, Ribbentrop se tornou o Ministro de Negócios Estrangeiros do *Reich*. Em agosto de 1939, o ministro foi o signatário do acordo que ficou conhecido como “O Pacto Molotov–Ribbentrop”, assinado por ele, e o ministro das relações externas russas, Vyacheslav M. Molotov. O pacto acordava a não agressão entre as duas potências. Após a guerra, ele foi capturado pelo exército britânico e levado a julgamento no Tribunal de Nuremberg. Condenado, foi morto na forca em 16 de abril de 1946. Ver SNYDER, Louis Leo. *Encyclopedia of the Third Reich*. New York: McGraw-Hill, 1976. pp.295-296

³⁷⁶STACKELBERG, 2012, op. cit., p.238

³⁷⁷EVANS, 2012, Op. Cit., p.689

³⁷⁸Segundo Evans, com objetivo de “intimidar o ditador austríaco, Hitler fez arranjos para que figuras importantes dos militares alemães estivessem presentes em seu retiro na montanha, inclusive o comandante da Legião Condor na Espanha, Hugo Sperrle. Hitler já estava plenamente informado sobre a posição de Schuschnigg por Seyss-Inquart. Sem lhe dar chance de apresentar seus argumentos, Hitler deslançou em uma diátribe violenta.” EVANS, op. cit., 2012, p.689

grande potência, e ninguém pode ou vai tentar interferir quando coloca as coisas em ordem em suas fronteiras.³⁷⁹

Nessa situação, Schuschnigg não teve outra saída senão concordar com seguintes as exigências de Hitler:

legalização do Movimento Nacional Socialista na Áustria,[...]; anistia para todos os nacional-socialistas detidos; aceitação de um segundo membro nacional-socialista no gabinete austríaco, Arthur Seyss-Inquart, que também seria nomeado ministro do interior; e, finalmente, a manutenção de estreitos laços econômicos e militares com a Alemanha.³⁸⁰

Arthur Seyss-Inquart era uma figura controversa no movimento nacional-socialista austríaco. Segundo Stackelberg, o novo ministro gozou de controle total da polícia e segurança interna. Se para Schuschnigg essa medida era uma forma de apaziguar as tensas relações austro-germânicas, para a liderança nazista era só uma possibilidade de conquistar a autonomia do Estado austríaco.

Em um discurso realizado no dia 25 de março de 1938, Hitler descrevera a reunião com o chanceler austríaco da seguinte forma:

No decorrer desse inverno, houve muitos sinais que me levaram a acreditar que, a longo prazo, essa situação tornou-se insustentável e havia apenas duas possibilidades: um acordo estruturado ou um surto não estruturado de revolução. Eu queria evitar o último, e convidei este homem [Schuschnigg] a vir me ver apesar de que, para mim, ele não tinha nenhum mandato para representar esse território. Pedi-lhe que viesse a mim e, com toda a sinceridade, confrontei-o com a inevitável consequência de continuar a manter essa tirania [na Áustria].

Eu disse a ele: “Herr Schuschnigg, você está oprimindo um país! Você não tem o direito de fazer isso! Este país é minha terra natal também, tanto quanto é seu! Quem você acha que é para continuar violando este país? [...]eu o avisei para buscar uma maneira pacífica de diminuir a tensão, porque do contrário ninguém poderia garantir que a alma torturada do povo não gritasse. E havia uma coisa sobre a qual não podia deixar dúvidas: não mais tiros serão disparados contra os Volksgenossen alemães nas fronteiras alemãs!”³⁸¹

³⁷⁹HITLER, A. [12 de Fev. 1938], Encontro com o chanceler austríaco Kurt Schuschnigg, em Berghof. In: DOMARUS, op. cit., p.1014

³⁸⁰DOMAURS, op. cit., 1990, pp.1015-1016

³⁸¹HITLER, A. [25 de Mar. 1938], Discurso em Königsberg, In: DOMARUS, op. cit., p.1015. É interessante contrastar a fala de Hitler com a nota oficial sobre o encontro que tem o seguinte texto: “No sábado, o chanceler federal austríaco, Dr. Von Schuschnigg, visitou o Führer e o chanceler do *Reich*, que o convidaram para o bersalzberg. O Dr. Schuschnigg viajou para lá, acompanhado pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros austríaco, Dr. Guido Schmidt, e pelo embaixador alemão von Papen. Eles se encontraram na presença do ministro do Exterior do *Reich* alemão, Ribbentrop. Esse encontro não oficial satisfaz um desejo mútuo de discutir francamente todas as questões relativas à relação entre o *Reich* alemão e a Áustria.” Ver: DOMARUS, Op. Cit., p.1016

Mais uma vez, Hitler buscava a imagem de um estadista que se empenhava de todas as formas possíveis para evitar tensões. Nesse caso, justificou seu suposto “espírito pacifista” no pressuposto de que um conflito entre os dois países, seria uma guerra entre o mesmo povo. O argumento que se manteve constante desde os primeiros discursos, datados em 1925, estava ancorado em uma visão anterior ao próprio autor: de que *Volk* se define pelo sangue. Desse modo, na Áustria, a grande maioria da população pertenceria ao *Volk* alemão. Assim sendo, ele como o líder desse “povo” estava também incumbido de proteger o estado austríaco.

Ainda que defendesse a paz nesses primeiros meses de 38, Hitler já fazia previsões que poderiam levar a crer que ele se preparava para o confronto. Em seu discurso do dia 20 de fevereiro, percebe-se um tom muito mais duro:

E, acima de tudo, sabemos que as tarefas do futuro exigirão uma consolidação mais forte do poder político e militar do Reich do que talvez fosse necessário no passado. Portanto, minha decisão, após a aposentadoria do Marechal von Blomberg, exercer meu poder de comando sobre os três ramos da Wehrmacht em primeira mão e colocar o Escritório da Wehrmacht, como o Comando Mais Alto da Wehrmacht, sob meu controle pessoal, é um dos que espero que nos permita alcançar o mais curto espaço de tempo, o reforço de nosso instrumento militar de poder que as circunstâncias gerais de nosso tempo indicam ser aconselhável hoje.³⁸²

Sobre as “tarefas futuras” que exigiriam a “consolidação mais forte do poder militar”, não se pode afirmar se fazia referência aos planos mais imediatos de anexação austríaca ou ao projeto maior de expansão para Leste. De qualquer forma, a primeira grande empreitada militar se aproximava. Mesmo dando ao chanceler austríaco um tempo para que pudesse conseguir do seu presidente a concessão de todas as demandas impostas a ele pela Alemanha, Hitler dava ordens a seus generais para que executassem ações militares a fim de pressionar o governo austríaco.³⁸³

Schuschnigg procurava uma saída para essa situação. Foi em um discurso, em Innsbruck, em 09 de março que anunciou seu plano de realizar um plebiscito no dia 13 do mesmo mês. Nele, os eleitores deveriam decidir se concordavam com “uma Áustria livre e germânica, independente e social, cristã e unida; de liberdade e trabalho e da igualdade de todos que se declaram pelo povo e pela pátria”.³⁸⁴ Mas, como se verá mais a diante, o pleito não se concretizou.

³⁸²DOMARUS, Op. Cit., p.1025

³⁸³SHIRER, Op. Cit., p.442

³⁸⁴EVANS, 2012, Op. Cit, p.690

Claramente o estadista austríaco subestimou o apoio que o *Anschluss* tinha entre a população. Evans aponta que o tema da reintegração à Alemanha estava nas propostas de todos os partidos austríacos, pelo menos até 33. Com a ascensão dos nazistas, os socialistas tiraram essa proposta de seus programas, mas esses mesmos socialistas não apoiavam de forma alguma o chanceler austríaco, que os reprimira violentamente em 1934. Ainda de acordo com Evans, para muitos na Áustria, “juntando-se ao Terceiro *Reich* estariam apenas abandonando uma ditadura malsucedida por uma bem-sucedida.”³⁸⁵

Sobre o plebiscito, Schuschnigg já havia sido advertido por Mussolini que não era uma boa estratégia para manter o controle do Estado. Em 16 de março de 1938, perante à câmara dos deputados em Roma, o líder fascista declarou:

Ao meio-dia de 7 de março, um dos confidentes de Schuschnigg pediu minha opinião sobre o plebiscito planejado. De uma maneira a não se enganar, eu lhe disse que achava um passo errado. Provaria ser uma medida contraproducente ... Nestes dias, testemunhámos o grande desejo do povo austríaco por um *Anschluss*. Não foi nada mais e nada menos que uma revolução e nós, na Itália, somos os primeiros a reconhecer isso.³⁸⁶

Após a jogada de Schuschnigg, Hitler deu a ordem para prosseguir com a intervenção militar. Pouco antes de efetivamente partir para ação contra o governo austríaco, Hitler ainda tinha dúvidas em relação à postura que assumiria Mussolini. Desse modo, achou prudente redigir uma carta ao ditador italiano, na qual justificava suas ações, lembrava da sua fidelidade a empreitada do *Duce* no passado, e mais importante, reafirmava que não possuía interesse em revisar as fronteiras ítalo-austríacas. Esse tema apareceu no terceiro ponto de sua carta:

Seja qual for o resultado final dos próximos eventos, tracei uma linha clara delineando a fronteira com a França e agora estou fazendo o mesmo ao longo da fronteira com a Itália. A fronteira é o Brenner. Esta decisão não deve ser duvidada nem contestada. Não cheguei a essa decisão em 1938, mas imediatamente após a Guerra Mundial, e nunca fiz segredo disso.³⁸⁷

Os demais países europeus assistiram a toda essa manobra sem ensaiarem qualquer reação. A França enfrentava um período de vacância de poder, após a renúncia do seu primeiro-ministro Camille Chautemps. Quanto a Inglaterra, o ministro das relações exteriores do *Reich*, Ribbentrop, assegurou a Hitler, antes da ação, que o país nada faria

³⁸⁵EVANS, 2012, Op. Cit, p.689

³⁸⁶Martinelli, 1964 apud, Domarus,

³⁸⁷HITLER, A. [11 de Mar. 1938], Carta de Hitler para Mussolini, pp. 1043-1044, *In*: DOMARUS, op. cit., p.1044

para defender a independência austríaca.³⁸⁸ De qualquer forma, alertado que a Áustria recebera um ultimato alemão antes da invasão, o embaixador inglês em Berlim foi instruído a dizer que se confirmada a notícia, “o governo de Sua Majestade sentia-se no dever de formular um protesto nos termos mais enérgicos”.³⁸⁹ O que na prática não significou uma ação real. A Tchecoslováquia, Göring certificou-se de reportar pessoalmente as notícias ao ministro checo em Berlim, Dr. Vojtech Mastny, e assegurar-lhe que não havia com o que se preocupar, que as questões entre alemães e austríaco eram “assuntos internos” e não havia qualquer interesse do *Reich* em investir contra a Tchecoslováquia. O que pouco depois se mostraria uma inverdade.

Em 12 de março, às 08:00 da manhã, “foi oficialmente relatado” que as unidades alemãs “atravessaram a fronteira da Áustria para uma ‘visita de boa vontade.’” O general Schilhawsky, que havia sido promovido pelo chanceler austríaco ao comando do exército um dia antes, tinha a missão de “‘dar as boas-vindas sinceras’ aos seus camaradas alemães”. A chegada das tropas alemãs ao território austríaco ocorreu sem que sequer um tiro fosse disparado. Evans aponta que, “ao avançar em veículos e marchar lentamente rumo às principais cidades da Áustria ao longo da manhã, as tropas alemãs foram saudadas por multidões enlevadas gritando Heil! e jogando flores a seus pés.” Em ordens complementares sobre a invasão, emitidas por Alfred Jodl, oficial alemão da alta cúpula militar, este declara:

1. Se tropas tchecoslovacas ou unidades de milícias forem encontradas na Áustria, deverão ser consideradas hostis.
2. Os italianos, onde quer que se encontrem, devem ser tratados como amigos, especialmente quando Mussolini declarou-se desinteressado da solução da questão austríaca.³⁹⁰

Percebe-se pelas ordens expressas acima que estavam claros os interesses nazistas em relação à quais relações deviam ser preservadas e quais não.

Ao meio dia, do dia 12, Göring transmitiu nas rádios alemãs e austríacas a proclamação de Hitler. O discurso argumentava que era inaceitável, que o governo alemão continuasse a presenciar a “repressão e o terror” feito pelo governo austríaco, sobre “seis milhões de pessoas de nossa própria linhagem”. Segundo ele, o povo alemão na Áustria sempre desejou regressar à pátria mãe, mas foram impedidos. Após a chegada do seu partido ao poder, o desejo desses alemães austríacos só cresceu, e com ele também

³⁸⁸ SHIRER, 2008, op. cit., p.459

³⁸⁹ SHIRER, 2008, op. cit., p.460

³⁹⁰ SHIRER, *Ibidem*, p.448

a repressão do governo de Schuschnigg, que segundo Hitler, utilizava contra esse grupo “instrumentos absolutamente brutais do terror e da punição e destruição física e econômica.” Hitler afirmava ainda que tentou, com o acordo assinado em 1936, uma conciliação com o chanceler austríaco a fim de aliviar o sofrimento dos *Volksgenossen*, que mesmo sendo maioria, eram oprimidos. Mas segundo ele, o acordo “foi assinado apenas para ser violado no minuto seguinte.” Os nacional-socialistas apontavam ainda o referendo que estava sendo organizado nos bastidores por Schuschnigg como uma farsa, uma vez que não havia “como verificar a elegibilidade de um eleitor. Não havia obrigação quanto à confidencialidade da cédula, não havia garantia para a conduta imparcial da eleição, não há supervisão quando as cédulas são contadas, etc.” Desse modo, o *Führer* afirmou que o próprio povo alemão da Áustria se rebelou contra, o que ele chamou de “eleição fraudulenta”. Ainda segundo ele, foi para evitar uma guerra civil que o governo do *Reich* decidiu intervir.³⁹¹ Ao fim, afirmou que haveria um plebiscito, no qual o povo austríaco poderá “moldar seu futuro.”

A partir de agora, o Reich alemão, [...], não tolerará mais que os alemães sejam perseguidos neste território por causa de sua afiliação com nossa nação ou de seu apoio aberto a certas ideias. O Reich quer paz e ordem. Decidi, portanto, colocar a assistência do Reich à disposição dos milhões de alemães na Áustria.³⁹²

No dia seguinte, em uma entrevista concedida a ao jornalista inglês George Ward Price, Hitler voltou a insistir nesse argumento: de que seu ato militar foi na verdade uma jogada pela paz.

Eu coloquei um fim nisso. Eu fui ainda mais longe. Impedi a maioria de se vingar de seus opressores. Espero que o mundo entenda que o que realizei aqui é uma obra de paz. Se eu não tivesse intervindo e o governo Schuschnigg tivesse tentado conduzir seu falso referendo, uma revolução sangrenta teria ocorrido aqui. A Áustria poderia então ter se tornado facilmente uma segunda Espanha no coração da Europa.³⁹³

Outra importante questão que é levantada nessa entrevista é o cuidado de Hitler ao falar da Polônia. O ditador reconheceu que a Polônia- “um país com trinta e três milhões de habitantes - precisa de uma saída para o mar.” Mas, não deixou de registrar que era “amargo [...] que este acesso ao mar seja criado à custa de um corredor através do território alemão”. Mesmo assim, segundo ele, as duas nações tinham em seus

³⁹¹HILTER, A. [12 de Mar. 1938], Pronunciamento de Hitler lido por Göring para as estações de rádio, pp. 1048-1049, In: DOMARUS, op. cit., pp.1046-1048

³⁹²HILTER, A. [12 de Mar. 1938], Pronunciamento de Hitler lido por Göring para as estações de rádio, pp. 1048-1049, In: DOMARUS, op. cit., p.1049

³⁹³HITLER, A. [12 de Mar. 1938] Entrevista concedida por Hitler ao jornalista britânico Ward Price para o *Daily Mail*, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1051

territórios grupos étnicos uma da outra, e se um conflito entre elas eclodisse, essas minorias sofreriam. Deste modo, as diferenças entre os dois Estados deveriam se resolver por meio de tratados. Até porque, tendo como exemplo o que acabara de acontecer na Áustria, ficava claro “como é insensato oprimir suas minorias nacionais”.³⁹⁴

No dia seguinte, em 13 de março de 1938, “a anexação da Áustria ao *Reich* alemão era um fato consumado.” Hitler então convocou uma nova eleição para o *Reichstag*. Para consultar a população sobre a anexação. Ele marcou um plebiscito para o dia 10 de abril, tal como tinha feito Schuschnigg, mas dessa vez seria feito sob o comando dos nazistas, o que não o tornava mais imparcial, apenas parcial para os interesses alemães.

No plebiscito, a população tinha que dizer se concordava sim (*Ja*) ou não (*Nein*), com a anexação. A cédula de votação, reproduzida abaixo, trazia a seguinte questão: “Você está de acordo com a reunificação da Áustria com o *Reich* alemão que aconteceu no dia 13 de março de 1938 e vota na lista do nosso líder Adolf Hitler”

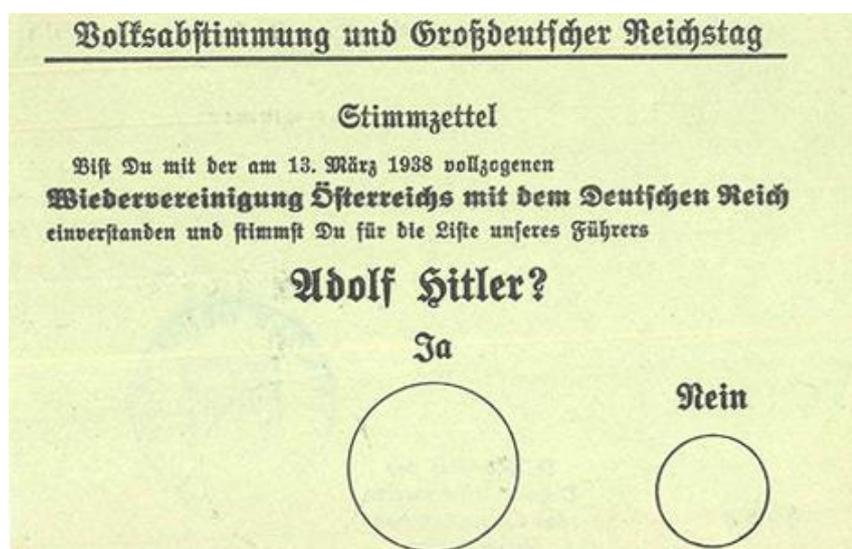


Figura 4: Cédula de votação do plebiscito sobre o *Anschluss* na Áustria³⁹⁵

A forte máquina de propaganda nazista trabalhou a todo vapor para garantir resultados favoráveis no pleito que foi marcado para 10 de abril. Cartazes nazistas com slogans, a suástica e o rosto de Hitler foram espalhados pela cidade, sempre acompanhados do “sim” que era a opção que deveria ser escolhido por todos na votação.

³⁹⁴HITLER, A, [12 de Mar. 1938] Entrevista concedida por Hitler ao jornalista britânico Ward Price para o *Daily Mail*, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1052

³⁹⁵Fonte: Disponível em <<https://science.orf.at/stories/2906033/>>. Acesso em Mar. De 2019



Figura5: Pôster "Ein Volk, ein Reich, ein Führer". Ao lado, pôster "Ja"³⁹⁶



Figura 6: Cartaz "Großdeutschland ...Ja"³⁹⁷

Na primeira imagem, se vê dois pôsteres colocados em uma luminária de rua, no primeiro a frase “Ein Reich, ein Volk, ein Führer” (Um povo, um Reich, um líder), um importante slogan propagandista nazista, e ao lado, um pôster com o dizer “Já” (sim), tal como deveria ser marcado na cédula, no dia da eleição. Na segunda, se vê a figura de vários braços estendidos na posição de saudação, usada entre os apoiadores do partido e que após 33, se tornou obrigatória na presença de Hitler. Nela, se lê “Großdeutschland... Ja” (Grande Alemanha... sim).

No segundo capítulo foi visto o projeto nacional de formação do Estado alemão que defendia fronteiras amplas que abrigassem a parte do Império Habsburgo, esse era chamado de *Großdeutschland*. Viu-se também que esse projeto se manteve vivo em muitos discursos da extrema direita, incluindo do NSDAP. Nesse momento, em que a anexação da Áustria ao *Reich* se tornou uma realidade, a propaganda nazista defendia que votar sim, era votar a favor da “grande Alemanha”.

As eleições de 10 de abril foram bem-sucedida para os Nacional-socialistas, e o *Anschluss*, pois contou com grande apoio popular. Discute-se, no entanto, em que medida

³⁹⁶Fonte: Disponível em <https://www.geschichtewiki.wien.gv.at/Volksabstimmung_zum_Anschluss> . Acesso em Mar. 2019.

³⁹⁷Fonte: Disponível em <<https://www.bytwerk.com/gpa/posters/ja4.jpg>>. Acesso em Mar. 2019.

muitos votos favoráveis à Hitler não foram motivados pelo medo à represárias, uma vez que a eleição estava sendo organizada pelos nazistas que propositalmente não garantiam que o voto seria secreto. Todas as manobras funcionaram: na Áustria o “sim” recebeu 99,73%, e na Alemanha alcançou 99,08%. Quanto ao comparecimento nas urnas, 99,71% dos austríacos votaram, e na vizinha Alemanha foram 99,59% do eleitorado. Após a votação, a Áustria (em alemão *Österreich*) deixou de existir e passou a se tornar um Gau (distrito) do *Reich*, e neste momento passou a se chamar *Ostmark*.³⁹⁸

Em 09 de abril de 1938, Hitler fez seu último discurso sobre a campanha eleitoral daquele ano e o tópico principal da sua fala foi o *Anschluss* com a Áustria. Esse fez questão de, mais uma vez, apontar os motivos que o levou a invadir o seu país natal, e os três principais são:

Primeiro de tudo, esta terra é uma terra alemã e seu povo é alemão! Aqui o Reich estabeleceu sua fronteira oriental. O povo do Reich se mudou para cá e, ao longo dos séculos, cumpriu seus deveres na fronteira oriental do Reich. Não só eles permaneceram alemães, eles se tornaram o que se poderia chamar de portadores do escudo para a Alemanha.³⁹⁹

Percebe-se aqui argumentos que são usados por ele há muitos anos, desde período em que escreveu o seu livro *Mein Kampf*. A ideia de que não houve distinção entre o povo na Áustria e na Alemanha, ambos eram do mesmo povo. No caso dos austríacos, esses são muito valorosos, pois se mantiveram leais ao *Reich*.

Em segundo lugar, esta terra não pode existir sem o Reich por qualquer período de tempo. O que são 84.000 quilômetros quadrados hoje? O que são seis milhões e meio de pessoas? Ninguém toma conhecimento deles. Aqui, também, a percepção se aplica que cada comunidade alemã por si só pode ser destruída facilmente, mas uma vez que todas as comunidades alemãs estejam unidas, elas são invencíveis. A realidade provou que esta terra e esses seis milhões e meio de pessoas não podem existir em reclusão. Este minúsculo país é incapaz de resolver os problemas de seus 300.000 desempregados e centenas de milhares de desapropriados. E isso prova que um país tão pequeno não é uma unidade viável.⁴⁰⁰

Nesse trecho, Hitler reforçou uma ideia que foi muito propagada na Áustria após a guerra: o país não tinha condições de se manter de forma autônoma, enquanto Estado-

³⁹⁸O termo, que significa marca oriental- marca assumindo um sentido de fronteira- foi usado em diversas passagens do livro de Hitler, *Mein Kampf*, para se referir ao território austríaco, fazendo alusão ao Império Romano- Germanico. Ver MURPHY, James, TRANSLATOR'S INTRODUCTION, *In: Mein Kampf*, Hilter, A, op. cit., pp, 09-13.

³⁹⁹HILTER, A., [09 de Abr. 1938], Discurso proferido por Hitler, em Viena, sobre a campanha eleitoral, pp.1087-1089, *In: DOMARUS*, op. cit., 1990, p.1087

⁴⁰⁰I HILTER, A., [09 de Abr. 1938], Discurso proferido por Hitler, em Viena, sobre a campanha eleitoral, pp.1087-1089, *In: DOMARUS*, op. cit., 1990, p.1088

nação, após o fim do Império Habsburgo.⁴⁰¹ Outro elemento importante que se pode observar nesse trecho é a máxima: “cada comunidade alemã por si só pode ser destruída facilmente, mas uma vez que todas as comunidades estejam unidas, elas são invencíveis”. Ele mais uma vez, de forma sutil, propagou a noção de que havia diversos territórios que são etnicamente alemães e estão fora das fronteiras do Estado, e esses enquanto separados, estariam em perigo. Mas, uma vez unidos em um só *Reich* são “invencíveis”.

Em terceiro lugar, este Volk nunca quis ser separado do Reich. No instante em que sua missão como líder dos povos do Reich tornou-se obsoleta, a voz de seu sangue se manifestou. Após o colapso de 1918, a Alemanha-Áustria desejou retornar ao Reich imediatamente. O mundo democrático impediu a Anschluss da Alemanha-Áustria. Agora o Volk se voltou contra esse mundo. À medida que a bandeira do nacional-socialismo crescia na Alemanha, as pessoas daqui também começaram a olhar cada vez mais para esse símbolo. Em seus corações, centenas de milhares de pessoas comprometeram-se secretamente. Depois veio o tempo em que este povo sofreu abuso nas mãos de um grupo que não podia reivindicar superioridade numérica nem supremacia moral para justificar sua posição de liderança.⁴⁰²

Este talvez seja um dos elementos chaves no que tange às anexações que tinham com estopim a questão do *Volksdeutschen*, o direito de autodeterminação. Esse que foi o principal ponto que justificou a criação de novos Estados-nações após a Primeira Guerra e se mostrou não ser universal. Ou seja, serviu para a criação de países como a Tchecoslováquia, mas foi vetada em relação à Áustria. Segundo Domarus, é por esse argumento que as pretensões de Hitler desse período foram toleradas internacionalmente.

Passados meses após a anexação, no congresso do partido em Nuremberg em setembro, respondendo a um jornal britânico que disse que Hitler buscava desesperadamente chegar a um acordo com outros países, e se não o conseguissem, nem iria conseguir pisar no congresso, ele afirmou:

Eu nunca tive essa intenção nem tenho agora. Eu passo diante de vocês hoje, meus antigos camaradas do Partido, sem nenhum pacto em mãos, mas eu lhes trago minha terra natal - os sete novos Gaus da Alemanha. É a Grande Alemanha que entra pela primeira vez nos holofotes aqui em Nuremberg. Quando as insígnias do Antigo Reich retornaram a esta velha cidade alemã, então o fizeram porque foram levadas de volta por seis milhões e meio de alemães que as acompanharam em espírito e cujo espírito as une hoje com todos os homens e mulheres do nosso Volk.

⁴⁰¹Cf. pp.69-72

⁴⁰²HILTER, A., [09 de Abr. 1938], Discurso proferido por Hitler, em Viena, sobre a campanha eleitoral, pp.1087-1089, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1088

[...] Deste dia em diante, para todos nós e para todas as gerações vindouras, este Reich dos alemães será para sempre conhecido como Grossdeutschland!⁴⁰³

O discurso acima foi realizado em 6 de setembro, em meio à crise dos sudetos, a qual será vista a diante. O que se pode destacar no trecho acima é que apenas alguns meses após o *Anschluss*, Hitler ainda parecia tentar, pelo menos para a comunidade internacional, adotar uma postura conciliadora. Mas, neste momento não mais o fazia. A anexação da Áustria, e da forma que ocorreu, deixou o regime nazistas muito mais fortalecido e aparentemente com menos interesse em se mostrar como pacifista. Internamente contava com o prestígio de ter trazido de volta ao *Reich* a antiga *Ostmark*, e com ela 6,5 de alemães. Outro ponto interessante de se destacar, é que com o *Anschluss* austríaco se concretizava a idade da “grande Alemanha”. Essa era um antigo ideal do nacionalismo da direita *völkisch* alemã, no qual o NSDAP era um grande representante. Mas até 1938, não houve qualquer menção nos documentos apresentados por Domarus ao termo *Grossdeutschland*, ou seja, mesmo sendo um conceito muito utilizado por Hitler antes da ascensão ao poder, a partir do crescimento do partido no cenário político, e dos primeiros anos de seu governo, não houve qualquer alusão em pôr em prática esse projeto político, até 1938.

4.3- Anexação dos Sudetos

Após o *Anschluss*, os ânimos nos Sudetos se agitaram. Até o momento, todas as soluções para a negociação entre os *Volksdeutschen* da região e o governo tcheco pareciam em aberto. Na contramão dos sentimentos exaltados, a mando do presidente tcheco, o chanceler do país abriu negociações com o Konrad Henlein, líder do Partido Sudeto Alemão. Após deliberações, o governo afirmou que o SDP abandonara o antigo caminho intransigente, que pôde eventualmente ter levado a complicações políticas, e adotado uma política de avanço gradual dos interesses alemães dos Sudetos.⁴⁰⁴ O objetivo era encontrar uma solução diplomática.

Durante os primeiros dias do mês de março de 38, Hitler se reuniu com o embaixador britânico Neville Henderson, que tinha interesse apresentar as propostas do governo britânico para as demandas coloniais alemães. Mas, o *Führer* declarou que a “questão colonial não era um tema que exigisse atenção imediata.” Seu propósito era

⁴⁰³HILTER, A., [06 de Set. 1938], Discurso de Hitler lido pelo Gauleiter Adolf Wagner para a audiência do Congresso do Partido, pp. 1141-1147, In: DOMARUS, op. cit., 1990, pp.1142-1144

⁴⁰⁴ROBBINS, 1969, op. cit.,p.691

garantir que o governo britânico não interferisse “em assuntos que não eram da sua conta”, ou seja, seus projetos de anexação na Europa. Hitler denunciou ainda o Pacto de Assistência Mútua Tcheco-Russo como um “ato criminoso”, pois abriria as portas para uma expansão soviética pela Europa.⁴⁰⁵

Mas Friedrich Bürger, líder das Freikorps dos Sudetos, encaminhou para Ribbentrop uma carta do próprio Henlein. Nela, o líder político agradecia ao ministro do *Reich* pela anexação austríaca e pôs seus esforços a serviço da construção da “grande Alemanha”. Ainda no mesmo dia, Henlein emitiu um chamado para que os “alemães étnicos” na Tchecoslováquia abandonassem os outros partidos e se juntassem ao Partido dos Sudetos Alemães, que era, segundo ele, “a única expressão de opinião alemã.” Nessa atmosfera inflamada, os agrários alemães abandonaram sua Coalizão do Governo, o mesmo fizeram os Socialistas Cristãos.⁴⁰⁶

Semanas depois, em 28 de março, Hitler teve uma reunião com Henlein. Segundo Domarus, “as informações existentes sobre a reunião entre Hitler e Henlein são derivadas das atas ‘ultra secretas’ de uma sessão realizada no Ministério das Relações Exteriores ao meio-dia de 29 de março.”⁴⁰⁷ O autor apresenta um memorando do Ministro das Relações Exteriores, Ribbentrop, no qual o mesmo sintetiza as instruções dadas a Henlein, que são as seguintes:

- 1) O elemento alemão dos sudetos deve saber que por trás dele havia um povo de setenta e cinco milhões que não toleraria mais a repressão dos alemães sudetos pelo governo tchecoslovaco.
- 2) Era para o Partido Sudeto alemão apresentar ao Governo da Tchecoslováquia aquelas demandas, cujo cumprimento consideravam necessárias para a obtenção da liberdade que desejavam.⁴⁰⁸

Além disso, ele apontava para a necessidade de elaborar um programa que deveria ter como “objetivo final a liberdade total para os alemães sudetos.” Alertava ainda, que tomando experiências anteriores não era possível confiar no presidente Edvard Beneš e no primeiro-ministro Milan Hodža. Por isso, era perigoso “aceitar as promessas prematuras” do governo tcheco, pois, este “por um lado, poderia dar a impressão de que uma solução fora encontrada e, por outro, satisfazer apenas parcialmente os próprios

⁴⁰⁵HILTER, A., [06 de Set. 1938], Discurso de Hitler lido pelo Gauleiter Adolf Wagner para a audiência do Congresso do Partido, pp. 1141-1147, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p. 1045

⁴⁰⁶ROBBINS, 1969, op. cit., p.691

⁴⁰⁷DOMAURS, 1990, op. cit., p.1074

⁴⁰⁸RIBBENTROP, J., [29 de Mar. 1938] Ribbentrop repassa as instruções de Hitler para Konrad Henlein, líder do Partido Alemão nos Sudetos, pp.1074-1075, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1074

alemães sudetos.” Por último, evitar a participação do partido e de alemães, no geral, no governo.⁴⁰⁹

Munido dessas orientações, no congresso do partido em 24 de abril, Konrad Henlein elaborou um programa de oito pontos de exigência para o governo tcheco.

1. Igualdade plena de direitos e status com o povo checo.
2. Reconhecimento do grupo étnico dos Sudetos alemães como entidade legal para manter este status de igualdade dentro do estado.
3. Definição e reconhecimento da área de assentamento alemã.
4. Desenvolvimento de uma autogestão alemã na área dos assentamentos alemães, relevante para todos os aspectos da vida pública, na medida em que se referem a interesses e preocupações do grupo étnico alemão.
5. Instituição de medidas legais para a proteção dos cidadãos que vivem fora da área de assentamento fechada de seu grupo étnico.
6. Eliminação das injustiças infligidas aos alemães sudetos desde 1918 e retificação dos danos e prejuízos já sofridos por essas injustiças.
7. Reconhecimento e implementação desta questão de princípio: funcionários públicos alemães para as áreas alemãs.
8. Liberdade total para reconhecer e manter nossa etnia alemã e nossa visão de mundo alemã.⁴¹⁰

A ação de Hitler de instigar em Henlein a desconfiança do presindete Beneš, e o estímulo a “liberdade total dos alemães do sudetos”, pôde ser vista como uma forma de impedir que o líder dos “alemães étnicos” da região negociasse melhores condições de vida para os *Volksdeutschen* e só aceitasse a independência da região do Estado tcheco. Uma vez que seria muito difícil implementar dentro do Estado tcheco uma autogestão dos sudetos, sem que isso representasse a autonomia total da região em relação ao restante da Tchecoslováquia. Ademais, em quanto os alemães da região não tivessem suas demandas atendidas, Hitler poderia usa-los para fazer suas reivindicações territoriais.

Mesmo após o anúncio dos oito pontos do SDP, que para muitos poderia parecer excessivo, o governo britânico ainda via possibilidade de negociação, uma vez que ainda não havia uma exigência pela anexação do território ao *Reich*. Desse modo, pressionou o governo tcheco para conseguir resolver a crise.

Esse é o cenário que levou Henlein à Londres para tentar negociar as condições para uma solução do impasse. Mas essa não foi a primeira vez que o líder dos “alemães étnicos” visitou a capital inglesa. Em 1935, Konrad Henlein deu palestras em Universidades sobre os direitos das minorias alemães na Tchecoslováquia, neste

⁴⁰⁹RIBBENTROP, J., [29 de Mar. 1938] Ribbentrop repassa as instruções de Hitler para Konrad Henlein, líder do Partido Alemão nos Sudetos, pp.1074-1075, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1074-1075

⁴¹⁰VYŠNÝ, Paul, The Eight Demands of Konrad Henlein Announced at Karlovy Vary 24.4.1938, Escócia: Department of Modern History, University of St Andrews. Disponível em < <http://www.just.wz.cz/rservice.php?akce=tisk&cisloclanku=2005010183> >. Acesso em 03 Abr. 2019.

momento ele obteve atenção dos ingleses. Segundo Keith Robbins, para alguns, as reivindicações de Henlein tinha fundamento, pois “o tratamento dos alemães dos Sudetos” era verdadeiramente injusto.

acreditavam que a inclusão dos alemães dentro da Tchecoslováquia era um dos aspectos mais escandalosos dos Tratados de Paz. Portanto, um líder dos Sudetos exigindo melhor as condições para os alemães não eram inesperadas para aqueles que originalmente se opunham à violação do princípio da autodeterminação. Havia uma disposição considerável para aceitar Henlein em sua palavra.⁴¹¹

Para a comunidade internacional, o discurso de Henlein dizia defender a Constituição e os tratados do governo da Tchecoslováquia com os alemães dos Sudetos e internamente ele dizia defender a constituição do estado, assim, apoiava a democracia, “rejeitava a luta de classes e acolhia todos os judeus que declaravam sua lealdade à comunidade alemã.”⁴¹² Robbins alertava para evitar rotular as ações de Henlein como “mentiras” ou “verdades”. De fato, aqui não cabe analisar o mérito das falas do líder do Partido Sudeto Alemão, mas o uso de um discurso embasado na ideia *völkisch* de “comunidade racial” e o direito dessa comunidade de autodeterminação.

Já em 38, a situação era outra, Henlein neste momento tinha uma postura mais firme, e afirmava que só havia apenas três caminhos possíveis para uma solução diplomática: a total autonomia da região, um plebiscito sobre o *Anschluss* com a Alemanha ou guerra. Por um lado, a impressão que ele passava era de alguém bem decidido, por outro, acreditava-se que se ele tinha ido até lá estava disposto a negociação. Meses após a visita de Henlein, Churchill escreveu: “Não há dúvida de que Henlein, Hodza e o Presidente Beneš estão trabalhando para um acordo, e que é possível um bom acordo entre eles com base na Home Rule para as regiões dos Sudetos alemães dentro do Estado Tchecoslovaco.”⁴¹³

Todavia, entre a visita e a mensagem otimista de Churchill, a situação teve o seu momento mais tenso até então. Em maio, planos alemães de ataque à Tchecoslováquia haviam sido descobertos. A situação desencadeou uma resposta do governo tcheco, que mandou tropas marcharem para a fronteira. Inglaterra, França e Rússia se mostraram unidas e mobilizadas em apoio ao governo de Beneš. No plano ficava claro que Hitler usaria da artimanha de provocar algum acontecimento, que gerasse uma “crise diplomática”, e assim ele teria uma deixa para invadir a Tchecoslováquia.

⁴¹¹ROBBINS, 1969, op. cit., p.675

⁴¹²ROBBINS, Ibidem, p.680

⁴¹³Colvin, 1965 apud ROBBINS, 1969

Hitler argumentou que a ação bélica do presidente tcheco era uma ofensa imperdoável. Como resposta convocou uma reunião com seus generais, que ocorreu dia 28 de maio de 1938. As discussões secretas dessa reunião foram reveladas pelo próprio *Führer*, em setembro daquele ano.

Vocês entenderão, meus camaradas do Partido, que uma grande potência não pode tolerar uma incursão tão básica [a mobilização parcial das tropas tchecoslovacas em 20/21 de maio] uma segunda vez. Como consequência, tomei as precauções necessárias. Sou um nacional-socialista e, como tal, estou acostumado a atacar qualquer atacante. Além disso, sei muito bem que a clemência não conseguirá apaziguar, mas apenas encorajará a arrogância de um adversário tão inconciliável quanto os tchecos.

Deixe o destino do antigo Reich alemão ser um aviso para nós. Seu amor pela paz levou-a à beira da autodestruição. Não obstante, o Velho Reich não conseguiu impedir a guerra no final.⁴¹⁴

Aqui se tem a retomada de um argumento muito usado na construção discursiva que foi analisado no *Mein Kampf*, mas que foi abandonado nos primeiros quatro anos de governo: a ideia de que o pacifismo do passado não levou a nenhum ganho real, mas o oposto, resultou na guerra.

No campo da ação militar, Hitler ordenou intensificação de reforços para o Exército e a Aeronáutica e “a expansão imediata” das “fortificações para o Ocidente”. Todos os esforços deveriam ser empreendidos, pois, afirmou ele: “em nenhuma circunstância, [...], estou disposto a ficar quieto e observar de longe a contínua opressão dos *Volksgenossen* alemães na Tchecoslováquia.”⁴¹⁵ A partir do que foi tratado na conferência, as seguintes instruções foram dadas para a “Operação verde”- o ataque a Tchecoslováquia:

Apêndice II.

Guerra em duas frentes com grande esforço no Sudeste (Concentração Estratégica “Verde”)

1) Pressupostos Políticos

É minha decisão inalterável esmagar a Tchecoslováquia com uma ação militar no futuro próximo. Cabe aos líderes políticos aguardar ou trazer o momento adequado do ponto de vista político e militar. Um inevitável desenvolvimento de eventos na Tchecoslováquia, ou outros eventos políticos na Europa, proporcionando uma oportunidade repentinamente favorável, que pode nunca se repetir, pode me levar a tomar uma ação antecipada. A escolha adequada e a exploração determinada de um

⁴¹⁴HITLER, A., [28 de Mai. 1938], Encontro de Hitler com os generais alemães (Göring, Keitel, Brauchitsch, Raeder, chefe de gabinete Beck) e Ribbentrop e Neurath, p.1113, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1113

⁴¹⁵HITLER, A., [28 de Mai. 1938], Encontro de Hitler com os generais alemães (Göring, Keitel, Brauchitsch, Raeder, chefe de gabinete Beck) e Ribbentrop e Neurath, p.1113, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1113

momento favorável é a garantia mais segura de sucesso. Para este fim, os preparativos são feitos imediatamente.

2) Possibilidades políticas para iniciar a operação

A seguir, são necessários pré-requisitos para o ataque pretendido:

a) uma aparente desculpa conveniente e, com isso,

b) justificativa política adequada,

c) Ação não esperada pelo inimigo, que o encontrará no mínimo possível estado de prontidão. O mais favorável de um ponto de vista militar e político seria a ação relâmpago como resultado de um incidente que sujeita a Alemanha.

Mais favorável do ponto de vista militar e político seria a ação relâmpago como resultado de um incidente que sujeitaria a Alemanha a uma provocação insuportável e que, aos olhos de pelo menos uma parte da opinião mundial, proporciona a moral justificção para medidas militares.

Além disso, qualquer período de tensão diplomática antes da guerra deve ser encerrado por uma ação súbita de nossa parte, inesperada em ambos os prazos e extensão, antes que o inimigo esteja tão adiantado em seu estado de prontidão militar que não possa ser ultrapassado.⁴¹⁶

Fica claro o objetivo de usar a ação “ofensiva” do governo tcheco como uma “desculpa conveniente” para uma ação militar efetiva contra o país. A ofensiva, segundo ele, deve ser rápida para pegar o inimigo desprevenido. A ideia de eventos súbitos “proporcionando uma oportunidade repentinamente favorável, que pode nunca se repetir”, dá a clara percepção de a invasão de toda a Tchecoslováquia estava no horizonte de interesses de Hitler e não apenas a região da Sudetolândia, onde havia uma maioria étnica alemã. Em momento algum, se lê-se falas que remetem à ideia de “ajudar” ou “libertar” esses *Volksdeutschen* da “opressão” que sofriam nesse estado. Nessa situação, os “alemães étnicos” da região pareceram ocupar mais a posição de “desculpa conveniente” do que a de objetivo final da ação bélica.

Nesse período de setembro, a tensão alcançou seu ápice, e máquina de propaganda nazista trabalhou a todo vapor, difundindo uma campanha “anti-tcheca”.

Desde o início de agosto, uma campanha de imprensa intensificada dirigido contra esse estado [Tchecoslováquia]. As manchetes nos jornais relatavam alegadas atrocidades contra indivíduos e grupos inteiros de alemães sudetos quase todos os dias. Detalhes horríveis foram relatados em ataques sangrentos, tiroteio e espancamento de espectadores inocentes, mulheres, crianças e idosos. Supostamente, houve incursões nas alfândegas alemãs do Reich e nos postos da polícia de fronteira. A campanha não se destinava apenas a alimentar o ódio no povo alemão, mas também a preparar a opinião estrangeira para o próximo movimento militar alemão contra a Tchecoslováquia.⁴¹⁷

⁴¹⁶HITLER, A., [30 Mai. 1938] Novas instruções assinadas por Hitler para proceder com a “Operação Verde” (Invasão da Tchecoslováquia). pp.1114-1117, *In*: DOMARUS, op. cit., 1990, pp. 114-1115

⁴¹⁷[06 de Set. 1938] Declaração oficial da Agencia de Notícias Alemã, 1140-1141, *In*: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1140

Hitler permanecia afirmando que sua luta era pelo direito de autodeterminação que lhes havia sido negado. Diante da comunidade internacional, esse seria um argumento mais do que válido. É difícil delimitar até que ponto Hitler estava nessa empreitada “honestamente” para lutar pelo direito do *Volksdeutschen* dos Sudetos ou se esses eram apenas um pretexto para conquistar a região e posteriormente: tomar todo o estado tcheco. Essa é uma questão que, de um modo mais geral, perpassa este trabalho, mesmo talvez não podendo ser respondida.

Os britânicos tomaram a frente nas tentativas de negociação com o *Reich* sobre essa questão. O objetivo do primeiro ministro inglês era tentar um pacto que sanasse as demandas da Alemanha, mas que não sacrificasse a Tchecoslováquia. Contudo, a delicadeza da questão era mesmo que só a parte dos Sudetos fosse anexada, isso já seria o “equivalente à destruição total da Tchecoslováquia como uma entidade política viável”. Isso porque, além de representar uma parte considerável do país, se perdesse esse território a Tchecoslováquia ficaria sem suas fronteiras, que eram a sua maior defesa, por se tratar de uma região de difícil acesso. Ou seja, tomando os Sudetos, Hitler ficaria com um passe livre para subjugar o resto do estado tcheco.

Estava claro que Hitler ia agir a qualquer momento. O objetivo de Chamberlain era conseguir um acordo internacional para que essa ação fosse sem o uso de forças e de modo que parecesse que o governo alemão não estava livre para agir como bem entendesse, mas sim, a partir de negociações justas. Mesmo afirmando, em reunião com o primeiro ministro britânico, que iria “tomar a iniciativa de resolver este assunto em breve, de uma forma ou de outra”, Hitler após ver que a estratégia de imposição que usou com o chanceler austríaco não funcionaria nesse caso, se mostrou aberto a negociar. Contudo reconhecessem “o princípio da autodeterminação dos povos como a base para o tratamento da questão dos Sudetos Alemães”.⁴¹⁸

Entretanto, seu tom de insatisfação com o governo tcheco e ansiedade para resolver a questão em definitivo apareceu, mais uma vez, em uma entrevista concedida a Ward Price, dois dias após a partida de Chamberlain.

Os tchecos dizem que não podem realizar um plebiscito, já que não há provisões para tal medida em sua Constituição. Mas para mim parece que a Constituição deles prevê apenas uma coisa: sete milhões de tchecos devem oprimir oito milhões de membros de minorias. Esta doença checa deve ser tratada de uma vez por todas, imediatamente. É como um câncer em todo o organismo da Europa: se for permitido

⁴¹⁸HITLER, A., [15 de Set. 1938], Reunião entre Hitler e Chamberlain em Obersalzberg, pp.1165-1166, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p. 1166

crescer, ele infectará as relações internacionais até que elas finalmente desmoronem.[...] todas as coisas que eu poderia fazer na Alemanha e para Alemanha, se não fosse por essa opressão tcheca de milhões de alemães, que deve acabar. E vai acabar!⁴¹⁹

Nessa entrevista, vê-se a nítida percepção que o discurso de Hitler em 1938 assume um tom muito mais parecido com que foi visto em 1925 do que com aquilo que ele vinha apresentado desde que assumira o poder.

Era um feito de insanidade e ignorância ter um punhado de tchecos obviamente inferiores governando minorias que pertencem ao povo alemão, polonês e húngaro, [...]. Os alemães dos Sudetos não têm absolutamente nenhum respeito pelos checos e não se submetem às suas leis. [...]Se houvesse uma Alemanha forte naquela época, isso nunca teria sido possível, e assim que a Alemanha recuperou sua força, os alemães dos Sudetos começaram a falar.[...] Mas é impossível manter uma configuração tão antinatural através de truques políticos e diplomáticos!⁴²⁰

No trecho acima destaca-se alguns elementos chave para perceber a mudança, ou melhor, a retomada do discurso de Hitler àquilo que se viu no *MeinKampf*. Primeiro, e talvez mais importante, o caráter racista, que fundamentava toda a *Weltanschauung* nacional socialista. A ideia que entre os diferentes *Volk* havia uma hierarquia, e nessa, quem estava na parte de cima tinha o direito natural de subjugar as que estavam “abaixo” foi largamente expressa por Hitler em seu livro, mas não apareceu em seus discursos enquanto líder do *Reich*, salvo quando se referia aos judeus. Essa hierarquia era dada, estava posta no mundo, tinha um caráter providencial e ir contra ela era “antinatural”. Assim, não havia “truques políticos e diplomáticos” que pudessem fazer com que a ordem do mundo se mantivesse alterada, nesse caso, tchecos “inferiores” governando alemães “superiores”.

Outro elemento importante que voltou a ocupar a fala de Hitler é a ideia de que os tratados do pós-guerra foram uma “humilhação” que só foi possível porque a Alemanha encontrava-se em um período fragilizado. Neste momento, em que retomava sua força militar, e com isso status político, os *Volksdeutschen* podiam lutar pelos seus direitos, pois tinham por trás um *Reich* poderoso para lhes apoiar.

Sob o clima cada vez mais tenso, o governo britânico, alinhado com o governo francês, decidiu pressionar a Tchecoslováquia a aceitar as demandas alemãs pela cessão

⁴¹⁹HITLER, A., [17 de Set. 1938] Entrevista concedida ao jornalista britânico Ward Price para o *Daily Mail*, pp. 1167-1169, In: DOMARUS, op. cit., 1990, pp. 1167-1168

⁴²⁰HITLER, A., [17 de Set. 1938] Entrevista concedida ao jornalista britânico Ward Price para o *Daily Mail*, pp. 1167-1169, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1169

do território dos Sudetos. Mesmo a contragosto, o presidente tcheco concordou. Assim, em 21 de setembro, emitiu a seguinte nota: “O Governo da Tchecoslováquia cedeu à insuportável pressão exercida pelos Governos britânico e francês e foi forçado a aceitar as propostas elaboradas em Londres, embora seja muito doloroso fazê-lo.”⁴²¹ Em contra partida, França, Itália e Inglaterra garantiriam a manutenção das novas fronteiras. Mas Hitler estava a todo custo decidido a não ter suas manobras político-militares controladas por um acordo internacional. Em reunião com o primeiro ministro britânico disse estar impossibilitado a aceitar o acordo, pois os alemães no Sudeto estavam sob opressão. Assim o *Reich* não podia esperar nem mais um instante para agir, só aceitaria um acordo se a tomada da região por tropas alemães se desse de imediato, o que ele sabia que seria uma demanda impossível de ser cumprida. Quando Chamberlain tentou argumentar, Hitler mais uma vez se mostrou decidido e inflexível.

Por quase duas décadas, os alemães, assim como as várias outras nacionalidades na Tchecoslováquia, foram maltratados da maneira mais indigna, torturados, economicamente destruídos e, acima de tudo, impedidos de perceber por si mesmos também o direito das nações de se auto-determinação. [...] A Inglaterra e a França nunca fizeram um esforço para alterar esta situação.[...] depois de 20 anos, o Governo britânico, representado por Vossa Excelência, decidiu agora também tomar medidas para pôr fim a uma situação que, dia após dia, e de hora a hora, está se tornando mais insuportável.[...] As vítimas desta loucura são inúmeros alemães. Em poucas semanas, o número de refugiados que foram expulsos subiu para mais de 120.000. Essa situação, como dito acima, é insuportável e agora será encerrada por mim. Vossa Excelência garante-me agora que o princípio da transferência do território dos Sudetos para o Reich já foi, em princípio, aceito. Lamento ter de responder a Vossa Excelência que, quanto a este ponto, o reconhecimento teórico de princípios também nos foi concedido anteriormente aos alemães. No ano de 1918, o Armistício foi concluído com base nos Quatorze Pontos do Presidente Wilson, que em princípio foram reconhecidos por todos. Eles foram, no entanto, na prática quebrados da maneira mais vergonhosa. O que me interessa, Excelência, não é o reconhecimento do princípio de que este território deve ir para a Alemanha, mas apenas a realização deste princípio, e a realização que põe fim, no mais curto prazo, ao sofrimento das vítimas infelizes da tirania tcheca e, ao mesmo tempo, corresponde à dignidade de uma grande potência. Eu só posso enfatizar a Vossa Excelência que esses alemães sudetos não estão voltando ao Reich alemão em virtude da graça ou simpatia benevolente de outras nações, mas com base em sua própria vontade com base no direito de autodeterminação das nações, e da decisão irrevogável do Reich alemão de dar efeito a essa vontade.⁴²²

⁴²¹[21 de Set. 1938] Declaração oficial do governo da Tchecoslováquia, p.1170, *In*: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1170

⁴²²HILTER, A., [23 de Set. 1938], Carta em resposta a Chamberlain, pp.1174-1176, *In*: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1174

Mais uma vez, Hitler invocou o direito à autodeterminação que havia sido negado não só aos alemães, mas outras etnias que estavam sob o controle do estado tcheco. Nesse período, a fim de reforçar suas reivindicações e tencionar ainda mais as relações internacionais, Hitler se reuniu com o embaixador polonês e o incitou a reivindicar a anexação da região de Teschen, que estava em território tcheco mas, tinha uma população majoritariamente polonesa.

Ainda em seu comunicado ao primeiro ministro inglês, Hitler apresentou uma proposta para uma solução pacífica da questão. A ideia apresentada foi que a fronteira futura entre os dois estados, uma ‘fronteira de nacionalidades’, que segundo ele representava uma correção justa entre os dois grupos raciais. Além disso, admite a “continuação da existência de grandes ilhas linguísticas.” Propôs ainda, a realização de plebiscitos em todo o território, o que possibilitaria a realização de correções posteriores, a fim de satisfazer, na medida do possível, a verdadeira vontade dos povos interessados. Esses pleitos ocorriam, segundo ele, “sob o controle de comissões internacionais ou de uma comissão mista germano-checa.” Ou seja, este estava aberto a negociações em alguns pontos.⁴²³ Mas, terminou afirmando:

Não estou, no entanto, preparado para permitir que um território que deve ser considerado pertencente à Alemanha, com base na vontade do povo e do reconhecimento concedido até pelos checos, seja deixado sem a proteção do Reich. Não há aqui nenhum poder ou acordo internacional que tenha o direito de ter precedência sobre o direito alemão.⁴²⁴

O primeiro ministro britânico não desistiu de sua missão de conciliação e pediu que Hitler produzisse um memorando, anexasse a ele um mapa com os territórios que pretendia agregar e realizasse um plebiscito. Para Hitler, a tarefa era fazer demandas que parecessem justas, mas que na prática seriam inviáveis. Assim, o previsível aconteceu e o governo tcheco rejeitou a proposta alemã, mas antes mesmo de recebê-la mobilizou tropas para a fronteira, o que só deu mais munção à Hitler, já que essa foi uma atitude de caráter bélico unilateral do governo de Beneš.

Assim, em 26 de setembro *Führer* fez um pronunciamento decisivo sobre a questão. Nele Hitler se esforçou ao máximo para pontuar todos os seus “esforços para a

⁴²³HILTER, A., [23 de Set. 1938], Carta em resposta a Chamberlain, pp.1174-1176, In: DOMARUS, op. cit., 1990, pp. 1174-1175

⁴²⁴HILTER, A., [23 de Set. 1938], Carta em resposta a Chamberlain, pp.1174-1176, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p. 1175

manutenção da paz”. Começou com sua proposta de um desarmamento coletivo, que não foi aceita, o que justificou o rearmamento alemão. Depois falou da paz obtida por tratado com a Polônia, um acordo que segundo ele eliminaria um confronto entre os dois países, em princípio, por dez anos. Além disso, ele alegava ser perceptível que estes dois povos precisam existir lado a lado e que nenhum deles poderia eliminar o outro. Segundo ele, a Alemanha entendia a necessidade de o Estado polonês ter uma saída para o mar, por isso, ambos chegariam a um acordo sobre o assentamento que estava sendo constantemente aprimorado.

Parte do seu discurso foi dedicada ao tema das boas relações que ele, a frente do *Reich*, se esforçou para manter com as potências ocidentais. Citou o tratado de naval com a Inglaterra que limitava a marinha alemã, mas que foi feito para que o país se sentisse mais seguro, e assim a relação amistosa entre os dois continuasse. Sobre a França, elogiou a postura em relação à reintegração do Sarre e disse que após o retorno da região ao domínio do *Reich* “a questão da Alsácia-Lorena não mais existia no que[...] [essa][era] uma área de fronteira.” Mesmo admitindo que “as pessoas de lá nunca foram realmente convidadas a opinar durante as últimas décadas”, ele acreditava que “os habitantes da área ficariam mais felizes se todos os combates sobre eles terminassem.”⁴²⁵ Por fim, ele falou sobre a boa relação entre Itália e Alemanha que muito se devia a afinidade entre os dois líderes dos países.

Assim, só restaram duas questões territoriais que deveriam ser resolvidas: dois territórios que juntos somavam 10 milhões de *Volksdeutschen* que desejavam “voltar a sua terra natal”, Áustria e os Sudetos. Segundo ele, esse número era bem maior do que os “poucos milhões de franceses na região da Alsácia-Lorena” os quais a França nunca lutou para manter. A primeira questão já havia sido resolvida, a Áustria. Agora só restava os Sudetos. Hitler chegou a afirmar que essa era sua “última exigência territorial” na Europa.

Continuando seu discurso, seu argumento negava a validade do Estado-nação tchecoslovaco, esse só foi possível para ele, porque os estadistas responsáveis pelo Tratado de Versalhes não conheciam as peculiaridades geográficas e “raciais” da região e assim foram enganados por Beneš. Segundo ele, se aqueles que “redesenharam a paisagem política europeia” tivessem investigado certamente teriam percebido que não existe nação Tchecoslovaca. Tudo o que existia eram os checos e eslovacos, e os eslovacos tinham pouco desejo de estar com os checos. Assim, o novo Estado se formou

⁴²⁵HITLER, A. [26 de Set. 1938] Discurso de Hitler na Sportpalast, pp.1183-1194, *In*: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1185

“levando três milhões e meio de alemães,[...] mais um milhão de magiares, acrescentando vários carpatho-russos e várias centenas de milhares de poloneses.”⁴²⁶

Hitler passou páginas e mais páginas criticando o presidente Beneš, por conseguinte, a democracia, que já criticava abertamente no *MeinKampf*. Afirmou que este era um tirano que torturava todas as nacionalidades “estrangeiras” que viviam dentro de suas fronteiras. Criticou ainda os “protótipos de democratas mundiais”, citou os Estados Unidos e Inglaterra, que não só não fizeram nada contra essa atitude como também ficavam indignados quando alguém se revoltava contra essa situação calamitosa.

Ele ainda acusou o governo tcheco de estar expulsando os “alemães étnicos” do país, após acordar com a cessão de territórios onde estes eram maioria. Segundo ele, o número de refugiados cresceu vertiginosamente, chegando a 214.000 pessoas, “regiões inteiras são despovoadas, aldeias queimadas até o chão e, com granadas e gás, os alemães são expulsos”. Hitler afirmou que o presidente tcheco fazia isso, pois sabia que contava com o apoio francês e inglês.

Assim, ele agradeceu a tentativa de mediação britânica, mas deu um ultimato ao governo tcheco que teria até primeiro de outubro para ceder as “zonas alemães”, senão a guerra estava declarada. Afirmou ainda que não tinha qualquer pretensão com o território tcheco que não fosse habitado por maioria alemã. Os franceses e ingleses não tinham desistido da função de mediador e foram para Berlim tentar mais uma vez persuadir Hitler. Mas dessa vez, uma peça fundamental havia entrado nesse jogo político: a Itália.

O embaixador italiano em Berlim, fora instruído por Mussolini a tentar persuadir o *Führer* a aceitar mais uma conferência com o objetivo de achar uma solução pacífica para a questão dos Sudetos. Segundo Evans, quem estava no lado alemão, por trás dessas negociações internacionais e lutando para evitar a guerra era Hermann Göring, que fazia coro com os demais generais de que o grande risco que a Alemanha estava correndo em uma guerra geral não tinha sentido, uma vez que tantas concessões já foram feitas.⁴²⁷ Deve-se considerar que se os generais alemães acharam arriscado a remilitarização da Renânia e o *Anschluss* com a Áustria, a violação da soberania tcheca parecia um gesto ainda mais perigoso. Isso porque, segundo Evans, diferente da nação austríaca, o Estado tcheco era muito maior, mais rico, mais suprido belicamente e contava com um exército

⁴²⁶HITLER, A. [26 de Set. 1938] Discurso de Hitler na Sportpalast, pp.1183-1194, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p. 1187

⁴²⁷EVANS, 2012, Op. Cit., p.717

mais forte e bem treinado. Além disso, o país também tinha importantes alianças internacionais, com a França e a URSS.

Assim, em 29 de setembro de 1938 foi assinado o Acordo de Munique, no qual foram signatários Alemanha, França, Inglaterra e Itália. A Tchecoslováquia, que era o país mais interessado nos termos que seriam estabelecidos sobre o seu território, não foi convidada. O acordo estipulava que a evacuação das tropas tchecas do território dos Sudetos deveria começar no dia 01 de outubro e já ter findando no máximo no dia 10. Assim, o território seria anexado ao Estado alemão.

Esta ação seria supervisionada por uma comissão internacional com membros das quatro potências. Posteriormente, foi anexada uma declaração adicional ao acordo, na qual incluiu-se um membro tcheco na comissão. Essa mesma comissão estipularia as zonas onde seriam realizados plebiscitos para decidir a qual país pertenceriam. Dentro de um período de seis meses após a assinatura do acordo, haveria o “direito de opção dentro e fora dos territórios transferidos”. Sobre a transferência da população, este seria supervisionado por uma comissão alemã-tchecoslovaca. Por último, o governo tcheco teve de liberar do serviço militar todos aqueles que eram de origem alemã. Além da soltura de presos políticos alemães. Foi adicionado, posteriormente, um trecho que dava três meses para o governo tcheco resolver também os problemas com as minorias polaca e húngara.⁴²⁸

4.3.1A anexação de todo território tcheco

Contudo, seu discurso não teve o resultado esperado. Diferente do caso austríaco, a ideia de uma união com a Alemanha não era tão amplamente aceita na Tchecoslováquia, isso porque, nesse estado os *Volksdeutsche* não eram maioria. Desse modo, seria muito mais difícil justificar para a comunidade internacional a invasão de um Estado que não se autodeclarava alemão. O restante do mundo também não foi convencido pelo longo discurso de Hitler no *Sportpalast*. O presidente americano mandou um telegrama para Berlim afirmando que uma ação contra a Tchecoslováquia ameaçava a paz, não só na Europa, mas no mundo.

Também a opinião pública na própria Alemanha, diferente do seu líder, não demonstrou qualquer entusiasmo pela guerra.⁴²⁹ Muito pelo contrário, indignado com a

⁴²⁸DOMAURS, 1990, op. Cit., pp. 1207-1208

⁴²⁹Segundo Evans, em meio à crise com a Tchecoslováquia registrou-se um grande aumento do número de pessoas “levadas aos tribunais” por criticar o ditador alemão. EVANS, 2012, op. cit., p.719.

aversão da população ao conflito, Hitler decidiu convocar uma reunião com representantes da imprensa. Nessa, além de agradecer e enfatizar o papel da imprensa na consolidação do regime, o ditador aproveitou para debater a questão do pacifismo que marcava suas falas até ali, e que claramente havia entrado, para ele de forma negativa, na consciência do *Volk*.

Durante décadas, as circunstâncias me levaram a falar quase exclusivamente de paz. Apenas enfatizando constantemente o desejo do povo alemão por paz e intenções pacíficas, pude ganhar a liberdade do povo Alemão passo a passo e, assim, dar-lhe o armamento necessário como um pré-requisito para realizar *o próximo passo*. É evidente que essa propaganda da paz ao longo das décadas pode ter tido efeitos bastante questionáveis. Pode muito bem deixar a impressão equivocada na mente de muitos de que o atual regime representa a resolução e a disposição de preservar a paz em todas as circunstâncias. Isto não levaria apenas a uma avaliação errada das ambições deste sistema. Seria também, e acima de tudo, levar a nação alemã, em vez de estar *preparada para o que está por vir*, a ser vítima de um espírito de derrotismo.[...] Durante anos, falei apenas de paz por causa dessa situação forçada. Agora, tornou-se necessário preparar lentamente o povo alemão para o fato de que há coisas que não podem ser alcançadas por meios pacíficos. Alguns objetivos só podem ser alcançados através do uso da força.⁴³⁰

A essa altura, ficou claro que Hitler abandonou totalmente a postura conciliadora e ponderada que mantinha desde que assumiu a chancelaria em 1933. Neste, estava óbvio que o discurso pacifista foi apenas um meio para conseguir governabilidade enquanto se preparava para “o próximo passo”, que ele mesmo não esclareceu qual seria. O que é importante notar é que com a cessão da região dos Sudetos, e anteriormente com o *Anschluss* com a Áustria, Hitler tinha conseguido trazer de volta ao *Reich* a grande maioria dos *Volksdeutschen* que estavam fora das fronteiras alemães. Mas, ele afirmava que a nação deveria estar preparada para o que estava por vir.

Hitler argumentou que a anexação dos Sudetos ao *Reich* tinha como objetivo livrar da opressão um grande número de *Volksdeutschen* que estavam sofrendo opressão nas mãos do governo tcheco e assim, também fazer uma reparação histórica de fronteiras, uma vez que na região os alemães eram a maioria étnica e não os tchecos.⁴³¹ O *Führer* chegou a afirmar que essa seria sua última pretensão territorial.

⁴³⁰HITLER, A., [10 de Nov. 1938], “Discurso secreto” de Hitler para alguns editores de jornais- do partido e da imprensa burguesa-, publicado posteriormente em 1958, por Wilhelm Treue, pp.1244-1255, In: DOMARUS, 1990, op. cit., p.1245,

⁴³¹Não se pode deixar de mencionar que se por um lado a anexação dos Sudetos era celebrada por parte dos alemães, não o era por todos, e muito menos era bem vista pelos cidadãos tchecos. Segundo Evans, “Mais de 25 mil pessoas, na maioria tchecos, já haviam se evadido dos Sudetos para regiões de predomínio tcheco

Mas, não foi o que aconteceu. Em 15 de março de 1939, Hitler conseguiu o domínio total da Tchecoslováquia. Por trás da campanha para a tomada do restante do Estado tcheco, mais uma vez estava máquina de propaganda nazista, “os jornais se acumulavam levando histórias e mais histórias de supostas atrocidades tchecas, violações dos direitos civis de “alemães étnicos” e de novos distúrbios na Boêmia e na Morávia.”⁴³² Essas regiões foram anexadas ao *Reich* pouco depois da anexação dos Sudetos,⁴³³ “enquanto o sul da Boêmia tornou-se parte da Baviera e o sul da Morávia foi designado para a antiga Áustria.”⁴³⁴

Contudo, Hitler queria mais, seu objetivo era a anexação total do Estado. O caminho para alcançar esse objetivo, em princípio, foi muito parecido com plano para anexar os Sudetos. Domarus aponta que Hitler mandou “seus especialistas versados em questões de anexação territorial” e especialistas militares alemães para a sede do governo eslovaco. Seu objetivo era incitar que os eslovacos instituíssem um Estado independente, desvinculando-se dos tchecos. Um papel fundamental nesse estratégia política foi o líder dos *Volksdeutsche* na Eslováquia, o secretário de Estado Karmasin. Espalhou-se em todos os meios as notícias de que a situação no país estava cada vez mais drástica para os “alemães étnicos”.

Os jornais alegaram o abuso de uma criança alemã por homens hostis à Alemanha. Outra manchete dizia: “Dezenove mortes a serem lamentadas na Eslováquia”. Supostamente, “terror perpetrado pelos militares tchecos” visava alemães étnicos; três alemães do Reich foram presos, etc. Os jornais de todo o Reich transmitiram uma multidão de relatos semelhantes de atrocidades.⁴³⁵

em setembro. A essas seguiram-se mais 150 mil do mesmo território e de outras áreas fronteiriças no período entre a assinatura do Acordo de Munique e o final de 1938, e quase mais 50 mil nos meses logo em seguida. Os refugiados incluíam tchecos e alemães classificados como judeus pelas Leis de Nuremberg; eles sabiam muito bem o que os esperava se ficassem. Em maio de 1939, o número de judeus nos Sudetos havia caído de 22 mil para menos de dois mil no total. Um quinto da população tcheca das zonas de fronteira havia fugido. Quase um quarto da população sudeto alemã era contrária ao partido de Henlein, e 35 mil deles também haviam fugido, na maioria social-democratas e comunistas alemães.[...] A Gestapo e o Serviço de Segurança da SS entraram atrás das tropas alemãs e detiveram cerca de 8 mil “alemães étnicos” e dois mil oponentes tchecos do nazismo, colocando a maioria em campos de concentração, e uma minoria em prisões estatais na sequência de julgamentos formais.”, EVANS, op. cit., 2012, p.721

⁴³²DOMARUS, 1990, op. cit., p.1392

⁴³³Sobre o status dessas regiões, Mazower aponta que o “Protetorado da Boêmia-Morávia conservava muitos atributos de soberania, mas não todos. Mantinha um presidente e um governo, uma milícia de 7 mil homens e uma administração pública interna que permanecia relativamente intacta. Mas o poder deveria ser exercido ‘em conformidade com os direitos políticos, militares e econômicos do Reich’, e a interpretação destes ficava nas mãos de um defensor do *Reich* nomeado por Berlim com seus próprios administradores regionais civis e forças policiais e militares”. Ver MAZOWER, op. cit., 2013, p.101

⁴³⁴EVANS, 2012, op. cit., pp.721-722

⁴³⁵DOMARUS, 2012, op. cit., p.1486

A proclamação da independência eslovaca, em 14 de setembro de 1939, foi um drástico golpe no Estado tcheco. Aproveitando-se dessa fragilidade, a imprensa alemã pôs em prática uma campanha massiva com o objetivo de jogar a opinião pública contra os tchecos, e assim, apoiar uma ação militar ofensiva alemã.

Manchetes relataram atrocidades horríveis perpetradas na Tchecoslováquia. Policiais tchecos estavam supostamente baionando cidadãos comuns e atirando em civis deliberadamente; Escolas alemãs foram atacadas; tumultos ocorreram em Brünn (Brno); de Iglau, histórias chegaram à Alemanha do ferimento de cinquenta pessoas; Manchetes em jornais alemães acusavam Moscou de envolvimento na agitação civil e de armar movimentos clandestinos.

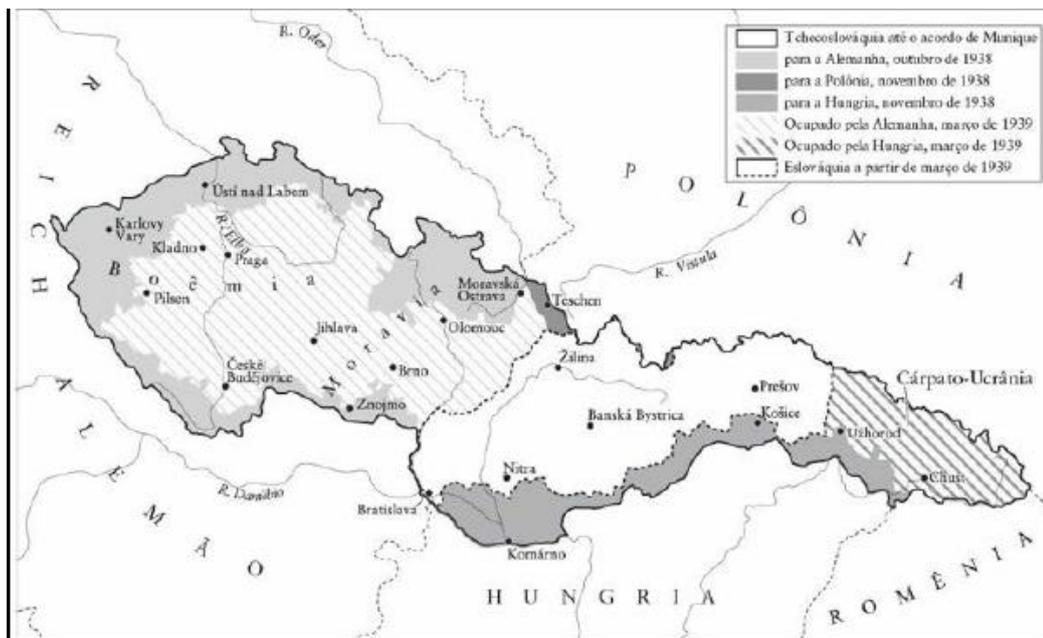
Os artigos publicados na imprensa eram quase textuais reproduções de relatórios de atrocidades através da fronteira durante o verão do ano anterior. Na avaliação de Hitler e dos militares alemães, cada um desses artigos havia minado a resistência tcheca e sabotado o moral na Tchecoslováquia. Além disso, esses relatórios difamatórios prepararam psicologicamente o público alemão para uma agressão armada contra esse estado.⁴³⁶

Mas, a ostensiva campanha da imprensa nazistas não teve o efeito esperado sobre a população. Havia uma incredibilidade que o governo tcheco, que em ocasiões anteriores se mostrara mais do que disposto a “agradar” o governo nazista, estaria agora recorrendo a “medidas tão imprudentes”. Contudo, se na própria Alemanha a recepção não foi tão positiva, no resto do mundo esse argumento de alemães sendo mal torturados pelo governo em Praga pareceu “ridícula e implausível.”⁴³⁷

De qualquer forma, com o sem apoio, Hitler já tinha tomado uma decisão e apenas três dias depois de iniciada a campanha malsucedida na imprensa contra a Tchecoslováquia, o *Führer* convocou o presidente tcheco para afirmar que as tropas do *Reich* invadiriam o país e que o melhor a fazer era não apresentar resistência.

⁴³⁶DOMARUS, 1990, op. cit., pp.1488-1489

⁴³⁷DOMARUS, Ibidem, p.1489



Mapa 11: Invasão da Tchecoslováquia⁴³⁸

Deve-se mais uma vez que ressaltar que para além das questões de cunho ideológico, a tomada do restante do território tcheco representava um grande ganho nas finanças do *Reich*. A parte territorial que ainda estava fora do controle da Alemanha continha a maior parte da indústria de armas tcheca, além disso contava com importantes “recursos minerais, engenharia, ferro, aço, têxteis, vidro e outras indústrias, bem como os trabalhadores qualificados que as supriam.” Sem contar ainda com as reservas de moeda estrangeira que o país possuía.⁴³⁹

Um elemento importante que foi colocado em prática com a tomada da Tchecoslováquia foi a concessão da cidadania. Apenas os alemães que migraram e os “alemães étnicos” que já viviam na região que foram considerados cidadãos alemães, os tchecos viraram cidadãos de “segunda classe” em seu próprio estado.⁴⁴⁰ Nesse sentido, pode-se ver que a política posta em prática nos territórios anexados seguia a lógica de um Estado racial que era defendido pelos Nacional-Socialistas desde 1920, no quarto ponto do programa nazista: “Apenas um membro da raça pode ser um cidadão”.⁴⁴¹

Pode-se dizer que a anexação da região dos Sudetos quando lida a partir dos princípios apresentados no *Mein Kampf*, do direito de todos os territórios e indivíduos

⁴³⁸Fonte: EVANS, Richard, O Terceiro Reich no poder. Editora Planeta do Brasil, trad. Lúcia Brito, ed. 1, v. 2, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.p.727

⁴³⁹EVANS, 2012, Op. Cit., p.724.

⁴⁴⁰EVANS, Ibidem, p.727.

⁴⁴¹25 Points of the Nazi Party. Munique, 24 de fev. 1920, disponível em< <https://www.vaholocaust.org/25-points-of-nsdap/> >. Acesso em 26 de jun. 2019

alemães estarem reunidos sob o território do mesmo *Reich*, está de acordo com o que era dito por Hitler antes mesmo da tomada do poder. Entretanto, com a tomada do restante do território tcheco, Hitler provou que a reincorporação dos alemães dos Sudetos não era o objetivo final da sua ação de política externa, na verdade, estes estavam mais para os meios, uma justificativa para pôr em prática sua corrida para o leste.

4.4. - Os últimos territórios anexados

A incorporação do restante do Estado tcheco não tinha qualquer respaldo no resgate, ou na reincorporação dos “alemães étnicos”, muito menos no direito dos povos a autodeterminação. Mas, ainda restavam na Europa regiões onde os *Volksdeutschen* eram uma minoria étnica representativa, ou até mesmo uma maioria, como nas cidades de Memel e Danzig. Foram justamente esses os próximos alvos de Hitler na sua corrida expansionista.

Para muitos membros do partido nazista, uma vez que os Sudetos foram anexados pelo *Reich* era hora das cidades de Danzig e o Memel “voltarem à Alemanha também”.

Afinal de contas, por muitos séculos, ele raciocinou, a Boêmia, Danzig e o campo de Memel fizeram parte do antigo Sacro Império Romano e, mais tarde, do Reino Prussiano. Em seu entendimento, apenas a fraqueza militar degradante da Alemanha e da Áustria e a desprezível “traição” de 1918 haviam forçado a rendição dessas províncias essencialmente alemãs em primeiro lugar. Agora que a Alemanha havia recuperado sua força militar, esses territórios seriam restaurados para a Alemanha. Nenhum poder na terra nem intrigas políticas poderiam impedir o Reich de recuperá-los. Hitler estava convencido de que os britânicos não se opunham a ele no assunto. E os poloneses acabariam se curvando diante do poderio do Império Alemão, especulou Hitler, mesmo que o fizessem apenas com relutância.⁴⁴²

Mesmo Hitler havendo prometido no ano anterior que os Sudetos seriam sua última pretensão territorial na Europa, agora Hitler se voltava para essas regiões.

4.4.1 Memel

Diferente da Tchecoslováquia, a Lituânia não tinha qualquer possibilidade de enfrentar o exército alemão. Por isso, estava claro para Hitler que a recuperação do território do Memel se daria sem grande dificuldade.

Ainda em 1938, pouco depois da assinatura do Acordo de Monique, Hitler já tinha planos para tomar toda a Tchecoslováquia e também o território do Memel. Esse tema já

⁴⁴²DOMARUS, 1990, op. cit.,p.1415

aparecia na lista de “tarefas futuras” nas “Diretiva do Führer para a Wehrmacht”,⁴⁴³ em 21 de outubro. Neste mesmo ano, ele adicionaria às tarefas futuras do exército a ação de “efetuar a ocupação da cidade de Dazing”.⁴⁴⁴

Após a invasão alemã ao restante do território da Tchecoslováquia, os demais países da região resolveram aproveitar-se do momento e fazer suas próprias reivindicações para o governo tcheco, que estava agora em posição muito mais vulnerável. Assim, com o apoio do governo alemão, a Hungria anexou a região cárpatoucraniana. Segundo Evans, “apenas pouco mais de 12% dos 552 mil habitantes da região eram magiares, mas o governo de Budapeste acreditava que a área pertencia à Hungria por direito histórico.”⁴⁴⁵ Já a Polônia exigiu uma cessão de territórios da região fronteiriça de Teschen, na fronteira norte da Tchecoslováquia, que segundo Evans, “possuía uma população substancial de idioma polonês”.⁴⁴⁶

Esse período de rearranjos territoriais foi para Hitler o momento ideal para reivindicar a cidade de Memel. No começo de 1939, o governo lituano concedeu à cidade alguma autonomia, que já permitiria aos nazistas um bom espaço para dominar o cenário político local, como fizeram em Danzig em 1933. Mas, Hitler não se daria por satisfeito apenas como melhores condições de vida para “alemães étnicos” em território estrangeiro, ele queria a reincorporação dessa população e de seu território. Com esse objetivo, ele deu instruções às forças armadas para que se preparassem para pôr em prática “uma ocupação militar do território de Memel.”⁴⁴⁷

Munido das orientações do *Führer*, Ribbentrop convocou à Berlim, em 20 de março, o ministro de Relações Exteriores lituano e o avisou que “aviões alemães bombardeariam sua capital, Kovno (Kaunas) se seu governo não concordasse em ceder Memel à Alemanha, conforme exigido pela comunidade alemã da cidade, dominada pelos nazistas.”⁴⁴⁸ Não havia o que se pudesse fazer para impedir a tomada do território pelos nazistas, em 23 de março de 1939 as tropas alemães entraram no antigo território prussiano. No mesmo dia entrou em ação a Lei sobre a Reunificação do Território de Memel com o *Reich* alemão, da qual destaca-se os seguintes decretos:

§ 1

O território de Memel é parte do Reich alemão novamente.

⁴⁴³HITLER, A. [20 de Out. 1938], Carta de Hitler ao Comandante em Chefe do Exército, Coronel General von Brauchitsch, p.1228, *In*: DOMARUS, op. Cit., 1990, p.1228.

⁴⁴⁴DOMARUS, op. cit., 1990, p.1258

⁴⁴⁵EVANS, 2011, op. cit., p.730

⁴⁴⁶EVANS, *Ibidem*, p.722

⁴⁴⁷DOMARUS, 1990, Op. Cit., p.1511

⁴⁴⁸EVANS, 2011, op. cit., p.730

§ 3

A partir da promulgação desta lei, os residentes do território de Memel que perderam sua cidadania alemã com a remoção do território do Memel em 30 de julho de 1924 deverão recuperar sua cidadania alemã, desde que seu local de residência em 22 de março de 1939 estivesse localizado ou no território de Memel ou no Reich alemão. Isto aplica-se igualmente a pessoas cuja cidadania é derivada de indivíduos nativos do território Memel que preencham os critérios acima.⁴⁴⁹

Segundo Evans, no *Reich* foi quase unânime a aprovação da reincorporação do território do Memel. Contudo, muitos ainda temiam as possíveis consequências da invasão da Tchecoslováquia, que diferente do caso do Memel, não contava com uma justificativa de resgate da população étnica, mesmo que a máquina de propaganda nazista insistisse que os tchecos ainda oprimiam a minoria alemã entre eles.⁴⁵⁰

Em seu primeiro pronunciamento após a anexação, Hitler saúda seus “compatriotas” com um discurso:

Alemães do Memel! Volksgenossen!
Saúdo-vos hoje em nome de todo o povo alemão. Estou feliz por recebê-lo em nosso Grande Reich Alemão. Eu os levo de volta à sua terra natal, a qual vocês não esqueceram e que nunca se esqueceu de vocês. Em nome do povo alemão, agradeço a sua insistência corajosa, viril e inabalável em seus direitos e sua afiliação ao Reich alemão. [...] Você foi abandonado por uma Alemanha que havia sucumbido à desgraça e à vergonha. Agora você chegou em casa para uma poderosa nova Alemanha.[...] Não deve confiar seu destino a estrangeiros; ela está pronta e disposta a dominar seu próprio destino, para modificá-lo, seja ou não adequado a um mundo externo.[...] Agora você deve participar da onda de nossa vida nacional, nosso trabalho, nossa fé, nossas esperanças e, se necessário, você participará de nossos sacrifícios.⁴⁵¹

Em seu discurso pode-se localizar elementos comuns, os quais foram ditos em discursos nos demais territórios anexados, como o agradecimento pela manutenção da “germanidade” mesmo fora “de casa”. Essa que era uma questão que já estava presente no texto do *Mein Kampf*, no qual ele alertava que os alemães que ficaram de fora da fronteira do *Reich* precisavam lutar muito mais pela manutenção do seu “caráter alemão” (*Deutschtum*).

Também a ideia de que a Alemanha ao perder esses territórios outrora era uma nação fraca, mas agora, uma Alemanha forte os recuperava. O que se tem cada vez mais latente é a ideia de que “estrangeiros” não mais interferirão em “seu destino”, que podia

⁴⁴⁹Tratado internacional sobre a reunificação do território de Memel com o *Reich*, assinado pelo Ministro dos Assuntos Exterior do *Reich*, o Sr. Joachim von Ribbentrop e o Ministro do Exterior da Lituânia, Herr Juozas Urbis, pp. 1512-1514, *In: DOMARUS*, op. cit., 1990, pp.1513-1514

⁴⁵⁰EVANS, 2011, op. cit., p.730

⁴⁵¹HILTER, A. [23. Mar. 1939], Discurso proferido por Hitler na sacada do teatro da Praça do Teatro, no recém conquistado território do Memel. *In: DOMARUS*, op. cit., 1990, p.1515

ser marcados por “sacríficos”. Aqui percebe-se uma postura diferente daquela que estava sendo adotada até a invasão dos Sudetos, na qual Hitler ainda tentava manter uma postura legalista e afirmava que a correção de fronteiras era uma questão de justiça e não expansionismo. Após a invasão do restante da Tchecoslováquia, esse era um discurso que não se mantinha mais.

4.1.2 Danzig

Como foi visto, desde que a anexação completa da Tchecoslováquia estava sendo também planejada por Hitler a anexação da Cidade Livre de Danzig. Tanto a Alemanha, quanto a Polônia tinham suas reivindicações sobre a cidade, mas essas estavam respaldadas por questões distintas. Os argumentos alemães se pautavam em bases políticas e territoriais. Seu argumento, mais uma vez, era população de maioria etnia alemã que desejava voltar a fazer parte do *Reich*. No caso polonês, o maior interesse era econômico o que era de interesse mútuo, uma vez que a cidade por si só não era economicamente viável e dependia da Polônia.

Relatos da reunião ocorrida em janeiro de 1939 entre Hitler e o major Beck, Ministro das Relações Exteriores da Polônia, afirmavam que, “O Führer pôde visualizar um acordo pelo qual Danzig se juntou politicamente à comunidade alemã, enquanto economicamente permanecia ligado à Polônia. Danzig era alemão e deveria permanecer alemão e, mais cedo ou mais tarde, voltaria para a Alemanha.”⁴⁵²

Hitler então declarou que, se a Polônia concordasse com o retorno de Danzig ao Reich, e permitisse a construção de uma autoestrada e ferrovia extraterritorial através do Corredor Polonês que ligava a Prússia Oriental ao Reich, estaria disposto a garantir as fronteiras existentes na Polônia. Ele poderia até mesmo contemplar uma prorrogação de vinte anos do Pacto de Amizade e Não-Agressão entre Alemanha e Polônia em 1934[...].⁴⁵³

Mesmo Hitler considerando sua proposta realmente “generosa”, o governo polonês não viu da mesma forma. Se no caso do Memel o governo lituano cedeu às pressões diplomáticas do *Reich*, com o governo polonês a estratégia não funcionou. Eles não só não estavam dispostos a permitir a anexação de Danzig como também não pretendiam autorizar a construção de uma estrada que ligasse a Prússia ao *Reich*

⁴⁵²SCHMUNDT, Rudolf [05 de Jan. 1939], Notas do Tenente Coronel Rudolf Schmundt sobre o encontro entre Hitler e ministro das Relações Exteriores polonês, pp.1146-1147, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1417

⁴⁵³SCHMUNDT, Rudolf [05 de Jan. 1939], Notas do Tenente Coronel Rudolf Schmundt sobre o encontro entre Hitler e ministro das Relações Exteriores polonês, pp.1146-1147, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1417

atravessando o corredor polonês. A Polônia preocupava-se com sua própria integridade nacional.

As potências ocidentais concordavam com a Polônia e deixaram claro que não tolerariam mais a ação expansionista de Hitler. Em um pronunciamento ao parlamento, em 31 de março, Chamberlain deixou claro que nem Inglaterra nem a França tolerariam uma ação contra o Estado polonês.⁴⁵⁴ Provando que seu apoio era real, a Inglaterra assinou um pacto de assistência mútua com a Polônia. Mas, segundo Evans, mesmo assim, Hitler ainda acreditava que o Império Britânico podia estar apenas blefando e não entraria em guerra para proteger a soberania polonesa.

Assim, Hitler não pretendia recuar. Em março, ele comunicou que o pacto de não-agressão com a Polônia estava suspenso. Em maio, em um protocolo ultrassecreto que detalhava os planos militares alemães e era um “estudo dos pontos fracos do inimigo”, Hitler declarou o seguinte:

O delineamento das fronteiras é de importância militar. [...] Não é Danzig que está em jogo. Para nós, é uma questão de expandir nosso espaço vital no Oriente e tornar os suprimentos de alimentos seguros e também resolver o problema dos Estados Bálticos. Suprimentos de alimentos só podem ser obtidos de áreas pouco povoadas. Além da fertilidade, o cultivo alemão completo aumentará tremendamente a produção.⁴⁵⁵

Pode-se perceber pela citação acima, algo que já estava mais do que claro entre as potências no oriente e no ocidente: as anexações territoriais de Hitler não estavam ancoradas na recuperação de determinado território que seria “por direito” alemão, ou na “reintegração” da população alemã dessas regiões, mas sim, no seu sonho expansionista em direção ao leste. “Não é Danzig que está em jogo. Para nós, é uma questão de expandir nosso espaço vital no Oriente”.

A essa altura Hitler sabia que a guerra era uma consequência muito provável da sua corrida expansionista, mas isso não o freou. “Não podemos esperar uma repetição da *Czechia*. Haverá guerra. Nossa tarefa é isolar a Polônia. O sucesso em isolá-la será decisivo.”⁴⁵⁶

⁴⁵⁴Contudo, segundo Evans, a garantia dada pela Inglaterra “estava cercada de requisitos confidenciais”, assim Chamberlain ainda se mostrava aberto a negociações sobre a região. Ou seja, fechar um novo acordo que teria deixado a Polônia tão vulnerável quanto o Acordo de Munique havia deixado a Tchecoslováquia.” Ver EVANS, 2012, op. cit., p.735

⁴⁵⁵SCHMUNDT, Rudolf, [23 de Mai. 1939], Notas do Tenente Coronel Rudolf Schmundt sobre o protocolo da ação política em relação à Polônia, pp. 1619-1623 In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1619

⁴⁵⁶SCHMUNDT, Rudolf, [23 de Mai. 1939], Notas do Tenente Coronel Rudolf Schmundt sobre o protocolo da ação política em relação à Polônia, pp. 1619-1623 In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1619

Ainda em maio, começou novamente uma campanha de propaganda para incitar o ódio da população contra o inimigo, e assim, mais uma vez, os “alemães étnicos” serviram a esse propósito.

[...]as instruções diárias de Goebbels para a imprensa deflagraram uma campanha de ódio contra a Polônia que fez parecer que os alemães étnicos habitantes do país, e sobretudo de Danzig, estivessem em perigo constante, mortal e crescente de violência imposta pelos poloneses. “Alemães étnicos fogem do terror polonês”, berravam as manchetes. “Casas alemãs arrombadas com machados – Aterrorizados por poloneses durante semanas – Centenas de refugiados são detidos pelos poloneses.” Os poloneses supostamente estariam assassinando alemães étnicos, atirando em transeuntes alemães em Danzig, e no geral ameaçando tornar a vida deles insuportável.⁴⁵⁷

Mazower afirma que, receoso após a invasão da Tchecoslováquia, o governo polonês fechou instituições culturais e religiosas alemãs.⁴⁵⁸ Todavia, Evans alerta que, mesmo sendo, de fato, o governo polonês “menos liberal e tolerante” com a minoria étnica alemã do que o governo tcheco, essas “histórias eram exageros grotescos, quando não pura invenção.” Enquanto isso, os nazistas em Danzig, que tinham o controle político da região desde 1933, “alimentaram a pressão provocando os poloneses e encenando incidentes para a imprensa alemã explorar, tais como montar ataques violentos aos funcionários da alfândega polonesa e espalhar histórias de atrocidades quando os funcionários se defendiam”.⁴⁵⁹

Em agosto, Hitler recebeu em seu refúgio em *Berghof* o embaixador britânico Neville Henderson. O diplomata reforçou a aliança entre a Inglaterra e a Polônia, o que enfureceu o *Führer*. Ele afirmava que o governo britânico ao apoiar os poloneses irrestritamente, dava aval ao “terror polonês contra os alemães que viviam nos territórios que tinham sido arrancados da Alemanha imediatamente assumiram proporções insuportáveis”.⁴⁶⁰ Segundo Hitler, “centenas de milhares de *Volksdeutschen* estavam sendo maltratados na Polônia, arrastados para campos de concentração e expulsos de suas casas. Ele possuía material extenso sobre o assunto, o qual ele até então se absteve de publicar.”⁴⁶¹

⁴⁵⁷EVANS, 2011, op. cit., p.721

⁴⁵⁸O autor fala ainda que após a ação efetiva de invasão da Alemanha contra a Polônia, a polícia local “prende entre 10 mil e 15 mil membros da minoria com base em uma lista previamente preparada e os despachou para as linhas de frente. Atacados pela população polonesa e por soldados, entre 1778 e 2200 alemães morreram, alguns de exaustão ou maus-tratos, outros em fuzilamentos em massa”. Ver MAZOWER, 2013, op. cit., p.110.

⁴⁵⁹EVANS, 2011, op. cit., p.721

⁴⁶⁰[03 de Set. 1939] Memorando do governo alemão lido por Joachim Ribbentrop ao embaixador britânico Neville Henderson, pp.1778-1780, *In: DOMARUS*, op. cit., 1990, p.1778

⁴⁶¹DOMARUS, Op. Cit., p.1675

Estava cada vez mais próxima a investida contra à Polônia. Os exércitos já marchavam para a Polônia, quando Mussolini advertiu Hitler que a Itália não estava em condições de fornecer suporte militar ao *Reich* no caso de uma guerra geral europeia. Isso postergou os planos do *Führer*. Mas uma mediação a essa altura seria impossível. No dia 01 de setembro, a Alemanha cumpriu sua promessa e invadiu a Polônia. Em 19 de setembro, ele proferiu um discurso na cidade de Dazing, a essa altura, o governo polonês já tinha caído.

Desprovidos de qualquer compreensão dos desenvolvimentos históricos no Lebensraum Europeu, desprovidos também de uma compreensão da situação econômica lá, esses homens devastaram a Europa, dividiram estados e unidades geográficas, suprimiram seus povos e destruíram culturas antigas. A terra de Danzig também foi vítima da insanidade da época. O Estado polonês, como tal, surgiu como um produto dessa insanidade. Talvez o mundo não esteja suficientemente ciente dos sacrifícios que a Alemanha foi forçada a fazer por este Estado polonês. Pois há uma coisa que devo dizer: todos os territórios incorporados à Polônia devem seu desenvolvimento cultural exclusivamente ao vigor alemão, à diligência alemã e ao trabalho criativo alemão. Motivos para o rompimento de mais de uma província do Reich alemão e para incorporá-los ao novo Estado polonês eram supostas necessidades étnicas.⁴⁶²

Em sua campanha pela anexação dos Sudetos, Hitler afirmava que respeitava a soberania polonesa e que mesmo sendo duro reconhecia o direito do país de ter um acesso ao mar, mesmo que esse fosse obtido a partir de um território alemão. Mas neste momento o cenário mudou e com ele o discurso do ditador.

Os últimos vinte anos provaram sem sombra de dúvida: os poloneses, que não haviam fundado essa cultura, não eram capazes de sustentá-la. Mais uma vez, provou-se uma verdade evidente, de que somente aquele que é criativamente dotado na esfera cultural também é capaz de assegurar uma verdadeira conquista cultural a longo prazo. Cinquenta anos adicionais de domínio polonês teriam bastado para restaurar essas terras àquela barbárie, da qual os alemães as haviam levado com árdua indústria e diligência.

[...] como a Alemanha a longo prazo, observou como um povo muito abaixo dele e um estado muito abaixo dele maltrataram os alemães! [...] Uma cidade, cujo caráter alemão ninguém podia negar, não só impediu-se de encontrar o caminho de volta ao Reich, como também foi submetida a tentativas intencionais de polonizá-la, embora de maneira indireta. [...] Simultaneamente, o martírio dos nossos Volksgenossen começou. Dezenas de milhares foram sequestrados, abusados e assassinados de uma maneira muito horripilante. As bestas sádicas deixam-se ir e permitem que seus instintos pervertidos corram

⁴⁶²HITLER, A., [19 de Set. 1939], Discurso em Danzig, pp. 1801-1813, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1801

livremente. E o mundo democrático piedoso permaneceu sem pestanejar.⁴⁶³

Os argumentos usados nesse discurso em Danzig são os mesmos que foram usados no *Mein Kampf*, que eram a base para a sua visão de mundo, que os alemães- racialmente superiores, foram responsáveis pela criação e desenvolvimento cultural e que os povos inferiores, no caso os poloneses, destruíam essa cultura. O discurso de Hitler, agora em 1939, assume os tons racistas e agressivos que se viu em 1925, mas que durante os primeiros anos de governo estavam ausentes de sua retórica.

Contudo, mesmo fazendo uso das teorias racistas de que o povo alemão era superior ao polonês, e que esse último estava destruindo a cultura criada por gerações de alemães, não era esse o argumento que fundamentava a ação contra o Estado da Polônia. A justificativa, assim como nos demais casos, era o resgate da população sob o jugo de um governo estrangeiro e inferior.

4.5-O caso do Tyrol

A anexação da Áustria, em 1938, pautada no princípio da autodeterminação dos povos, abriu um precedente para as minorias alemães de outras regiões reivindicarem sua anexação com o *Reich*. Como se viu, na Tchecoslováquia, o partido político que representava a minoria alemã estava lutando pela autonomia da região e, posteriormente, teve suas reivindicações apoiadas e suas atividades financiadas pelo governo alemão que em setembro reanexou a região onde os *Volksdeutsche* eram maioria. Contudo, nem todos os “alemães étnicos” puderam contar com o apoio dos nazistas na sua luta pelo fim da opressão que sofriam enquanto minorias étnicas em outros Estados. Entre os *Volksdeutschen* que não tiveram nenhum suporte do *Reich* em sua luta estavam os habitantes do Tirol Sul. O estudo do caso dos “alemães étnicos” no Tirol, pode ser um dos indícios de que, nos discursos de Hitler, nem todos os “alemães étnicos” são tratados da mesma forma.

O caso do Tirol demonstra que havia sim uma distinção no tratamento entre os grupos de *Volksdeutschen* de localidades diferentes. Hitler não negava o caráter alemão da antiga província austríaca, pelo contrário, em diversas passagens ao se referir a todo o povo alemão ele fazia referência aos habitantes do Tirol e também de outras províncias “perdidas”- não só pela Alemanha, mas também pela Áustria, que é o caso do Tirol- após

⁴⁶³ HITLER, A., [19 de Set. 1939], Discurso em Danzig, pp. 1801-1813, In: DOMARUS, op. cit., 1990, pp.1802-1804

1918, como Caríntia, da Estíria, Schleswig-Holstein. Essas falas foram comuns no ano de 1938, em geral ao falar da anexação da antiga Áustria (*Ostmark*). Nesses discursos, ele afirmava falar “em nome de milhões de pessoas nesta magnífica terra alemã, em nome das da Estíria, da Alta e Baixa Áustria, na Caríntia, em Salzburgo, no Tirol e, sobretudo, em nome da cidade de Viena”.⁴⁶⁴

Há ainda um trecho no qual é detalhada a “Operação Otto”, que era um plano de invasão à Áustria que acabou por não se consolidar. Nele, uma das tarefas designadas para o exército era a de “principalmente ocupar a Alta Áustria, Salzburgo, Baixa Áustria, Tirol, a rápida tomada de Viena e a segurança da fronteira austro-tchecoslovaca.”⁴⁶⁵ Entretanto, não se pode afirmar se a ocupação do Tirol planejada aqui deveria ser permanente ou apenas até a tomada de Viena. De qualquer forma, nem essa operação, nem qualquer outra que visava a ocupação da região do Tirol foi posta em prática. Muito pelo contrário, quando na ocasião do *Anschluss*, Hitler, como já foi visto, afirmou categoricamente para Mussolini que não tinha nenhuma pretensão de revisar as fronteiras da Áustria com a Itália, e que aceitava que a fronteira entre os dois Estados era o Brenner. Ele foi além, e disse que essa decisão não foi tomada em 1938, mas desde o fim da Grande Guerra.⁴⁶⁶

Já em 1925, Hitler tinha deixado claro que disputar o território do Tirol com a Itália não era vantajoso para o *Reich*. Agora em 1938, com relações estreitas com o ditador italiano, sem as quais não teria sido possível empreender o *Anschluss*, mais uma vez, o *Führer* nazista reforçou que não tinha interesse em revisar as fronteiras ítalo-germânicas, e assim reintegrar a população dessa região.

Contudo, se para Hitler a questão estava resolvida, para alguns dos “alemães do Tirol” não. Havia aqueles que ainda tinham esperança de poder voltar a fazer parte do *Reich* alemão e além disso, denunciavam os abusos do governo italiano contra eles.⁴⁶⁷

⁴⁶⁴[15 de Mar. 1938], Discurso proferido na Heldenplatz, Viena, pp.1056-1057, In: DOMARUS, op. cit., p.1056

⁴⁶⁵[31 de Mar. 1938], Operação Otto, In: DOMARUS, op. cit., 1990, p.1039

⁴⁶⁶HITLER, A. [11 de Mar. 1938], Carta de Hitler para Mussolini, pp. 1043-1044, In: DOMARUS, op. cit., p.1044.

⁴⁶⁷Aqui o texto assume um tom generalista, pois, não é possível precisar se a totalidade ou sequer a maioria da população de língua alemã da região concordava em ser anexada ao *Reich*. Diferente de outras regiões mencionadas, não houve qualquer plebiscito ou consulta à população local sobre seus interesses. Deve-se ressaltar ainda que, mesmo em lugares em que algum tipo de consulta pública foi realizada, e a população tendeu à anexação com a Alemanha, não se pode afirmar que esse resultado de fato refletisse a vontade da maioria, pois, como foi visto na ocasião do plebiscito do Sarre, o pleito ocorria sob forte tensão e manipulação. Assim, trazemos a fonte, a ser apresentada a seguir, na qual o objetivo é mostrar o suposto desejo dos “alemães do Tirol” em “voltar a fazer parte do *Reich*”

Essas demandas são expressas no o livro “*Don’t forget South Tyrol: The lost home*”⁴⁶⁸ (Não esqueça do Tirol Sul: O lar perdido) de Hans Fingeller.⁴⁶⁹ O livro possui vinte e quatro páginas, e reúne matérias diversos como fotos da região, poemas de cunho nacionalista, lista com nome de soldados que morreram na campanha italiana da Etiópia, resultados eleitorais, trechos jornalísticos, falas de políticos com promessas para a região, e trechos escritos pelo autor, nos quais este explica a história da região, a realidade vivida pela população de língua alemã e suas demandas.⁴⁷⁰

Aqui, na questão do Tirol é reforça a ideia de que o interesse de Hitler não estava ligado a movimentação dos alemães na busca de autoderminação, e em alguns casos, também não era apenas uma questão de tempo para se rearmar. Mas, pôde sugerir que a não reivindicação dessa região se justificava pelo interesse por alianças que já estava sendo desenhado antes mesmo da ascensão do regime ao poder.

Como foi visto ao longo do capítulo, o ano de 1936 marcou uma mudança na postura do Hitler nas relações internacionais da Alemanha com os demais países da Europa. Mudança essa que teve seu ápice no ano de 1938, no qual a Alemanha deu início a sua política de expansão. Para que fosse posto em prática seus projetos expansionistas os “alemães étnicos” foram fundamentais.

Em alguns casos, como o austríaco, a campanha contra o governo local ocorreu, em alguma medida, desde os anos anteriores. Mesmo negando publicamente o apoio ao golpe dos nazistas austríacos ao governo em 1936, já nos primeiros anos como chanceler Hitler fazia críticas abertas ao tratamento dado pelo governo austríaco à população alemã do país. O mesmo pôde ser percebido em relação ao governo lituano. O chanceler criticou abertamente a relação do Estado com a minoria alemã da região do Memel. Mas, mesmo nesses casos, até 1938, não foi possível observar nas manifestações públicas de Hitler intenções de (re)anexações de “alemães étnicos”.

Mas, nos casos dos Sudetos e de Danzig, até 1938 foram escassos os momentos em que Hitler mencionou esses territórios e suas populações em seus discursos. Mesmo nos dois casos, dos “alemães étnicos” da região mostrando sua inclinação pela “causa

⁴⁶⁸FINGELLER, Hans, *Don’t forget South Tyrol: The lost home*, 1938

⁴⁶⁹O autor já havia lançado outras obras em que denunciava a situação em que se encontravam os “alemães étnicos” do Tirol, “*The case of German South Tyrol against Italy*”, publicado em 1926, e “*Die Wahrheit über Südtirol: 1918-1926*” (A verdade sobre o Tirol Sul: 1918-1926), lançado em 1928.

⁴⁷⁰Sobre as acusações feitas por Fingeller, não podemos tomar todas como verídicas, pois, em muitos casos, não temos acesso ao material citado para confrontação. Contudo, a historiografia confirma o tratamento hostil dado pelo governo italiano, em especial após a ascensão dos fascistas ao poder, aos grupos de língua alemã no território do Tirol. O tem foi discutido no item 3.3.2, do capítulo dois.

alemã” votando em partidos nacionalistas alemães, o caso dos Sudetos o SPD, e em Danzig o próprio NSDAP. A situação muda completamente quando esses são colocados “na mira” dos projetos expansionistas nazistas. Mesmo quando a política expansionista é posta em prática com a anexação da Áustria, Hitler tentou se mostrar diplomático negando interesses em mais regiões, o que situação que mudava a cada novo território pleiteado.

Isso não significa dizer que esses projetos não estavam sendo pensados, e até mesmo sendo postos em prática nos anos anteriores. Não se deve pressupor que as ações que foram levadas a cabo em 1938 representaram uma mudança drástica na política “de paz” do governo nazista, o qual só a partir desse ano decidiu abandonar a moderação na política externa e expandir drasticamente seu território do “dia para noite”.

Contudo, no que cabe ao problema que guia esse trabalho, é fulcral observar que no ano em que a política expansionista é posta em ação é justamente o momento em que mais se fala sobre o tema dos *Volksdeutschen*, o próprio termo só tem incidência na fonte a partir do ano de 1938. A perseguição que esses sofriam pelos governos aos quais se encontravam submetidos, o seu direito de autodeterminação e seu desejo direito de voltar a fazer parte do *Reich* vêm à tona neste momento. Nesse sentido, se vê que os “alemães étnicos” são a principal peça acionada por Hitler em seus discursos para reivindicar planos de anexação territorial, que já haviam sido expostos antes mesmo de chegar ao poder.

Além disso, com a anexação do restante do território tcheco em 1939, Hitler deixa claro que os “alemães étnicos” podiam até ser o elemento decisivo para pôr em prática as anexações territoriais, mas estes não eram o objetivo final de sua política expansionista. O caso do Tirol também é significativo para reforçar a tese, levantada aqui: de que a reincorporação daqueles que eram “racialmente alemães” não era o principal motor que impulsionava os projetos do ditador.

CONCLUSÃO

O ponto de partida desta pesquisa foi verificar o papel dos “alemães étnicos” nos projetos políticos pensados por Hitler. Tinha-se o interesse em averiguar se era uniforme o tratamento dado por ele a esse grupo em diferentes regiões e, ainda, se esses projetos se mantiveram em alguma medida os mesmos, antes e depois que os nazistas chegaram ao poder na Alemanha.

O primeiro passo rumo à essas respostas foi tentar compreender as bases nas quais se fundava o discurso de Hitler. Ao fazer isso, percebe-se que muitos dos argumentos usados por ele já eram propagados por grupos da direita alemã. Além disso, só ao examinar as teorias racistas em voga no século XX, que é possível compreender a lógica por trás das ideias defendidas por Hitler, dentre elas a questão racial que era fundamento do pensamento nacionalista do *Führer* nazista. Tal caminho se mostrou fundamental para que fosse possível, no capítulo seguinte, explorar as concepções de Hitler sobre o tema dos “alemães étnicos” desde antes da formação do Estado alemão, empreendida por Bismarck.

No capítulo dois, analisou-se a obra de Hitler, *Mein Kampf*, escrita em 1925, antes dos nazistas chegarem ao poder. Averiguou-se que para Hitler o Estado e suas políticas, doméstica e exterior, tiveram como principal propósito a proteção e desenvolvimento do seu povo. Para isso, dois elementos são essenciais: primeiro, a ideia de que todos os alemães devem ter o “direito sagrado” de estarem reunidos e sob a proteção do *Reich*, e segundo a de que é necessário que o Estado garanta “espaço vital”, ou seja, o contingente territorial necessário para que seu povo possa crescer e prosperar.

Este trabalho se debruça nesse primeiro elemento: o direito que todos os alemães têm de pertencer ao mesmo *Reich*. Focou-se justamente nos membros do povo, aos quais, por razões políticas, foi negado esse direito. Teve-se a preocupação aqui com a forma como Hitler considerou os grupos e regiões que foram removidos das fronteiras dos Estados considerados por ele “alemães”, isto é, não só da Alemanha em si, mas regiões que segundo sua perspectiva seriam por direito do *Reich* nas quais tais alemães eram obrigados a viver sob um governo estrangeiro. Esta pesquisa busca entender como esse grupo, os “alemães étnicos”, foi pensado e o papel deste nos planos de política externa apresentados publicamente por Adolf Hitler.

Inicialmente trabalhou-se sob duas hipóteses: A primeira foi a de que os projetos políticos pensados por Hitler para esse grupo se alteraram de acordo com as demandas políticas que foram surgindo ao longo do Terceiro *Reich*. E a segunda, que mesmo afirmando que havia uma igualdade entre todos os alemães, a luta pela reincorporação daqueles que foram “separados do *Reich*” não era igual.

Ao analisar o *Mein Kampf*, viu-se que as propostas pensadas para esse grupo de forma geral falavam na sua reintegração. Deve-se ressaltar que não se trata aqui do direito dessas pessoas viverem sob as fronteiras do Estado Alemão (aquelas estabelecidas após 1918), mas sim, o direito desses territórios de serem (re)anexados ao seu *Reich*. Territórios estes que eram, para Hitler, históricos e culturalmente alemães e habitados por pessoas de “sangue alemão”. Viu-se esse compromisso reafirmado diversas vezes em seu livro, em especial quando tratado do caso austríaco.

Por outro lado, a luta do Estado em “trazer de volta” territórios e populações, que Hitler considerava “alemães”, muitas vezes esbarrava em interesses que se sobrepunham a ela, como a manutenção de alianças políticas. Pode-se observar novamente esse pensamento “seletivo” nos discursos analisados dos primeiros anos após a chegada de Hitler ao poder. Nesse período, viu-se que os “territórios alemães”, não integrados ao Estado alemão, foram tratados de forma diferente por Hitler. Enquanto alguns foram objeto de atenção constante e apreceram regulamente em seus discursos públicos, como a Áustria, outros que sequer são mencionados, como os Sudetos.

O caso mais significativo para demonstrar a parcialidade do interesse de Hitler no “resgate” desses “alemães étnicos” é o do Tirol. Essa região que foi perdida pelo Império Austríaco ao final da primeira guerra contava com uma população majoritariamente de língua alemã. A região foi entregue à Itália cumprindo um acordo secreto, assinado ainda durante o conflito, e não foi dada a população local qualquer direito de decidir seu destino. Nos capítulos dois e quatro, viu-se como a essa população foi negado o direito do uso da sua língua materna, além de várias imposições sofridas ao longo dos anos pelo governo italiano, que tentava a todo custo impor sua cultura à região.

Hitler não negava o “caráter alemão” do Tirol e do seu povo, mas não foi identificado em seus discursos analisados nesse trabalho qualquer projeto que visava a (re)incorporação dessa região. Já no *Mein Kampf*, vê-se algo diverso, pois não era vantajoso manter as reivindicações pela região porque, segundo sua lógica, a Alemanha não podia cair no erro que lhe fora fatal na Primeira Guerra: “tornar o mundo inteiro seu inimigo”. Assim, era necessário que alianças fossem formadas e, ao seu ver, a aliança

com a Itália fascista era de suma importância. Conseqüentemente, para manter uma boa relação com o país era válido “abrir mão” os alemães do Tirol. Indagações foram criadas diante do comportamento de Hitler que ignorou os interesses dos alemães em território italiano em retornar ao *Reich*. O peso relativo da política externa na tomada de decisões sobre o futuro dos “alemães étnicos”, foi colocado em questão, entretanto a resolução desta é algo que só a análise mais profunda da política externa do Terceiro *Reich* pode permitir discutir. Deve-se ressaltar que, mesmo o caso do Tirol sendo significativo para demonstrar que os planos de Hitler não eram os mesmos para todas as regiões com maioria étnica alemã, seu discurso sobre a região se manteve o mesmo antes de depois de assumir o poder, mesmo após pôr em prática sua política expansionista em 1938.

Ao contrário, no caso da Áustria percebe-se um interesse constante de Hitler sobre a região ao longo dos anos, sendo este de fato o primeiro território anexado pelo *Reich*. Nos materiais analisados de 1925 a 1937, essa era a região que despertava o maior interesse do líder nazista. Durante os primeiros anos de seu governo, mesmo pregando uma política externa que tinha como principal interesse evitar conflitos, Hitler manteve uma postura crítica em relação ao governo austríaco. Quando em 1938 começaram a serem postos em prática as anexações territoriais, a Áustria foi justamente o primeiro país na mira de *Führer*.

Mas, nos demais casos, viu-se que havia sim alternância do discurso quando analisado no tempo. Dois exemplos demonstram esse argumento: a região dos Sudetos e o Memel. Nos anos iniciais do governo, Hitler manteve a mesma posição crítica em relação à Lituânia, pela tomada do território do Memel. A situação dos alemães da região que, segundo Hitler, estava sob a opressão do Estado lituano foi denunciada pelo *Führer* diversas vezes. Ao contrário, até 1937, a região dos Sudetos foi pouquíssimas vezes referenciada por Hitler nas fontes, diferente do caso do Memel.

Ademais, viu-se que os discursos dos primeiros anos de governo assumiram um tom mais conciliador com as demais potências europeias. Falava-se muito que evitar uma guerra era o grande objetivo do *Reich*. Sobre a questão dos territórios, viu-se essa postura moderada e diplomática se mantendo. Por isso, algumas regiões as quais possuíam um grande contingente de “alemães étnicos” são muito pouco mencionadas como Sudetos, Danzig e Tirol. Quando o eram, em geral, falava-se da manutenção da “boa relação” entre os países a qual agora faziam parte e o governo alemão.⁴⁷¹ Entretanto, em dois casos vê-

⁴⁷¹No caso de Danzig, a boa relação a se manter é com as potências ocidentais que estão diretamente envolvidas no Tratado de Versalhes, que estipulou a “separação” da região do restante do *Reich*.

se os discursos de Hitler assumirem um tom mais crítico, quanto ao governo da Áustria e a Lituânia. Mas, mesmo nessas situações, não se apresentou abertamente um projeto de revisar fronteiras. Já a partir de 1936, o tom dos discursos de Hitler sobre o tema se alterou. O ápice dessa mudança se deu no ano de 1938, no qual o argumento de que a guerra deveria ser evitada a qualquer custo deu lugar a exigências territoriais que seriam fundamentais para a manutenção da paz na Europa. A partir daí regiões que até então não tinham destaque significativo em seus discursos, aparecerem de forma explícita, exaltando o grande contingente de “alemães étnicos” e os “maus tratos” sofridos por estes pelos governos aos quais estavam submetidos.

Constatou-se que na ideologia e nas propostas políticas encontradas em seu livro, *Mein Kampf*, e no Programa de 25 pontos do Partido Nazista houve sim a defesa da reincorporação desses “alemães étnicos” que para ele eram racialmente alemães. Nesse sentido, eles não foram criados apenas para justificar as aspirações expansionistas de Hitler. Assim, quando foram de fato anexados ao *Reich*, pôde-se observar a concretização daquilo que era ideologicamente defendido pelo líder nazista desde o começo de sua carreira política.

Mas também, não se pode ignorar que durante seu governo esses “alemães étnicos”, em alguma medida, apareceram em seus discursos como um tipo de dispositivo que era acionado por ele em momentos específicos, em especial após 1938. Assim, viu-se o discurso de socorrer esses alemães aparecer de forma mais determinante na fala do *Führer* no período em que efetivamente foi posto em prática seu projeto político expansionista nas regiões ocupadas por esses *Volksdeutschen*, não importando muito se esses eram maioria e se realmente eram subjugados.

Pode-se afirmar assim, que os *Volksdeutschen* receberam atenção de Hitler desde antes do Partido Nazista chegar ao poder, atenção esta que ao longo de seu governo tomou dimensões diferentes, considerando uma análise cronológica que vai de 1925 a 1939. Salvo o caso do Tirol, o qual desde o *Mein Kampf*, Hitler deixou claro que não fazia parte dos seus planos incorporar a região ao *Reich*. Pode-se perceber que, sobre os demais territórios houve um momento em que Hitler afirmou publicamente não buscar a recuperação destes e de suas populações. Já em outros períodos, mostrou não só interesse na anexação, mas uma urgência para que essa se concretizasse. O material historiográfico sugere que essas mudanças provavelmente estavam relacionadas as possibilidades políticas da Alemanha em cada um desses períodos. Em vista disso, não se pode descartar a hipótese de que houve na escolha dos projetos políticos a serem postos em prática, cálculos que foram além do mero socorro aos *Volksdeutschen*. Contudo, isso só a ampliação da pesquisa e uma análise mais minuciosa da política externa do Terceiro Reich poderiam comprovar.

Bibliografia

- ANDRIGHETTO, Aline, ADAMATTI, Bianca, A lei como instrumento de poder do nazismo: uma análise a partir da crítica de Franz Neumann. **Revista Brasileira de História do Direito**. 16 Dez. 2016, P.68
- ALCOCK, Antony. **The South Tyrol Autonomy: A short introduction**. University of Ulster, 2001
- ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. Editora Companhia das Letras, 2013
- AUGUSTYN, Adam, Deutschlandlied, **Encyclopedia Britannica**, Disponível em < <https://www.britannica.com/topic/Deutschlandlied>>. Acesso em 11 de Nov. 2019
- BARANOWSKI, Shelley. **Império Nazista: o imperialismo e o colonialismo alemão de Bismarck a Hitler**. Trad. Fernanda Brito Bincoletto. São Paulo: Edipro, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt, **Modernidade e holocausto**. Trad. Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BERGEN, Doris L., Tenuousness and Tenacity: The Volksdeutschen of Eastern Europe, World War II, and the Holocaust. *In: The Heimat Abroad*. Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, (Org.), University of Michigan Press, 2005
- _____, The Nazi Concept of 'Volksdeutsche' and the Exacerbation of Anti-Semitism in Eastern Europe, 1939-45, **Journal of Contemporary History**, Vol. 29, No. 4. (Oct., 1994), pp. 569-582, p.572
- BLINKHORN, Martin, **Mussolini e a Itália fascista**. Trad. Ivone C. Benedetti, São Paulo: Paz e Terra, 2009, 120 p.
- CARR, Edward Hallett. **International relations between the two world wars, 1919-1939**. Macmillan, 1947
- CARREIRA, Leandro Couto, A EMERGÊNCIA DE UMA ÓPERA ALEMÃ NO PRIMEIRO ESCRITO DE RICHARD WAGNER. *In: Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína*, v. 3, 2011.
- CIENCIALA, Anna M., **Poland and the Western Powers 1938-1939: A Study in the Independence of Eastern and Western Europe**. Londres:Routledge& Kegan Paul, Toronto: University of Toronto Press, 1968.
- DE SOUZA VICHI, Bruno. A República de Weimar e a Constituição: Lições de Limitações. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 3, n. 1, p. 541-564, 2004.
- DRUMBL, Mark. 'Germans Are the Lords and Poles Are the Servants': The Trial of Arthur Greiser in Poland, 1946. **Washington & Lee Legal Studies Paper**, n. 2011-20, 2013.
- EPSTEIN, Catherine. **Model Nazi: Arthur Greiser and the Occupation of Western Poland**. Oxford University Press on Demand, 2010.
- EVANS, Richard J., **A Chegada do Terceiro Reich**. trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010
- _____. **O Terceiro Reich no poder**. Editora Planeta do Brasil, trad. Lúcia Brito, ed. 1, v. 2, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

- GÖTZ, Norbert. German-speaking people and German heritage: Nazi Germany and the problem of Volksgemeinschaft. *In: **The Heimat Abroad***. Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, (Org.), University of Michigan Press, 2005.
- HEINEMANN, Isabel, Defining '(Un)Wanted Population Addition': Anthropology, Racist Ideology, and Mass Murder in the Occupied East. *In: **Racial Science in Hitler's New Europe, 1938-1945***. YEOMANS, Rory; WEISS-WENDT, Anton (Ed.). University of Nebraska Press : Lincoln and London, 2013.
- HERMAN, Arthur. Sobre os escombros, *In: **A ideia de decadência na história ocidental***. Trad. Cynthia Azevedo e Paulo Soares, Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HIDEN, John, The Weimar Republic and the Problem of Auslandsdeutsche, *In: **Journal of Contemporary History***, v.,12, no. 2, 1977, PP., 273–289.
- HOLMBERG, Tom. The Execution of Johann Philipp Palm. *In: **Research Subjects: Miscellaneous***. Ago, 2005. Disponível em < http://www.napoleon-series.org/research/miscellaneous/c_palm.html >. Acesso em 15 de Mar. 2018
- Holocaust Encyclopedia, **TREATY OF VERSAILLES, 1919: Impact of World War I**, Disponível em <<https://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10005425>>, Acesso em 20 de Fev. 2018
- JÄCKEL, Eberhard, **Hitler na História**, Hanover: University Press of New England, 1989.
- JUDSON, Pieter “When Is a Diaspora Not a Diaspora? Rethinking Nation-Centered Narratives about Germans in Habsburg East Central Europe”, *In: **Heimat Abroad***. Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, University of Michigan Press, 2005. PP. 219-248
- KERSHAW, Ian. **The Nazi dictatorship: Problems and perspectives of interpretation**. Bloomsbury Publishing, 2015.
- _____, **Hitler**, trad. Pedro Maia Soares, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.
- _____, **Hitler: um perfil do poder**. Tradução: Vera Ribeiro, Revisão técnica e notas biográficas, Samuel Salinas, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje**. Trad. Claudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.
- _____. **O terceiro Reich: carisma e comunidade**. Tradução de Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2009.
- MANN, Michael, **The Dark Side of Democracy: Explaining Ethnic Cleansing**, New York: Cambridge University Press, 2005.
- MAZOWER, Mark. **O Império de Hitler: a Europa sob o domínio Nazista**. Companhia das Letras, 2013.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. Os Nacionalismos Alemães: do Liberalismo ao Nacionalismo Excludente. In: A experiência nacional: identidades e conceitos de nação da África, Ásia, Europa e nas Américas. LIMONIC, Flávio, MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.) - 1º ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. MORAES, Luís E.S. *In: **História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial***, São Paulo: Contexto, 2017

- _____, Luís E.S. **História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**, São Paulo: Contexto, 2017.
- _____, Racismo e Higiene Racial no Nacional-Socialismo: Recusa da Modernidade?. *In: Tradições e Modernidades*. AARÃO, D.R., MATTOS, H., OLIVEIRA, J.P., MORAES, L.E.S., RIDENTI, M.(org) Rio de Janeiro, Editora FVG, 2010.
- _____, EIN VOLK, EIN REICH, EIN FÜHRER! A SEÇÃO BRASILEIRA DO PARTIDO NAZISTA E A QUESTÃO NACIONAL. 01/09/1996 257 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO.
- MOTTA, Giuseppe. **The Italian military governorship in South Tyrol and the rise of fascism**. Edizioni Nuova Cultura, 2012.
- MÜNZ, Rainer. Ethnic Germans in Central and Eastern Europe and their Return to Germany. *In: Diasporas and Ethnic Migrants: Germany, Israel and Post-Soviet Successor States in Comparative Perspective*. Rainer Münz, Rainer Ohliger (ed.), Londres, Frank Cass, 2003, p. 242-252, 2003.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação. **Revista Aulas**: Unicamp, São Paulo, v. 4, 1997.
- RICHARD, Lionel. **A república de Weimar (1919-1933)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988
- ROBBINS, Keith G. VI. Konrad Henlein, The Sudeten Question and British Foreign Policy: **The Historical Journal**, v. 12, n. 4, p. 674-697, 1969.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. Cronos: **Revista de História**, v. 6, 2002.
- SHIRER, William L. **A ascensão e queda do Terceiro Reich: Triunfo e Consolidação 1933-1939**, trad., Pedro Pomar, vol. 1, Rio de Janeiro, Agir, 2008.
- SCHULZE, Hagen, **The course of German nationalism: From Frederick the Great to Bismarck, 1763-1867**, trad., Sarah Hanbury-Tenison, Cambridge : University of Cambridge, 1991.
- SMITH, Anthony D. **National identity**. Reno: University of Nevada Press, 1991.
- SMITH, Woodruff. The Colonial Novel as Political Propaganda: Hans Grimm's " Volk OhneRaum". **German Studies Review**, v. 6, n. 2, p. 215-235, 1983.
- _____. Friedrich Ratzel and the origins of Lebensraum. **German Studies Review**, v. 3, n. 1, p. 51-68, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1980. Disponível em < <http://www.jstor.org/stable/1429483>>. Acesso em 10 de Mai. 2019.
- SODEIKAT, Ernst. Der Nationalsozialismus und die Danziger Opposition. **Vierteljahrsheft für Zeitgeschichte**, v. 14, n. 2. H, p. 139-174, 1966.
- STACKELBERG, Roderick. **A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados**, trad., A. B. Pinheiro de Lemos, Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- STEINHART, Eric C. Introduction, *In: The Holocaust and the Germanization of Ukraine*. Cambridge University Press, 2015
- SNYDER, Louis Leo. **Encyclopedia of the Third Reich**. New York: McGraw-Hill, 1976.

- THOENE, Ulf. A política externa da Alemanha de Weimar e a proteção das minorias: o caso da minoria alemã na Polônia. *In: Historia Caribe*, v. 9, n. 25, p. 39-70, 2014.
- TÓTH, Andrej. **On the Results of the Parliamentary Election in Czechoslovakia in 1935 with Regard to the Hungarian Opposition and Negativistic Political Parties—Land Christian-Socialist Party (OKSzP) and Hungarian National Party (MNP)**. Silesian University in Opava, Opava, 2014, pp. 129-149. Disponível em < <https://dspace5.zcu.cz/bitstream/11025/15531/1/Toth.pdf>>. Acesso em Mar. 2019
- TURCI, Érica, Balcãs - **Nasce a Iugoslávia: das guerras balcânicas ao reinado de Alexandre I**, 30 Set. 2008. Disponível em < <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/balcas---nasce-a-iugoslavia-das-guerras-balcnicas-ao-reinado-de-alexandre-1.htm>>. Acesso em 20 de Fev. 2018
- VITKINE, A. **Mein Kampf: A História do Livro**, trad., Clóvis Marques. 2 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- WIEVIORKA, Michel; PEREIRA, Miguel Serras. **O Racismo: Uma Introdução**, trad., FanyKon. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- WISTRICH, Robert S. **Who's who in Nazi Germany**. Routledge, 2013.

Fonte

- 25 Points of the Nazi Party**. Munique, 24 de fev. 1920, disponível em < <https://www.vaholocaust.org/25-points-of-nsdap/>>. Acesso em 26 de jun. 2019
- DOMARUS, Max, **The Complete Hitler: A Digital Desktop Reference to His Speeches and Proclamations 1932-1945**, Trad. Mary Fran Golbert. Mundelein: Bolchazy-Carducci Publishers, 1990.
- FICHTE, Johann Gottlieb. **Fichte: addresses to the german nation**. Cambridge University Press, 2008. Disponível em < <http://www.historyman.co.uk/unification/Fichte.html>>. Acesso em 05 Fev. 2018
- FINGELLER, Hans, **Don't forget South Tyrol: The lost home**, 1938
- HITLER, Adolf, **Mein Kampf**. Hurst and Blackett LTD, 1939.
- VYŠNÝ, Paul, **The Eight Demands of Konrad Henlein Announced at Karlovy Vary 24.4.1938**, Escócia: Department of Modern History, University of St Andrews. Disponível em < <http://www.just.wz.cz/rservice.php?akce=tisk&cisloclanku=2005010183>>. Acesso em 03 Abr. 2019.